



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DA ASSISTÊNCIA À ADOÇÃO: A SOCIEDADE PERANTE A INFÂNCIA
ABANDONADA (SÉCULOS XIX a XX)

Tânia Gabriela Godinho Santos Mendes

Ponta Delgada

2016



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

**DA ASSISTÊNCIA À ADOÇÃO: A SOCIEDADE PERANTE A INFÂNCIA
ABANDONADA (SÉCULOS XIX a XX)**

Tânia Gabriela Godinho Santos Mendes

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores,
para obtenção de Grau de Mestre em Ciências Sociais
sob orientação da Professora Doutora Susana Serpa Silva

Ponta Delgada

2016

“Da criança sai o homem,

Como da aurora sai o dia pleno”.

(Lei de Proteção da Infância, 1911)

ÍNDICE

• RESUMO	9
• ABSTRACT	10
• AGRADECIMENTOS	11
• INTRODUÇÃO	13
A escolha do tema e as problemáticas subjacentes	13
Estratégias e metodologias	15
A estrutura do trabalho	17
Limitações e constrangimentos ao estudo.....	19
• CAPÍTULO I – O Abandono de Crianças no Século XIX – Contexto Nacional e Açores	21
As Rodas dos Expostos	21
Os Hospícios	35
Os Asilos de Infância Desvalida	43
• CAPÍTULO II – Mudanças e Constantes na 1ª Metade do Século XX – Abandono de Crianças e Adoção	50
A I República	50
O Estado Novo	53
• CAPÍTULO III – As Adoções de Crianças Terceirenses por Norte-Americanos: uma Realidade Associada à Base das Lajes (1946 a 1974) ...	63
O que revelam os Registos de Passaportes	65
O que nos dizem os testemunhos orais	73
• CAPÍTULO IV - Realidade da Adoção de Crianças nos Açores no último quartel do século XX	89
A nova realidade no tocante à adoção	89
A população infantil e as adoções nos Açores	98
• CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
• FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS	110
• BIBLIOGRAFIA	115
• ANEXOS	119

ANEXO 1 – Guião da Entrevista	120
ANEXO 2 – Transcrição das Entrevistas	124

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1- A Roda (exterior e mecanismo interior)	23
Fig. 2 - A Casa da Roda de Angra do Heroísmo	23
Fig. 3 -A Casa da Roda da Praia da Vitória	24
Figs. 4 e 5 - Fitas que Acompanhavam os Expostos Quando Eram Encaminhados para o Hospício	26
Fig. 6 – Nome a Atribuir ao Exposto e que o Acompanhava no ato da Exposição.....	27
Fig. 7 - Um Selo dos Expostos.....	38
Fig. 8 - “As Meninas do Asilo”	44

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Número de Expostos Entrados na Casa da Roda de Angra do Heroísmo - 1850 a 1874.....	31
Gráfico 1: Número de Expostos entre 1850 e 1874 em Angra do Heroísmo.....	32
Gráfico 2: Número de Expostos entre 1850 e 1860 em Angra do Heroísmo.....	33
Gráfico 3: Número de Expostos entre 1861 e 1874 em Angra do Heroísmo.....	34
Gráfico 4: Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo – 1874 a 1934	40
Tabela 2: Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo de 1874 a 1934.....	40
Gráfico 5: Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo no Decénio de 1890 a 1900.....	42
Gráfico 6: Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974.....	66
Gráfico 7: Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Género.....	67
Gráfico 8: Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Idades.....	68
Gráfico 9: Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Naturalidade.....	69
Gráfico 10: Crianças Adotadas Legalmente pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974.....	71
Gráfico 11: Tipo de Adoção	72
Gráfico 12: População Residente dos 0-14 anos – Região Autónoma dos Açores: 1981, 1991 e 2001.....	98
Gráfico 13: Taxa Bruta de Natalidade ‰, Açores: 1981, 1995 e 2001.....	100
Gráfico 14: Índice Sintético de Fecundidade, Região Autónoma dos Açores: 2001 a 2015.....	101
Gráfico 15: Número de Adoções, Açores: 1996 a 2000.....	102
Gráfico 16: Número de Adoções, Açores: 2001 a 2015.....	103

RESUMO

A adoção em Portugal é uma forma de proteção infantil relativamente recente. Tem-se assistido a um aumento do número de crianças adotadas, contudo, esta ainda é uma escolha fortemente marcada como sendo um último recurso das famílias impossibilitadas duma parentalidade biológica.

Longo foi o percurso histórico da criança abandonada até ao reconhecimento da adoção como forma de relação familiar, atendendo ao seu superior interesse. No entanto, associado à adoção surge um conjunto de representações sociais adversas à mesma e que poderão condicionar a própria escolha. Este estudo dá-nos uma perspetiva histórica da evolução da assistência à infância e do papel da criança na sociedade açoriana, em particular, de modo a contribuir para uma melhor compreensão das representações sociais atuais face à criança adotada.

Assim, recuamos até meados do século XIX, em que a Roda dos Expostos afigurava-se como uma forma de assistência à criança abandonada e desvalida e como resposta à pobreza e manutenção da honra familiar, demonstrando o facilitismo que havia nas exposições.

Em relação ao século XX, ilustramos legislativamente os avanços e os retrocessos históricos do reconhecimento do papel da criança na sociedade e na sua proteção.

Salienta-se, no período do Estado Novo, as peculiaridades da adoção na ilha Terceira, Açores, evidenciada pelo interesse e procura de casais norte-americanos. Foram várias as crianças “adotadas” pelos americanos da “Base das Lajes”, e ainda hoje a legalidade destes processos levantam fortes questionamentos morais sobre essa prática. Tornou-se pertinente abordar este fenómeno por forma a correspondermos à finalidade do estudo, dado que procurámos demonstrar a facilidade que havia em levar uma criança para os EUA sem grandes processos burocráticos. Isto ilustra a visão que havia sobre a própria criança, o que se reflete nas atuais representações sociais sobre a adoção, visto ser um assunto que continua a gerar polémica entre as gentes da ilha.

Palavras-chave: Adoção, Assistência, Criança Abandonada, Representações Sociais.

ABSTRACT

Adoption in Portugal is a relatively recent form of child protection. There has been an increase in the number of adopted children, however, it is still strongly marked as a last resort for families unable of biological parenting.

The historical journey between the abandoned child and the adoption recognition, as a form of family relationship, was very long, according to their best interests. However, with the adoption comes a set of adverse social representations, which can affect the option to adopt. This study gives us not only a historical perspective of the child's care development but also the child's role, particularly, in the Azorean society, contributing to a better clarification of the current social representations regarding the adopted child.

Therefore, we stepped back to the mid-nineteenth century, where the *Roda dos Expostos* (baby hatch) appears as a form of assistance to an abandoned and helpless child and as a response to poverty and keeping the family honor, demonstrating how easy the exhibitions were.

Considering the twentieth century, we legislatively illustrate the historical advances and setbacks of the child's role recognition in society and its protection.

It should be noted that, in the New State period, the peculiarities of Adoption on Terceira Island, were evidenced by the interest and demand of North American couples. Several children were "adopted" by North Americans from the "Lajes Base" and, nowadays, the legality of these cases raise strong moral questions. It became relevant to approach this phenomenon in order to correspond the purpose of the study, as we tried to show how easy it was to take a child to the United States of America without major bureaucratic processes. This illustrates how children were seen and how it reflected in the current adoption social representations, as it is an issue that continues to generate controversy among the people of the island.

Keywords: Adoption, Assistance, Abandoned Child, Social Representations

AGRADECIMENTOS

O presente estudo é o culminar dum processo moroso e de dedicação em que o apoio, auxílio e amizade de particulares e entidades públicas se apresentou como sendo a base essencial à sua concretização.

Assim quero agradecer em primeiro lugar à Professora Doutora Susana Serpa Silva, por ter acreditado em mim e no presente projeto. Pela sua orientação, sabedoria e partilha dos seus conhecimentos, o que inegavelmente enriqueceu a presente investigação e foi sem dúvida uma mais-valia para mim como mestranda e pessoa.

A toda equipa da Biblioteca Pública Silvestre Ribeiro da Praia da Vitória, onde se deram os primeiros passos na pesquisa, onde se discutiu academicamente a temática num espírito de partilha de conhecimentos e situações locais.

À equipa da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, e em particular ao Dr. José Elmiro Rocha; Dra. Carolina Costa e Dra. Rosana Borges, que tão amavelmente me acolheram e tornaram a pesquisa mais amistosa. O companheirismo manifesto por esta equipa acompanhou os meus momentos de pesquisa embrenhada em maços e volumes esquecidos no tempo, constituindo-se como um apoio essencial no desbravar do pó na busca pela informação.

À Conservatória do Registo Civil da Praia da Vitória, particularmente a Rogério Silva e Manuela Carvalho, pela sua disponibilidade e compreensão, sempre que solicitava a sua ajuda com novas listagens, por vezes exigindo longas e morosas buscas para atingirmos o fim pretendido.

A Paulo Ormonde, pela cumplicidade na temática e partilha de informação. Com ele tive oportunidade de viver uma nova perspetiva sobre a presente investigação e conhecer realidades concretas do fenómeno.

Ao Dr. Francisco Nogueira, pelo seu contributo em matéria sobre a Base das Lajes e pela sua disponibilidade de conteúdos académicos sobre a mesma.

À Dra. Joana Marques, pela sua prontidão e amizade.

Ao ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), pela disponibilidade de dados sobre a adoção nos Açores.

A todas as pessoas que me confiaram o seu testemunho, que amavelmente me receberam na intimidade de seus lares para partilhar experiências, que para muitos foi um reviver doloroso do passado. O meu bem-haja.

Por fim, agradeço à família, pela compreensão, privações e ausências, que acredito justificadas pela minha dedicação e pelo investimento feito no presente estudo, pelo apoio e suporte nas incertezas e inseguranças, e pelos breves debates sobre a pesquisa realizada. Um apreço especial aos meus filhos a quem dedico esta investigação e desejo que seja de alguma forma uma inspiração para que eles no seu futuro acreditem em si e que nunca é tarde para investirmos na nossa valorização pessoal, profissional e académica.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema e as problemáticas subjacentes

As questões em torno da proteção e da adoção de crianças sempre nos fascinaram e, ao mesmo tempo, nos causaram preocupação pelas circunstâncias e estigmas que envolvem. A problemática da adoção ainda hoje é alvo de vários discursos e debates académicos e legislativos, surgindo muitas vezes associada a conceitos como abandono, assistência ou institucionalização e que, por si só, são impulsionadores de representações sociais pouco favoráveis.

No nosso tempo, o abandono e a pobreza infantil continuam a ser uma realidade e, por consequência, são temáticas abundantemente estudadas e reanalisadas, quer em termos legislativos, quer em termos académicos. São várias as reinterpretações sociais que têm sofrido, por forma a fazer face às “exigências” e mudanças da sociedade atual. Estas mudanças têm-se sentido, significativamente, nos próprios conceitos de criança e de infância, que já começaram a alterar-se no século XIX.

Assim parece-nos pertinente e atual o presente estudo, pois procura-se desbravar, numa perspetiva histórica e também sociológica, o percurso da criança abandonada e desfavorecida por forma a contextualizarmos a pergunta de partida inerente a esta investigação: o percurso da criança abandonada, na História, terá influenciado as representações sociais adversas à adoção? Serão as representações sociais, a que essas crianças são associadas, uma consequência do próprio percurso social destas crianças e das mentalidades dominantes nas sociedades do passado? “A adoção espelha as mudanças sociais que têm lugar na sociedade. Reflete as mudanças sociais relativas ao modo como a sociedade encara as necessidades da criança” (Salvaterra, 2007: 17). O certo é que em pleno século XXI, ainda se fazem sentir preconceitos e imagens depreciativas face às crianças institucionalizadas e/ou abandonadas.

Atualmente, um dos recursos sociais, para fazer face ao abandono e consequente institucionalização, é a adoção, esta “tem vindo a ser cada vez mais defendida como uma das medidas mais eficazes de proteção às crianças em risco” (Salvaterra e Veríssimo, 2008: 502). Em Portugal é uma forma de proteção infantil relativamente recente. Permite que a criança seja recebida numa família, estabelecendo uma relação de filiação e parentalidade, “A adoção é um procedimento legal que visa dar uma família à criança

cujos pais biológicos não são capazes, não têm vontade ou estão legalmente proibidos de tomarem conta da criança” (Salvaterra e Veríssimo, 2008: 501).

No entanto, associados à adoção persistem os conceitos de abandono ou rejeição, e com estes vêm também as representações sociais associadas ao próprio conceito de abandono. Logo, torna-se, por vezes, difícil e complexo ultrapassar o anátema que pesa sobre estas crianças. Apesar, de se ter vindo a assistir a um aumento do número de crianças adotadas, esta ainda é uma escolha ou decisão fortemente marcada como o último recurso das famílias impossibilitadas duma parentalidade biológica, “a principal motivação para a adoção deve-se à impossibilidade de ter filhos biológicos, ou seja, os casais que mais adotam são aqueles que se deparam com o problema da infertilidade” (Cunha, 2014: 5).

Importa, pois, compreender que influências do passado ainda se fazem sentir no Portugal de hoje, e em particular, nos Açores. Em consonância com Marisa Candeias e Hélder Henriques “a evolução social e legal encontra-se na dependência do tempo e das condições sociais, económicas e políticas em que foram construídas (...) encontra a sua fundação na evolução das mentalidades e dos processos históricos” (Candeias e Henriques, 2012: s/pág.). Por isso, este estudo começa com um recuo ao século XIX e às formas de assistência, então existentes, para proteção da infância abandonada, de modo a podermos compreender melhor a evolução do processo e dos procedimentos até ao surgimento da adoção. Talvez assim possamos compreender melhor o porquê do recurso à adoção como fim último à filiação. Por isso, remontaremos às Rodas dos Expostos e tentaremos percorrer as alterações legislativas que marcaram a segunda metade do século XIX e o século XX, em geral. Porém, não ficaremos por aqui. Tentaremos também analisar e compreender melhor o fenómeno e as práticas de adoção, no século XX.

Atendendo, porém, à vastidão do tema e à complexidade da problemática subjacente, centramo-nos mais no estudo dos Açores e, em particular, da ilha Terceira que, pelas suas especificidades, se torna, neste âmbito, um autêntico *case-study* a nível do arquipélago. Sendo certo que já existem estudos historiográficos sobre a infância desvalida e abandonada, que incidem sobre outras ilhas açorianas, nomeadamente S. Miguel (Silva, 2008 e 2012), relativamente à ilha Terceira os estudos sobre estas problemáticas são praticamente inexistentes e além disso, o que lhe confere uma grande especificidade, é a presença norte-americana, resultante da instalação da Base das Lajes e que motivou

inúmeras adoções de crianças terceirenses, entre as décadas de 40 e 70 do século XX. Esta realidade faz parte da história recente da ilha Terceira, mas é encarada, por muitas pessoas, como um tabu. Facto indesmentível é o de muitos norte-americanos terem levado crianças locais para os EUA, mas com contornos que, ainda hoje, colocam várias questões quanto à sua legalidade e moralidade.

Por tudo isto, o estudo que agora apresentamos poderá contribuir para uma melhor compreensão das representações, dos conceitos, das leis e das práticas, em torno da assistência e adoção de crianças, com especial incidência no arquipélago dos Açores.

Estratégias e metodologias

O recuo ao passado e a análise do tempo mais próximo faz deste estudo um cruzamento entre História e Sociologia. Por outras palavras, procuramos associar uma Ciência Humana (ainda que com menor peso) e uma Ciência Social, numa tentativa de melhor compreender um fenómeno complexo e amplo como é o da proteção e adoção de crianças, desde ao século XIX aos nossos dias.

Para a realização do estudo, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica e documental, que incluiu fontes manuscritas e impressas e ainda iconográficas. Recorremos ao trabalho de arquivo, próprio do historiador, recolhemos e consultamos legislação e analisámos registos e dados demográficos, com metodologias inerentes à História e às Ciências Sociais. Percorremos — com o aprofundamento possível a uma dissertação de Mestrado — o século XIX, o período da I República, o Estado Novo e o pós 25 de Abril de 1974. Este longo caminho não poderia ter sido feito, como referi, sem o recurso a fontes escritas (manuscritas e impressas), mas também, e ainda, com o recurso a fontes orais. No caso açoriano e terceirense, em particular, para os anos de 1946 a 1974, recorremos a fontes orais (entrevistas) para melhor aprofundarmos a pesquisa em curso. Assim, se por um lado, estudamos o funcionamento da “Roda dos Expostos”, o aparecimento dos “Hospícios” e dos “Asilos de Infância Desvalida”, como formas de resposta social à criança abandonada, consultando registos e livros das Câmaras Municipais; se lemos legislação de inícios do século XX, como também do fim da centúria, por outro lado, entrevistamos vários cidadãos que se disponibilizaram a partilhar as suas memórias e vivências, relativamente às adoções de crianças terceirenses por famílias norte-americanas. Hoje, a História Oral e a recuperação das memórias fazem parte da historiografia

contemporânea, ainda que obriguem a alguns cuidados metodológicos. Mas, como as memórias são reconstruções, aproximam-se muito da tarefa dos historiadores, permitindo, por vezes, ultrapassar as lacunas que enfermam a documentação escrita (Matos e Senna, 2011: 96).

Acresce que a entrevista é um importante instrumento de trabalho para o investigador social, obrigando a ter em atenção as questões éticas inerentes a uma investigação, questões pessoais e individuais dos participantes no estudo, como sejam, o respeito pela integridade do indivíduo, a sua autonomia e privacidade, mantendo sempre o cariz do anonimato. Aquando da recolha de dados, mais especificamente, aquando das entrevistas, todos os participantes foram informados do âmbito e objetivos do presente estudo, garantindo-se o respeito pela confidencialidade. É de referir que todos os participantes aceitaram voluntariamente participar no estudo, e só após o seu consentimento se procedeu às entrevistas. Durante a realização das mesmas, nas moradias dos entrevistados, prevaleceu a informalidade e a privacidade, de modo a garantir o à-vontade dos participantes. Foi nossa preocupação, a manutenção duma postura imparcial e de neutralidade, respeitando a individualidade e a opinião de cada um. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, deixando abertura para a reformulação das questões ou permitindo uma menor rigidez na estrutura e na ordem de questionamento. Por vezes, foi necessário acompanhar o discurso do entrevistado e ir (re)colocando as questões conforme a pertinência e o desenvolvimento da própria entrevista.

A escolha da amostra, ou seja, do grupo de entrevistados, incidiu no facto de terem sido atores, que de alguma forma tinham uma relação direta ou indireta com as famílias que tinham “dado” crianças para a adoção a norte-americanos. Neste sentido, foram realizadas 15 entrevistas, ponto em que foi considerada a saturação da informação. Destas 15 entrevistas, 6 foram efetuadas a familiares diretos, com casos concretos na sua família, 7 entrevistas a sujeitos externos ao fenómeno sem ligação de parentesco mas com conhecimento dos casos, 1 intermediário na relação adultos adotados com as famílias biológicas e 1 intermediário na relação das crianças/famílias biológicas com os norte-americanos. Optamos por seleccionar diferentes atores de dispares contextos visto considerarmos que esta diversidade nos daria diferentes perspetivas sobre o mesmo fenómeno, pois na investigação qualitativa, quanto maior a diversidade de atores e fontes, maior será a sua abrangência e enriquecimento (Sampierie, Collado e Lucio, 2006: 623).

Também foi tido em consideração a área geográfica, precisamente a freguesia de Agualva, pelo facto de nesta freguesia ter funcionado um posto de comando da NAVY; Fonte Bastardo, porque os Registos de Passaportes apontam para um número significativo de crianças adotadas provenientes desta freguesia; e obviamente, Santa Cruz e arredores, pela sua proximidade à Base das Lajes.

Como se depreende, pelo que acabamos de explicar, a recolha e o tratamento da informação assentou numa metodologia qualitativa e quantitativa (construção de tabelas e gráficos), a fim de responder à questão de partida, sendo que, as técnicas seleccionadas para a recolha de informação foram a pesquisa documental e a entrevista. Esta última fica a dever-se ao facto do presente estudo abranger uma parcela dedicada às representações sociais de sujeitos relacionados direta e indiretamente com o fenómeno da adoção pelos norte-americanos e porque a entrevista permite “a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 193).

A estrutura do trabalho

Esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos, organizados segundo uma evolução temporal, com exceção do terceiro capítulo que incide na peculiaridade da ilha Terceira, em matéria de adoção, no decorrer dos anos de 1946 a 1974 e sob influência dos norte-americanos estacionados na Base das Lajes.

O primeiro capítulo intitulado: O Abandono de Crianças no Século XIX – Contexto Nacional e Açores, centra-se nas Casas da Roda, nos Hospícios e Casas de Asilo da Infância Desvalida, como formas de assistência à criança pobre e abandonada, desde meados do século XIX. Para isto, apoiamo-nos em fontes, como os registos dos expostos, em legislação nacional e em estudos já publicados, a fim de fazermos um retrato da assistência à criança naquele tempo, incidindo os dados analisados na realidade açoriana, mais precisamente na ilha Terceira. Na realidade, trata-se de um capítulo de enquadramento e de explanação dos antecedentes.

O segundo capítulo contempla o percurso das crianças desvalidas na primeira metade do século XX, isto é, na I República e no Estado Novo. Para isso recorreu-se à análise da legislação e sua evolução, por forma a ilustrar os avanços e retrocessos da

sociedade portuguesa em matéria de assistência à infância, de modo a evidenciar a visão sobre as crianças, e o seu papel, até meados do século.

No terceiro capítulo, aborda-se então o caso específico da ilha Terceira e o papel da Base das Lajes relativamente às situações de pobreza e abandono infantil, ou seja, com destaque para “adoções” legitimadas ou não por casais norte-americanos, nos anos de 1946 a 1974. A análise é feita com base na informação recolhida através de entrevistas a familiares de crianças adotadas e a terceiros que, embora não estejam diretamente ou familiarmente relacionados com essas crianças, têm conhecimento de casos concretos. Estas duas perspetivas permitiu-nos observar diferentes representações sociais, umas apresentadas com maior conhecimento da realidade familiar, outras avaliando, com distanciamento próprio, de quem não tem ligação aos casos e ajuíza externamente. Assim, este capítulo resulta da análise qualitativa das entrevistas ilustrando, desta forma, a realidade de alguma infância terceirense e as práticas de adoção, nos últimos anos da ditadura. É de referir que essas práticas, muitas delas, já foram posteriores à promulgação das primeiras leis da adoção, através do Decreto-lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro. Incidindo sobre um conjunto de representações sociais sobre o fenómeno da adoção de crianças terceirenses, vamos ao encontro de Jorge Vala, quando refere que “é no quadro definido por uma partilha coletiva, mas sobretudo por um modo de produção socialmente regulado e por uma funcionalidade comunicacional e comportamental, que as representações sociais devem ser entendidas” (Vala, 2002: 462). Deste modo, podemos considerar que as representações sociais dos atores envolvidos no estudo estão ao nível do senso comum, do que é aceite e espectável pela sociedade. A análise efetuada pelos sujeitos é resultante das experiências e do meio em que estes se inserem, bem como das suas crenças de senso comum, não havendo um desprendimento da sua realidade.

Finalmente o quarto capítulo, incide num tempo mais próximo, isto é, no último quartel do século XX, em que se procura conhecer a realidade da adoção, como forma de resposta social e política à criança desfavorecida material, moral e afetivamente, ou seja, excluída dos seus laços familiares biológicos. Este capítulo baseia-se numa análise legislativa iniciada com as alterações ao *Código Civil* pelo decreto-lei n.º 496/77, de 25 de Novembro. Após demonstração das reais evoluções evidenciadas em matéria de adoção, coube-nos então ilustrá-la quantitativamente, através de dados fornecidos pelo ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), acerca do número de adoções concretizadas na

Região Autónoma dos Açores. Contudo, é de referir, que por motivos que não nos são imputáveis, apenas nos foram fornecidas informações referente aos anos de 1996 a 2000, o que não nos permitiu cumprir na íntegra a nossa intenção de demonstrar equitativamente desde 1974 a evolução no número de adoções realizadas, conforme solicitado ao ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), o que nos restringiu o estudo, apresentando-se como um constrangimento ao mesmo.

Em suma, é de referir que a presente investigação reflete o percurso da criança mais desfavorecida da sociedade ao longo dos anos permitindo que reflitamos sobre o seu papel bem como nas formas em como esta foi apoiada e interpretada pela sociedade, traduzindo-se nas representações sociais atuais face a criança adotada. Desta forma, este documento compõem-se por ser um instrumento de reflexão sustentado por uma pesquisa bibliográfica, documental, iconográfica, demográfica, legislativa e que pela sua diversidade e confronto de suportes académicos permitiu-nos perspetivar diferentes e mais completas frentes do mesmo fenómeno.

Limitações e constrangimentos ao estudo

Considerando o que afirmamos anteriormente, — que esta é uma dissertação que cruza um pouco da História com as Ciências Sociais — a sua concretização foi um grande desafio, que abraçamos com muito entusiasmo. Todavia, também enfrentamos algumas dificuldades. Desde logo, a abundante documentação, muita da qual praticamente inexplorada, bem como a sua dispersão em diferentes instituições. Defrontamo-nos com dados repetidos que tiveram de ser confrontados para assim se obter um registo o mais fidedigno possível. Em contrapartida, também enfrentamos lacunas quanto às fontes, ou porque os documentos se tinham deteriorado com o tempo ou simplesmente porque não havia registo dos mesmos.

Outra condicionante à presente investigação foi a escassez de bibliografia, especialmente na Bibliotecas da ilha Terceira, a que tivemos acesso, bem como de documentação nas instituições regionais. Para além de ser escassa é também muito recente, o que não nos permitiu uma análise mais concreta e abrangente da realidade açoriana. É exemplo disso a escassez de dados disponibilizados pelo ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), referentemente ao número de adoções concretizadas nos Açores. Uma vez que o nosso estudo se prende com o período temporal que vai de meados do século

XIX ao século XX, apenas tivemos acesso a 5 anos de informação do ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), para esta centúria, sobre o número de adoções na Região Autónoma dos Açores, o que limitou a concretização do nosso intuito, visto ser nossa intenção ilustrar quantitativamente o número de adoções nos Açores pelo menos no último quartel do século XX.

CAPÍTULO I

O Abandono de Crianças no Século XIX – Contexto Nacional e Açores

A problemática do abandono infantil está patente, desde longos séculos, na sociedade portuguesa, sobrevivendo as crianças da caridade particular e, só mais tarde, da assistência pública, em especial, municipal.

A própria imagem da infância, também evoluiu ao longo da História e com ela evoluíram as representações da sociedade face à criança, em geral e à criança desvalida, em particular. Estas foram tidas, durante muito tempo, como adultos em miniatura e aquelas que eram rejeitadas, privadas de afeto paternal, por motivos de natureza diversa, — entre eles a extrema pobreza ou a maternidade fora do casamento —, surgiam muitas vezes associadas a representações menos positivas, e conotadas com marginalização/delinquência. Alguns destes estigmas ainda prevalecem, nos tempos atuais, pois estão de tal forma inculcados nas mentalidades que permanecem imutáveis com os tempos.

As Rodas dos Expostos

Apesar de as Rodas dos Expostos terem sido introduzidas, em Portugal, nos finais do século XVIII, é ao longo do século XIX que se evidenciam diferentes preocupações com o bom funcionamento das mesmas e, por consequência, com a infância abandonada e desvalida. As Rodas representam um dos primeiros mecanismos de assistência à infância, depois do surgimento dos antigos “Hospitais para Meninos”.

Deste modo, é de referir que com a extensão das Rodas a todo o reino, por ordem do Intendente Pina Manique, em 1783, estas passam a difundir-se e a poder encontrar-se em muitos concelhos e cidades portuguesas. Esta medida visava essencialmente, o combate ao aborto e infanticídio, mas também tinha em vista o aumento populacional, contrariando a elevada mortalidade infantil. Em consonância com Teodoro Fonte “na segunda metade do século XIX, as crianças continuavam a ser vistas como um potencial demográfico que

deveria ser preservado, procurando-se evitar que pudessem falecer por falta de assistência” (Fonte, 2004: 108).

Havia uma evidente preocupação com o abandono, orfandade, aborto e infanticídio, mas também havia uma preocupação com o aumento populacional e consequente prosperidade do reino. A proteção à infância desvalida era, assim, um meio de, através dum investimento em melhores condições de vida e de acolhimento, se contrariar as taxas de mortalidade infantil, agravadas pelas situações de pobreza e de abandono. De resto, os meninos cuidados, “também podem (...) trazer ao Estado salutar proveito, tornando cidadãos prestantes, os que teriam de ser vítimas inevitáveis da miséria dos pais” (Cunha, 1873: 18).

Evidencia-se deste modo, uma preocupação, por parte do Estado, face à infância desvalida, mas o Estado ainda estava longe de poder prover a todas as necessidades das crianças desafortunadas e privadas de afetos paternais e materiais. Ainda assim, “o aborto, o infanticídio e, sobretudo, o crescente número de expostos passaram a constituir uma das preocupações do poder central e a integrar o rol das suas prioridades sociais” (Fonte, 2004: 106).

A Roda pretendia combater o abandono nas ruas, nas portas das casas de famílias ricas e poderosas ou junto a mosteiros e igrejas, obrigando, assim, as amas rodeiras a acolher e a providenciar uma resposta imediata às necessidades das crianças expostas. Mas, este mecanismo favorecia o anonimato, de modo a encobrir as famílias vítimas de miséria ou de desonra, que ao exporem as crianças indesejadas, lhes davam uma possibilidade de futuro. Sabiam que o respetivo município as tomaria como “filhas adoptivas da Pátria” (Fonte, 2004: 169) e velaria pela sua sobrevivência. De acordo com Susana Serpa Silva estes eram então, “os filhos que os pais renegavam, abandonando-os nas rodas ou noutros lugares, para que fossem criados pela caridade pública” (Silva, 2012: 451).

No entanto, o silêncio e a facilidade de acesso às Rodas, assim como o seu carácter legal, acabaram por impulsionar os abandonos, refletindo “um princípio de tolerância para com o facto, facilitando não só as exposições, mas o secretismo tão conveniente a quem pretendia ocultar um nascimento e eximir-se à responsabilidade parental” (Silva, 2012: 449).

Em suma, as Rodas dos Expostos — que acolheram milhares de crianças, por todo o reino e ilhas — eram casas de acolhimento de enjeitados por intermédio dum mecanismo cilíndrico “giratório de madeira, eixo vertical, dividido ao meio, e aberto dos dois lados, ou com portas para o abrir, inserido numa parede da casa, com acesso externo” (Antunes, 2014: 47), onde eram entregues as crianças que seriam recebidas no interior pelas Rodeiras que se incumbiam de as acolher e prestar os primeiros cuidados, sendo posteriormente amamentadas pelas amas internas e subseqüentemente entregues a amas externas à casa da Roda, pagas pelas respetivas Câmaras.



Fig. 1 – A Roda (exterior e mecanismo interior). Fonte: Col. Particular



**Fig. 2 – A Casa da Roda de Angra do Heroísmo (a roda já foi retirada da fachada).
Fonte: Col. Particular.**



Fig. 3- Casa da Roda da Praia da Vitória (atualmente CPCJ). Fonte: Col. Particular.

De entre as possíveis razões que levavam os progenitores a socorrerem-se da exposição, a miséria e o receio da desonra da família, causada por filhos de paixões ilícitas,

são as principais motivações. Segundo Teodoro Fonte “a partir do século XIX (...) expor uma criança passou a ter um sentido bem mais abrangente, querendo significar que uma criança havia sido sigilosamente entregue à caridade pública, deixando de ser criada no seu próprio ambiente familiar, por razões de preservação da honra ou por absoluta incapacidade da mãe ou da família em assegurar a sua sobrevivência” (Fonte, 2004: 491). Portanto, as razões recaem sobre as questões morais e económicas das famílias, sendo “evidente uma relação entre o pauperismo, mas também o desvio à norma” (Silva, 2012: 454).

Através dos sinais enviados pelos progenitores aquando da exposição, era possível detetar, pelas mensagens ou objetos que acompanhavam a criança, alguma esperança de num futuro próximo voltar a reencontrar os filhos ou a manifesta preocupação com a sobrevivência dos mesmos. “Os sinais que acompanhavam os expostos constituíam um elo de ligação que pretendia perpetuar uma relação afetiva, sempre na esperança de que os laços familiares se pudessem restabelecer” (Fonte, 2004: 289). Isto parece demonstrar que nem todos os progenitores — nesta caso mais as progenitoras — se desprendam dos filhos com indiferença, mas sim com sofrimento.

O conteúdo e a forma das mensagens eram muito variados. Algumas surgiam em versos, outras em prosa, descrevendo a criança, que nome gostariam que tivesse, a idade, algum sinal específico ou objeto que a acompanhava, indicando se já havia sido batizada...Para além das mensagens algumas crianças também se faziam acompanhar de símbolos como “um rosário ou uma medalha ao pescoço” (Fonte, 2004: 290).

Tomando alguns exemplos ocorridos em Angra, na ilha Terceira, no dia 6 de janeiro de 1863, foi exposta na Roda da Sé uma menina a quem se deu o nome de Maria. Esta fazia-se acompanhar do “seguinte sinal um laço de fita larga de seda cor-de-rosa salpicada de branco e preto pregado no peito do vestido, bem como o nome que se lhe por escrito” (Livro 8, *Registo de Baptismos dos Expostos 1863*). No dia 18 de Abril, do mesmo ano, foi exposto um menino a quem se deu o nome de Augusto Cezar com o “seguinte sinal um laço de fita larga de gaze amarela com riscas acetinadas no braço direito, onde estava cozida uma estampa de Nossa Senhora dos Milagres, bem como o dito nome por escrito” (Livro 8, *Registo de Baptismos dos Expostos de 1863*).

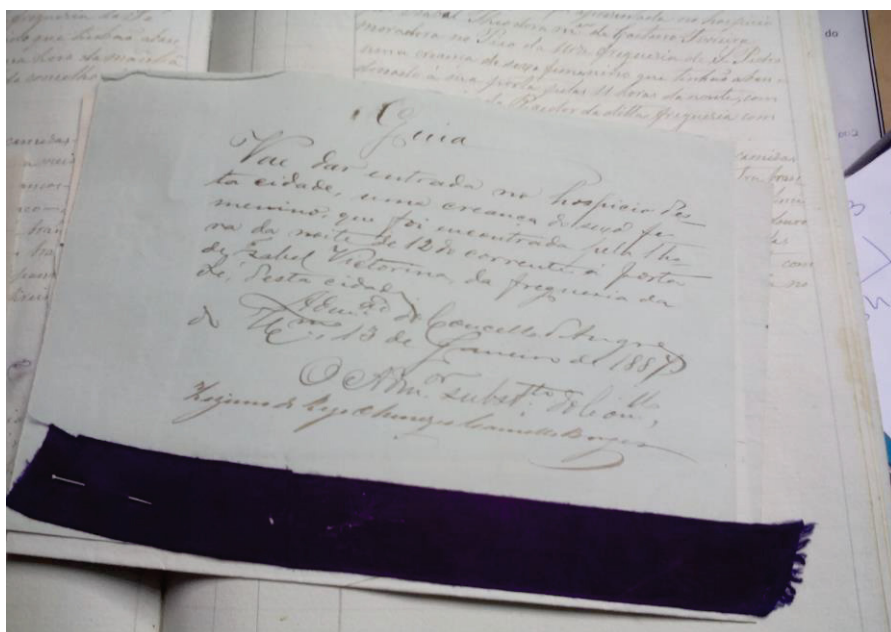


Fig. 4 e 5 – Fitas que Acompanhavam os Expostos Quando Eram Encaminhados para o Hospício. Fonte: Livro 38, Registo de entrada e saída de expostos do ano de 1887.

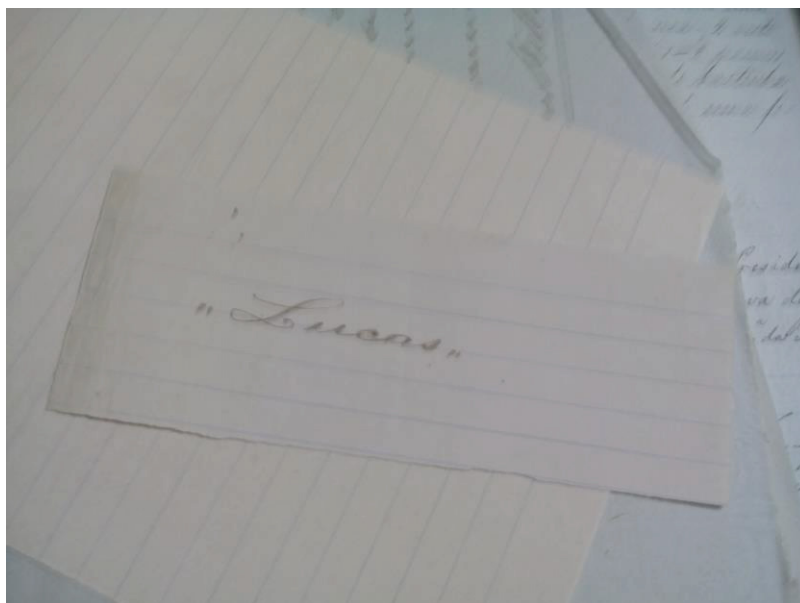


Fig. 6 – Nome a Atribuir ao Exposto e que o Acompanhava no Ato da Exposição.
Fonte: Livro 38, *Registo de entrada e saída de expostos do ano de 1887*.

Era notório, entre estes sinais, a presença do sagrado como meio de proteção à criança, evidenciando a preocupação com o seu bem-estar físico e espiritual. Estes breves sinais eram registados pelos escrivães, podendo contribuir para uma futura identificação, sendo também registadas marcas físicas das crianças, como a cor dos olhos ou do cabelo...Parafraseando Isabel dos Guimarães Sá “os abandonadores tinham o maior trabalho em tornar as crianças que abandonavam (...) passíveis de serem encontradas através de sinais de reconhecimento que as instituições se encarregavam de registar” (Sá, 1998:XVIII). No entanto, nem todos eram acompanhados por estes simples “elos de apego” à família, por essa réstia de esperança numa futura reintegração.

Uma das principais preocupações para com as crianças expostas, sobretudo com as não batizadas, era a de ministrar este sacramento, com a maior brevidade possível, pois também era tido em conta os perigos iminentes duma morte precoce, pela eventualidade de mau tratamento dos fetos recém-nascidos, dependentes de aleitamento por várias amas e de suspeita qualidade, pelas longas viagens até à Roda e posterior entrega a amas, normalmente de localidades rurais afastadas das cidades e a viverem em condições precárias (Sá, 1998: XXI).

Para algumas amas, estas crianças eram encaradas como fonte de rendimento, então seria lucrativo acumular crianças e conseqüentemente rendimentos *per capita*. No entanto, também havia as que os criavam com afeto e dedicação, assumindo-se posteriormente como mães dos expostos. Um exemplo é o caso da ama Rosa Joaquina. No dia 19 de abril de 1857 foi exposta uma criança na Roda da Sé, a qual foi entregue à ama Rosa Joaquina para criar. Posteriormente, neste registo, há uma nota de referência ao facto desta criança ter sido “perfilhada filho natural da ama Rosa Joaquina” (Livro 8, *Registo de Baptismo dos Expostos de 1857*).

Em alguns casos as amas seriam as próprias mães dos expostos, podendo deste modo contornar o sistema da roda, usufruindo de um rendimento para subsistência do próprio filho não quebrando a ligação à família, o que poderia não ser possível em caso de miséria tornando-se inevitável a exposição, quebrando os laços familiares. Estas situações constituem-se como sendo “uma estratégia familiar” (Fonte, 2004: 291). Ao refletirmos sobre este aspeto, verificamos que, mais tarde, irá ocorrer a criação de um subsídio de aleitação para as famílias mais carenciadas, o que viria a permitir que muitas famílias pudessem criar os próprios filhos sem necessidade de se socorrerem das Rodas como meio único de sobrevivência da criança, o “recurso ao incentivo, auxiliando monetariamente as mães desvalidas, para que elas próprias criassem os seus filhos em vez de os abandonar” (Silva, 2012: 512). Ora este subsídio, para além de contribuir para a permanência da criança no seio familiar, também concorre na expectativa de diminuição das próprias exposições, visto estas assumirem-se como um forte encargo financeiro para o Estado.

Também é visível em vários estudos a referência a algumas mães que tinham certos cuidados nos primeiros dias de vida do recém-nascido, não permitindo a exposição neste período crítico, fazendo-o passado alguns dias, o que não deixava de ser crítico, no entanto, demonstrava alguma preocupação com o bem-estar do bebé.

Isto leva-nos a refletir sobre o próprio ato da exposição como sendo, em alguns casos, a única resposta possível que permitiria a sobrevivência da criança, uma vez que as famílias não tinham resposta económica ou de subsistência. Salientando Susana Serpa Silva, pelo elevado pauperismo as famílias socorriam-se das rodas como sendo um “subterfúgio ilegal (...) ora tentavam ser amas dos próprios filhos, ora os confiavam à guarda do erário público até certa idade, para então os reclamarem” (Silva, 2012: 468).

Portanto, a Roda seria a resposta social, uma possível assistência a crianças que forçosamente eram expostas pelos infortúnios da vida. As famílias que pretendiam manter o elo afetivo socorriam-se da mesma como estratégia económica para a sobrevivência dos próprios filhos, quer seja a candidatar-se a amas (ilegalmente), quer seja a exporem “provisoriamente” e em última instância, definitivamente.

Mas se havia as amas “mães”, também as haviam “madrastas”, várias foram as crianças maltratadas (acabando algumas por falecer vítimas de maus tratos) e negligenciadas de cuidados. No ano de 1894, no periódico local *A União*, sob o título de “Censurável”, este dá notícia de que a Câmara Municipal da Vila da Praia da Vitória, terá despedido a ama do Hospício por esta ter a seu cargo 5 crianças e lhes dar leite de vaca, podendo desta forma levá-las à morte. (*A União*, n.º 100, 6 de Abril de 1894). Eram vários os incidentes causadores de morte infantil, muitos deles provocados por negligência das próprias amas e pelo elevado número de crianças que tinham a seu cuidado.

Alguns expostos eram vítimas das más condições em que viviam ou porque eram contaminados por outras crianças ou pelo próprio aleitamento, visto a ama ter várias crianças a seu cargo e não ter leite da melhor qualidade ou suficiente para todos “Muitas vezes uma ama tem a seu cargo seis, oito ou mais crianças, sendo portanto impossível a amamentação regular e suficiente” (Cunha, 1873: 26).

Susana Serpa Silva aponta como principais razões das elevadas taxas de mortalidade dos expostos: a negligência por parte das amas, a qualidade do seu leite e aquando do aumento no número de exposições, a própria escassez das amas. Assim, podemos considerar estes três aspetos como sendo os principais indicadores decisivos quanto aos valores da mortalidade dos expostos e no que se refere ao papel das amas (Silva, 2012: 476).

Também é de salientar os nomes que eram atribuídos aos expostos, que não eram acompanhados de mensagem com o nome a dar, a estes normalmente “era dado um nome próprio simples...com o segundo nome a aparecer ligado a um acontecimento ou a qualquer simbologia cristã...associado aos “apelidos” Exposto e Exposta” (Fonte, 2004: 307), sendo exemplo disso os nomes “Augusto Cezar”; “Pompeo”; “Aires”; “José de Jesus”; “Maria”... entre tantos outros e alguns deles sinónimos de verdadeira inspiração, como o caso de “Severo”, “Luis de Camões”... (*Registos de Baptismos de Expostos*).

Esses nomes eram eles próprios, sobretudo quando acompanhados pelo sobrenome “Exposto”, uma conotação da própria condição da criança – exposta. Constituíam-se uma forma de rotulagem contribuindo para o acentuar das representações sociais depreciativas face estas crianças e à sua condição, o que se vai perpetuar ao longo dos séculos associado ao abandono infantil. Crianças que nem tinham direito a nome de família e com ele uma ligação fraterna seriam então identificadas, não como pertença duma família, mas como pertença duma condição.

Em relação à adoção de crianças expostas, esta só podia ocorrer por meio de perfilhação, primeiramente para as amas e só depois para alguém que mostrasse interesse em perfilhar determinada criança. Caso houvesse plena vontade em adotar como meio de criação duma relação de “filiação”, esta só poderia ocorrer ao “oferecerem-se para a sua criação gratuita, antes de terminado o período de criação, libertando as câmaras dos encargos” (Fonte, 2004: 464). Estes casos eram reclamados essencialmente por casais sem filhos, a quem perpetuar o seu património familiar. Este aspeto ainda hoje é fortemente enumerado como principal razão da candidatura à adoção, a impossibilidade de uma parentalidade biológica.

Por vezes eram estreitados os laços afetivos com as amas, e acabando o período de criação, estas crianças passariam a integrar o meio familiar das mesmas, como mais um membro da família “Algumas das amas passaram a exercer a tutela sobre esses expostos, umas utilizando o seu trabalho em benefício do próprio agregado familiar, outras assoldando-os noutras casas, a maior parte das vezes como criados de servir” (Fonte, 2004: 470). Novamente podemos referir as estratégias de lucro que advinham das crianças expostas, podendo estas serem utilizadas como mão-de-obra ou fonte de rendimento ao meio familiar da ama. No entanto, também as haviam as que se integravam no meio familiar e seriam tratadas e cuidadas como se de filhos biológicos se tratasse. Contudo, muito longe ainda estamos da atual realidade dos processos de adoção como os conhecemos hoje, em que a criança ao ser adotada ganha direito legítimo no seio da família e estatuto de filho.

Com a Carta de Lei de 1867, as Rodas de Expostos são extintas e substituídas por Hospícios. Só na ilha Terceira, nesse mesmo ano, contavam-se 214 crianças expostas nas Rodas (Livro 26- *Livro do Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo*), apesar de

decretado o seu encerramento, este não ocorreu uniformemente por todo o reino. Em Angra do Heroísmo as Rodas apenas foram extintas em 1874. “Em substituição das rodas agora abolidas, decreta-se a criação de hospícios, destinados a admitir não só os expostos mas também crianças abandonadas (de pais conhecidos) e indigentes” (Torga & Roque, 1993: 505).

Observemos a seguinte tabela para tentarmos avaliar a dimensão deste fenómeno, tomando como base o exemplo da ilha Terceira, em particular, de Angra do Heroísmo.

Tabela 1. Número de Expostos Entrados na Casa da Roda de Angra do Heroísmo, 1850 - 1874

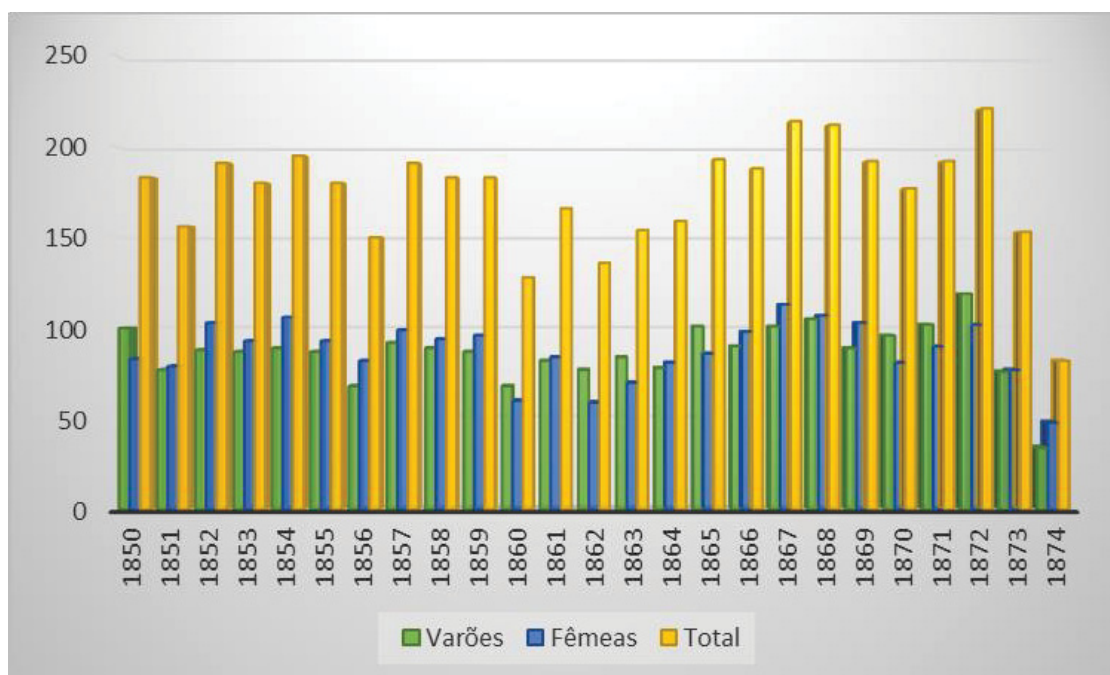
Ano	Varões	Fêmeas	Total
1850	100	83	183
1851	77	79	156
1852	88	103	191
1853	87	93	180
1854	89	106	195
1855	87	93	180
1856	68	82	150
1857	92	99	191
1858	89	94	183
1859	87	96	183
1860	68	60	128
1861	82	84	166
1862	77	59	136
1863	84	70	154
1864	78	81	159
1865	101	86	193
1866	90	98	188
1867	101	113	214
1868	105	107	212
1869	89	103	192
1870	96	81	177
1871	102	90	192
1872	119	102	221
1873	76	77	153
1874	34	48	82

¹ Até 30 de Junho de 1874, data de encerramento da Casa da Roda de Angra do Heroísmo.

Fontes: Livros do Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:

Livro dos Expostos da Casa da Roda 1º de Maio de 1849 até 8 de Maio de 1851; Livro 17, Livro dos Expostos da Casa da Roda- 1851; Livro 7, Expostos da Roda 1855 a 1857; Livro 10, Expostos 1857; Livro 9º, Expostos 1856; Livro 8, Expostos Entrados na Casa da Roda 1857 a 1859; Livro 11, Expostos 1858; Livro 9º, Expostos Entrados na Casa da Roda 1859 a 1860; Livro 1º A, Expostos 1861; Livro 23, Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda: desde 20 Abril de 1861; Livro 24 Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1863; Livro 13, Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1866; Livro 26, Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1867; Livro 27, Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1869; Livro 28, Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1870; Livro 29, Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda, 1872; Livro 30, Registos dos Expostos Entrados na Casa da Roda em Abril de 1874; Livro 31, Registos dos Expostos Entrados na Casa da Roda em Maio de 1874; Livro 32, Registos dos Expostos Entrados na Casa da Roda em Junho de 1874; Livro 33, Registos de Expostos 1874-1877.

Gráfico 1. Número de Expostos entre 1850 e 1874 em Angra do Heroísmo

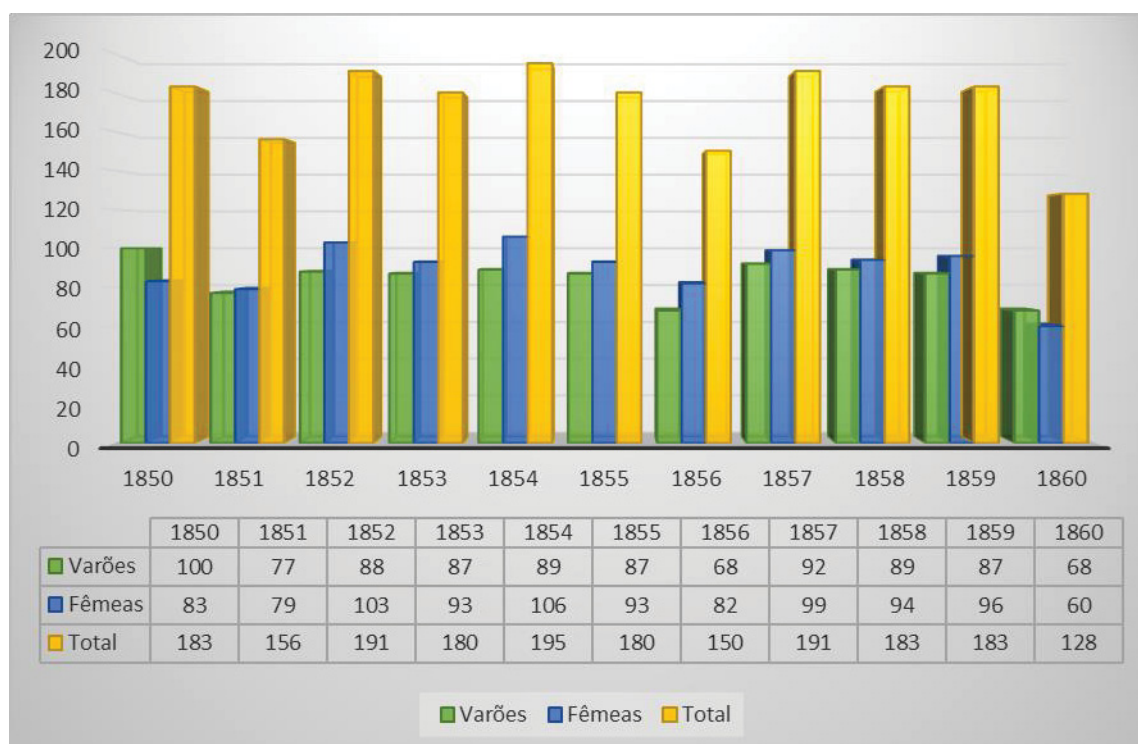


Fontes: Livros do Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Referentes à tabela 1.

É de referir que os dados referentes à Casa da Roda da Praia da Vitória estão muito danificados, sendo possível apenas a análise do “Livro de Registos de Expostos Atualmente Existentes” de 1870, ano em que se deu a unificação das duas Rodas da ilha, ou seja, encerrou a da Vila da Praia da Vitória e apenas passou a existir a de Angra do Heroísmo.

Fazendo uma leitura transversal ao gráfico anterior, sobressai o ano de 1860 onde é notório o menor número de exposições, no período em análise, com 128 exposições, sendo destes 68 meninos e 60 meninas. Também é de salientar o facto de não haver sexo predominante nas exposições, estes oscilam alietóricamente ao longo dos anos. Contudo, é de referenciar o aumento de exposições nos anos antecedentes ao encerramento da Roda de Angra do Heroísmo, ou seja, a partir de 1867, os valores tendem a ser dos mais altos, oscilando entre 214 em 1867 e os 221 em 1872, diminuindo significativamente no ano seguinte para 153 exposições. O ano de 1874, é aqui apresentado apenas como termino desta etapa da Casa da Roda, não devendo ser tido em análise uma vez que apenas constam dados até 30 de Junho, visto esta ter iniciado a 1 de Julho novas funções, como Hospício.

Gráfico 2. Número de Expostos entre 1850 e 1860 em Angra do Heroísmo

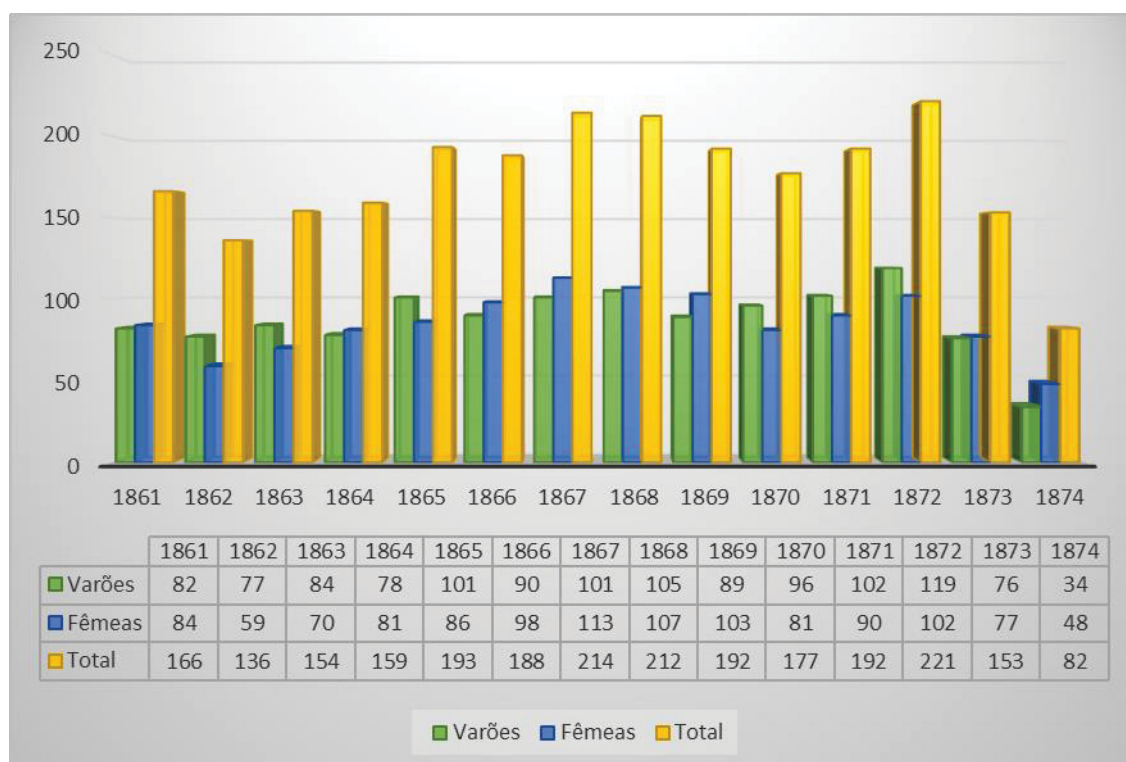


Fontes: Livros do Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Referentes à tabela 1.

É de salientar os anos de 1856 e 1860 como sendo os anos de menor número de exposições, embora 1860 seja o ano de valor mais baixo, com apenas 128 exposições. Em

contrapartida o ano de 1854 é o que apresenta um número mais elevado deste período em análise, com 195 crianças a darem entrada na Casa da Roda. É de referir que o período que apresenta valores mais constantes situa-se entre 1852 e 1855, oscilando em valores entre 180 e 195. Também o período entre 1857 e 1859 apresenta uma certa proximidade de valores ao período anterior, os restantes anos apresentam valores mais baixos e ocorrem esporadicamente entre os períodos supramencionados como constantes.

Gráfico 3. Número de Expostos entre 1861 e 1874 em Angra do Heroísmo



Fontes: Livros do Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Referentes à tabela 1.

Apesar de ter sido decretado o encerramento das Casas das Rodas em 1867, é curioso verificar, no período em análise, os valores mais significativos centram-se no período posterior à Carta de Lei de 1867, apresentando precisamente neste ano, o maior número de crianças expostas desde 1850, com 214 crianças expostas na Casa da Roda de Angra do Heroísmo. Esse valor só será ultrapassado 5 anos depois, em 1872 com o número máximo de expostos em 24 anos de análise, com 221 expostos, dois anos antes do

verdadeiro encerramento da Roda na ilha Terceira, que culmina com 82 expostos, no ano de 1874 até dia 30 de junho (data encerramento da Roda).

Os Hospícios

Com a Carta de Lei de 1867 são várias as alterações introduzidas na exposição de menores desvalidos. De entre elas, e talvez a mais significativa, é o fim do caráter de anonimato que prevalecia nas Rodas, passa a ser obrigatória a identificação dos progenitores e explicitação do motivo da exposição (Lopes, 2010: 12).

Contudo, não há uma total rutura com o sistema antecedente, isto porque grande parte dos Hospícios continuaram a funcionar no mesmo espaço das anteriores Rodas, como no caso do Hospício de Angra do Heroísmo e da Vila da Praia da Vitória, que operaram nas antigas Casas da Roda.

Em consequência do *Código Civil* de 1867, a 21 de Novembro do mesmo ano, é decretado o “Regulamento Nacional para o Serviço de Expostos”, que vem prever a subdivisão em secções das instituições de assistência à infância exposta, abandonada e indigente, sendo estas: 1- espaço destinado à criação de crianças expostas, abandonadas e indigentes; 2- enfermaria da maternidade; 3- creche. (Fonte, 2004: 188). Esta última secção destinava-se a crianças não abandonadas mas como forma de auxílio às mães trabalhadoras.

No entanto, em 1888 novas reformas surgem para o sistema de assistência à infância abandonada e indigente, com o “Regulamento para o Serviço de Expostos e Menores Desvalidos ou Abandonados”. Pelo Decreto de 5 de Janeiro de 1888, clarificam-se e discriminam-se as situações de “Criança abandonada”, filhos de pais conhecidos mas que desapareceram, deixando-as desamparadas; “Expostos”, filhos de pais incógnitos; “Crianças desvalidas”, crianças cujos pais estão impossibilitados de as criarem, quer seja por miséria, prisão, morte, doença... (art.º 2º).

Até à idade dos 7 anos, estas crianças estariam a cargo das Câmaras Municipais e posteriormente até aos 18 anos das Juntas Gerais, cessando a partir desta idade a obrigação do Estado perante a criança exposta, abandonada ou desvalida (art.º 1º e art.º 3º). Dos 7 aos 12 anos, as crianças ingressavam num “Asilo-escola de artes e ofícios, onde com a devida

separação dos sexos serão mantidos e educados” ou ainda como serviçais para particulares (art.º 43).

Neste Regulamento também vem legislado o subsídio de aleitamento como medida de apoio às famílias mais carenciadas e como forma de combate à exposição, constituindo-se como incentivo à criação dos próprios filhos. Isto leva-nos a refletir e a comparar com o atual abono de família embora em sentido mais lato e vocacionado para o combate ao abandono. Portanto isto faz-nos concluir que estes pequenos incentivos ao evoluíram encontram quase que uma parceria na atualidade, fazendo-nos refletir se não seriam estes os verdadeiros impulsionadores das medidas atuais de apoio social.

Nas palavras de Teodoro Fonte “com esta alteração da oferta institucional, a admissão condicionada de expostos acabou por originar uma queda acentuada no número de exposições, simultaneamente com o aumento da concessão do subsídio de aleitação” (Fonte, 2008: 10). Portanto, esta estratégia trouxe aspetos positivos, embora contribuisse para a diminuição nos cofres do Estado, este seria esbatido com os gastos implicados com a criação dos expostos, e incentivava, desta forma, a criação dos filhos no seio familiar, o que contribuí fortemente para a diminuição das taxas de mortalidade infantil. Pois o subsídio seria atribuído nos primeiros 12 meses de vida da criança (ou mais 6 meses), ao invés da criação do exposto que culminava com 7 anos de custos. (Decreto de 5 de Janeiro de 1888).

Estes subsídios eram “requeridos por mulheres casadas e viúvas só concedidos em casos de extrema necessidade, nomeadamente quando algum dos progenitores ficava doente ou falecia” (Fonte, 2004: 408). No entanto, é de salientar o carácter moral que impregna neste decreto, como no caso da atribuição deste subsídio, este só ocorreria no caso dos progenitores “que não forem mal comportados” (Decreto de 5 de janeiro de 1888, art.º 28). A idoneidade moral tinha um peso brutal na gestão da dinâmica deste sistema. O próprio modelo de fiscalidade imposto no novo regulamento, não aceitava a exposição como aleatória, esta teria de ser justificada e comprovada, por idoneidade moral ou por atestado de pobreza.

Essa fiscalidade incidia na elaboração dum registo das mulheres solteiras e viúvas “não recatadas” que estivessem grávidas; os regedores tinham de dar conhecimento das gravidezes nas suas paróquias; as mães teriam de informar do parto; eram realizadas visitas

ao domicílio das amas para ver as crianças, bem como visitas do médico a fim de se fiscalizar as condições de saúde e higiene da criança (Decreto de 5 de janeiro de 1888, capítulo VII).

O peso desta fiscalidade também fica a dever-se ao facto das amas utilizarem várias estratégias lucrativas e de negócio através dos expostos. No caso de falecimento duma criança, facilmente esta era substituída por outra garantindo desta forma a manutenção dos honorários da ama (Fonte, 2004: 237). Como também no caso das mães que exponham temporariamente ou que se ofereciam posteriormente como amas.

Como já foi referido, foram várias as estratégias de negócio advindas das crianças expostas. Para tentar controlar este sistema de estratégias, o Decreto de 5 de janeiro de 1888, vem novamente frisar o uso do selo como forma de identificação da criança (já havia sido feito, mas após várias abolições, irregularidades e desavenças com as medalhas ou selos de identificação impostos anteriormente, em 1888 volta a ser vincado o uso do mesmo mecanismo de identificação), e de controlo das próprias amas.

Assim, o selo constituía-se como sendo uma “etiqueta” este “fixará seguramente as extremidades de um cordão resistente de linho colocado ao pescoço da criança de modo que, nem a constraña, nem possa tirar-se pela cabeça, e terá uma legenda impressa com o nome da câmara municipal respectiva, ou do hospício, em que for admitida a criança, e o respetivo número de ordem” (Decreto de 5 de Janeiro de 1888, art.º 17, paragrafo 2º). Como este era fixo não havia possibilidade de trocar as crianças e o selo, e este só seria cortado aquando do falecimento da criança, que tinha de ser comunicado, exatamente para se proceder ao corte do selo, bem como era exigido às amas o cuidado na conservação e uso do mesmo. Quando este estivesse em más condições, deveriam ser tomadas as diligências necessárias à sua substituição (art.º 20, paragrafo 4º e 5º), tentando-se desta forma controlar as falcatuas praticadas.

O uso do selo faz-nos refletir acerca das representações sociais face essas crianças. As crianças eram vistas como forma de obtenção de lucro, pois aquando do seu falecimento, eram facilmente repostas, e eram indivíduos marcados pelo selo da sua condição – exposta. Este era um rótulo que as acompanharia por longos anos, mesmo após a sua integração na sociedade: passariam uma infância com uma “etiqueta” pendurada no pescoço, quase que gritando para todos “sou exposto”. Tal como o próprio sobrenome

“Exposto” também contribuía para essa mesma sinalização, entre outros aspetos que tem vindo a ser referidos neste estudo. Portanto, a criança exposta vivia rodeada de representações depreciativas, pois todo o seu meio era sinalizador da sua condição.



Fig. 7 – Um Selo dos Expostos. Fonte: Fonte, Teodoro (2004). *No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada do Alto Minho (1698-1924)*. Dissertação de Doutoramento em História. Instituto Ciências Sociais.

É notória, uma certa preocupação com a formação do indivíduo, sobretudo em termos morais mas também das suas capacidades físicas. É importante que sejam preparados para a vida ativa, que aprendam um ofício. Isto está patente no Regulamento para o Serviço dos Expostos e Menores Desvalidos ou Abandonados de 1888, “O ensino...terá por objeto a educação profissional dos alunos, inculcando-lhes o amor do trabalho e os princípios morais e religiosos” (art.º44, paragrafo 1º). Evidencia-se uma preocupação com a futura integração na sociedade habilitando-se assim as crianças para o desempenho dum ofício. Sendo também responsabilizadas as próprias amas da frequência na escola (art.º 20, paragrafo 7º).

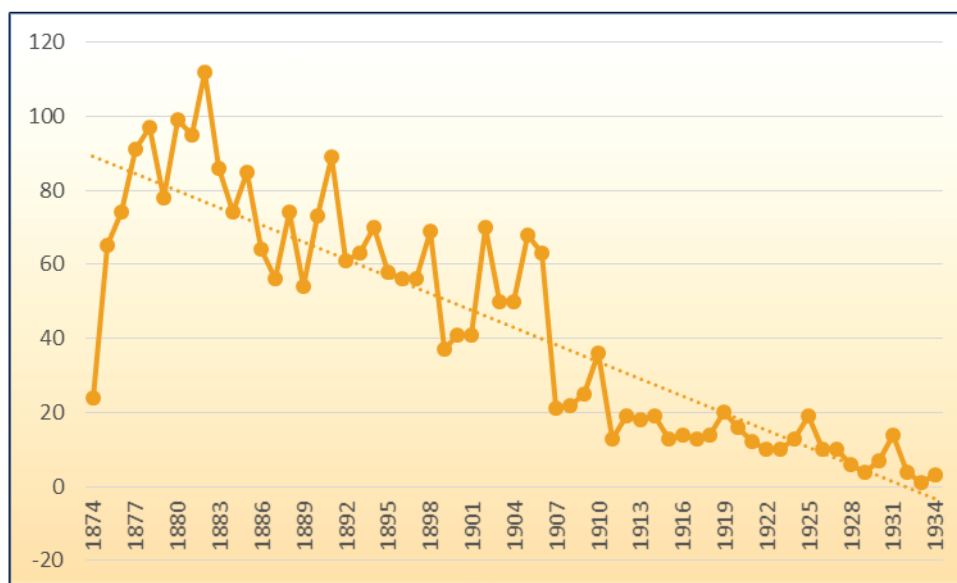
Com os finais oitocentistas e a entrada no século XX, torna-se evidente uma maior preocupação com as crianças expostas e transparência na sua ação, ficando a dever-se ao

facto de a exposição ter deixado de ser um ato anónimo e ter passado a ser justificado e identificado. A própria preocupação com a formação para a vida activa da criança exposta vem exemplificar essa consciencialização, bem como a preocupação em manter as crianças no seio da família, através dos subsídios de aleitamento que vem funcionar como uma mais-valia para as famílias mais carenciadas e contribuir para a diminuição da exposição. De acordo com o debate registado na sessão de 13 de Maio de 1890, da *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* (n.º15) “o que ainda resta por fazer para completar as caridosas instituições das creches e dos asilos de infância desvalida, criando-se colégios municipais onde os filhos dos pobres e os dos menos abastados possam obter educação e instrução literária, e sobretudo a profissional”.

Com o decreto de 14 de abril de 1891, que regulamenta o trabalho das mulheres e menores, decreta-se o apoio às mães trabalhadoras, no sentido em que se cria a obrigatoriedade das fábricas criarem um espaço destinado a creches, como forma de proximidade mãe-filho, não impedindo as mães de trabalhar como meio de contributo à subsistência da família, nem obrigar à exposição. O capítulo V do presente decreto, destina-se todo ele às creches, “Cada uma das fábricas, em que trabalharem mais de cinquenta mulheres por dia, terá uma creche com as acomodações e condições higiénicas” (art.º 21). Demonstra-se assim, uma preocupação do Estado em envolver a comunidade na problemática infantil, criando esforços conjuntos de apoio às famílias e à maternidade. Outra medida de apoio à maternidade era a impossibilidade das mães trabalharem nas primeiras 4 semanas subsequentes ao parto (art.º 22). Ora este esforço, se o analisarmos à luz da legislação actual, vamos encontrar uma parceria com as licenças de parentalidade, embora no século XIX apenas se destina-se à mulher, visto ser dela a responsabilidade de cuidar e criar os filhos. Estamos a falar em primórdios básicos mas que poderiam ser eles impulsionadores das actuais medidas de protecção à infância, que foram surgindo consoante as necessidades sociais. Também o facto de a mãe poder ir à creche amamentar o filho (art.º 23), vem ilustrar a preocupação com os cuidados pós-natais da criança, criando-se assim uma rede de assistência infantil e de algum facilitismo perante as mães trabalhadoras, permitindo uma maior assistência familiar e desta forma contribuir para a diminuição das exposições e mortalidade infantil.

Analise os dados seguintes, referentes ao final do século XIX das Entradas dos Expostos no Hospício de Angra do Heroísmo.

Gráfico 4 - Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo – 1874 a 1934



Com a criação das medidas supracitadas, podemos assistir a um declínio no número de exposições, sobretudo a partir de 1882, ano que apresentou o maior número de exposições, 112. Desde então tem caído o número de crianças expostas, embora verificando-se ainda alguns picos oscilatórios ao longo dos anos, no entanto marca uma tendência diminuta. A partir de 1907 e com o aproximar da Implementação da República os valores caem a pico, não voltando a apresentar valores tão significativos como anteriormente.

Tabela 2 - Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo de 1874 a 1934.

Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo											
1874-1934											
1874	24	1885	85	1896	56	1907	21	1918	14	1929	4
1875	65	1886	64	1897	56	1908	22	1919	20	1930	7
1876	74	1887	56	1898	69	1909	25	1920	16	1931	14
1877	91	1888	74	1899	37	1910	36	1921	12	1932	4
1878	97	1889	54	1900	41	1911	13	1922	10	1933	1
1879	78	1890	73	1901	41	1912	19	1923	10	1934	3
1880	99	1891	89	1902	70	1913	18	1924	13		

1881	95	1892	61	1903	50	1914	19	1925	19		
1882	112	1893	63	1904	50	1915	13	1926	10		
1883	86	1894	70	1905	68	1916	14	1927	10		
1884	74	1895	58	1906	63	1917	13	1928	6		

Fontes do gráfico 4 e da tabela 2: Livros do Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:

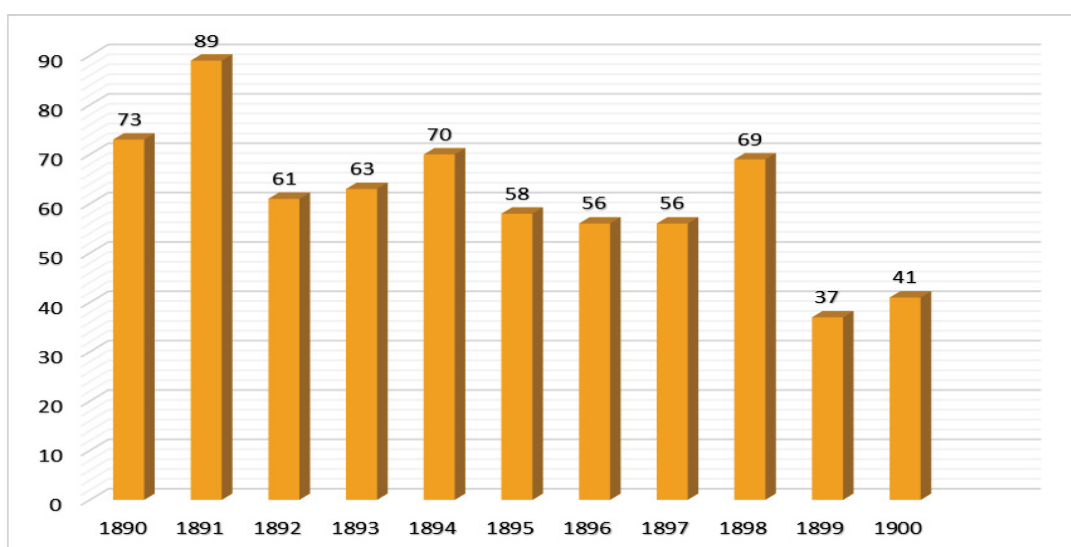
Livro 18, *Matrícula das crianças entradas no Hospício d'Angra do Heroísmo, Livro 1º Julho 1874 a Junho 1877*; Livro 19, *Matrícula das crianças entradas no Hospício d'Angra do Heroísmo, Livro 2º Julho 1877 – 1879*; Livro 20, *Expostos Livro n.º 1, 1879-1882*; Livro 21, *Expostos Livro n.º 2 1882 a 1885*; Livro 22, *Expostos Livro n.º 3, 1886*; Livro 23, *Expostos Livro 1ª, 1887-1890*; Livro 24, *Expostos Livro 2ª 1890-1894*; Livro 25, *Expostos Livro 3ª 1894-1899*; Livro 26, *Expostos Livro 4ª*; Livro 25, *Expostos Livro 5º*; Livro 29, *Expostos Livro 6ºB*.

Com o decreto de 14 de abril de 1891, evidencia-se também, uma preocupação com a instrução dos menores trabalhadores, destacando-se a obrigatoriedade dos mesmos frequentarem a escola e nalguns casos, da necessidade da própria fábrica ter ou contribuir para um estabelecimento de educação primária (art.º 25, capítulo VI). Sendo então obrigação da fábrica gerir os horários dos menores em idade escolar, de modo que estas sejam compatíveis com os da escola que deverá ocorrer “durante o tempo livre do trabalho e fora das horas de descanso” (art.º 24, parágrafo único).

Contudo, e como podemos assistir no quadro anterior, estas medidas não são totalmente eficazes, no sentido em que se continua a assistir a um certo número de exposições no Hospício de Angra do Heroísmo, apesar da diminuição dos mesmos. De acordo com o *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, de 29 de Agosto de 1905, 22ª Sessão, parafraseando Cassiano Neves “Podem-se contar as fábricas que mantêm creches para os filhos das operárias”. Portanto estas medidas em muitos casos ainda eram remetidas para segundo plano, mostrando-se insuficientes para fazer face à problemática da exposição infantil. Nesta sessão também são apresentados os dados estatísticos referentes ao abandono e mortalidade infantil na cidade de Lisboa “no decénio de 1890-1900, foram abandonadas, anualmente, 283 crianças, e houve, por ano, 18 infanticídios.” Portanto a situação estava longe de ser resolvida “a nossa infância desvalida não encontrou ainda da parte do Estado a protecção, a assistência a que tem direito” (22ª Sessão da Câmara dos Senhores Deputados - 29 de Agosto de 1905). Em Angra do Heroísmo os dados também são alarmantes, referentemente ao abandono infantil evidenciado com as entradas no

Hospício da cidade, que apresentam no mesmo decénio um total de 673 entradas, ilustradas no gráfico seguinte.

Gráfico 5 - Entradas no Hospício de Angra do Heroísmo no Decénio de 1890 a 1900



Fontes: Livros do Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:

Livro 24, *Expostos Livro 2º A 1890 – 1894*; Livro 25, *Expostos Livro 3º A 1894-1899*; Livro 26, *Expostos Livro 4º A*.

Assim vai-se verificando uma diminuição no número de exposições e um aumento no número de crianças subsidiadas. Com a entrada no século XX torna-se evidente a necessidade de adaptação às novas exigências e valorização da criança, como ser único e com especificidades próprias. Na 22.^a *Sessão da Câmara dos Senhores Deputados* de 29 de Agosto de 1905, no seu diário, podemos assistir a uma continuada preocupação com a infância desvalida esta “ainda não encontrou da parte do Estado a proteção, a assistência a que tem direito... todos compreendem que a proteção às crianças implica naturalmente protecção às mães... desde a protecção à mãe nos meios fabris, até à investigação da paternidade... já há alguma coisa a esse respeito; mas há ainda muito a fazer”. Longo será o caminho que se há-de percorrer até que a infância seja verdadeiramente reconhecida e tenha a assistência devida.

De acordo com o Regulamento para o Serviço das Crianças Recém-Nascidas, Desvalidas ou Abandonadas do Concelho de Angra do Heroísmo de 1915, são admitidas no Hospício as crianças abandonadas em qualquer lugar desde que não se conheçam os progenitores, filhos ilegítimos, os filhos cujas mães precisam trabalhar por este ser o único meio de subsistência da família, ou podem estas, ou as amas escolhidas, serem subsidiadas, desde que comprovem a sua condição de miséria. (art.º4º, 5º e 6º). Revela-se novamente uma abrangência e envolvimento da sociedade face a infância desvalida, no sentido em que prevê a obrigatoriedade e recompensa a quem encontrar uma criança abandonada, devendo encaminhá-la ao comissário de polícia (art.º 22).

A par do Hospícios, os enjeitados também eram apoiados pelos Asilos de Infância Desvalida.

Asilos de Infância Desvalida

Enquanto as Rodas dos Expostos foram dando lugar aos Hospícios e à atribuição de subsídios de lactação — criminalizando-se mesmo a exposição em lugares públicos — ao longo do século XIX, os asilos vieram substituir os antigos e obsoletos recolhimentos, assumindo várias valências, entre elas, a da proteção à infância. Daí, a proliferação dos Asilos de Infância Desvalida, como verdadeiros abrigos para crianças indigentes, abandonadas ou órfãs (Silva, 2012). Segundo Vítor Ribeiro, o surgimento destas instituições, sucessoras dos orfanatos, resultou de um incremento do sentimento de amparo à infância desfavorecida e, com as reformas liberais, obtiveram apoio régio e governamental, não obstante a relevância dos particulares que, individualmente ou através de associações, fundaram, administraram ou auxiliaram asilos (Ribeiro, 1907: 153).

Em 1836 já existiriam, em Lisboa, cinco Asilos de Infância, dois no Porto e um, respetivamente, em Coimbra, Leiria, Aveiro, Santarém e Funchal. Em Ponta Delgada, há muito que o Padre César Augusto Ferreira Cabido recebia, em sua casa, crianças indigentes e desamparadas, pelo que em 1857 foram aprovados os primeiros estatutos do então Asilo de Infância Desvalida, desta cidade, cujas instalações permaneceram na casa do referido clérigo, doada, por sua morte, para este fim (Silva, 2012: 609).

A cidade de Angra do Heroísmo também conheceu uma instituição similar. Em 1858, “É concedido o edifício do extinto convento de Santo António dos Capuchos, da cidade (...), à Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, ereta na igreja do mesmo convento, para servir de casa de Asilo de Infância Desvalida” (Ministério da Fazenda – *Diário do Governo* de 2 de Março, nº 51, Lei 27 de Fevereiro de 1858). Esta irmandade exercia atividade de acolhimento de crianças desde 1853, de acordo com os seus estatutos, aprovados pelo Decreto de 8 de Junho do mesmo ano.

Esta instituição pretendia assim fazer face às lacunas sociais e assistenciais à infância desprotegida. Para este fim, tinha por compromisso, sustentar e educar crianças pobres, “que por abandono, orfandade, falta de forças e indigência de suas famílias, não tiveram meios de sustentar-se” (art.º 2º), sendo admitidas crianças entre os 3 e os 9 anos, havendo diferenciação entre sexos. As do sexo masculino poderiam permanecer no Asilo até à idade dos 12 anos e as do sexo feminino até aos 15. (art.º 4º, Decreto de 8 de Junho de 1853).



Fig. 8 – “As Meninas do Asilo”. Fonte: Mota, Valdemar (2003) *A Irmandade de Nossa Senhora do Livramento nos seus 150 anos*. Angra do Heroísmo: Irmandade de Nossa Senhora do Livramento.

Ao contrário das Rodas e dos Hospícios, as crianças eram asiladas a partir duma idade mais avançada, neste caso 3 anos, ao invés das outras duas instituições que recebiam

recém-nascidos. Assim, os Asilos de Infância Desvalida seriam um complemento a uma infância carenciada e desprovida de sustento, procurando evitar outras formas de exclusão social ou de comportamentos desviantes como a delinquência infantil e juvenil. Além disso, os Asilos também seriam complementares à ação da família se, no caso dos Açores, por exemplo, tivessem funcionado como forma de acolhimento enquanto as mães iam trabalhar, funcionando numa lógica dos atuais infantários. Mas, ao contrário do que aconteceu no continente, não há notícia da existência de creches nas ilhas (Ribeiro, 1907), devido, seguramente, à rusticidade das sociedades locais.

Como refere Teodoro Fonte, os Asilos de Infância Desvalida deveriam assumir uma função de “acolhimento e assistência à infância abandonada” (Fonte, 2004: 200), pelo que podemos afirmar que estas instituições representam o modelo que antecedeu os atuais Lares Residenciais de Acolhimento a Crianças e Jovens em Risco. E para complementar essa ideia de proximidade à atualidade, é de referir que o atual Lar Residencial de Angra do Heroísmo continua a funcionar e a pertencer à Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, tal como o foi o Asilo de Infância Desvalida. Apesar de decorridos 163 anos, ainda hoje, o espaço então cedido ao Asilo de Infância Desvalida de Angra do Heroísmo, em 1853, continua a destinar-se a crianças com necessidade de acolhimento.

No século XIX, a nível educativo, dava-se enorme importância à formação física e moral dos indivíduos, “habitando-os ao asseio, ordem e disciplina” (art.º 6 parágrafo 1º, Decreto de 8 de Junho de 1853). Destacava-se a vertente doutrinadora, atinente à prevalência dos bons costumes, bem como dos princípios religiosos: “a instrução compreende a Doutrina Cristã, e o ler, escrever e contar”. Para além da preparação física, cognitiva e moral da criança, estas também eram instruídas no sentido de aprenderem um ofício, consoante o sexo. As meninas preparavam-se para os serviços domésticos e os rapazes formavam-se com os mestres, para o desempenho duma arte ou ofício (art.º 6 parágrafo 2º e 3º Decreto de 8 de Junho de 1853). Mas, a manutenção da honra e da moral femininas, afigurava-se ainda mais relevante, não só porque as meninas podiam permanecer no Asilo até aos 15 anos, como deviam ser educadas, dentro dos limites impostos pela inocência e pelo pudor, como boas donas de casa, progenitoras e esposas ou, em última instância, criadas de servir. Na expressão de Sandro Serpa recebiam “formação enquanto mulheres moralmente aceitáveis, numa integração social controlada, essencialmente como mães, esposas e/ou empregadas domésticas” (Serpa, 2014: 6).

Para a admissão das crianças no Asilo, eram requisitos obrigatórios “certidão de nascimento (...) atestação da sua orfandade e desamparo, ou da pobreza de seus pais (...) atestação de que não padece moléstia contagiosa, e já teve bexigas, ou foi vacinada” (art.º 5º, Decreto de 8 de Junho de 1853). Deste modo, podemos inferir que as questões sanitárias não eram descuradas. De resto, sendo esta uma instituição de matriz religiosa, seria expectável que a vertente Cristã impregnasse o quotidiano, inclusive como requisito obrigatório para a admissão das crianças. Como temos oportunidade de constar por intermédio do art.º 5º, a criança deveria fazer-se acompanhar duma certidão de batismo ou então por “documento autêntico de que a criança (...) é Católica, Apostólica Romana” (Decreto de 8 de Junho de 1853).

Uma vez mais, os estatutos reforçam a preocupação com a sobrevivência das crianças, a sua segurança e afastamento face aos perigos que a sociedade podia infligir, pela sua condição de inocentes e indefesas. No art.º 6º, pode ler-se: “as crianças indigentes, admitidas no Asilo, são sustentadas, agasalhadas e educadas (...) promovendo o seu bem-estar e desviando-as de todo o perigo por meio de contínua vigilância”. Se havia preocupação com o bem-estar físico, também havia com a sua integridade moral. As crianças do Asilo eram enclausuradas e vigiadas, de modo a garantir-se um teto e a evitar-se a sua “contaminação” por comportamentos desviantes ou imorais, quando, pela sua condição socioeconómica, se supunham com maior predisposição para a delinquência, marginalização ou outro qualquer comportamento considerado imoral ou inadequado.

Era notória a preocupação social com as crianças desvalidas da ilha Terceira e, pela análise da imprensa, podemos verificar que por várias diligências de senhores da elite local, em 1894, chegaram à ilha três irmãs da ordem de S. José de Cluny e da Missão, para dirigirem o Asilo de Infância Desvalida de Angra do Heroísmo, pois “muitos tem sido os benefícios que tão nobre instituição tem espalhado entre os desvalidos açorianos”, (*A União*, n.º 296, 27 de novembro de 1894) e por isso mesmo merecem um investimento e proteção pública. Comprova-se, novamente, a preocupação com a infância desvalida e abandonada, com mais este apoio moral e religioso, patrocinado pela esfera pública ou privada.

Apesar do apoio do Estado, a caridade promovida pelos particulares desempenhava um papel crucial no bom funcionamento deste tipo de instituições. “A maior parte das

instituições como o Asilo de Infância Desvalida sobreviviam graças às doações e esmolas, lutando contra inúmeras e diárias dificuldades” (Silva, 2012: 171). No periódico terceirense *A União*, eram noticiados os donativos particulares, ou seja, as “ofertas” feitas ao Asilo, acrescidas dos respetivos agradecimentos. Foram exemplo disto, o donativo da D. Francisca Borges Lemos, no valor de 1\$250 réis, destinados ao forro dos vestidos das meninas do Asilo, como também as 4 rosquilhas doadas pelo Sr. José Júlio da Rocha, para o almoço das crianças asiladas (*A União*, n.º 1973, 2 de Agosto de 1900). Também neste jornal podemos testemunhar alguns donativos feitos por ex-asilados, como o caso de Manuel, filho de Juliana Cândida, residente no Brasil, que doou uma caderneta da Caixa Económica de Angra de Heroísmo e os juros, no valor de 54\$680 réis.

Apesar da boa vontade de muitos cidadãos, eram várias as dificuldades que se colocavam a estas instituições de solidariedade social.

“Se estes estabelecimentos de caridade pretendiam zelar pelos mais carenciados e desvalidos, retirando-os das ruas e das malhas da solidão e do abandono, provendo ao seu sustento e abrigo, (...), paradoxalmente, tinham eles próprios de enfrentar alguns problemas financeiros, dependendo do auxílio e da caridade de benfeitores particulares, de subscrições e de esmolas, de onde se inferem a relevância das sociedades ou das irmandades a elas subjacentes” (Silva, 2012: 612).

Também os Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Vitória, datados de 1902, contemplavam a criação dum Asilo destinado à Infância Desvalida deste concelho, tendo em vista acolher “um certo número de crianças desvalidas, com o fim de atender ao seu sustento e vestuário, educação, instrução e futuro destino” (Capítulo I, art.º3, 6º parágrafo). Sobressaí, de novo, a preocupação com a formação do indivíduo, mas também com o seu futuro e integração social.

Ainda é de referir que, no caso da ilha Terceira, como noutras ilhas do arquipélago, os Asilos foram implementados e incidiram a sua ação nas cidades concelhias. Segundo Susana Serpa Silva, “a concentração dos asilos nas localidades urbanas, mais extensas, terá resultado precisamente do número de casos de exclusão e pobreza, e ao mesmo tempo, da maior proximidade de recursos e meios” (Silva, 2012: 134).

Mas, o futuro e a integração social destas crianças era muito incerta, sem grandes perspectivas de prosperidade. Muitas foram as que na miséria sobreviveram e nela

permaneceram em idade adulta. Parafrazeando o discurso de Cassiano Neves “ (...) há também uma desvalorização qualitativa, pois que um grande número de crianças desvalidas, que não foram ceifadas, o vão ser, pela miséria que as rodeou” (*Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 22ª Sessão, 29 de Agosto de 1905).

Apesar de termos focado a nossa análise no Asilo de Angra do Heroísmo, o que acabamos de descrever era transversal ao país, em geral. Recorremos a excertos do *Diário da Camara dos Senhores Deputados* para ilustrar a realidade da ilha Terceira, no entanto, muitos dos excertos e das observações correspondiam à generalidade nacional, sem deixar de estar em consonância com a realidade açoriana e terceirense, em particular. Os Asilos de Infância persistiram, afinal, até ao século XX...

Este era o panorama dos finais do século XIX inícios do século XX. Como forma de proteção e assistência da infância podia-se contar com as Casas da Roda, posteriormente os Hospícios e os Asilos de Infância Desvalida. Contudo e como podemos assistir no presente estudo, muito há ainda por fazer pela infância indigente e desvalida. Vários foram os mecanismo estratégicos de proveito em função da criança exposta, uns encarados como mais-valias outros como meios únicos de sobrevivência. Estas estratégias analisadas à luz da realidade atual mostram ser elas as impulsionadoras das medidas atuais de proteção e assistência à criança e jovem em risco.

Ainda é de refletir acerca das representações face a criança exposta. Esta era de certa forma, marcada pelo seu destino, tudo eram indicadores da sua condição social, ora era o seu sobrenome – Exposto, ou o selo que as rotulavam e anunciavam a sua condição. Fortemente estas crianças eram associadas a delinquência e marginalização, ou pelo facto de serem descendentes de alguns ora pela sua frágil condição social propensa à marginalização e delinquência. Como refere o Sr. Deputado Cassiano Neves: “que dizer dos moralmente abandonados, daqueles que, na sua grande maioria, vão constituir a população das casas de correcção das cadeias e penitenciárias?” (*Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 22ª Sessão, 29 de Agosto de 1905). Muitos para sobreviverem à miséria que os rodeava, dedicavam-se à mendicidade, pois como foi referido anteriormente faltou-lhes o apoio e formação moral, que como nós, nos dias de hoje, temos plena

consciência, da influência que a estrutura familiar tem sob a formação moral e da conduta social de nossas crianças.

Em suma, as representações sociais, face a infância desvalida e abandonada eram depreciativas, acompanhando-a no seu futuro como resultado inclusive de todo o aparato que a circundava, esta era “rotulada”, marcada pela sua condição e sujeita ao “estigma do abandono, da ausência de referências e de identidade, marcavam-nos por toda uma vida, pautada por um complexo processo de exclusão inerente a múltiplas rupturas e marcado por sucessivos actos de separação” (Silva, 2012: 577). São estes pequenos aspetos que acompanham ao longo do tempo o próprio conceito de abandono e que ainda hoje se evidencia nas crianças institucionalizadas.

CAPÍTULO II

Mudanças e Constantes na 1ª Metade do Século XX – abandono de crianças e adoção

A I República

Com a entrada no novo regime, o país vive grandes alterações políticas, sociais, económicas e culturais. A I República foi muito rica em novas ideias e legislação. Foi vasto o número de leis propostas, no entanto foram muito reduzidas as que realmente foram implementadas ou totalmente cumpridas. Portugal viveu um período de forte instabilidade política e social, bem como económica, mas conheceu um novo pensamento de cariz inovador. Por exemplo, “a modernidade do republicanismo também se revelou pelo modo como se pensava o feminino e a infância, questões estas indissociáveis de uma das grande bandeiras do partido e do regime: a educação” (Silva, 2012: 128).

Com este novo regime, sustentado em novos pilares ideológicos, surgiu a necessidade de promulgar uma nova Constituição, onde se materializam os ideais republicanos. É nesta Constituição de 1911 que a assistência à infância desvalida é abrangida. Desse modo, e por consequência, vem a surgir a Lei de Proteção da Infância de 27 de Maio de 1911, sendo esta um primeiro impulso para o reconhecimento do papel da criança, como ser único e com especificidades próprias. “Os primeiros anos do séc. XX parecem testemunhar uma nova forma de encarar não só a criança, como também os diferentes meios de lhe garantir assistência” (Caldeira, 2004: 7).

Lei de Proteção da Infância de 1911

A criança é nesta lei encarada como “a base da sociedade, a matéria-prima com que hão-de construir-se e cimentar-se os alicerces, erguer-se a arquitectura desempenada duma nacionalidade nova” (Decreto- Lei de 27 de maio de 1911, preâmbulo). Este Decreto-lei torna-se num marco para a História da infância portuguesa, no sentido em que mostra uma visão de crença no papel da criança, como indivíduo com necessidades específicas,

desmembrando-o do adulto a que normalmente era associado a “homens de tamanho reduzido” (Ariés, 1978: 51). A criança era aqui firmada como sendo a base da sociedade e que por isso mesmo deveria ser alvo de investimento, embora visando sempre as ideologias republicanas.

O presente Decreto-lei, centra em si o bem-estar da criança, assumindo a infância como sendo uma fase frágil do seu processo existencial, em que é necessário cuidar e preservar, protegendo das más influências da sociedade e famílias corruptivas “mesmo para as crianças delinquentes, menores de dezasseis anos, a acção da justiça tem de exercer-se mais com o carácter, *tutelando*, guiando, educando, do que quem castiga actos resultantes da irreflexão da idade, e principalmente do meio, da atmosfera saturada de venenos que esses pequenos irresponsáveis respiram” (Decreto- Lei 27 de Maio de 1911). A própria legislação chama a saí a responsabilização pela corrupção das crianças, inocentes por natureza mas suscetíveis de destruição moral resultante das suas vivências. Assim é da responsabilidade do Estado muni-las de defesas e prepará-las para os males da sociedade “Da criança sai o homem, como da aurora sai o dia pleno. De crianças anormais não poderão, por isso mesmo, resultar senão homens monstruosamente pervertidos, criaturas nocivas à harmonia da sociedade que não soube polir-lhes as arestas, iluminar-lhes o cérebro, adoçar-lhes o coração” (Lei de Proteção da Infância, 27 de maio de 1911, preâmbulo).

E é nesta lógica que se desenvolve, então, o Decreto – lei, criando para isso duas instituições de proteção da infância em risco, sendo elas: Tutoria da Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças, visando a prevenção dos “males sociais” e a cura dos “efeitos desses males” (art.º 1º). A Tutoria da Infância era um tribunal que pretendia salvaguardar as crianças em “perigo moral, desamparadas ou delinquentes, sob a divisa: “educação e trabalho”, e atendendo sempre em primazia ao interesse da criança (art.º2). Prevê-se assim que a educação associada ao trabalho culminaria numa mais-valia para a criança, no sentido em que a manteria afastada dos males sociais, sendo esta uma instituição de proteção e prevenção ao invés de punição, a qual dará lugar, futuramente no Estado Novo, ao Tribunal de Menores. Em consonância com Maria Caldeira “As Tutorias evidenciam-se sobretudo pelo seu carácter protetor e preventivo, para o que prosseguiram, através da educação e do trabalho, objetivos de reinserção das crianças e dos jovens na sociedade” (Caldeira, 2004:216). Para além das Tutorias protegerem as crianças dos males

da sociedade, também visavam a sua futura inserção na vida ativa, na sociedade como membro participativo e ativo, assegurando-lhes a preparação para o mercado de trabalho.

As tutorias foram implementadas nas grandes cidades do país, Lisboa e Porto, o restante país teve de aguardar pela legislação de 1925 (Tomé, 2010: 491).

A Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças era uma “união jurídica, moral e facultativa de várias instituições, quer oficiais quer particulares, de propaganda, educação e patronato, que deverão formar um verdadeiro sistema de higiene moral e social” (Lei de Proteção da Infância, art.º 112º). Esta federação contava com a sensibilização como meio de “instruir” e informar os progenitores sob os benefícios decorrentes da manutenção da saúde e moral das crianças.

Nesse decreto temos oportunidade de assistir a uma preocupação republicana, bem presente em todo o sistema, a formação do homem, como ideal republicano, e isto vem-se evidenciar com a preocupação pela criança, formar física e moralmente, e instruir como meio para alcançar um fim, criar um alicerce – cidadãos honestos moral e socialmente. Ao Estado e às instituições particulares cabia “arrancar as crianças aos ambientes corruptos e de as tutelar, enquanto não estivessem aptas a declararem-se emancipadas pelo trabalho e pela responsabilidade” (Candeias e Henriques, 2012: s/pág.). Verifica-se, de acordo com Maria Caldeira a necessidade de unificar os pilares republicanos da assistência, educação e justiça, numa lógica de “prevenção e “cura” da delinquência juvenil” (Caldeira, 2004: 201).

Ainda é de salientar da Lei de Proteção da Infância de 1911, o que é considerado como sendo uma criança em “perigo moral”, ou seja, eram consideradas crianças em perigo moral, os menores abandonados, pobres, maltratados, desamparados (ociosos, vadios, mendigos ou libertinos), delinquentes (contraventores ou criminosos), indisciplinados e anormais patológicos (Decreto – Lei de 27 de maio de 1911).

Devido ao avultado número de legislação e instabilidade económica e social do país, muita desta legislação teve de aguardar pela sua implementação e reajusto posterior, “Faltou ao Estado Português vontade ou capacidade política para pôr em prática o seu esforço legislativo, a todos os níveis louvável!” (Caldeira, 2004: 15). A I República foi pioneira em distinguir criança de adulto e em reconhecer as necessidades específicas deste grupo etário.

Declaração de Genebra - 1924

Com a Declaração de Genebra, em 1924, resultante dum pós-guerra, que deixou milhares de crianças órfãos, “reconheceu-se um princípio novo de redenção social e a dedicação à vida das novas gerações” (Martins, 2002: 182). Esta será a base da posterior Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959.

A Carta dos Direitos da Crianças, elaborado por Eglantyne Jebb e posteriormente reconhecido pela Sociedade das Nações, vem reconhecer a fragilidade da criança pequena, bem como a necessidade de proteção e auxílio nos momentos e situações desfavoráveis, “as crianças com fome devem ser alimentadas, as doentes tratadas, as deficientes auxiliadas, as inadaptadas reeducadas e as órfãs e abandonadas recolhidas” (Fonte, 2004: 206).

Neste documento, para além de ser contemplada a vertente física, também a moral e o espírito são contemplados, ou seja, o bem-estar psicológico da criança, bem como o seu futuro como cidadão respeitador de seus deveres cívicos. Parafraseando Catarina Albuquerque a criança “deve ser educada no sentimento de que as suas melhores qualidades devem ser postas ao serviço do próximo” (Albuquerque, 2000: 27).

Apesar de este documento poder ter influenciado a política portuguesa de assistência à infância desvalida, só em 1952 é que Portugal vai assinar a Declaração de Genebra. Contudo, esta foi de impacto internacional e mesmo de forma implícita não deixou de implicar o pensamento republicano.

Estado Novo

Novas alterações surgem em todo o país com o golpe de estado de 1926 e a entrada num novo regime - a ditadura, “definido como um Estado totalitário, social e corporativo, o Estado Novo fez da família sua base e das corporações económicas, morais e culturais” (Tomé, 2012: 154).

Com os ideais nacionalistas, a infância e a assistência também sofrem fortes transformações sociais, sobretudo no sentido de reger-se por uma ideologia conservadora e corporativista. Na base da ditadura salazarista estão os seus três pilares que regerão toda a

ação do regime que se vive: Deus, Pátria e Família. E também serão esses os alicerces de toda a ação governamental sob a assistência à infância desvalida portuguesa.

Em 1931, com o decreto-lei 20:285 de 7 junho, a Direção Geral da Assistência torna-se “única e legítima tutora de todos os menores a seu cargo ou internados nos estabelecimentos sob a sua dependência” (art.º 4º). No entanto, a tutela limita-se “à criação e educação dos menores”, podendo a Direção Geral da Assistência negar-se a entregar a criança a pais ou outros familiares desde que não apresentem “capacidade moral para os receber” (Art.º 4º, 1º e 2º). É evidente a forte componente moralista da época, sendo esta moral e bons costumes o ponto fulcral de toda a ação estatal.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa de 1933, o “Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social” (artº11). Com este artigo temos oportunidade de assistir à responsabilidade que é atribuída à família como impulsionadora e multiplicadora da “raça” portuguesa, podendo este artigo também ser encarado, como um incentivo à natalidade e às famílias numerosas. O que implica que o Estado comece a pensar em formas de auxílio a esta sua solicitação.

Como resposta a essa sua solicitação, na Constituição de 1933, o Estado chama a si a responsabilidade de “Proteger a maternidade...Regular os impostos de harmonia com os encargos legítimos da família e promover a adoção do salário familiar” (*Constituição da República Portuguesa*, 1933, art.º 13, 2º e 3º). No entanto, é ainda de referir, que na Constituição vem definido o sentido de família e nesta apenas se incluí os filhos legítimos (Artº12, 1º). Novamente, está patente a vertente moral e dos bons costumes, evitando a corrupção destes, e por isso é evidente uma preocupação em não assumir a possibilidade de ilegitimidade ou abandono, visto que o “Bom Português” mantém a honra e bons costumes, não pratica atos desviantes dos que seriam socialmente aceites na época.

Apesar de haver alguma legislação, sobretudo quando se fala em assistência, sobre os males da sociedade, entre eles os abandonados e indigentes e órfãos, mas como supostamente existe resposta e incentivo à família, à manutenção dum clima de honradez, moral e bons costumes, logo não se assumiria a existência de “desvios” a uma sociedade padronizada, “o Estado Novo (con)viveu (...) com um ambiente de pobreza absoluta e de exclusão social de uma grande massa populacional, que vivia sob o lema da pobreza

honrada e nobre, mas fora da visibilidade pública. Pobreza absoluta e elevados índices de mortalidade infantil foram uma realidade cruel e escondida no Portugal salazarista” (Tomé, 2012: 154-155)

Pelo Decreto-lei n.º 24:402 de 24 de agosto de 1934, evidencia-se uma preocupação com o trabalho infantil, legislando-se no sentido de proteção quer das mulheres quer das crianças trabalhadoras, mas implicitamente numa perspetiva de preservação da ordem familiar, ao invés duma verdadeira preocupação com a pobreza e mão-de-obra infantil, “as consequências de ordem higiénica e moral que daqui resultam são verdadeiramente deploráveis” (preâmbulo), sendo também proibido o trabalho a menores de 12 anos (art. 6º).

Em 1942 é instituído o sistema de abono de família, através do Decreto- lei 32:192 de 13 Agosto. Este destina-se a “trabalhadores por conta de outrem na indústria, no comércio, nas profissões livres ou ao serviço dos organismos corporativos e de coordenação económica” (art.º 1). Assim, o subsídio seria “uma parte integrante do justo salário, a que todos os trabalhadores tem direito...realização do princípio do salário familiar. Só acessoriamente como instrumento de política demográfica” (preâmbulo, 2.).

Assim, para além de ser um complemento ao rendimento familiar, também era encarado “acessoramente” como incentivo à natalidade. Novamente assiste-se a uma política de preservação e incentivo às famílias numerosas, bem como à defesa do próprio núcleo familiar. Pois como tem sido referido, as políticas salazaristas foram muitas delas de defesa e impulso à instituição família, criando e dando assistência às mais carenciadas, não deixando margem para desvios à moral e bons costumes, como seria o caso do abandono infantil. É exemplo disso os requisitos impostos para a obtenção do abono: “ser chefe de família”; “ter bom comportamento moral” (art.º2º). Assim apenas era atribuído o subsídio aos filhos legítimos ou perfeitados, netos e ascendentes, no caso dos menores, até a idade dos 14 anos, exceto no caso de serem estudantes, poderia ser prolongado até aos 18 anos no caso de bom aproveitamento escolar (art.º 3º).

Em 1944, pela Lei n.º1:998, de 15 de Maio, criam-se os Estatutos da Assistência Social. Estes, para além de visarem diferentes destinatários e formas de auxílio, preveem também “a assistência à maternidade, à orfandade ou abandono...” (Base VI, 6º). Assim, as crianças vítimas de abandono ou orfandade seriam recolhidas em internatos, nos quais

receberiam educação e instrução em diferentes áreas vocacionais (artº7). Evidencia-se de alguma forma um certo investimento nestas crianças como meio de enriquecimento da nação, visto receberem instrução elementar e formação profissional num ofício. Também é contemplado nesta Lei a assistência à maternidade e infância (Base XI, 1º b) bem como a preocupação em substituir o papel da família no caso de orfandade ou abandono (alínea d). No entanto, remete para as Misericórdias a responsabilização pelas medidas de assistência à maternidade e primeira infância, à segunda infância e a assistência à vida ameaçada ou diminuída (Base XVII, Base XII, Base XIII, Base XIV).

O Estado assume responsabilidade perante as famílias mantendo a sua doutrina “Deus, Pátria e Família”, no entanto, chama a caridade privada e as Misericórdias a intervir nos “males da sociedade”, como seja no caso dos órfãos, abandonados e indigentes.

Refere-se no Parecer acerca da proposta de Lei sobre o Estatuto da Assistência Social de 25 de Fevereiro de 1944,

Há quem preconize a entrega das crianças órfãs, e abandonadas, na idade pré-escolar, a famílias rurais que as desejem adotar ou a isso se prestem mediante subsídio. A caridade da nossa gente da aldeia tem sido muitas vezes posta à prova na adoção espontânea e desinteressada dos órfãos de vizinhos. Mas são muito raros os casos de famílias dispostas a adotar crianças quaisquer, procuradas na assistência (*Diário da Sessão da Assembleia Nacional nº 48, p.90*).

Estamos, novamente perante uma situação de incentivo à caridade privada como meio de resolução das dificuldades dos órfãos e abandonados. Contudo há a referenciar, o facto de ser salientado a dificuldade na adoção de crianças da assistência, institucionalizados. É possível, desinteressadamente, a adoção dos filhos de vizinhos/conhecidos, mas dificilmente, mesmo por intermédio de subsídio, a adoção de crianças institucionalizadas. É visível, uma representação social depreciativa resultante do facto de a criança pertencer à assistência.

Também é de referir neste Parecer, a relevância que é dada à família e ao seu papel na vida da criança e no próprio sentido ideológico do Estado Novo. No caso de orfandade torna-se imperativo encontrar família, com qualquer tipo de laço sanguíneo, disposta a “conservar a criança” no seu seio, mesmo que para isso seja necessário ajudar “por todos os meios os parentes a cumprir o seu dever, quer por meio de subsídios, quer por assídua

colaboração de visitadoras ou assistentes sociais” (*Diário da Sessão da Assembleia Nacional* n° 48, p.90). É dever da família assegurar a criação da criança, nem que para isso o Estado tenha de colaborar por forma a assegurar a continuação da criança no seio familiar, mantendo os laços sanguíneos e afetivos. Como já foi referido, a família é a responsável pela “conservação e desenvolvimento da raça” (*Constituição da República Portuguesa de 1933*, art.º 11) e para isso tem de se dar meios para que esta “raça” perpetue sadia e forte, permitindo um bom crescimento demográfico e conseqüente enriquecimento da nação. Contudo, e parafraseando Irene Pimentel, “o Estado Novo considerou que o seu papel, relativamente à assistência, devia ser “supletivo” da iniciativa privada, não favorecer a “pedinchice” e contar com a essência caridosa dos Portugueses” (Pimentel, 1999: 507).

Os Estatutos da Assistência Social vão ser reorganizados no ano subseqüente pelo Decreto-lei n.º 35:108 de 7 de novembro de 1945. Este será muito mais abrangente e pormenorizado, salientando o caráter fiscalizador como meio de combate aos “falsos mendigos e pseudo-necessitados” (preâmbulo, 1). É visível uma delegação dos vários serviços de assistência distribuindo-os por diversos sectores, descentralizando os seus serviços.

É também de enfatizar a importância evidenciada com a infância, verifica-se uma maior atenção perante a mesma, no sentido em que o tipo de assistência prestada será mais especificado e graduado. Os cuidados à criança são encarados como sendo um socorro de primeira prioridade, salientam-se várias medidas de proteção à mesma, já instituídas, como sejam: “estabeleceu-se o regime do abono de família; abriram-se dispensários, postos de consulta e centros de assistência social...” bem como as que se deverão vir a instituir-se, sendo estas “ ampliar a proteção à maternidade e à infância, fomentar ou criar os estabelecimentos necessários à educação dos órfãos e abandonados...” (preâmbulo, 1).

Referentemente, à institucionalização duma criança, esta só “deverá ser concedido quando o lar doméstico tenha desaparecido ou se não possa substituir, protegendo-se quanto possível a educação em família” (art.º 2). Se analisarmos esta situação à luz da atual legislação, podemos assistir a semelhanças, no sentido em que atualmente pretende-se, numa primeira fase, regenerar e investir na família e só, quando nada mais não há a fazer, então proceder à institucionalização da criança ou jovem em risco. É certo que hoje temos motivações díspares das ideológicas do Estado Novo, contudo prevalece o superior

interesse da criança, e este incide na reabilitação do seio familiar. Em consonância com o Decreto 35:108 de 7 de Novembro de 1945 “tender à reeducação social da família ou dos indivíduos”, e só quando não for possível que seja a institucionalização o último e extremoso recurso.

Deste modo, e por forma a melhor visar o problema da infância e das próprias famílias indigentes, a Assistência organiza-se por intermédio de cinco órgãos de coordenação: “a) O Instituto de Assistência à Família; b) O Instituto Maternal; c) O Instituto de Assistência aos Menores; d) O Instituto de Assistência aos Inválidos; e) O Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos (art.º 114).

No âmbito desta investigação, interessa-nos descortinar a finalidade do Instituto de Assistência a Menores. Assim, de acordo com o decreto em causa, era finalidade deste órgão: prestar assistência aos órfãos e abandonados; sensibilizar para a “criação de asilos-escolas e de outras instituições destinadas a amparar e educar menores (...) Promover para os pupilos da assistência (...) a aprendizagem de ofícios” (...) vigiar os menores da assistência até que estes atinjam a sua emancipação; “aos provedores ou diretores dos estabelecimentos de assistência compete a tutela das crianças órfãs, abandonadas ou entregues pelas autoridades (...) àqueles estabelecimentos, para neles serem criadas e educadas, até os dezoito anos” (art.º127º).

Este decreto permite-nos detetar a relevância dada e o investimento que é feito na família como meio de estruturação da sociedade, criam-se inúmeras iniciativas destinadas à proteção da família, sobretudo das famílias numerosas, sendo estas as responsáveis pelo enriquecimento da nação e da raça portuguesa.

No entanto, e em jeito de reflexão, o Estado Novo pode ser considerado como sendo um Estado de “falsas aparências”, o que não se admite é como se não existisse. É sabido que grande parte da legislação não atingiu os verdadeiros alvos, e limitou-se a centrar-se em Lisboa e Porto, ficando as verdadeiras famílias indigentes, sobretudo as oriundas dos meios rurais, desprovidas de assistência, o que continuou a contribuir para a elevada taxa de mortalidade infantil bem como do número de crianças abandonadas e indigentes.

A 20 de Novembro de 1959 é proclamada a Declaração dos Direitos da Criança, e esta vem também influenciar a postura portuguesa face a criança, admitindo-a como sendo

um ser com necessidades e características próprias. Consequentemente, diversa legislação será revista em prol da criança, tendo por alicerce a Declaração dos Direitos da Criança, da ONU, da qual Portugal era estado membro desde 1955, e como tal teria de ir de encontro às solicitações da mesma organização. De acordo com o preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança, “a Humanidade deve à criança o melhor que tem para dar” (Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959).

Esta Declaração visa 10 princípios de proteção à infância, sendo eles: 1º direito a todos os pressupostos enunciados na declaração; 2º proteção dos serviços legais para que o seu desenvolvimento seja harmonioso e saudável; 3º direito a um nome e nacionalidade; 4º direito a crescer e a ser saudável; 5º direito a adequações às suas capacidades físicas, mentais e sociais; 6º direito ao amor e compreensão; 7º direito à educação, que deverá ser gratuita e obrigatória; 8º direito à proteção e socorro; 9º direito à proteção em caso de abandono, crueldade e exploração, não devendo ser vítima de tráfico; 10º direito à proteção contra a discriminação e racismo (Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959).

Assim sendo, a 20 de Abril de 1962, pelo Decreto-lei n.º 44288 “É aprovado a Organização Tutelar de Menores” (preâmbulo, art.º 1). Deste modo, compete aos tribunais tutelares de menores decretar medidas referentes a crianças até aos 16 anos que se encontrem em situação de “maus tratos ou se encontrem em situação de abandono, desamparo ou semelhante” (art.º 17º alínea a), mas também poderá abranger jovens com mais de 16 anos que “se mostrem gravemente inadaptados à disciplina da família, do trabalho ou do estabelecimento em que se encontrem internados” (art.º 18º).

De entre as medidas previstas no art.º 21º, há a salientar a possibilidade de entregar as crianças aos pais, tutores, ou responsável pela sua guarda (art.º 21º, alínea b), bem como a “colocação em família adotiva” (art.º 21, alínea f). De entre as várias medidas possíveis, estas são de interessante relevo, no sentido em que se evidencia uma forte preocupação com o bem-estar da criança e a sua manutenção no seio familiar, ou o mais próximo dum lar, como uma família adotiva.

A Lei 2120 de 19 julho 1963 vem promulgar as políticas de saúde e assistência. Desta forma, pela Base XI do presente diploma, à Assistência compete proteger os “indivíduos e os seus agrupamentos das carências e disfunções pessoais ou familiares”,

incluindo-se “a assistência à família, à maternidade, à infância, aos menores (...) a tutela social dos necessitados e assistidos” (alíneas a, f).

Em 1966, é aprovado o novo Código Civil, pelo decreto-lei n.º 47344/66 de 25 de Novembro. Com este decreto vai-se pela primeira vez reconhecer a legitimidade da adoção como meio de criação dum vínculo de filiação legítima, sendo esta considerada uma fonte de relação jurídica familiar (art.º 1576). A adoção é caracterizada pelo mesmo decreto como sendo “o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas” (art.º 1586).

Assistimos assim a um reconhecimento da adoção como forma legitimada de filiação, concedendo direitos e obrigações ao adotado e adotantes. Podemos inclusive considerar este decreto como sendo o verdadeiro primórdio da adoção nos dias de hoje, principalmente no que concerne ao reconhecimento da mesma como forma de filiação e relação familiar.

Deste modo, o adoção vai-se concretizar por intermédio de “sentença judicial, correndo a ação respetiva perante o tribunal de menores” (art.º 1973), sendo os seus requisitos gerais:

“a) Apresentar reais vantagens para o adotando; b) ter o adotando menos de catorze anos, ou ter menos de vinte e um e não se encontrar emancipado, quando desde idade não superior a catorze anos tenha estado, de facto ou de direito, ao cuidado do adotante; c) ter o adotante mais de trinta e cinco anos de idade” (art.º 1974).

Estes requisitos estão muito próximos dos atuais, dispersando apenas em termos de idade quer dos adotantes quer do adotando, ou seja, atualmente pode-se adotar uma criança até à idade dos quinze anos e os adotantes devem ser casados há pelo menos quatro anos e com idade de vinte e cinco anos. Também a atual idade de emancipação é díspar, no sentido em que hoje vigora os dezoito anos (Lei n.º 143/2015 de 8 de setembro, art.º 1979, 1º e art.º 1980, 2º,3º) contrariamente aos vinte e um anos especificados no anterior Decreto -lei.

Também este artigo permite-nos assistir a uma preocupação com o “superior interesse da criança” (Lei nº 31/2003 de 22 de setembro, art.º 1974), quando é referenciada

a importância e considerado com requisito obrigatório para que a adoção se concretize, “apresentar reais vantagens para o adotando” (art.º 1974).

Tal como previsto na legislação atual, a adoção concretiza-se de duas formas: pela adoção plena e pela adoção restrita (Decreto-lei n.º 47344/66 de 25 de Novembro, art.º 1976), sendo que na “adoção plena o adoptado adquire a situação de filho legítimo e como tal é considerado para todos os efeitos” (art.º 1979) enquanto “a adoção restrita apenas atribui ao adoptado e aos adoptantes os direitos e deveres estabelecidos na lei” (art.º 1987). Contudo, a adoção restrita pode ser convertida em adoção plena (art.º 1976).

Assim sendo, pode ser adotado plenamente, atendendo ao Decreto-lei em análise, “os filhos ilegítimos de um dos adoptantes, se o outro for incógnito ou tiver falecido, bem como os filhos de pais incógnitos ou falecidos, que tiveram estado ao cuidado de ambos os adoptantes ou de um deles desde idade não superior a sete anos”, (Decreto-lei n.º 47344/66 de 25 de Novembro, art.º 1982). Deste artigo depreendemos que apenas pode ser adotada a criança que de alguma forma já tenha algum tipo de laço relacional com o adotante, que já tenha estado a seu cuidado.

Relativamente à adoção restrita, esta só pode ocorrer com o consentimento dos pais biológicos; com consentimento do cônjuge do adotante, bem como dos seus descendentes legítimos (art.º 1988, 1). Referentemente à família biológica, a criança adotada mantém “todos os direitos e deveres em relação à família natural” (art.º 1990).

Com estas novas medidas, introduzidas pelo *Código Civil* de 1966, a Organização Tutelar de Menores, aprovada pelo Decreto-lei n.º 44288 de 20 de abril de 1962, tem de ser reformulada. Assim sendo, pelo Decreto-lei 47727 de 23 de maio de 1967, clarifica-se o processo de adoção, ou seja, “na petição da adopção o requerente deve alegar e justificar as vantagens desta para o adoptando,...serão oferecidas todas as provas, incluindo as certidões de idade do adoptando e dos adoptantes e do estado civil” (art.º 81). Posteriormente, proceder-se-á a um “inquérito sobre as reais vantagens da adopção para o adoptando; o inquérito incidirá de modo especial sobre a idoneidade dos requerentes” (art.º 82).

Em 1971, pelo Decreto-lei 413/71 de 27 de setembro, “são reorganizados os serviços do Ministério da Saúde e Assistência” (preâmbulo, 1), neste prevalece a tutela social dos assistidos à Direção Geral da Assistência, depreendendo-se que inclui as

crianças (art.º 42, 2 alínea a). Dos seus serviços consta: “A Inspeção Superior da Tutela Administrativa e o Instituto da Família e Acção Social” (art.º 43, 1.).

O Instituto da Família e Acção Social, para além de outras competências, promove “a integração social das crianças privadas de meio familiar” (art.º 43, alínea g). Assiste-se assim, a uma maior preocupação com a participação na vida social por parte dos menores assistidos, bem como no seu futuro como cidadão ativo, estabelecendo-se uma ligação entre os estabelecimentos da Assistência com a integração na sociedade. Para isso conta-se também, como parte integrante dos programas e serviços da Direção Geral da Assistência e com os Serviços de Proteção da Infância e Juventude (art.º 47, alínea e).

Em jeito de conclusão, apraz-nos refletir acerca das medidas de assistência à infância durante o Estado Novo. Estas foram evoluindo e aproximando-se do verdadeiro valor e necessidade da infância, contudo, muito díspar da atual realidade e de atingir o verdadeiro e superior interesse da criança. É de referir o peso ideológico presente nas políticas de assistência do período em questão, salientando o papel fulcral da família e manutenção do lar, como meio de regeneração da “raça” portuguesa.

O Estado Novo, apesar das várias reformulações e diplomas destinados à infância e assistência, particularmente, no referente à infância indigente e abandonada, muito ficou por legislar ou realmente implementar, este era um nicho da sociedade delegado para a caridade privada, sendo a ajuda estatal apenas supletiva num quase que não admissão da sua existência.

CAPÍTULO III

As Adoções de Crianças Terceirenses por Norte-Americanos: Uma Realidade Associada à Base das Lajes (1946 a 1974)

Com a chegada dos norte-americanos à Base das Lajes, na ilha Terceira, foram várias as alterações operadas na ilha, desde maiores oportunidades de emprego, influências ideológicas, qualidade de vida...

Foi grande a ascendência norte-americana sobre a comunidade, evidenciada pela relação e interajuda para com a comunidade local. Segundo Avelino Meneses “a construção da Base das Lajes provoca considerável impacto. De facto, o regime de habitação, o carácter das actividades económicas e o convívio social, experimentam grandes transformações, que em muito alteram o quotidiano” (Meneses, 2001: 62).

Após a presença britânica na ilha (1943-1946), era a vez dos norte-americanos se sediarem na Base das Lajes (1946), em consequência da IIª Guerra Mundial. “A chegada dos britânicos à Terceira, neste período, marcou uma mudança na neutralidade portuguesa, que passou a ser vista como colaborante” (Nogueira, 2014: 23,24) e tal situação só se modificou com o pós-guerra. Todavia, a relevância da privilegiada posição estratégica dos Açores, manteve-se pois “a travessia dos Estados Unidos da América ao Norte de África, levava setenta horas de voo...havendo uma base aérea nos Açores esta rota fazia-se em quarenta horas” (Martins 2003: 47).

A presença norte-americana, na ilha Terceira, passou a ser considerada como sendo a “principal fonte empregadora, abrindo perspectivas de evolução socioprofissional a uma chusma de populares arrancados de uma existência extremamente penosa (...) traduzidas na melhoria efectiva das condições comunitárias de sobrevivência” (Meneses, 2001: 67). Realmente uma grande parte dos terceirenses viram, de certa forma, as suas vidas “abençoadas” pela chegada dos norte-americanos, pela possibilidade de um emprego bem remunerado, de estabilidade para as famílias, pois de algum modo todos os terceirenses foram influenciados por esta presença, quer por “trabalharem na Base”, quer por algum familiar que lá trabalhava. Tratava-se de uma dinâmica globalizadora, que abrangeu a ilha toda, com uma autêntica viragem na qualidade de vida. Inclusive na própria linguagem

fizeram-se sentir influências “americanas”. Era comum ouvir-se termos, que ainda hoje se ouvem, como: “alvarozes” (overalls); “friza” (freezer); “pela” (pillow) ... O trabalhador da Base era considerado o “novo-rico”, pela oportunidade de prosperidade que se lhe avizinhava.

Contudo, também a Base das Lajes acabou por criar assimetrias sociais “bem gravosas e sensíveis”, com a criação, por exemplo, de um “bairro da lata no cimo da Serra de Santiago, junto à vedação do aeroporto, que aloja uma chusma de naturais de outras ilhas, entretanto deslocados na vã expectativa da realização socioprofissional (...) motiva a difusão da pobreza e o aparecimento da exclusão” (Meneses, 2001: 63).

De resto, apesar dos benefícios, a Base não eliminou a pobreza endêmica da ilha. É com base nestas assimetrias sociais e na elevada pobreza que se continuava a sentir, que se vão manter situações adversas à infância, numa época caracterizada pelo elevado número de famílias numerosas, propiciadoras de graves situações de miséria. Esta realidade acabou por se tornar um autêntico incentivo à adoção de crianças pelos norte-americanos, por forma a retirar os filhos a quem não os podia criar, garantindo-lhes um futuro melhor.

Contudo, esta é uma realidade terceirense muito pouco evidenciada ou assumida, retratando de alguma forma o espírito do Estado Novo e sobretudo os tabus em torno de uma questão muito pouco esclarecida ou clarificada. O que não se admite é como se não tivesse existido. Ainda nos dias atuais, este continua a ser um interdito da sociedade terceirense: as crianças adotadas/levadas pelos “americanos”. Numa recente reportagem do *Jornal Diário Insular*, intitulada “Adotados por Americanos à Procura das Origens”, logo na abertura da reportagem refere-se que “ao longo de décadas, crianças terceirenses foram adotadas por militares norte-americanos, embora essa parte da História esteja hoje apagada de documentação oficial. A face visível do fenómeno são as pessoas que procuram os familiares” (*Diário Insular*, nº 20480, 27 de maio de 2012). Isto vem comprovar a falta de transparência do fenómeno, conforme já referimos atrás.

Nesta reportagem, encontramos depoimentos na primeira pessoa, de adultos que em criança foram adotados pelos militares norte-americanos, em passagem pela Base das Lajes nos anos de 50 a 70, que hoje procuram os familiares biológicos e as razões da sua adoção. Ainda assim, sem deixarem de evidenciar as vantagens decorrentes da mesma, reconhecem

como principal motivo a pobreza extrema em que as famílias viviam (*Diário Insular*, nº 20480, 27 de maio de 2012).

A corroborar esta investigação, torna-se pertinente analisar e estudar, de um ponto de vista académico, os registos de passaportes, por forma a compreendermos melhor este fenómeno. Não que estes registos nos deem uma perspetiva absoluta do mesmo, mas retratam, com algum rigor, o elevado número de crianças que realmente viajaram/emigraram na companhia de casais norte-americanos, trazendo alguma luz sobre este assunto tão silenciado.

O que revelam os Registos de Passaportes

Assim, ao analisarmos os Registos de Passaportes, no período compreendido entre 1946 (ano de ocupação da Base das Lajes pelos norte-americanos) e 1974 (fim do Estado Novo), deparamo-nos com várias situações de crianças que emigraram acompanhadas por casais americanos e em que os pais biológicos atestavam o seu consentimento, em documento reconhecido pela Conservatória do Registo Civil do Concelho. Por sua vez, o casal assinava um termo de responsabilidade, perante a mesma instituição, em como assumia prestar “toda a necessária assistência e cuidados durante a viagem e nos Estados Unidos da América do Norte, para onde vão residir, bem como educar e sustentar a referida criança como se seu filho fosse” (Registo de Passaporte nº 1453/68).

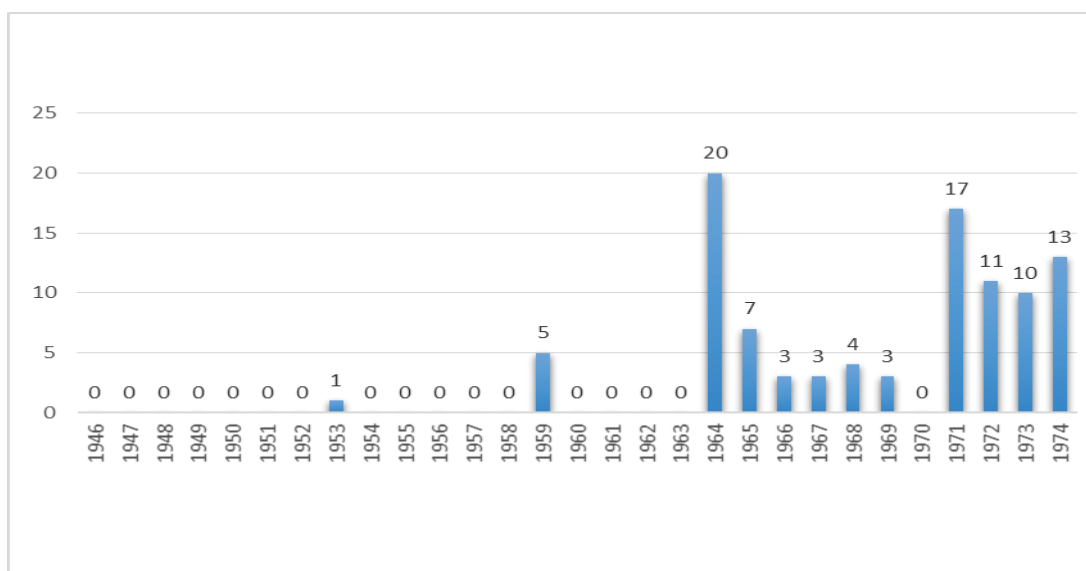
Esta foi uma realidade verificada até finais dos anos 60, apesar do Decreto-lei nº 47344/66 de 25 de novembro reconhecer a adoção como forma de filiação, só a partir de 1971 assistimos, nos registos de passaportes, a referências a “adoção” e “pais adotivos” (mais especificamente). Nos anos anteriores, a prática dominante era a simples assinatura de um termo de responsabilidade.

A partir dos anos 70, podemos então encontrar nos registos de passaportes um documento referenciado como “Consentimento quanto a emigração e adoção”, onde os progenitores depois de identificados, entregam a custódia de seus filhos, ao casal que pretende adotar (naturalmente, americano), renunciam aos seus direitos e deveres paternos, concordam com a emigração do filho na companhia dos adotantes e “expressamente e irrevogavelmente consente na adoção” (Processo de emigrante nº

270/74). Outro exemplo, deste mesmo documento, mas num discurso mais justificativo das razões que levam o progenitor a entregar o filho para adoção, podemos encontrar no Processo de Emigrante n.º 69/74. De forma mais sintética, resume o “Consentimento para Adoção e Emigração” em apenas dois pontos. O primeiro descreve os progenitores e os adotantes, e a entrega irrevogável do filho, enquanto no segundo ponto, o progenitor assume a razão de entrega, dizendo: “a minha situação social e económica impossibilitam de dar a este meu filho o amparo e a educação que ele poderá receber se for admitido nos Estados Unidos da América do Norte”. Isto leva-nos a comprovar as razões inerentes à adoção, evidenciando-se neste discurso a pobreza e a ambição por um futuro melhor para os filhos, que só poderia ser alcançado, segundo aquele pai biológico, num país como os Estados Unidos.

Desta forma, importa refletir sobre os dados quantitativos obtidos por intermédio da pesquisa nos Registos de Passaportes, especificamente sobre as crianças emigradas na companhia de casais norte-americanos que se responsabilizavam por elas.

Gráfico 6- Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974.

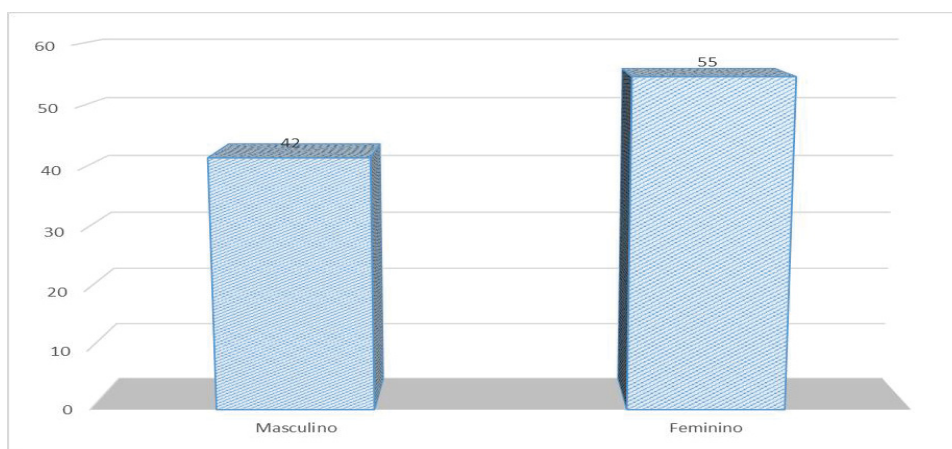


Fonte: Fundo do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo- Secção de Passaportes. Registos de Passaportes de 1946 a 1974.

Pela análise destes dados e, numa panorâmica geral, verificamos que os registos totalizam 97 crianças. Numa primeira instância, podemos evidenciar a maior concentração de adoções, no período de 1964 a 1974, com maior incidência nos anos de 1964 e 1971. Contudo, é de referir, que num período antecedente à publicação do Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, que reconheceu a adoção como forma legitimada de filiação, ou seja, nos anos 50, embora de modo pouco significativo, assistimos ao registo de 6 crianças que emigraram na companhia de casais norte-americanos. É de referir que estas crianças apenas se faziam acompanhar, nos seus processos de emigração, do termo de consentimento por parte dos progenitores e por um termo de responsabilidade do casal “adotante”. Quanto aos anos 70, apesar de termos analisado apenas quatro anos desta década, estes registam um valor superior a toda a década de 60: 51 casos, contra 40. Isto permite-nos, numa segunda instância, ponderar o seguinte: ou ter-se-á verificado um aumento gradual no número de adoções ou passou a assistir-se a uma maior transparência dos processos. Aliás, esta é uma questão fundamental: tratando-se de registos de passaportes, o rigor terá aumentado ao longo dos anos mas, seguramente, estes números não refletem toda a realidade das adoções. Nos anos 50 e 60 muitas crianças terão saído da ilha sem qualquer documento oficial e daí a escassez de registos contrariamente aos 4 primeiros anos da década de 70.

Passando a nossa análise para outras questões relacionadas com os registos de passaportes, podemos também verificar o seguinte:

Gráfico 7- Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Género

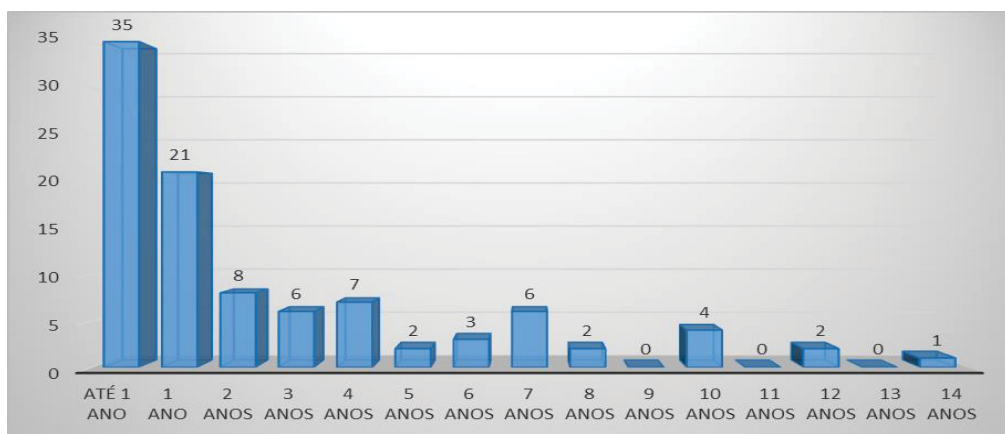


Fonte: Fundo do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo- Secção de Passaportes. Registos de Passaportes de 1946 a 1974.

Como se depreende do gráfico anterior, nos registos oficiais, é visível uma maior incidência de crianças do sexo feminino, ainda que não muito significativa (apenas 13 casos a mais). Este aspeto torna-se, porém, curioso no sentido em que, de alguma forma, retrata a evolução dos tempos e das mentalidades face à criança desfavorecida. Parece, segundo este quadro, que o sexo da criança seria irrevelante no momento da escolha. Ora, este aspeto, quer no século XIX, quer em boa parte do século XX, seria impensável, visto que o sexo feminino era encarado como uma maior preocupação, quer para com a sua pureza, quer para com a sua educação e dote, ao invés do sexo masculino que era encarado como uma mais-valia para a subsistência da família ou para a perpetuação do nome. Ora, as famílias norte-americanas, pela sua posição sócioeconómica, não procurariam, nos adotados, mão-de-obra para as tarefas ou o negócio familiar e daí que não apresentassem grande preferência pelos varões.

Outro aspeto interessante a considerar — e que hoje ainda pesa muito numa decisão de adoção de crianças — é o das idades, como se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico 8- Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Idades



Fonte: Fundo do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo- Secção de Passaportes; Registos de Passaportes de 1946 a 1974.

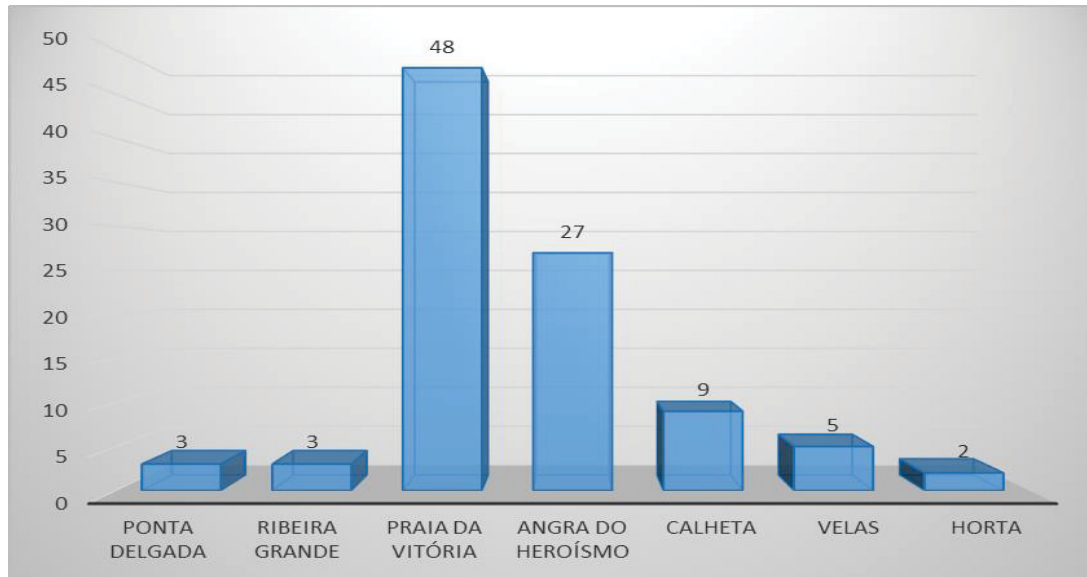
O gráfico é bem demonstrativo da preferência dos casais norte-americanos pela adoção de crianças de mais tenra idade, incidindo fortemente nos bebés até um ano. Dos 97 casos analisados, 35 eram crianças até 12 meses e 21 com 1 ano de idade. Já para os níveis

etários compreendidos entre os 2 e os 14 anos, os valores decaem muito significativamente de 8 crianças, com 2 anos, para apenas 1 com 14 primaveras. Contudo, há a referir que as idades apontadas coincidem com a altura do pedido de passaporte, o que nos leva a pensar que estas crianças pudessem ter sido adotadas ainda mais cedo.

No entanto, quando analisamos os testemunhos dos entrevistados (a seguir), estes, na sua maioria, acreditam que esta margem foi bastante reduzida, uma vez que os adotantes procuravam as “suas” crianças perto do término da comissão de serviço na Base das Lajes, como refere a entrevistada 13 “Eles quase sempre queriam aqueles pequenos quando já estavam muito perto de se irem embora. Quando eles estavam a acabar as comissões” (Anexo 2).

Outro aspeto importante que os registos de passaporte nos permitem verificar é a naturalidade das crianças adotadas.

Gráfico 9- Número de Crianças “Adotadas” pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974 – por Naturalidade



Fonte: Fundo do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo- Secção de Passaportes; Registos de Passaportes de 1946 a 1974.

Primeiramente, é de referir que os dados apresentados no gráfico foram agregados por concelhos. Ora, podemos constatar o facto de terem sido adotadas crianças naturais de

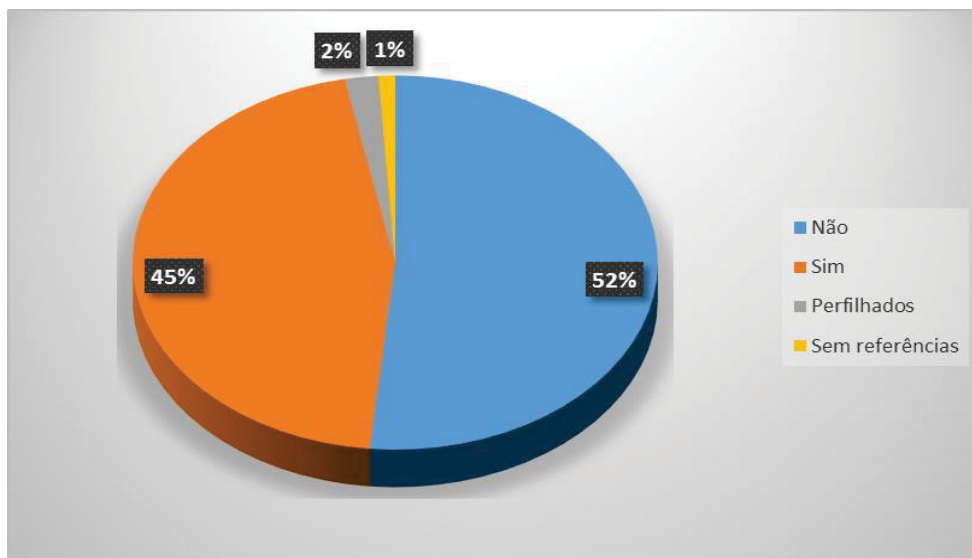
várias ilhas dos Açores, como seja S. Miguel (concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande), S. Jorge (concelhos da Calheta e das Velas), Faial (Horta) e, obviamente, Terceira.

Como seria espectável, a maior incidência verifica-se, nesta última ilha, no concelho da Praia da Vitória, por integrar as freguesias circundantes à Base das Lajes, que, por isso mesmo, registaram 48 casos. Além disso, os trabalhadores da Base, naturais da ilha, é que serviam de intermediários entre os adotantes e os pais biológicos, facilitando o processo de adoção e, como se depreende, eram quase todos naturais ou residentes no concelho da Praia da Vitória. Aliás, como comprova o testemunho da entrevista 11, foi “através das pessoas que trabalhavam lá dentro...Os americanos a trabalharem com os portugueses...” (Anexo 2), é que permitiram estabelecer estas relações facilitadoras das perfilhações.

Em segundo lugar, situam-se as freguesias do concelho de Angra, igualmente na ilha Terceira. Mais curiosa, porém, é a adoção de crianças de outras ilhas. Sendo certo que algumas famílias, provenientes de outras ilhas, se haviam fixado nos arredores da Base das Lajes, na esperança dum melhor futuro proporcionado por um emprego na mesma, esta realidade não explicará todas as adoções fora da ilha Terceira. Os contactos inter-ilhas e os laços familiares, entre elas, favoreceriam também esta prática, dado que a pobreza era um flagelo em todo o arquipélago. De resto, note-se que o somatório dos casos externos à ilha Terceira (22 crianças), é, afinal, muito próximo do verificado no concelho de Angra do Heroísmo, (27 crianças).

Mas, a grande questão que se coloca é a seguinte: será que todas estas crianças, que reputamos de adotadas pelos norte-americanos, foram-no legalmente? Para poder chegar a uma conclusão, resolvemos consultar o que ficou registado nos assentos de nascimento, do Registo Civil da Praia da Vitória, por ter sido o concelho com maior número de adoções.

Gráfico 10- Crianças Adotadas Legalmente pelos Norte-Americanos entre 1946 e 1974



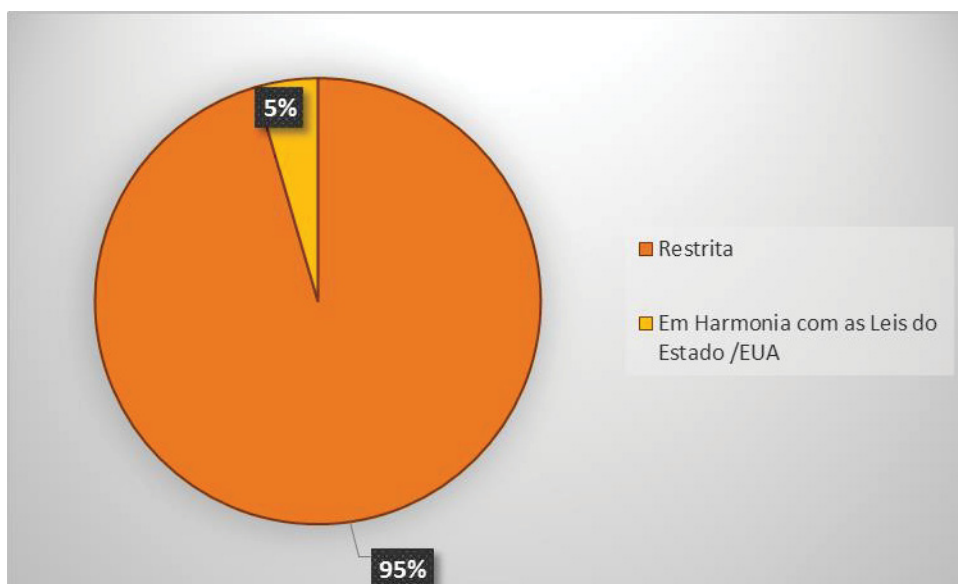
Fonte: Fundo do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo- Secção de Passaportes; Conservatória do Registo Civil da Praia da Vitória – Assentos de Nascimento de 1946 a 1974

Em observação ao presente gráfico, detetamos de imediato que a maioria das crianças não foram adotadas legalmente. Apenas 45% dos registos nos Assentos de Nascimento, refere as crianças como adotadas legalmente por casais norte-americanos, com exceção de 2 casos (2 irmãs gémeas) que foram perfilhadas pelo pai, também ele norte-americano. Apenas 1% das crianças, não tem qualquer referência nos Assentos de Nascimento analisados. A maioria, 52% dos casos, não são considerados como adoção, e quase todos eles se centram nos anos antecedêntes ao decénio de 1970, ao invés das adotadas, que se se realizaram nos anos de 1970 a 1974. Isto vem, pois, comprovar a hipótese que já tínhamos colocado de, antes dos anos 70, existir um elevado grau de irregularidades ou mesmo ilegalidades nestes processos.

Tudo isto leva-nos novamente a refletir acerca da transparência ou opacidade destas adoções, cujo maior rigor parece ter começado a verificar-se em consequência do Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, que reconheceu a adoção como forma legitimada de filiação.

Assim, torna-se pertinente, descortinar o tipo de adoção a que estas crianças foram submetidas.

Gráfico 11- Tipo de Adoção



Fonte: Fundo do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo- Secção de Passaportes; Conservatória do Registo Civil da Praia da Vitória – Assentos de Nascimento de 1946 a 1974.

É de referir que estes valores apenas se referem às crianças adotadas legalmente, ou seja, somente a uma parcela de 45%, dos registos de passaportes, que se traduz em 44 casos. Por aqui, podemos constatar que as adoções são substancialmente restritas, sendo que estas, de acordo com o Decreto-lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, apenas atribuem aos intervenientes os direitos e deveres previstos na lei em vigor (art.º 1987º), mantendo “todos os direitos e deveres em relação à família natural” (art.º 1990º). Há de resto, apenas 5% dos casos ocorreram em harmonia com as leis em vigor no Estado para o qual a criança emigrou.

Um facto muito relevante é o de não ter havido uma única adoção plena, sendo que esta é a que permitia que o adotado tivesse “a situação de filho legítimo e como tal é (...) considerado para todos os efeitos legais” (art.º 1879º).

Perante tudo isto, ficam inevitavelmente, muitas interrogações e inúmeras questões por responder. como seja, como é que estas crianças saíram do país com uma adoção restrita? Neste tipo de adoção, a criança não deveria ter de manter proximidade, pelo menos geográfica, com os pais naturais? Então, como foi possível emigrarem na companhia dos casais norte-americanos, adotantes restritos? É certo que adoção restrita pode ser convertida em plena - nos Assentos de Nascimento apenas consta como adoção

restrita, não há qualquer conversão – mas pode também ser revogada (artigos 1976º e 2000º).

Ora, para tentarmos responder às questões que se levantam e melhor percebermos este fenómeno, e assim obtermos um maior conhecimento do mesmo, procuramos conhecer as representações sociais inerentes a este fenómeno. Deste modo, o nosso estudo levou-nos à necessidade de uma análise qualitativa de testemunhos e memórias. Para tal procedeu-se a entrevistas, através das quais procuramos obter outras respostas e conhecimentos sobre estas situações concretas e reais, mas ainda mal explicadas.

O que nos dizem os testemunhos orais

As entrevistas que realizamos foram estruturadas em 3 partes, a saber:

1. Relação e percepção dos “americanos”;
2. Problemática dos casos de adoção- representações;
3. Casos da própria família.

Assim sendo, e analisando a entrevista seguindo os 3 momentos previamente enumerados, passamos então a refletir acerca do primeiro momento.

Neste primeiro momento tentamos perceber o tipo de ligação dos entrevistados com os norte-americanos, bem como as suas percepções face a sua influência na ilha Terceira, a sua relação com as crianças mais desfavorecidas e as recordações mais marcantes de infância.

Deste modo, podemos perceber que a grande maioria das famílias tem uma forte ligação com a Base das Lajes, principalmente, pelo papel que esta teve no seio familiar e na sua infância, ou seja, ao serem questionados acerca da ligação que tinham com a Base, a resposta é comumente remetida para o facto de um familiar direto trabalhar na Base - numa primeira instância, o chefe de família - e a forma como isto influenciou toda a infância e qualidade de vida do entrevistado. É exemplo disso os seguintes relatos: “O meu pai sempre trabalhou na Base e o que ganhou sustentou a gente... A minha infância foi muito

boa porque como o meu pai trabalhava na Base.” (entrevista 10, Anexo 2); “Meu pai que trabalhou na Base e trazia muitas coisas da Base. Era muito diferente, era um tempo de abundância... Na nossa vida teve muita influência, porque a gente nessa casa tinha de tudo, por causa dos americanos... Eles davam muito, ajudava muito, era só meu pai a trabalhar e 7 filhos para se criar! Nisso fomos muito ajudados.” (entrevista 13, Anexo 2).

Apesar de a maioria remeter para este tipo de ligação aos norte-americanos, é de frisar que estes são sobretudo indivíduos externos à nossa problemática, ou seja, na maioria são sujeitos que não tem ligação familiar com as crianças que foram “levadas”/adotadas pelos norte-americanos. Pois, das entrevistas analisadas, as famílias diretas e relacionadas com a nossa investigação, não tinham qualquer ligação à Base “A minha família nunca trabalhou na Base. Meu pai nunca trabalhou na Base, ele trabalhava no campo, nas vinhas. Nada!” (entrevista 12, Anexo 2).

Ao focarmo-nos nas melhores recordações associadas à presença norte-americana na ilha Terceira, podemos assistir a um recuo até às memórias da infância, vincadas por uma influência distinta das restantes ilhas do arquipélago dos Açores, com a particularidade de ter sido marcada pela presença norte-americana.

Assim sendo, é de referir, que os entrevistados associam as boas recordações às relações de amizade e proximidade com norte-americanos, sobretudo pelo facto dos pais ou os próprios terem trabalhado na Base e estabelecerem relações com colegas de trabalho “americanos”, como é exemplo: “O ter criado muita criança americana. Ter aprendido a falar em inglês com eles...Excelentes pessoas, as crianças e os pais... Tinha casas, trabalhei em casas que era como se estivesse na minha própria casa” (entrevista 9, Anexo 2).

Também foram evidenciadas as oferendas de bombons e chocolates por parte dos norte-americanos, quando encontravam crianças portuguesas, o facilitismo com que distribuía algo que para as crianças da época era tão raro e precioso, como seja uma simples pastilha elástica, são vários os que recordam, saudosos esses episódios, como é o caso do entrevistado 7: “Eles passavam e a gente, ... ponham-se à beira da estrada, quando viam um carro americano, e diziam: “Ei Jo Gama!, Ei Jo Gama!””, O que seria uma corruptela do “Ei! Joe give me a gum” (risos) ...e eles, muitas vezes, atiravam pastilhas elásticas e a gente atirava-se de voo para cima delas... E o mais rápido e mais forte é que

ficava...é que apanhava a “gama” (Anexo 2). Evidenciam-se simples momentos de boas recordações demonstrativas do papel que os norte-americanos tinham sobre a infância terceirense.

De igual modo, é de referir a importância atribuída às festas realizadas na Base por norte- americanos para os trabalhadores e suas famílias, deixando memórias inesquecíveis nos entrevistados, como seja o Halloween; os piqueniques... Também é salientada a relevância dos produtos Americanos no quotidiano das famílias dos trabalhadores de Base, que passaram a ter acesso aos mesmos, muitos deles inéditos nas ilhas dos Açores “hoje é tão banal, como é o *ketchup*, a gente, a população da Terceira, da Agualva e penso que da ilha toda, teve contato, teve o primeiro contato com ele, através dos americanos da Base das Lajes e dos clubes americanos. Tanto dos clubes da Base como do Clube do Campo de Golf...E até, arriscar-me-ia a dizer que eram produtos completamente desconhecidos no resto da região... completamente desconhecidos. A gente teve acesso a eles muito antes” (entrevista 7, Anexo 2). Portanto, evidencia-se assim, um conjunto de privilégios oferecidos pela presença dos norte-americanos na ilha Terceira. Igualmente a “entrada” na Base para frequência dos Clubes, como o NCO, são evidenciadas como que representativas de um certo estatuto social “Lembro-me bem, quando foi despachada, favoravelmente, a minha pretensão para ser sócio do NCO, senti uma alegria enorme, como que o meu estatuto... subiu” (entrevista7, Anexo2).

Mas com maior enfoco, ao nível de recordações dos entrevistados, é sem dúvida as “caixinhas”, as famosas caixinhas que eram distribuídas aquando do Natal pelas escolas da ilha. Estas eram ansiosamente esperadas pelas crianças da ilha, eram “Umas caixinhas, que até parece que hoje em dia, ainda sentimos o cheiro das caixinhas” (entrevista 9, Anexo 2). Esta é uma recordação muito presente ainda no imaginário dos entrevistados, verificando-se vários momentos emotivos e saudosos: “Era muito bonito! E para nós, havia muita ansiedade, quando chegava àquela altura, ficávamos a contar os dias para eles irem à escola. Ficávamos sem dormir de noite, a contar...eles iam lá levar as prendas que nos davam” (entrevista 10, Anexo2). “Ah! Quando a gente via aquelas caixinhas” (entrevista 15, Anexo2); “No Natal, nunca mais me hei-de esquecer... levavam as caixinhas, eles iam vestidos de Pai Natal, levavam sempre uns bombons...e, eu já tenho 53 anos Quando eles entravam, era uma alegria” (entrevista 8, Anexo2). “Esta é uma experiência marcante, também...da minha geração com os americanos...É a melhor recordação dos americanos.

E vá lá, de todos os meninos terceirenses, que andaram na escola na década de 50, 60...tem a mesma recordação!” (entrevista 7, Anexo2).

Estas “caixinhas” fazem parte da história da infância terceirenses e que tem acompanhado as gerações descendentes dos destinatários das mesmas, é uma passagem comum na ilha, um passado comum a uma geração. No conto “O Gibicas” de Vasco Pereira da Costa, podemos encontrar referência às mesmas “caixinhas”, a toda a preparação para a receção das mesmas “Nas caixinhas em rimas na grande mesa e pela frente das fardas americanas mais enfeitadas que bezerro de bodo, apenas a ilusão de uns brinquedos (...) agarraste na caixinha vermelha, azul e branca, com as estrelinhas desse people para o nosso povo” (Costa, 1978: 60). As “caixinhas” são parte integrante duma geração que viveu fortemente a presença, o auge da presença norte-americana na ilha, deixando tão visível marca nas recordações de infância desta mesma geração.

Assim, as “caixinhas” eram entregues pelos norte-americanos, que se dirigiam às escolas pela época do Natal “os americanos chegavam com aqueles carros azuis grandes” (entrevista 15, Anexo 2), “vinha um carro grande azul e dentro vinha as caixinhas, e então eles entravam e entregavam as caixinhas” (entrevista 13, Anexo 2). Era “uma caixinha de papelão” (entrevista 8, Anexo 2), “assim estreitinha” (entrevista 9, Anexo 2), “tinham as cores da bandeira americana...eram azuis, brancas e vermelhas, eram as cores que lá se viam...diziam “American Red Cross”. Era uma iniciativa da Cruz Vermelha Americana” (entrevista 7, Anexo 2). Estas eram então compostas por pequenos e simples prendas que faziam as delícias das crianças, que por hábito não tinham acesso a esse tipo de produto, como sejam “os lápis de cor, o aparador...Eles mandavam aquelas piorrinhas! As piorrinhas de andar. As bonecas, uns lápis de cor...eram tantas coisas” (entrevista 12, Anexo 2), “tinha as piorrinhas, para a gente brincar, uns brinquedos pequeninos” (entrevista 15, Anexo 2), “livros de colorir...os lápis de cera...as piorrinhas, que eu adorava. Vinha berlindes, saquinhas com berlindes...vinha muita coisa” (entrevista 10, Anexo 2). Eram vários os brindes referenciados pelos entrevistados, sendo fortemente evidenciada a presença das “piorrinhas”, demonstrando assim, um forte apreço dos participantes no estudo. Assim sendo, as “piorrinhas” são “uma espécie de pião cujo movimento era...fornecido pelos dedos, um certo jeito dos dedos para pôr a “piorrinha” a rodar” (entrevista 7, Anexo 2).

Com estas demonstrações de apreço e saudade, notórias e descritas pela voz dos participantes no estudo, podemos assistir à forte influência que os norte-americanos tiveram na infância terceirense, sobretudo numa geração desprovida de bens materiais alusivos e destinados à própria infância, como sejam os brinquedos e as guloseimas, tão apreciadas pelas crianças.

No entanto, a influência americana não fica pelo material, também os entrevistados a reconhecem, unanimemente, como sendo uma mais-valia à sociedade e qualidade de vida, à economia e ao próprio desenvolvimento da vida terceirense. São exemplos disso os seguintes relatos: “Os americanos deram vida a essas ilhas...Deram muito emprego” (entrevista 9, Anexo 2); “Foi um desenvolvimento para a nossa ilha” (entrevista 15, Anexo 2); “ as pessoas que foram trabalhar para lá ficaram logo melhor, melhorou logo a vida” (entrevista 2, Anexo 2); “Muito importante para a nossa ilha, principalmente para a economia da ilha...por causa dos empregos e bons ordenados” (entrevista 10, Anexo 2); “os americanos deram-nos uma perspetiva diferente do mundo...através dos americanos, sabia que havia muito mais mundo, e um mundo desenvolvido, um mundo rico, para além das nossas ilhas” (entrevista 7, Anexo 2).

Também é evidenciada a ajuda direta às crianças mais desfavorecidas da ilha, sendo que esta é referenciada como tendo sido realizada através dos lanches nas escolas, da ajuda às mães trabalhadoras, aos lares de acolhimento e a adoção como forma de auxílio às famílias mais desfavorecidas em especial às crianças provenientes destes agregados familiares: “Haviam americanos que iam pela escola, um grupo deles, lembro-me de irem levar lanche e outras coisas” (entrevista 9, Anexo 2), “na escola primária... na cantina, mas só para os meninos mais desfavorecidos, servia-se um lanche, que era constituído por ¼ de pão, uma sandes de ¼ de pão recheado de queijo Cheddar, de queijo americano, aquele queijo amarelo...” (entrevista 7, Anexo 2), “ajudaram muito as mães que trabalhavam lá dentro...a dar roupas...comidas...” (entrevista 10, Anexo 2), “estes americanos traziam roupas e coisas e davam...aqui ajudaram” (entrevista 13, Anexo 2), “Eles ajudavam sempre as crianças que estavam no lar” (entrevista 8, Anexo 2), “pelo Natal, ... vão levar ao orfanato e ao lar, e estes lugares assim” (entrevista 13, Anexo 2), “para muitas fizeram muito bem...fizeram...deram-lhes um futuro, a algumas, aquelas que foram adotadas por eles, ou que foram levadas por eles sem serem adotadas...deram-lhes um futuro melhor” (entrevista 1, Anexo 2).

Como podemos assistir, a ajuda por parte dos norte-americanos aos terceirenses, de acordo com a percepção dos entrevistados, dispersou-se em várias vertentes, no entanto, há a salientar a visão positiva evidenciada, em que os americanos são vistos/idealizados como superiores, caridosos: “houve muita criança que deixou de passar fome por isso, ajudaram muitas famílias. Os americanos sempre olharam pelos terceirenses, que são mais pobres do que eles. E eles tentaram fazer sempre o seu lugar.” (entrevista 15, Anexo 2).

Ao longo desta parte, é de salientar a percepção otimista, positiva que os terceirenses evidenciam face a presença norte-americana nos Açores, incluindo as famílias de crianças adotadas/levadas pelos casais norte-americanos, bem patente nos discursos dos participantes neste estudo. Até mesmo perante as situações de adoção, estas são vistas como sendo algo positivo, como sinónimo de qualidade de vida para as crianças “levadas”.

Desta forma, apraz-nos então conhecer as representações que os entrevistados tem sobre esse mesmo processo, casos de adoção. Assim, avançamos para a análise da segunda parte em que se compõem o guião da entrevista.

Esta segunda parte, permite-nos estudar as representações sociais face a adoção de crianças por casais norte-americanos, na perspetiva dos sujeitos/entrevistados externos ao fenómeno. Assim sendo, esta parte restringe-se a 7 sujeitos externos e 2 intermediários, também eles externos ao fenómeno, mas que de alguma forma estão relacionados com o mesmo, ou seja, um dos intermediários apresenta uma relação estreita no auxílio das famílias e pais adotivos, aquando do processo de adoção e o outro relaciona-se com os adultos adotados, que atualmente se encontram a procurar as suas famílias biológicas. Por este motivo, ao longo do estudo são denominados de intermediários.

Quando questionados sobre o conhecimento que tinham de casos de adoções por casais norte-americanos, foram várias as descrições dos casos conhecidos, sendo que estes teriam ocorrido entre as décadas de 50, 60, 70 e até mesmo nos anos 80. Portanto evidencia-se aqui um período bastante longo e mesmo posterior à promulgação das primeiras leis da adoção em Portugal. Também se pode concluir que esta iniciativa teve os seus primórdios pouco tempo depois da chegada dos norte-americanos à ilha Terceira (1946).

Assim, iniciando a análise do conhecimento que os indivíduos tem dos casos, podemos concluir que a maior parte dos indivíduos reconhece a participação e existência

dum intermediário que faria a ligação entre famílias biológicas e norte-americanos “este homem que vinha a casa do Padre e esta mulher é que procuravam” (entrevista 13, Anexo 2); “Tinha um Padre, aqui na Fonte Bastardo que tinha uns amigos que eram americanos, e foi a partir desses americanos que eu disse ao Senhor Padre que havia uma criança que estava com dificuldades, que precisava ser adotada” (entrevista 15, Anexo 2); “a mulher que se dizia que interveio, chegou a ser vista em casa dessa família, antes e penso que ainda depois. Ela é que arranjou os americanos para dar as pequenas” (entrevista 14, Anexo 2).

Ora se analisarmos à luz da parte anterior, podemos confirmar, de acordo com os entrevistados com elo familiar, que estes não tinham qualquer ligação à Base das Lajes, o que evidencia a necessidade de existência de um elo de interseção entre as partes “Não sei se ela é que vendeu diretamente, se...se foi por intermédio de alguém, porque também não a estou a ver a conhecer americanos, isto deve ter tido um intermediário.....Acho que não conhecia, mas não sei” (entrevista 10, Anexo 2).

Também é salientado no discurso dos entrevistados que as famílias seriam gratificadas pela sua ação pelos norte-americanos. Há referência a esta gratificação como forma de auxílio às famílias, devido à sua evidente e elevada pobreza: “Nada me garante que recebeu algo em troca, mas também não acredito que os americanos tenham ficado com o pequeno sem dar nada em troca, a ver a pobreza que ia ali naquela casa” (entrevista 10, Anexo 2). Mas também há quem a identifica como forma de tirar proveito financeiro da situação “ela vendeu o filho ao americano...para comprar um carro! ...Uns foram perfilhados, outros foram vendidos, outros foram dados” (entrevista 6, Anexo 2). Esta perspetiva é fortemente vincada pelos participantes no estudo, a representação social que os entrevistados demonstram das famílias é de certa forma depreciativa, pelo facto de poder ter existido uma troca financeira entre norte-americanos e famílias: “cheguei a ouvir falar, explicitamente, de meninos vendidos! Meninos e meninas vendidos!” (entrevista 7, Anexo 2); “possivelmente, não tinham amor aos filhos! Se não, não faziam uma coisa destas. Isto é uma coisa, que hoje arrepiam” (entrevista 11, Anexo 2).

Contudo, esta “troca” monetária ou material é associada, pelos entrevistados, à miséria vivida por essas famílias: “É assim, eu lembro-me de dizerem que compravam crianças! Lembro-me que...como havia muita pobreza...também acredito que muitas mães

fizeram por necessidade, como a senhora que conheço... deu uma criança porque tinha necessidade e não podia dar a ela, à criança, aquilo que tem de se dar” (entrevista 10, Anexo 2).

No entanto, este fenómeno também é encarado como uma forma de altruísmo da família: “As pessoas condenam mas eu até acho que é uma coisa boa que elas fizeram! Renunciar ao amor dos filhos para bem dos próprios filhos. Não é qualquer mãe que faz uma coisa destas! São mães de amor grande” (entrevista 15, Anexo 2).

Assim, de acordo com os entrevistados, as principais razões impulsionadoras da adoção, foram, primeiramente resultado da pobreza da família. Também é apontado com motivo o elevado número de filhos do agregado familiar, bem como a falta de oportunidades geradas por esses meios, sendo que a adoção destas crianças proporcionar-lhes-iam um melhor futuro. Há de igual modo quem aponte razões mais negativas e incidentes nos benefícios financeiros da família, voltando a focar “maldade para vender” (entrevista 10, Anexo 2); “troca financeira” (entrevista 11, Anexo 2).

Todavia, os entrevistados não consideram que este processo de adoção seja benéfico para a família, com exceção dos casos que referem que as famílias ganharam algo em troca: financeiramente ou por terem dado um melhor futuro aos seus filhos. É exemplo desta dicotomia os seguintes relatos: “Acho que não era benéfico para quem dava” (entrevista 1, Anexo 2); “Eles ficavam bem. Então se ele vendia o filho e ficava com o dinheiro...ficava feliz” (entrevista 6, Anexo 2); “Uma mãe que tem vários filhos e não pode sustentá-los, dando 1 ou 2, e depois sabendo que eles estão bem! Compensa!” (entrevista 15, Anexo 2).

Já em contrapartida, com exceção dum entrevistado, que argumenta não saber, todos concordam que a adoção foi benéfica para a criança, no sentido em que lhes proporcionou um futuro melhor, com maior qualidade e oportunidades de vida: “foi melhor para eles, tiveram um futuro melhor, certamente, do que teriam cá...no meu pensar” (entrevista 1, Anexo 2); “tiveram a possibilidade de estudar e outras possibilidades que não teriam na família de origem” (entrevista 11, Anexo 2); “essas pequenas, depois de crescerem ficavam num lugar melhor, com melhor condição de vida” (entrevista 14, Anexo 2).

No que concerne à idade das crianças adotadas, estas, como seria espectável, incidiram nas mais tenras idades, sendo referida a preferência por crianças recém-nascidas e de menor idade (2 aos 4 anos). Contudo, também há indicação de crianças de idade mais avançada: “Dois tinham 10 anos” (entrevista 6, Anexo 2); “Não eram bebês” (entrevista 11, Anexo 2). Em relação a este último aspeto, apenas dois entrevistado referiram o facto da idade das crianças ser mais avançada, a maior incidência verifica-se nos bebês pequenos.

Referentemente ao tempo de permanência dos norte-americanos na ilha Terceira, após a adoção das crianças, a grande maioria dos entrevistados para além de considerarem que esta seria de curta duração, ainda precisam que seria no limiar do término das comissões dos norte-americanos na BA4, que se dava início a todo o processo de adoção “eu penso que era quando estavam perto de se irem embora é que queriam as crianças. Eles quase sempre queriam aqueles pequenos quando já estavam muito perto de se ir embora. Quando eles estavam a acabar as comissões é que... eles diziam que era por causa das famílias, para depois não começarem a ver e a fazer...” (entrevista 13, Anexo 2).

Em relação às representações dos entrevistados face a forma como eram feitos os contatos com os norte-americanos e/ou famílias biológicas, é curioso constar que novamente é evidenciada a presença de terceiros como forma de ligação entre familiares e norte-americanos. Estes indivíduos intermediários da relação são tidos como sendo trabalhadores da Base, salientando-se fortemente o papel das “empregadas” dos norte-americanos como conhecedoras das realidades de suas freguesias e como fonte de informação privilegiada. Mas também verifica-se o caso dos próprios familiares serem eles próprios os intermediários. Isto é claramente explícito nos seguintes relatos: “Era através daquele senhor e depois ele vinha ter com a tal senhora. Este é que era o intermediário!...As outras freguesias haviam de ter os seus. Aqui quem andou com isso foi o tal senhor que vinha falar com a senhora, e ela é que sabia onde é que estavam essas famílias. Ela sabia as famílias certas. Ela sabia tudo” (entrevista 13, Anexo 2); “Pois isto foi através de pessoas que trabalhavam lá dentro e que tinham interesse, porque haviam muitas pessoas que eram domésticas nas casas dos americanos...através daí é que eles perguntavam se conheciam alguém que quisesse dar crianças para adoção” (entrevista 10, Anexo 2); “uma das irmãs parece-me que já ia a casa de americanos, não sei como foi, e depois ela... é que deu a conhecer a irmã aos americanos” (entrevista 2, Anexo 2).

Referentemente à legitimidade destes processos de adoção, a grande maioria aponta para o facto de estes serem ilegais ou para a possibilidade de posteriormente, já no país de receção terem então sido legalizados, mas fora da ilha Terceira, ou seja, aquando da “doação” das crianças, esse processo não seguiu os parâmetros legais que um processo de adoção exige.

No tocante à manutenção dum contato ou uma futura procura da família biológica, a esmagadora maioria aponta para a existência dum contato entre adotado e família biológica, apesar de haver alguma referência ao “não sei” se terá havido esse contato já depois das crianças adotadas se tornarem adultos. Contudo, aquando questionados do conhecimento que tinham sobre o reencontro das famílias, as representações são díspares. Assim sendo, foram apontados como formas de possibilitar esses reencontros, o recurso a terceiros, que encontraram as famílias “perdidas” e fizeram a (re)aproximação entre ambos, numa perspetiva de mediador/intermediário destas relações. Também foi evidenciada o recurso à carta escrita, destinada à família, em anos posteriores, como também a manutenção de contato entre família adotiva e biológica, facilitando o reencontro. Por fim, também é evidenciada o caso dos próprios adotados, regressarem à ilha na esperança de encontrarem informações ou alguém que os reconheça, permitindo-lhes identificar a sua família de origem. É exemplo disso, as seguintes entrevistas: “Essa rapariga fui eu que contatei com ela. Ela pôs lá um anúncio num *Site* qualquer e eu depois é que contatei com ela, se ela já tinha encontrado a mãe, se não. Ela disse que não... Depois encontrei, fui andando, andando e até que pronto...hoje somos amigos e encontrei aquela gente e está feito” (entrevista 1, Anexo 2); “Só me lembro daquela pequena que lhe falei, sei que entrou em contato através de carta...” (entrevista 13, Anexo 2); “Já ouvi pessoas que foram aí para fora pequeninos e estarem, nestes últimos anos, a pesquisarem para cá e a procurarem pessoas para lhes darem informações daqui para lá” (entrevista 14, Anexo 2).

Já no que diz respeito às representações dos entrevistados face o número de crianças adotadas por casais norte-americanos, as estimativas apontadas são muito vagas, centrando-se em “Muitas, certamente” (entrevista 7, Anexo 2), não conseguindo precisar, como seria espectável, embora descrevam como sendo “uma centena, duas...garantidamente...se não foi mais!...” (entrevista 1, Anexo 2); “isso foi uma dezena ou duas” (entrevista 6, Anexo 2).

Para finalizar a entrevista, foi solicitado aos entrevistados se queriam acrescentar algo significativo e enriquecedor ao estudo, e torna-se pertinente assistir à relevância das representações no sentido de tentarem justificar a própria adoção e o papel dos intervenientes. Salientam também a participação do intermediário na relação das famílias biológicas com os futuros pais adotivos. Assiste-se a uma valorização dos norte-americanos em detrimento das famílias biológicas.

Assim, ao longo desta segunda parte em que se estrutura a nossa entrevista, continuamos a assistir a um engrandecimento da ação dos norte-americanos em detrimento das famílias biológicas. Contudo, a pobreza é a principal causa evidenciada, como alavanca impulsionadora da adoção, no entanto é salientado fortemente a presença de um intermediário nessa relação, visto que são famílias provenientes de meios de muita pobreza e sem contatos nem ligações à Base das Lajes e conseqüentemente aos norte-americanos, torna-se evidente a presença de um medidor nessa relação família – norte-americanos. Também é evidenciado o recurso à contrapartida pelas crianças adotadas, tanto para as famílias como para os próprios intermediários, chega-se mesmo a salientar os termos “vender”; “pagamento”; “troca”, entre outros, referentes a recompensas monetárias pelas crianças.

Atendendo a que esta segunda parte incidia nas representações sociais de indivíduos externos ao fenómeno, interessa-nos conhecer então, as representações dos próprios familiares.

Assim, constitui-se a terceira parte da entrevista – casos da própria família. Neste momento do estudo, foi nosso intuito concretizar o mais possível o fenómeno em análise, e assim podermos evidenciar certos aspetos da investigação com maior exatidão e precisão. Desta forma, é de referir, que este momento reflete as representações de familiares de crianças adotadas, sendo eles: irmãos, primos, cunhados, e sobrinhos das crianças adotadas, centrando-se num período temporal entre os anos 50 e a década de 80, embora os entrevistados cheguem mesmo a precisar datas.

Posto isto, apraz-nos então salientar o facto dos familiares quando solicitados a descrever a caso de família, referirem maioritariamente a existência de um pagamento, troca ou auxílio às famílias biológicas. Alguns numa semântica acusadora outros de auxiliadora, como sejam os contributos em bens materiais e de consumo. Isto manifesta-se

nos seguintes discursos: “Alguém recebeu dinheiro! Da minha irmã, para ela ir para a América. Alguém recebeu dinheiro, e não deve ter sido pouco... houve dinheiro! Deve ter havido uma troca, alguém recebeu e não fui eu” (entrevista 5, Anexo 2); “Os americanos davam dinheiro... Era por causa da miséria” (entrevista 12, Anexo 2); “Ele foi “beneficiado”, tipo uma troca. Talvez quando ela falou com ele que ia dar e não sei quê, ele exigiu aos americanos” (entrevista 9, Anexo 2); “este casal ajudou muito a minha mãe, enquanto ela esteve grávida...ou seja, esteve sempre perto da minha mãe” (entrevista 3, Anexo 2); “Eu sei que receberam dinheiro. A mãe da menina não recebeu, mas a avó e a empregada receberam... Muita gente fazia isso, porque eles pagavam” (entrevista 8, Anexo 2). Como podemos assistir no discurso dos entrevistados a presença de recompensa financeira nem sempre é destinada à família, ficando-se pelo intermediário.

Também é salientada a orfandade de mãe, como um subterfúgio para a adoção, bem como toda a estrutura do agregado familiar, desde pais incógnitos a mães solteiras, relações extraconjugais. De igual modo, a influência dos familiares bem como a presença de intermediários, referenciados como sendo trabalhadores da Base, também influenciaram toda essa dinâmica de adoção. No entanto, há quem também refira a própria exploração social, cultural e financeira da família, para daí obter benefícios próprios: “Houve aqui um truque, digamos, um truque as coisas foram aldrabadas. Serviram-se da inocência, estou a falar do meu pai... Foi uma ganância, aproveitaram-se das pessoas, com pouca cultura e...fragilizadas pelas necessidades da vida. Agora, falando do meu pai, se foi o caso...com mais filhos, fica viúvo, analfabeto, com poucas alternativas para dar a volta à situação...” (entrevista 5, Anexo 2).

Já no que concerne às motivações inerentes ao processo de adoção, esmagadoramente apontou-se a pobreza como principal razão impulsionadora da adoção, seguindo-se a falta de oportunidade e expectativa num futuro melhor, desapego e a manutenção da honra da família.

Quando questionados se consideravam que a adoção teria sido benéfico para a família, a maioria refere que não foi benéfico, havendo um entrevistado que chega mesmo a considerar como tendo sido um drama familiar: “Isto foi um desastro para a família! Pronto! Marcou a família toda!... Isto foi uma tragédia!” (entrevista 5, Anexo 2). No entanto, também há a salientar as representações positivas perante os benefícios

decorrentes da adoção para as famílias biológicas, mas focadas no bem-estar futuro da criança: “Acho que sim, porque ficamos contentes por ele estar bem” (entrevista 4, Anexo 2).

No respeitante aos benefícios para a criança, a maioria aponta vantagens decorrentes desta adoção, no sentido em que lhes proporcionou uma maior qualidade de vida: “Mas foi melhor para elas, pois elas hoje conseguiram ser alguém na vida. Eu sei que elas estão muito bem...” (entrevista 3, Anexo 2); “Foi muito bom para eles, pois não sei o que teria sido deles...pronto, o meu marido fez a sua vida, mas teve uma infância muito diferente da dos seus irmãos” (entrevista 9, Anexo 2). Contudo apraz-nos referir que um dos entrevistados encontra uma dicotomia entre vantagens e desvantagens provenientes da adoção da irmã: “Ela disse-me, que esse Major acho que foi bom para ela. Ela viajou, ela foi à Alemanha, ela foi para todo o sítio... também foi um desastre para ela... Do ponto de vista de estudar, cá não tinha o estudo que tem, era como eu. O pobre não tinha possibilidades de estudar... Ela lá conseguiu talvez estudar, coisa que cá não ia conseguir...” (entrevista 5, Anexo 2).

Referentemente às idades das crianças adotadas novamente verificamos uma maior incidência nas mais tenras idades; recém-nascido e com alguns meses de vida (poucos). Mas, também há referência a idades mais avançadas, como sejam: quatro irmãos dos 2 aos 5 anos, e dois irmãos de 8 e 10 anos.

Em relação ao tempo de permanência na Base das Lajes, após a adoção, este ao contrário das representações dos entrevistados externos ao fenómeno, que apontavam prontamente para um período de curta duração, os familiares entrevistados, referem algum tempo de permanência antes da emigração: “Ainda ficaram cá alguns tempos” (entrevista 9, Anexo 2); “Ele esteve aqui mais 2 ou 3 meses, e depois foi logo para a América” (entrevista 4, Anexo 2). No entanto, também os há que apontam para um período mais curto: “Ficaram pouco tempo” (entrevista 8, Anexo 2).

No respeitante aos contatos quer com famílias biológicas quer com os próprios casais norte-americanos, a grande maioria aponta para a presença dum elo de ligação, um intermediário que estabeleceria os contatos entre famílias e norte-americanos. Estes intermediários poderiam ser os trabalhadores da Base, principalmente as empregadas domésticas, bem como familiares ou terceiros com contatos na Base “servindo-se do poder

e com o dinheiro financiavam intermediárias para conseguirem o que queriam” (entrevista 5, Anexo 2). No entanto, também é referido o facilitismo nestes contatos, devido à forte e numerosa presença de norte-americanos na ilha Terceira “Facilmente, eles andavam aí. A gente quase que vivia na casa deles e eles na nossa, porque eram tantos americanos” (entrevista 9, Anexo 2);

No tocante à legitimidade dos processos de adoção, esta apresenta uma grande disparidade nos discursos dos entrevistados. Desde não sei, sim, não, em respostas simples e curtas. Mas ainda podemos assistir a quem refere que apesar de não terem sido legalmente adotados em Portugal, terão sido no estrangeiro “não foram adotados legalmente...Lá fora, tem que ter sido legalizado por causa de terem assistência médica e essas coisas todas. Legalizados cá, não foram” (entrevista 9, Anexo 2).

Novamente assistimos a uma forte discrepância de situações, quando questionados acerca da existência de alguma forma de contato com a família biológica e de um possível regresso à ilha. Apenas um caso refere não ter qualquer tipo de contato com o familiar adotado, todos os outros já estabeleceram algum contato, mesmo que não presencial, com o familiar. Assim, estes contatos foram resultantes de persistência quer de familiares biológicos quer de adotados, atendendo a cada caso, e socorrendo-se de vários meios, quer sejam por recurso às instâncias legais, quer pela internet ou telefone, por manutenção de contato com intermediários ou família, ou mesmo recorrendo a terceiros sem qualquer relação ao caso, mas que auxiliaram na procura pela família biológica. É exemplo disso os seguintes relatos: “Vou tentar procurar, fui para o Tribunal da Praia, minha sogra nem sabia bem os nomes deles. Depois fui à igreja da Vila Nova, através dos dados da igreja da Vila Nova, para os nomes virem certinhos...Fui com os nomes para o Tribunal...Depois um dia fui ao Posto 1, a minha filha falou com uma rapariga que trabalhava no Comando Americano e ela disse “Ei mulher, tu se me arranjares esses nomes direitos, eu consigo ajudar-te”...Lá no tribunal da Praia também me disseram para ir à Biblioteca Pública a Angra. Esses pequenos não foram para fora sem nada!” (entrevista 9, Anexo 2); “Encontramo-nos através do Paulo Ormonde...“Neste momento estou a falar com ela, e ela já sabe que eu já encontrei o senhor” ...Eu fiquei, fiquei ali bloqueado, um bocadinho.” (entrevista 5, Anexo 2); “Essa minha irmã já descobriu a gente, passado uns anos. E a minha mãe já a conheceu. Ela não veio cá. A minha mãe é que foi lá ...porque os pais adotivos desta minha irmã, tinham sempre contato com as senhoras da Fonte Bastardo”

(entrevista 3, Anexo 2); “ele manteve o contato com a família. Ele esteve cá já há uns anos. Quem ainda mantém o contato com ele é o meu irmão mais velho” (entrevista 3, Anexo 2).

Como podemos verificar, as situações são distintas, mas aproximam-se pela perseverança da família ou adulto adotado num reencontro. Alguns presencialmente já se encontraram, outros pelos infortúnios da vida, ainda não foi possível. Estes reencontros são vividos com muita emoção “foi uma alegria muito grande. Digo que sim, porque a gente quando falava com ela por telefone era... era uma alegria imensa. A gente via que era...eu consigo perceber que era intenso, e que era muito bom. E a minha mãe, quando foi lá diz que chocou...foi muito chocante...mas a minha mãe diz que ela não ... ela não sentia mágoa” (entrevista 3, Anexo 2); “Ele assustou-se porque eu fiquei sem fala. “Olha eu peço desculpa, mas eu estou um bocado nervoso”... Agora consigo falar nisso sem chorar. Mas às vezes ainda choca... Isto foi uma felicidade para mim e para o meu irmão, também” (entrevista 5, Anexo 2).

Aproximando-se do término da entrevista, ainda foram solicitados a fazer uma estimativa, previsão do número de adoções por casais norte-americanos, o que se retratou terem sido “muitos” os casos. Isto evidencia-se em discursos como “Centenas” (entrevista 9, Anexo 2); “dezenas, de certeza” (entrevista 12, Anexo 2); “Milhares” (entrevista 3, Anexo 2), num sentido de personificar a quantidade elevada de crianças adotadas pelos norte-americanos, no período temporal das décadas de 1950 a 1980, conforme relatos dos próprios entrevistados.

Ao longo desta terceira parte, destinada às representações dos familiares das crianças adotadas, podemos assistir à condenação das famílias, embora algumas num sentido mais justificativo, mas não compreendendo o recurso último de dar uma criança para adoção. Reconhece-se a presença vincada de intermediários nas relações entre famílias biológicas e casais norte-americanos, uma vez que estamos a falar de famílias de estratos socioeconómicos muito baixos e sem ligações à Base das Lajes, o que justifica a presença dum elo de ligação. É novamente referido o facto de ter havido alguma forma de recompensa à família biológica pelas crianças, quer seja uma recompensa monetária quer em géneros de auxílio à mesma.

Neste capítulo, tivemos oportunidade de assistir às representações sociais perante a criança abandonada e desvalida, no período do Estado Novo. E, apesar de já terem sido publicadas as primeiras leis da adoção em Portugal, ainda podemos ver o facilitismo que havia em “gerir” os agregados familiares e a contornar uma filiação indesejada, através dum processo de adoção que muitas dúvidas continua a suscitar em relação à sua legitimidade, pelo menos em Portugal, pois nos EUA este poderá ter sido regularizado.

Este fenómeno foi fortemente descrito como tendo sido um fenómeno de grande escala, envolvendo muitas famílias e crianças quer da ilha Terceira, como também de outras ilhas dos Açores. Como um tabu que se encerra em si, mas que é do conhecimento geral da população. E hoje, quando vencidos os tabus e falamos abertamente do assunto, descortinamos uma experiência tão presente e próxima de todos nós.

Assim, continuamos a assistir a um conjunto de representações depreciativas face a criança abandonada ou desvalida. Em alguns casos, a criança continua a ser vista como um encargo à família e como algo que se dá, se troca ou se vende.

Também este fenómeno da adoção por casais norte-americanos, tão peculiar na ilha Terceira, vai contribuir para as atuais representações sociais face a criança adotada, no sentido em que este é mais um aspeto da forma como a sociedade, ao longo dos anos foi aceitando a infância, e como foi tratando a infância mais desfavorecida.

E como temos vindo a referir, é preciso perceber o percurso histórico do fenómeno para podermos explicar ou entender o presente.

CAPÍTULO IV

Realidade da Adoção de Crianças nos Açores no último quartel do século

XX

Com o fim da ditadura novas mudanças se vão operar a nível social e das mentalidades, sobretudo no que concerne ao conceito de família, surgindo assim a necessidade de criação de novas medidas constitucionais face o Direito da Família e consequentemente novas políticas de proteção à infância. As transformações do país, que, naturalmente, se estenderam às ilhas, permitiram também uma maior permeabilidade às influências internacionais. Antes de analisarmos, pois, o caso terceirense, no domínio das adoções, analisemos o que se passou a nível de legislação e de conquistas, nacionais e internacionais.

A nova realidade no tocante à adoção

É neste contexto que se revê o *Código Civil*, em 1977, prevendo uma alteração significativa no âmbito das questões em torno da família e da filiação, permitindo a “adaptação e reequilíbrio de institutos que não podiam manter-se alheios às inovações introduzidas: caso da adoção” (preâmbulo, Decreto-lei nº 496/77, de 25 de novembro).

Assim, com as novas alterações previstas pelo Código Civil de 1977, corta-se com a distinção entre filho legítimo e ilegítimo, sendo preocupação do legislador promover, a adoção e o aumento do número de candidatos à mesma, sendo que “a adoção apenas será decretada quando apresente reais vantagens para o adotando, se funde em motivos legítimos, não envolva sacrifícios para os outros filhos do adoptante e seja razoável supor que entre adoptante e o adoptando se estabelecerá um vínculo semelhante ao da filiação” (art.º 1974º).

Também o facto dos requisitos aos casais candidatos à adoção terem sido revistos, tiveram o intuito de contribuir para uma maior predisposição para a adoção, tendo sempre em vista a melhor qualidade de vida das crianças, diminuindo-lhes o tempo de permanência em instituição. Assim sendo, “podem adoptar plenamente duas pessoas casadas há mais de cinco anos e não separadas judicialmente de pessoas e bens ou de facto,

se ambas tiverem mais de vinte e cinco anos... só pode adoptar plenamente quem tiver menos de sessenta anos (art.º 1979º). Ora, essa abertura, permite uma maior abrangência nas solicitações à adoção, contribuindo, como já referimos para uma diminuição do número de institucionalizações.

Ainda de acordo com o dito Decreto-lei, é salvaguardado pelos serviços de competência para o efeito, todo um processo de averiguação e adaptação sobre o adotado e os adotantes, garantindo uma maior eficácia no processo e a real motivação para a adoção tendo sempre em vista o bem-estar físico e emocional da criança (art.º 1973º).

Além disso, é reconhecido o “estado de abandono” sofrido pela criança, definido como “o menor cujos pais tenham revelado manifesto desinteresse pelo filho, em termos de comprometer a subsistência dos vínculos afectivos próprios da filiação” (art.º 1978º). Assim, para os legisladores, a adoção tinha de ser repensada num sentido de responder à lacuna afetiva destas crianças, vítimas de abandono ou negligência familiar. Como temos tido oportunidade de verificar, é visível uma maior concentração na criança, na preocupação com a diminuição de fatores de risco para o seu desenvolvimento, tentando-se, com esta legislação, esbater os riscos da permanência, quer nas famílias desestruturadas, quer nas instituições de acolhimento. O Estado chama a si a responsabilidade por essas crianças vítimas de abandono e privadas dum meio familiar.

É neste sentido que no ano subsequente é revista a Organização Tutelar de Menores, pelo Decreto-lei 314/78, que vigorará até 31 de dezembro de 2000 (Candeias & Henriques, 2012: s/ pág.). Assim, por este Decreto-lei “em matéria de adopção, regulamentou-se a declaração do estado de abandono, bem como a recolha do consentimento prévio pelos pais do menor, com vista a futura adopção” (preâmbulo, 4, Decreto-lei 314/78). Delega-se a participação do Estado em termos de protecção à infância aos Tribunais de Menores que, por sua vez, se socorrem da Comissão de Protecção, que decide as medidas a aplicar (art.º 92º), para protecção do menor até aos 12 anos (art.º 76º). Também é por intermédio do mesmo que são instituídos os seguintes Estabelecimentos Tutelares de Menores: “a) Centro de observação e acção social; b) Institutos médico-psicológicos; c) Estabelecimentos de reeducação; d) Lares de semi-internato; e) Lares de transição; f) Lares residenciais; g) Centros de acolhimento especializado” (art.º 73º).

É nos centros de observação e acção social que incidem então as Comissões de Protecção no sentido de serem o elo de ligação entre as crianças em risco e os tribunais de menores. De acordo com Clara Rodrigues “Esta publicação assentava numa ideologia de protecção e tratamento aplicando-se, indiferenciadamente, tanto a situações de crianças em risco, como a situações de jovens delinquentes” (Rodrigues, 2010: 8).

Em 1979, institui-se a “colocação familiar”, através do Decreto-lei n.º 288/79, de 13 de Agosto, como “medida de política social que consiste em fazer acolher, temporariamente, por famílias consideradas idóneas, menores cuja família natural não esteja em condições de desempenhar cabalmente a sua função educativa” (art.º 1º, ponto 2). Esta também era uma medida de protecção à infância, potenciada pelo Estado, tendo em vista o afastamento do internamento em instituição, promovendo a inserção da criança num meio familiar, sadio e o mais próximo duma realidade familiar e afetiva, contrária à frieza da institucionalização. O Estado reconhece a importância da rápida integração num meio familiar ao invés da permanência em internamento institucional.

Deste modo, surgem em 1986, os Lares de Acolhimento, sendo estes uma “forma de resposta social dirigida aos menores transitória ou definitivamente desinseridos do meio familiar” (art.º 1, Decreto-lei n.º 2/86, de 2 de Janeiro). Este decreto vem regulamentar a ação dos Lares de Acolhimento e o seu papel no desenvolvimento afetivo, moral e social da criança ou jovem em risco, visando a sua futura inserção no meio social, mantendo uma estrutura o mais próximo possível dum lar tradicional, esbatendo a ausência da família e superando a lacuna afetiva da qual a criança se encontra desprovida (art.º 2).

A 20 de Novembro de 1989 a *Convenção dos Direitos da Criança* é adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo posteriormente, em 1990, ratificada por Portugal. Este foi um passo de gigante no reconhecimento dos direitos da infância, quer no mundo ocidental, quer no país. Vem reconhecer, pela primeira vez, o “superior interesse da criança”, expressão que nos acompanhará até à atualidade como sendo o grande propósito da adoção. “Todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança” (art.º 3º, 1º, *Convenção dos Direitos da Criança*).

Em termos internacionais e com influência direta em Portugal, há também a referir a *Convenção Europeia em Matéria de Adopção de Crianças*, que foi aprovada e ratificada, em 1990, pela Resolução da Assembleia da República n.º4/90. Assim, “considerando que a aceitação de princípios e práticas comuns referentes à adopção de menores, contribuiria para aplanar as dificuldades causadas por tais divergências e permitiria, ao mesmo tempo, promover o bem-estar dos menores que são adoptados” (preâmbulo, *Convenção Europeia em Matéria de Adopção de Crianças* In Resolução da Assembleia da República n.º4/90). Desta forma, assiste-se a uma preocupação, a nível Europeu, relativa à necessidade duma unificação dos critérios reguladores da adopção, vista a complexidade desta matéria e as implicações decorrentes da mesma para o menor adoptado. Assim, torna-se essencial unir a acção Europeia, uma vez que os Estados Membros apresentam “pontos de vista divergentes acerca dos princípios que deveriam reger, assim como diferenças quanto ao processo da adopção e aos efeitos jurídicos” (preâmbulo).

Em 1991, criam-se as Comissões de Protecção de Menores, pelo Decreto-lei n.º 189/91, de 17 Maio.

“Através da sua criação visou-se evitar o contacto dos menores com os Tribunais, procurando sensibilizar a comunidade para o exercício do dever de, ao lado da família (sempre que possível), encontrar soluções viáveis de intervenção junto das crianças e dos jovens, isto é, apela à participação activa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado” (Rodrigues, 2010: 9).

Assiste-se ao emergir de uma atitude mais preventiva por parte do Estado, consequentemente pela acção das Comissões de Protecção de Menores, apelando para a intervenção da sociedade em geral que “pode contribuir para dar resposta à sentida exigência de responsabilização de cada comunidade local pelas suas crianças e pelos seus jovens, em total respeito e colaboração com a família” (preâmbulo, 2º, Decreto-lei n.º 189/91, de 17 Maio). Denota-se nesse decreto, para além duma preocupação com a regulamentação das Comissões, também um apelo às comunidades, numa perspectiva de delegar esforços a favor das crianças abandonadas, mas também pela recuperação das famílias.

Em 1992, também numa perspectiva de apoio à família e à criança, é criado o Projeto de Apoio à Família e à Criança, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º

30/92. Isto porque não se pode dissociar o bem-estar da criança, nos seus diferentes domínios, do bem-estar e reabilitação da família “é imprescindível reforçar a acção pedagógica que deve ser exercida junto da família” (preâmbulo). Apesar desta resolução se direccionar especificamente para os casos de maus tratos e violência sobre as crianças, demonstra a preocupação em apostar na família e na prevenção ao invés da punição. São objetivos do projeto, detetar casos de abusos, diagnosticar os motivos inerentes aos maus tratos por parte da família e “desenvolver as acções necessárias de molde a fazer cessar a situação de risco para a criança, actuando junto das famílias por forma a conseguir a sua integração” (2º Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/92). Verifica-se primazia sobre a família, acredita-se na recuperação da família e reintegração da criança no seio familiar. Ainda hoje, este aspeto é contemplado, em primeiro lugar acredita-se na integração em meio familiar e só posteriormente se sinaliza para a adoção.

Na sequência desta legislação, surge no mesmo ano o Decreto-lei n.º190/92, de 3 de Setembro, que regulamenta o Acolhimento Familiar em substituição da família biológica “enquanto esta não possa retomar a plenitude das suas funções” (preâmbulo). Assim sendo, o Acolhimento Familiar consiste em dar um lar à semelhança dum meio familiar em detrimento da institucionalização em Lar de Acolhimento, e este “só pode ser decidido quando se tenham esgotado as possibilidades de a família natural desempenhar cabalmente a função educativa que lhe cabe” (art.º 4). Começa-se a assistir a uma maior preocupação com a família biológica e sua reabilitação como forma de esbate ao abandono infantil e conseqüente bem-estar da criança, mantendo-a no seu seio familiar e evitando assim os riscos e perigos duma institucionalização que começa agora a ser um último recurso. Na palavra de Maria Salvaterra, “em Portugal começou finalmente a pôr-se em causa a institucionalização das crianças...Era fundamental a sua inserção numa família que a criança considerasse como sua e onde pudesse estabelecer laços próprios de uma verdadeira relação de filiação” (Salvaterra, 2007: 25).

Como resultado das várias adaptações, adequações e consciencializações da Lei à realidade da criança desprovida e abandonada do seu meio familiar surge então uma importante reforma no *Código Civil* com a publicação do Decreto-lei n.º 185/93, de 22 de Maio. As principais alterações recaem sobre a “criação do instituto da confiança do menor com vista a futura adopção, alteração das idades previstas para adoptantes e adoptados...clareza relativamente às questões que se prendem com o

consentimento...segredo da identidade do adoptante e dos pais naturais (...) do processo de adoção e (...) o nome do adoptado por efeito da adopção” (preâmbulo). O presente Decreto-lei visa então, uma maior amplitude no universo da adoção, pela diminuição das idades e de certa forma, uma maior simplicidade em torno do próprio processo de adoção, “Esta medida acaba por abranger um maior número de pessoas que possam estar interessadas na adopção” (Ferreira, 2009: 14).

Deste modo, passam a poder adoptar plenamente duas pessoas casadas há pelo menos 4 anos, em que ambos tenham mais de 25 anos e menos de 50. O adoptado deve ter menos de 15 anos ou menos de 18, se não for emancipado e tenha estado à guarda dos adoptantes. (art.º 1979º e art.º 1980º). De acordo com o próprio preâmbulo do Decreto em análise, estes requisitos permitem a adoção de crianças de idade mais avançada e “privilegiar a desejável precocidade da adopção, sem prejuízo da necessária segurança.” (preâmbulo), bem como o facto de diminuir as idades até então referidas como passíveis de adotar, é mais favorável à “criação dum vínculo semelhante à filiação” (preâmbulo,).

Também este Decreto-lei prevê a confidencialidade de todo o processo de adoção em que “os adoptantes e os pais naturais adquiriram o direito a protegerem a sua identidade e, em casos excepcionais, introduziu-se a possibilidade de mudança do nome próprio do adoptando” (Ferreira, 2009: 15).

Foram diversas as alterações de vária ordem, salientamos apenas alguns dos aspetos que dariam maior impulso à adoção do ponto de vista do adoptante. Contudo, ainda há a referir o facto de aqui estar patente a possibilidade duma adoção internacional, “regula-se a colocação no estrangeiro de menores residentes em Portugal para aí serem adotados” (preâmbulo, Decreto-lei n.º 185/93, de 22 de Maio). Assim, pela primeira vez e em resultado das várias parcerias e discussões em termos internacionais decorridas em anos transatos, Portugal contempla legislativamente a abertura a uma adoção Internacional.

Quatro anos decorridos, em 1997, por Despacho Conjunto dos Ministérios da Justiça e da Solidariedade Social, é criado o programa *Adopção 2000*. Este considera que, após a análise da situação da adoção em Portugal e tendo em vista a proteção às crianças abandonadas, vítimas de maus tratos ou órfãs, era imperativo realizar “ajustamentos legislativos no processo de adopção, reestruturação e apetrechamento dos serviços de adopção, coordenação entre serviços públicos e entre estes e os serviços de instituições que

trabalham com crianças abandonadas e outros menores em risco” (preâmbulo, Despacho Conjunto dos Ministérios da Justiça e da Solidariedade Social, de 18 de Março de 1997). É intuito deste despacho romper com a “ideologia institucionalizadora” vigente até então e que de acordo com os dados da época tornava-se evidente a sua fragilidade visto não ser a resposta mais adequado para determinados casos, mostrando-se essencial a promoção da adoção. “É necessário definir os critérios de acolhimento, de diagnóstico e de elaboração do projecto de vida dos menores sem enquadramento familiar (...) o encaminhamento para a adopção é mais ajustado que as medidas de colocação familiar ou de institucionalização (preâmbulo).

Ainda em 1997 é prevista a criação dos Centros de Acolhimento Temporário e de Emergência, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97, “de modo a cobrir todo o país, e que, em articulação com as CPM, acolham as crianças e jovens em risco, de modo a evitar a actual tendência para a sua institucionalização, protegendo-as, retirando-as da situação difícil em se encontram” (preâmbulo). Também nesta Resolução se prevê a criação da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco “de modo a coordenar, acompanhar e avaliar a intervenção do Estado e da sociedade na protecção das crianças e jovens em risco” (preâmbulo, ponto 6).

Por tudo o que afirmamos, em torno da evolução legislativa, demonstra-se um efetivo reconhecimento da importância da adoção em detrimento da institucionalização, e para isso a legislação tem contribuído para esbater a tendência institucionalizadora que até então era privilegiada, desde pelo menos o século XIX. Abrem-se assim novos horizontes à adoção, pelo seu reconhecimento enquanto facilitadora de recuperação de meios afetivos e familiares, pela constituição duma nova família que só o recurso à adoção o permitiria, visto ser seu intuito a criação de relações de filiação.

Em 1998, pelo Decreto-lei n.º 120/98, de 8 de Maio são introduzidas novas alterações ao *Código Civil*, em matéria de adoção. “Estas modificações, tal como a que agora se opera, visam adequar a adopção às nobres finalidades para que foi projectada, em contextos de permanentes transformações” (preâmbulo, ponto 1, Decreto-lei n.º 120/98, de 8 de Maio).

Desta forma, as alterações assentam essencialmente sobre o interesse primordial do menor, bem como a atribuição de responsabilidade social da comunidade face a criança.

Assim, possibilita-se a guarda provisória do menor aos futuros pais adotivos; às instituições de solidariedade social institui-se a obrigatoriedade de estas comunicarem o número de crianças que tem nas suas instituições às entidades competentes; dispensa-se a citação de consentimento prévio no processo de confiança judicial; regula-se as condições em que as instituições particulares de solidariedade social devem ser sujeitas; revê-se as idades máximas dos candidatos a adoção, prevendo-se provisoriamente a possibilidade de estes ainda não terem os 60 anos de idade aquando o menor ficar a seu cargo, bem como incluí a idade do menor para prestar consentimento sobre a sua própria adoção, ou seja, deverá ser maior de 12 anos (art.º 1891), sendo também reforçado o carácter de confidencialidade do processo de adoção e seus intervenientes (preâmbulo).

Com estas novas alterações introduzidas continua-se, gradualmente, a assistir a uma simplificação do processo de adoção, bem como da participação dos seus intervenientes, reforçando-se o papel e a ação da criança na construção da sua nova família. Fortifica-se e privilegia-se o superior interesse do menor.

No final desta centúria, é decretada a *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro). Assim, com a implementação desta lei, as “Comissões de Protecção de Menores serão reorganizadas e passarão a funcionar de acordo com o disposto na lei de protecção de crianças e jovens em risco, adoptando a designação de comissões de protecção de crianças e jovens” (preâmbulo, art.º 3º).

Por consequência, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco devem garantir a promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens que se encontram em perigo, sendo que é considerada criança ou jovem risco aquele que se encontra abandonado; que é vítimas de maus tratos físicos, psicológicos ou sexuais; não tem os cuidados próprios à sua situação; é prejudicado na sua formação, educação, saúde e segurança (art.º 3).

Estas comissões apenas atuam quando as entidades competentes nas questões da infância não conseguem dar resposta, sendo um último recurso, visto estas serem “instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” (art.º 12).

Quanto às medidas a aplicar por forma a promover e proteger a criança ou jovem em perigo, estas são: “a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento em instituição” (art.º 35º). Como podemos verificar, pela graduação das medidas, é visível uma intrínseca predisposição para a prevenção e ação no meio familiar da criança, sendo que a institucionalização se qualifica em último lugar, remetida para instância terminante. Ao longo desta lei e em conformidade com Maria Salvaterra “privilegia-se o acolhimento de curta duração em centros de acolhimento temporário, para o estudo do projecto de vida da criança ou jovem” (Salvaterra, 2007: 42). É preocupação do legislador promover a prevenção por forma a evitar o prolongamento ou mesmo cessar as situações prejudiciais à criança ou jovem, bem como diminuir ou evitar a institucionalização, recorrendo assim à intervenção no meio natural do menor ou recorrendo a terceiros legitimados para o acolhimento do mesmo. Contudo é de referir, que apesar de esta lei ser rigorosa e pormenorizada na descrição dos seus critérios e aspetos a regulamentar, não contempla a possibilidade da adoção como medida para esbater a institucionalização e como forma de promoção e proteção da criança ou jovem em perigo. Este aspeto apenas será incluído, em 2003, pela lei 31/2003, de 22 de Agosto. Atualmente regemo-nos, em Portugal, em matéria de adoção, pela Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro.

Desta forma, e pela síntese que acabamos de elaborar, nota-se que ao longo do último quartel do século XX, assistimos a significativas alterações no contexto legislativo e no âmbito da preocupação pela criança abandonada. Portanto, “será já no interior de Portugal democrático, enquadrados por princípios europeus, que a criança alcança um reconhecimento social e legal que outrora dificilmente a sociedade assumiria” (Candeias e Henriques, 2012: s/ pág.).

Foi visível ao longo das alterações, retificações e novas normas legislativas introduzidas em matéria de adoção, a abertura a um maior número de candidatos à adoção, a crescente simplificação e desmistificação dos seus processos e a abrangência nos requisitos, sobretudo ao nível das idades, contribuindo para uma facilitação a todos quantos estivessem predispostos a adotar, visando o superior interesse da criança. Isto também vai

contribuir para a diminuição dos riscos e perigos da institucionalização, concorrendo para a reestruturação dos vínculos de filiação.

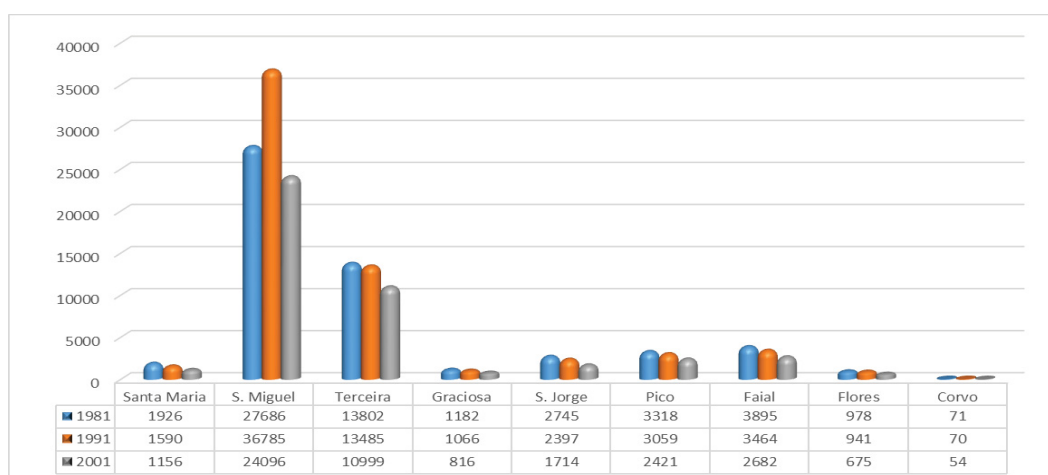
Também foi notória a preocupação em envolver a criança, a partir dos 12 anos, no seu próprio processo de adoção, tornando-a interveniente participativo na escolha da sua família o que se afigura igualmente muito relevante ao bem-estar psicológico do adotado.

Assim, apraz-nos então conhecer as repercussões destas evoluções legislativas, na Região Autónoma dos Açores em termos quantitativos.

A população infantil e as adoções nos Açores

Mas antes de mais, torna-se pertinente conhecer o número de crianças na Região Autónoma dos Açores, pertencentes à faixa etária dos 0 aos 14 anos, nas últimas décadas do século XX. A análise incide nesta faixa etária, por ser este o grande grupo que abrange as idades suscetíveis de adoção. Quanto às datas, privilegiamos o primeiro ano ímpar, dos últimos decénios do século XX e do primeiro decénio do século XXI.

Gráfico 12 - População Residente dos 0-14 anos, Região Autónoma dos Açores: 1981, 1991 e 2001



Fonte: Pordata e SREA- Serviço Regional de Estatísticas dos Açores – Dados estatísticos

Como se demonstra no Gráfico, em 1981 os Açores contavam com 55.603 crianças pertencentes à faixa etária dos 0 aos 14 anos, sendo esta a faixa etária suscetível de ser adotada. Evidenciam-se, obviamente, as ilhas de S. Miguel e da Terceira, graças aos seus maiores efetivos populacionais, em relação às restantes ilhas. Apesar de ser uma ilha de menor dimensão, o Faial ainda apresenta um número significativo de crianças pertencentes à faixa etária em questão, seguindo-se a ilha do Pico, com valores muito próximos.

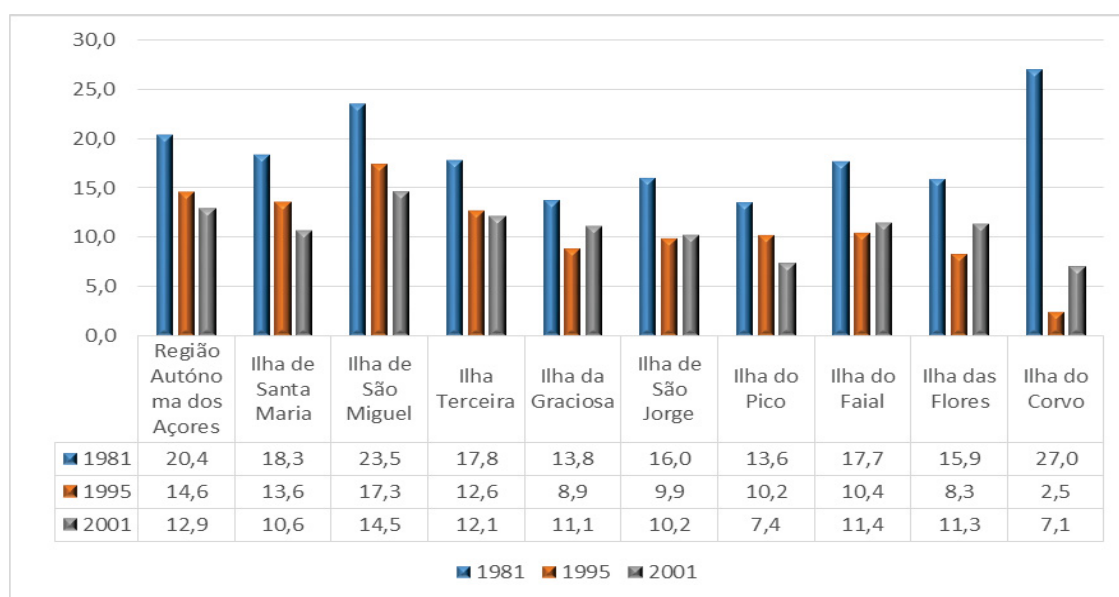
Em 1991, a Região Autónoma dos Açores contava com 62.857 crianças, manifestando-se um aumento no número de crianças pertencentes à faixa etária em estudo. Contudo, este aumento fica a dever-se unicamente à ilha de S. Miguel, que apresenta um acréscimo de 9.099 crianças. Todas as restantes ilhas demonstram uma queda no número de crianças dos 0 aos 14 anos.

Vinte anos decorridos após a primeira análise, os Açores iniciam o século XXI com apenas 46.614 crianças, dos 0 aos 14 anos. Esta considerável queda é representativa das alterações sofridas ao longo destas décadas na sociedade insular, sobretudo no que toca ao papel da mulher e da sua participação mais ativa no mercado de trabalho, delegando para segundo plano a constituição de família a favor da sua afirmação profissional. O maior investimento na educação dos filhos motivou, igualmente, uma diminuição no número destes, por casal.

Assim sendo, é de referir que este declínio se fez sentir em todas as ilhas do arquipélago, de forma acentuada, mesmo em S. Miguel e na Terceira que, apesar de apresentarem uma grande diferença em termos populacionais, registam valores de declínio muito similares, na ordem dos 2689 em S. Miguel e 2486 na Terceira.

É de salientar, que este facto, preocupante e indiciador de um envelhecimento da população, se torna espectável, uma vez que a Taxa Bruta de Natalidade, bem como o Índice Sintético de Fecundidade, nos Açores, decaíram ao longo destes 30 anos, sendo que em 2001 o Índice Sintético de Fecundidade era de 1,67 filhos por mulher em idade fértil. Também é de referir que cada vez mais se adia a parentalidade, devido as exigências da sociedade contemporânea, quer ao nível económico, como profissional. A corroborar o que acabamos de afirmar estão os valores dos Gráficos seguintes.

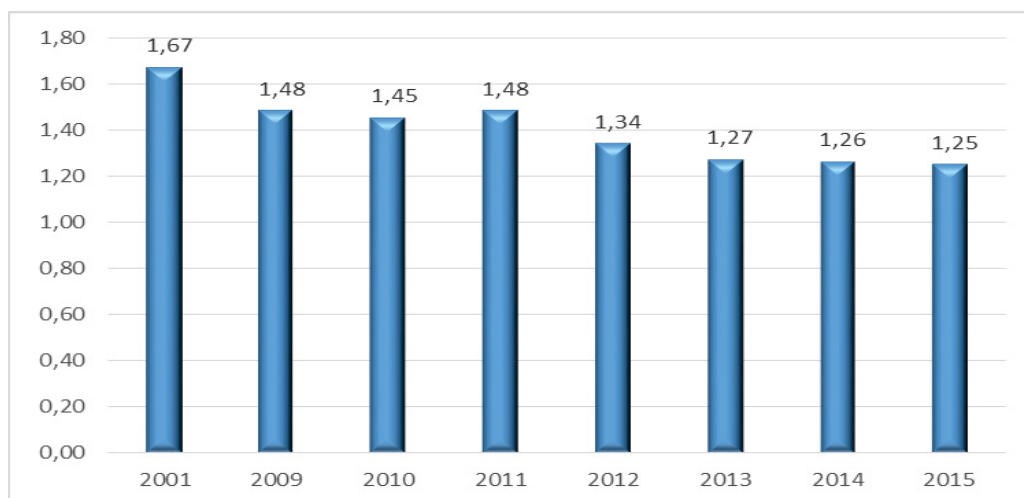
Gráfico 13- Taxa Bruta de Natalidade ‰, Açores: 1981, 1995 e 2001



Fonte: Pordata

Conforme previamente referido, e por análise do gráfico anterior, podemos confirmar o declínio verificado no número de nados vivos na Região Autónoma dos Açores, ao longo das 3 décadas terminais do século XX. Portanto, em termos de totais da Região, o declínio é constante, sendo que em 1981 era de 20,4 ‰ nascimentos, caindo para 14,6, em 1995 e para 12,9, em 2001. Contudo, se analisarmos, por ilha, este declínio constante não é visível em todas as ilhas. Isto é, todas as ilhas mantêm a tendência depressiva de 1981 para 1995, no entanto de 1995 para 2001, as ilhas da Graciosa, S. Jorge, Faial, Flores e Corvo, apresentam um ligeiro acréscimo no seu número de nascimentos, embora continue a ser menor que os valores de 1981. As restantes ilhas, continuam a apresentar um valor declinatório durante as três décadas em estudo.

Gráfico 14- Índice Sintético de Fecundidade, Região Autónoma dos Açores: 2001 a 2015

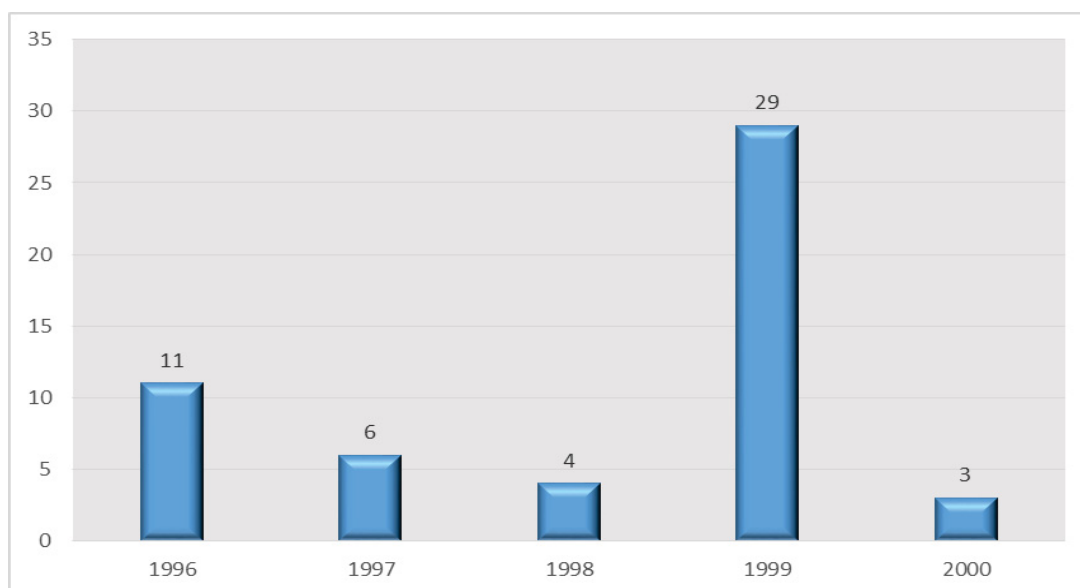


Fonte: Pordata

Também, apenas como ilustrativo do que já foi referenciado, o Índice Sintético de Fecundidade, em 2001 nos Açores era de 1,67 filhos por mulher em idade fértil, com tendência decrescente nos anos subseqüente. É de voltar a focar as limitações encontrados ao longo de estudo, que condicionaram o tipo de análise e abrangência de dados. No que concerne a dados demográficos referentes aos Açores, estes são muito limitativos e recentes. Assim sendo, a atendendo ao declive apresentado após 2000, pressupõe-se que os anos que tem vindo a ser tratados nesta análise serão também eles depressivos.

Quanto ao índice de adoções, a análise também foi dificultada por escassez de dados e de informações, não obstante as termos solicitado, formalmente, ao ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores). Por este motivo, não pudemos efetuar uma análise mais profunda e que abrangesse, efetivamente, o último quartel do século XX. Assim, como refletem os gráficos, que se seguem, ficamos pelo intervalo temporal entre 1996 e 2000, seguido de 2001 a 2015.

Gráfico 15- Número de Adoções, Açores: 1996 a 2000



Fonte: ISSA- Instituto da Segurança Social dos Açores

Com base nos dados facultados pelo ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), ficamos por um retrato recente da adoção nos Açores, o que nos limita o estudo evolutivo desta realidade, num espaço de tempo mais alargado. Esta foi uma limitação ao nosso estudo, no que toca a informação referente à Região Autónoma dos Açores.

Desde 1996, e em apenas 5 anos, foram concretizadas 53 adoções na região. Atendendo à dimensão geográfica e populacional, bem como aos aspetos referidos anteriormente como responsáveis pela diminuição da população infantil nas ilhas, este número apresenta-se como significativo quanto à escolha pela adoção como forma de relação familiar, talvez resultante das evoluções legislativas verificadas ao longo de 26 anos de democracia.

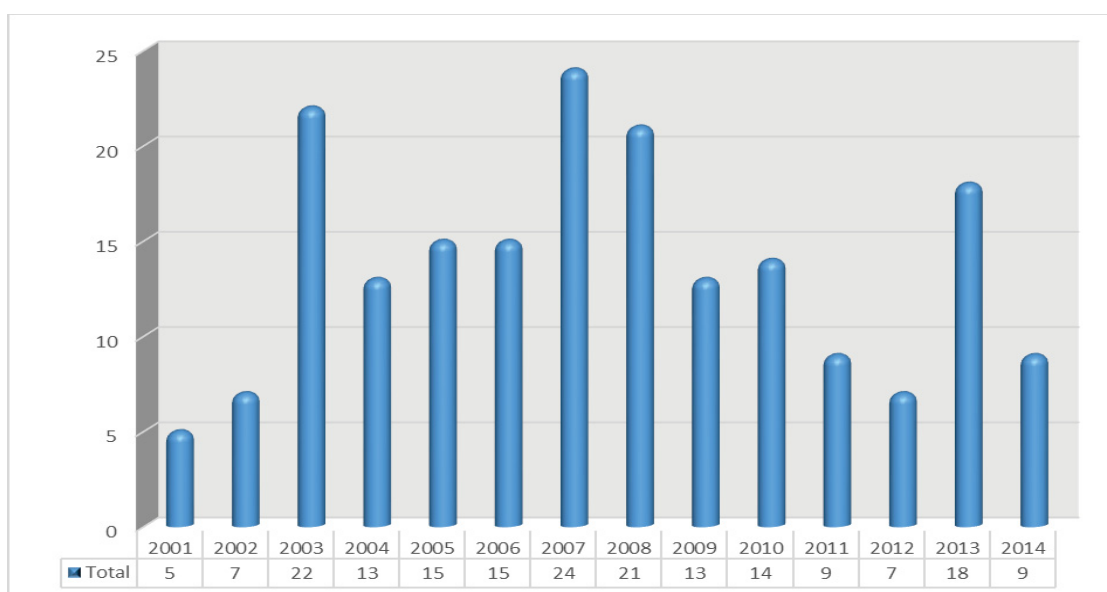
Podemos observar que no ano de 1996 concretizaram-se 11 adoções nas ilhas dos Açores, declinando nos anos seguintes para 6 adoções, em 1997 e 4, em 1998. Este declínio, iniciado em 1997, coincide com o ano de criação do programa *Adoção 2000* que, contudo, só viria a concretizar-se e a apresentar resultados nos anos seguintes, juntamente com nova legislação impulsionada pelo próprio Programa que, por si só, já obrigava à necessidade de reestruturação dos serviços e do próprio processo de adoção. Talvez por

isto, em 1999, temos o pico máximo no número de adoções verificadas no término do século, encerrando assim um capítulo muito rico em alterações, retificações, ajustamentos legais para com a infância mais desfavorecida, valorizadores do papel da criança na sociedade portuguesa. O culminar dos esforços, da luta por reconhecer as especificidades próprias da infância, os seus direitos, especialmente no que toca a afetos, um lar, a uma família, terá originado resultados no âmbito da adoção, como resposta a essas mesmas crianças e com a concretização de 29 adoções.

É de referir também que este ano é coincidente com a publicação da Lei n.º 147/99 – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, que poderá também justificar este grande aumento. Contudo, pode se aproximar duma justificação se ponderarmos o cumulativo verificado na evolução legislativa, abrindo portas à adoção e encontrando neste mecanismo a resposta para muitas crianças desprovidas dum lar, para os riscos da institucionalização e para a satisfação de muitos casais que anseiam a parentalidade, sem a conseguir.

Apesar de todas essas conquistas para a criança desfavorecida, o século XX termina com uma quebra muito acentuada no número de adoções nos Açores, com apenas 3 adoções concretizadas no ano 2000. Qual o cenário a partir daí?

Gráfico 16 -Número de Adoções, Açores: 2001 a 2015



Fonte: ISSA- Instituto da Segurança Social dos Açores

Em jeito de perspetiva geral e por forma a evitar uma rutura nos dados, podemos então evidenciar a realidade açoriana no início do século XXI. Este apresenta-se com fortes oscilações em matéria de adoções, mas sem voltar a verificar-se um valor tão acentuado como o de 1999. Podemos referenciar os anos de 2003, 2007 e 2008, como sendo os de valor mais próximo, mas, ainda assim aquém daquele ano de excelência em termos de adoção nos Açores.

Desta forma, a nova centúria inicia-se com valores pouco significativos, mas com tendência ascendente. No ano de 2001 concretizaram-se 5 adoções, em 2002 registaram-se mais 2 casos (7) e em 2003 atinge-se 22 casos de adoção. Em 2004, voltam a cair para 13, nos anos seguintes, 2005 e 2006, estabilizam-se em 15 adoções e em 2007, volta a subir, com 24 casos, mantendo-se um valor próximo em 2008 (21). Nos anos seguintes entra-se numa linha decrescente, até 2013, ano em que a adoção volta a assumir valores significativos (18 adoções concretizadas), decaindo no ano subsequente para metade. Estas oscilações poderão dever-se à crise socioeconómica que o país e a região atravessam pois, se por um lado, dificulta a algumas famílias a criação dos filhos – impulsionando as dádivas por adoção – por outro, também desincentivam a adoção, por parte dos casais interessados, mas receosos de um acréscimo nas despesas familiares.

Não obstante, o maior rigor dos registos e dos processos, associado ao cumulativo de experiências e vivências que foram evoluindo ao longo do tempo, e, acima de tudo, às mudanças das mentalidades e das normas legislativas, foram um incentivo à adoção que terá tido, pois, consequências no país e na região. Tal como refere Maria Candeias e Hélder Henriques “a evolução social e legal encontra-se na dependência do tempo e das condições sociais, económicas e políticas em que foram construídas (...) encontra a sua fundação na evolução das mentalidades e dos processos históricos” (Candeias & Henriques, 2012: s/p.), não nos podemos dissociar das representações sociais inerentes ao período temporal em análise, e da forma como estas foram evoluindo e influenciando o reconhecimento da criança como sujeito com especificidades muito próprias. No entanto, muitas destas representações continuam interiorizadas e de certa forma refletidas nas atuais representações sociais, sobretudo para com o abandono infantil e a adoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve por primordial objetivo compreender se o percurso da criança abandonada, ao longo da História recente, influenciou as representações sociais preconceituosas quanto à infância desvalida e adversas à adoção.

Para a clarificação destas representações sociais, recuou-se no tempo até meados do século XIX e analisamos as medidas de assistência e proteção à criança desvalida que prevaleciam, bem como as mudanças verificadas até ao século XX. Procuramos, pois, cruzar um pouco de História com as Ciências Sociais, de modo a tentar, pelo olhar sobre o passado, melhor compreender o presente.

Procuramos, assim, verificar as representações sociais inerentes às crianças abandonadas, desvalidas e expostas, bem como aos mecanismos e práticas inculcadoras destas mesmas representações. Era o caso das Rodas dos Expostos, que por permitirem a exposição anónima, evidenciavam um facilitismo dos abandonos, que se deviam a situações de pauperismo e de necessidade de manutenção da honra familiar. A criança era olhada de modo diferente e, por isso, exposta e entregue à caridade pública. Convém referir, porém, que as Rodas foram criadas por forma a evitar o aborto e infanticídio, que era prática comum de “eliminação” dos filhos indesejados, mas também mereceram muitas críticas por não ficar comprovado que atingissem este fim.

Em alguns casos, a exposição foi encarada como estratégia familiar no sentido de garantir a subsistência da criança ou como forma da família encontrar um rendimento extra. Algumas mães expunham os filhos para mais tarde se oferecerem como amas e receberem o subsídio da Câmara, para criarem os próprios filhos. Desconhece-se, porém, até que ponto esta realidade se verificou nas ilhas dos Açores.

Para as amas, que viviam deste ofício, esta função era apenas uma forma de rendimento e de garantia de sustento, para si e para a sua família. Aquando do falecimento duma criança – e a mortalidade era bastante elevada - esta era facilmente repostada, e assim se evitava o cancelamento deste rendimento.

Com a Carta de Lei de 1867 as Rodas são extintas e substituídas por Hospícios e rompe-se com o carácter de anonimato que prevalecia nas exposições nas Rodas, assumindo-se a obrigatoriedade na identificação e motivação dos progenitores em expor,

contribuindo para a diminuição do número de exposições. Também se passa a dar maior ênfase à prevenção, ao controlo das mães solteiras e aos subsídios de lactação.

Ora isso vai salientar as evidentes representações sociais da época face à criança abandonada. O apego aos filhos era menor, porque o que Deus dava, Deus levava. A elevada mortalidade infantil motivava que um filho fosse rapidamente substituído por outro e quando a miséria era excessiva, os filhos eram mesmo deixados nas Rodas ou nos Hospícios. O selo que os expostos usavam era uma marca, visível, do abandono e da exclusão familiar. De resto, pela vida fora, eram as “crianças ditas de ninguém” (Sá, 1998: IX) ou então facilmente reconhecidas pelos nomes que ostentavam. O sobrenome Câmara podia significar, tão-somente, o “filho da sociedade” que a edilidade criara. Tudo isto era um contributo fortíssimo para o surgimento de representações sociais depreciativas face aos expostos ou crianças abandonadas. De resto, mesmo com a criação e difusão dos Asilos de Infância, ao longo do século XIX, a imagem da criança institucionalizada foi-se consolidando, associada a formas de exclusão e a comportamentos reprováveis.

Com a entrada no século XX e as reformas republicanas, a criança e a sua proteção ganham relevo, sobretudo pela implementação da Lei de Proteção da Infância, de 1911. A infância é assumida como uma fase única e com especificidades próprias – algo reconhecido na Europa, desde o século XIX - carecendo, pois, de proteção. Através desta Lei são criadas duas instituições de proteção à criança em risco: a Tutoria da Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças. As Tutorias tinham um carácter preventivo ao invés de punitivo, e a Federação era um agrupamento de instituições estatais e particulares que visavam a sensibilização dos progenitores para a manutenção da saúde e da moral de seus descendentes.

Também com esta Lei, é definida a criança em perigo moral como sendo uma criança abandonada, pobre, maltratada, desamparada, delinquente, indisciplinada ou anormal patologicamente. Isto volta a evidenciar as associações que são feitas no âmbito do abandono e isto já no início do século XX. A pobreza e o abandono eram sinónimos de delinquência ou patologia ...como um desvio à norma e à conduta social.

O regime republicano foi rico em legislação, mas ficou aquém na sua implementação. No entanto, é de referir, que foi claro em reconhecer e distinguir a criança do adulto, assumindo a sua fragilidade e especificidade. A *Declaração de Genebra* de

1924 terá contribuído para o impulso dos ideais republicanos face a criança, embora esta tenha apenas sido assinada, por Portugal, em 1952, sem deixar de influenciar, anteriormente, as políticas de proteção à infância portuguesa.

No período do Estado Novo, a doutrina e os pilares do salazarismo: “Deus, Pátria e Família”, foram os pontos cardeais da assistência à infância. Prevaleceu o investimento na família, como regeneradora da “raça” portuguesa e nesta se investiu para se resolver os “males da sociedade”, de entre eles a orfandade e o abandono infantil. Em 1942 é criado o Abono de Família, numa lógica de salário familiar, mas apenas para as famílias que apresentassem idoneidade moral. O objetivo do regime, de manutenção da moral e dos bons costumes, prevalecia.

São várias as medidas criadas de apoio à maternidade e à família, incluindo-se também a preocupação com o trabalho infantil e com as mães trabalhadoras, legislando-se no sentido de se criar condições que permitissem que estas continuassem a contribuir para a subsistência da família, mas sem prejudicar a verdadeira essência do lar.

Em 1944 criam-se os Estatutos da Assistência Social, onde a orfandade e o abandono são contemplados ao lado da assistência à maternidade. O estado chama a si a responsabilidade para com a família e o investimento na mesma, por forma a evitar os “males da sociedade” causados pelo abandono infantil e orfandade, remetendo o auxílio para a caridade privada e para as Misericórdias.

Em 1959 é proclamada a *Declaração de Direitos da Criança*, e de alguma forma, esta acaba por influenciar a ação do Estado Novo no reconhecimento das especificidades da infância e da sua necessidade e direito à proteção. Assim, em 1962 é aprovada a Organização Tutelar de Menores e nesta é evidenciada a preocupação com a manutenção do bem-estar da criança, criando-se medidas alternativas ao internamento.

Em 1966 é então aprovado o novo *Código Civil*, onde se reconhece a adoção como forma de relação familiar, estabelecendo-se vínculos de filiação.

Apesar do Estado Novo ser um período da História portuguesa, caracterizado por repressão e censura, por uma governação ditatorial e ideológica, a proteção à infância não foi ignorada e deram-se importantes passos legislativos, ainda que sustentados numa predominante doutrina moral. Apesar de muito ter ficado por concretizar, foi criado o

abono de família, a Organização Tutelar de Menores e deram-se os primeiros grandes passos para o reconhecimento da adoção, como filiação. Porém, muita da intervenção social continuava nas mãos da caridade privada, rotulando-se todos os desvios ao moralmente correto, enquanto a ajuda estatal era encarada apenas como supletiva.

Assim, o abandono infantil continuou associado à exclusão e aos comportamentos desviantes, como um pesado estigma que pairava, por toda a vida, sobre as suas vítimas. Na realidade, a pobreza que atingia amplas camadas da população é que era a grande responsável por este tipo de situações que podiam resultar ou não em processos de adoção.

No caso da ilha Terceira – como é sabido – durante o período do Estado Novo, ocorreram inúmeras adoções de crianças, por casais norte-americanos, que vinham em comissões de serviço para a Base das Lajes. Além das inúmeras consequências, para a ilha, a pobreza infantil também foi alvo de intervenção dos norte-americanos e, por isso, nesta dissertação, e na investigação que a sustentou, tivemos em conta o número significativo de crianças levadas para os EUA, no período de 1946 a 1974, algumas legalmente adotadas, outras sem qualquer registo da adoção. O curioso é que esta prática decorreu, segundo testemunhos orais, até anos 80, sendo estas posteriores à promulgação das primeiras leis de adoção, da era democrática, no país. Isto evidencia a persistência de um olhar pouco valorativo relativamente às crianças mais desfavorecidas. Este é um fenómeno bastante recente e muito presente nas gentes da ilha e que influencia as representações sociais atuais face à adoção.

No último quartel do século XX é revista a legislação em matéria de adoção, sendo criados vários programas e institutos impulsionadores da mesma. Estas novas políticas de proteção à infância, especificamente as reguladoras da adoção, permitiram uma maior abertura nos requisitos dos candidatos, contribuindo para uma maior predisposição para a adoção, como opção pela parentalidade.

É neste final de século que se vai tomar como fim supremo da adoção o “interesse superior da criança”, enunciado pela primeira vez na Convenção dos Direitos da Criança, em 1989.

Embora desconhecendo os números dos anos 80 e 90, na sua totalidade, e mesmo para períodos anteriores, é de referir, e como resultado do progresso legislativo enumerado, que nos Açores, nos anos de 1996 a 2000, registaram-se 53 adoções concretizadas. Um

número bastante significativo para a especificidade territorial e populacional do Arquipélago.

Parece-nos, pois, que tudo isto justifica a pertinência do presente estudo e o seu contributo para a perceção das representações sociais face à proteção e adoção de crianças. Procuramos estudar, mais a fundo, uma realidade ainda silenciada, na ilha Terceira e perceber quais os números da adoção, nos Açores, no final do século XX. Mas, para isto, recuamos ao passado e procuramos perspetivar, longitudinalmente, o percurso da criança abandonada até ao seu reconhecimento como indivíduo com especificidade e direitos próprios. Desde as práticas às leis. Desde as instituições aos códigos. Vimos, brevemente, o percurso da criança ao longo de dois séculos: desde a sua desvalorização como indivíduo exposto numa Roda; desde a delegação de ajuda na caridade privada, alienando-se o Estado ditatorial do papel primordial; até às doações ou “vendas”, a casais norte-americanos, no caso, particular, da ilha Terceira, na miragem de um futuro melhor na outra margem do Atlântico para a criança, até às alterações legislativas do pós 25 de abril. cremos ter contribuído para ajudar a percecionar as atuais representações no sentido em que a sociedade vai inculcando experiências e vivências e destas, faz e refaz visões e realidades práticas. Assim se passa com a adoção e com os conceitos a ela associados.

Em suma, para melhor percebermos o presente temos de recuar no tempo e percecionar o percurso histórico inerente. Foi este o justificativo da presente investigação, para com ele melhor compreendermos as representações sociais atuais adversas à adoção.

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

- Registos Paroquiais (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo)
 - Livro 8, *Registo de Baptismos dos Expostos de 1857*
 - Livro 8, *Registo de Baptismos dos Expostos de 1863*

- Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo - Registos de Expostos
 - *Livro dos Expostos da Casa da Roda: 1º de Maio de 1849 até 8 de Maio de 1851.*
 - Livro 17, *Livro dos Expostos da Casa da Roda – 1851.*
 - Livro 7, *Expostos da Roda - 1855 a 1857.*
 - Livro 9, *Expostos 1856.*
 - Livro 10, *Expostos 1857.*
 - Livro 8, *Expostos Entrados na Casa da Roda 1857 a 1859.*
 - Livro 11, *Expostos 1858.*
 - Livro 9º, *Expostos Entrados na Casa da Roda 1859 a 1860.*
 - Livro 1º A, *Expostos 1861.*
 - Livro 23, *Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda: desde 20 Abril de 1861.*
 - Livro 24, *Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1863.*
 - Livro 13, *Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1866.*
 - Livro 26, *Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1867.*

- Livro 27, *Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1869.*
- Livro 28, *Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1870.*
- Livro 29, *Livros para Lançamento dos Expostos que entraram na Roda 1872.*
- Livro 30, *Registos dos Expostos Entrados na Casa da Roda em Abril de 1874.*
- Livro 31; *Registos dos Expostos Entrados na Casa da Roda em Maio de 1874.*
- Livro 32, *Registos dos Expostos Entrados na Casa da Roda em Junho de 1874.*
- Livro 33, *Registos de Expostos 1874-1877.*
- Livro 38, *Registo de Entrada e Saída de Expostos do Ano de 1887.*
- Livro 24, *Expostos Livro 2º A 1890 – 1894.*
- Livro 25, *Expostos Livro 3º A 1894-1899;*
- Livro 26, *Expostos Livro 4º A.*

➤ Fundo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo - Registos de Entradas no Hospício

- Livro 18, *Matrícula das Crianças Entradas no Hospício d'Angra do Heroísmo, Livro 1º Julho 1874 a Junho 1877;*
- Livro 19, *Matrícula das Crianças Entradas no Hospício d'Angra do Heroísmo, Livro 2º Julho 1877 – 1879;*
- Livro 20, *Expostos Livro n.º 1, 1879-1882;*
- Livro 21, *Expostos Livro n.º 2 1882 a 1885;*
- Livro 22, *Expostos Livro n.º 3, 1886;*

- Livro 23, *Expostos Livro 1ª*, 1887-1890;
 - Livro 24, *Expostos Livro 2ª* 1890-1894;
 - Livro 25, *Expostos Livro 3ª* 1894-1899;
 - Livro 26, *Expostos Livro 4ª*;
 - Livro 25, *Expostos Livro 5º*;
 - Livro 29, *Expostos Livro 6ºB*
- Fundo do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo - Secção de Passaportes
- *Registos de Passaportes* - 1946 a 1974.
- Conservatória do Registo Civil da Praia da Vitória
- *Assentos de Nascimentos* – 1946 a 1974.
- Estatutos:
- *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento* (Decreto-Lei de 8 de Junho de 1853).
 - *Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Vitória*, 1902.
- Periódicos:
- *A União*, Angra do Heroísmo, 1894 – 1900.
 - *Diário Insular*, Angra do Heroísmo, 2012.
- Debates Parlamentares In <http://debates.parlamento.pt/>
- *Diario da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, nº 15, sessão de 13 de Maio de 1890 In <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/015/1890-05-13/189>
 - *Diario da Camara dos Senhores Deputados*, 22ª Sessão, 29 de Agosto de 1905, In <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/022/1905-08-29>

- *Diario da Sessão da Assembleia Nacional*, sessão n.º 48, 25 de Fevereiro de 1944, In <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/03/02/048/1944-02-24/63>

➤ Legislação:

- Decreto de 5 de Janeiro de 1888. *Regulamento para o Serviço dos Expostos e Menores Desvalidos ou Abandonados de 1888.*
- Lei 27 de Fevereiro de 1858. Ministério da Fazenda – *Diário do Governo* de 2 de Março, n.º 51.
- Decreto de 14 de Abril de 1891.
- Decreto-lei 27 de maio de 1911. *Lei Proteção da Infância 1911.*
- *Serviço das Crianças Recém-nascidas, Desvalidas ou Abandonadas do Concelho de Angra do Heroísmo de 1915.*
- Decreto-lei 20:3285 de 7 de Junho de 1931.
- *Constituição da República Portuguesa* de 1933, In <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>
- Decreto-lei n.º 24:402 de 24 de Agosto de 1934.
- Decreto-lei n.º 32:192 de 13 de Agosto de 1942.
- Lei n.º 1:998, de 15 de Maio de 1944.
- Decreto-lei n.º 35:108 de 7 de Novembro de 1945.
- Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959) – *Declaração dos Direitos da Criança.*
- Lei 2120 de 19 Julho 1963.
- Decreto-lei n.º 47344/66 de 25 de Novembro – *Código Civil.*
- Decreto-lei 413/71 de 27 de Setembro.
- Decreto-lei n.º 496/77 de 25 de Novembro - alteração ao *Código Civil.*

- Decreto-lei n.º 314/78 de 27 de Outubro. *Organização Tutelar de Menores.*
 - Decreto-lei n.º 288/79 de 13 de Agosto.
 - Resolução da Assembleia da República n.º4/90. *Aprovação e ratificação da Convenção Europeia em Matéria de Adopção de Crianças.*
 - Decreto-lei n.º 189/91 de 17 Maio
 - Decreto-lei n.º190/92 de 3 de Setembro
 - Decreto-lei n.º 185/93 de 22 de Maio
 - *Despacho Conjunto dos Ministérios da Justiça e da Solidariedade Social*, 18 de Março de 1997.
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97
 - Decreto-lei n.º 120/98 de 8 de Maio
 - Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro
 - Lei n.º 31/2003 de 22 de Setembro.
 - Lei n.º 143/2015 de 8 de Setembro – alteração ao *Código Civil*
- ISSA- Instituto da Segurança Social dos Açores – Dados estatísticos
 - SREA- Serviço Regional de Estatísticas dos Açores – Dados estatísticos
 - Pordata – Base de Dados Portugal Contemporâneo – Fundação Francisco Manuel dos Santos

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Catarina (2000). “Direitos da Criança: As Nações Unidas, a Convenção e o Comité” In *Documentação e Direito Comparado*, nº 83/84, pp. 23-54.
- Antunes, José (2014). “Criação e Inserção de Expostos da Roda de Lisboa na Comarca de Torres Vedras no Tempo da Monarquia Constitucional: Identidades e Percursos de Vida”. Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado em História. In http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18392/1/ulfl174694_tm.pdf
- Ariès, Philippe (1978). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. (trad. da 3ª edição, 1975).
- Candeias, Marisa e Henriques, Hélder (2012). “1911/2011: Um século de Proteção de Crianças e Jovens”. Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT. Instituto Politécnico de Portalegre.
- Caldeira, Maria de Fátima (2004). *Assistência Infantil em Lisboa na 1ª República*. Portugal: Caleidoscópio.
- Costa, Vasco Pereira (1978). “O Gibicas” In *Antologia Panorâmica do Conto Açoriano (séculos XIX e XX)*. João de Melo (org.), Lisboa: Editorial Veja, pp. 55-60.
- Cunha, Ana (2014). “Perspetivas dos Profissionais e das Famílias Adotivas sobre a Criação de Serviços de Pós Adoção em Portugal.” *Tese de Mestrado em Ciências da Família*. Universidade Católica Portuguesa. In <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16769/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20-%20Ana%20B%C3%A1rbara%20Nabais%20Cunha.pdf>
- Cunha, Manoel (1873). *Breves Considerações sobre as Rodas dos Expostos*. Porto: Escola Médico-Cirúrgica do Porto.
- Ferreira, Andreia (2009). “Evolução e Caracterização dos processos de adoção no Centro Distrital de Coimbra nos últimos dez anos”, *Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

- Fonte, Teodoro (2004). *No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada do Alto Minho (1698-1924)*. Dissertação de Doutoramento em História. Instituto Ciências Sociais.
- Lopes, Maria Antónia (2010). “Políticas Assistenciais em Portugal no “Despotismo Iluminado” e na Monarquia Liberal.” *Comunicação apresentada no IX Congresso da Associação de Demografia Histórica*. Ponta Delgada.
- Martins, Ernesto Candeias (2002). “A Criança Abandonada. Estudo Histórico-Educativo da Monarquia à República” In *Educação Unisinos*, vol.6, nº10 pp. 175-198.
- Martins, Manuel Meneses (2003). *Base Aérea das Lajes (contribuição para a sua história)*. Edição de Autor.
- Matos, Júlia Silveira e Senna, Adriana Kivanski (2011). “História Oral como fonte: problemas e métodos”, *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1), In www.seer.furg.br/hist/article/download/2395/1286
- Meneses, Avelino Freitas (2001). *As Lajes da Ilha Terceira. Aspectos da sua História*. Lajes: Blue Edições.
- Moreda, Vicente Pérez, coord., (1996). *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente. Actas do III Congresso da ADEH*, vol. III. Porto: Edições Afrontamento.
- Mota, Valdemar (2003). *A Irmandade de Nossa Senhora do Livramento nos seus 150 anos*. Angra do Heroísmo: Irmandade de Nossa Senhora do Livramento.
- Nogueira, Francisco (2014). “Os Açores e a Neutralidade Portuguesa na Segunda Guerra Mundial” In Revista *Debater a História*, nº4, Maio-Junho, pp. 16-24.
- Piloto, Adelina (1996). *Os Expostos da Roda de Vila do Conde, 1835/1854*. Porto: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- Pimentel, Irene (1999). “A Assistência Social e Familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40” In *Análise Social*, Vol. XXXIV, pp. 477-508.
- Quivy, Raymond e Campenhodt, LucVan (1995), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Paris: Gradiva.

- Ribeiro, Victor (1907). *História da Beneficência Pública em Portugal*. Coimbra: Imprensa Universitária.
- Rodrigues, Clara (2010). “A Mão de Deus. A proteção de crianças em Perigo em Portugal e no Brasil: Um Estudo Comparativo”. *Tese de Mestrado em Política Social*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. In <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3028/1/Tese.pdf>
- Sá, Isabel dos Guimarães (1998). “Abandono de Crianças, Identidade e Lotaria: Reflexões em Torno dum Inventário” In *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, pp. IX-XXII In <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3529/1/abandono.pdf>
- Sampieri, Roberto; Colado, Carlos e Lucio, Pilar (2006). *Metodología de la Investigación*. Edição n.º 4, México: Mcgraw-Hill Editores.
- Salvaterra, Maria (2007). “Vinculação e Adoção”. *Dissertação de Doutoramento em Psicologia Aplicada*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Universidade Nova de Lisboa. In <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/75/1/TES%20SALV1.pdf>
- Salvaterra, Fernanda e Veríssimo, Manuela (2008). A Adopção: O Direito e os Afetos In *Análise Psicológica*, nº3 (XXVI): (501-517). In <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v26n3/v26n3a11.pdf>
- Serpa, Sandro (2014). “O Contributo do Conceito de *Instituição Total* para uma leitura empírica de um contexto Educativo”. *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia*. Universidade de Évora. In http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0101.pdf
- Silva, Susana Serpa (2008). “Exposição de Crianças no Concelho da Ribeira Grande no Século XIX”. In *Poder Local, Cidadania e Globalização. Actas do Congresso Comemorativo dos 500 Anos de Elevação da Ribeira Grande a Vila (1507-2007)*. Ribeira Grande: Câmara Municipal, pp. 169-177.

- Silva, Susana Serpa (2012). “A Mulher, a Criança e a Educação no pensamento republicanos português”, in *Açores: 100 Anos de República. Atas do Ciclo de Conferências*. Presidência do Governo. Direção Regional da Cultura, pp. 127-161.
- Silva, Susana Serpa (2012). *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*. Ponta Delgada: CHAM, 2 vols.
- SREA (2012). *Principais Resultados Definitivos dos Censos 1991, 2001 e 2011*. Censos 2011.
- Tomé, Maria Rosa (2010). “A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância” In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10 Tomo II pp. 481-500 In http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10/rhsc102_481-500_mrt.pdf
- Tomé, Maria Rosa (2012). “Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra”. *Tese de Doutoramento em Letras, área de História*. Universidade de Coimbra. In https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/23812/3/Tese_RosaTom%C3%A9.pdf
- Torga, Luís e Roque, João (1993) (Coord.) *História de Portugal: O Liberalismo* Vol. V. Editorial Estampa
- Vala, Jorge (2002), “Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano”, In *Psicologia Social*. Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (coord.), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 457-502.

Anexos

Anexo 1

Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M ___ F ___

Idade: _____

Profissão: _____

Naturalidade: _____

I PARTE:

- 1- Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?
- 2- Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”? E as piores?
- 3- Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses? Se sim, porquê?
- 4- E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?
- 5- Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?
- 6- Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim _____ Não _____
- 7- Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim _____ Não _____
- 8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?
- 9– Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza _____

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família? E para a criança?

12-No caso do seu familiar, qual era o grau de parentesco?

Irmão _____

Primo _____

Sobrinho _____

Outro? _____ Qual? _____

13-Que idade tinha a criança quando foi levada? _____

14-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? _____

15-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

16-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

17 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

18-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve ___ Não houve ___ Não sei ___

19-Se sim sabe como foi?

20-No caso do seu familiar voltou a ter algum contato com ele? Sim ___ Não ___

21-Se sim, quando e como? Ele regressou à ilha, alguma vez?

22-Já ajudou alguma família (ou mais) a reencontrar-se? Quanto tempo levou e o que foi preciso?

23-Qual o caso que mais o marcou? Qual o mais antigo (temporalmente) de que tem conhecimento? E o mais recente?

24-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

25 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Muito obrigada pela colaboração.

Anexo 2

Transcrição das Entrevistas

Entrevista 1.

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M X F

Idade: 47 anos

Profissão²: Agente Principal da PSP

Naturalidade: Santa Cruz

1- Qual a influência dos norte-americanos na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Tenho uma certa ligação devido ao meu pai ter trabalhado lá cerca de 40 anos. O meu pai já morreu há 16 anos, morreu em 2000, e trabalhou lá 40 anos...Portanto, desde pequeno... eu nasci em 69...desde pequeno que andei sempre ali com os amigos do meu pai... O meu pai trabalhava no Terminal Americano e sempre convivi com os amigos dele...pronto, eu tinha uma ligação à Base...não que frequentasse muito...eu frequentava a Base, mas não muito, mas vinha muitos americanos a minha casa...muitas famílias... Lembro-me da Senhora Ana e do Manuel Ferreira, do Senhor Jack...Havia muito convívio com os americanos...É só isso, de resto mais nada.

2- Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

As melhores recordações...no tempo da infância...era...pronto...era da amizade que tínhamos...em família. De resto, assim, mais ligações...não tenho nada assim de especial

E as piores? Há alguma recordação menos positiva dos “americanos”?

Não tenho más recordações.

² Caso seja reformado, anterior profissão

3- Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses? E, porquê?

Acho que sim, que foram muito importantes para o desenvolvimento da ilha...trouxeram muitas coisas boas, como também coisas más (risos) ...mas acho que foi muito positivo para nós. Acho que a ilha desenvolveu muito derivado à Base das Lajes...ao emprego e a tudo...a tudo mais. **Outra qualidade de vida?** Exatamente.

4- E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Para mim, eu vou falar por mim...por exemplo aprendi a falar inglês...derivado ao Canal 8...o Canal da Base. A gente via aqui na Praia, nestas zonas arredores da Base, a gente tinha acesso a esse canal americano, então foi aí que aprendi a falar inglês, a ver televisão americana. Fui aprendendo e sabendo as palavras o que queriam dizer, perguntando e aprendi a falar inglês a partir daí...

O que os americanos fizeram pelas crianças da ilha Terceira... para muitas fizeram muito bem...fizeram...deram-lhes um futuro, a algumas, aquelas que foram adotadas por eles, ou que foram levadas por eles sem serem adotadas...deram-lhes um futuro melhor. Há um exemplo, que depois podemos falar lá mais à frente, duma menina que está no Porto Rico, e que hoje em dia, é advogada...e os irmãos dela, todos cá...os que estão cá, estão todos no Rendimento Mínimo...é assim, é a diferença. E ela veio cá conhecer a mãe...biológica, para lhe agradecer o futuro que lhe deu, que proporcionou...e hoje é advogada. É uma rapariga que está bem na vida (risos).

5- Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas? ... Tem alguma recordação de como eram essas visitas?

Não, não tenho...disso não...aqui...eu frequentava a escola aqui na Praia...possivelmente eles iriam, talvez em Santa Rita, na Lajes...

Eu lembro-me dos amigos de meu pai trazerem prendas numa bota...as meias...lembro-me...enchiam com rebuçados e essas coisas...davam-me ofertas...isso eu lembro-me...coisas boas...as coisas da Base eram sempre boas (risos). Irem à

escola...propriamente a escola que frequentava, a sala que frequentava, não me lembro de eles irem fazer assim nada de ofertas de Natal, nem nada disso...mas em casa sim...agora de resto não, na escola não

6- Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim X Não

7- Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não X

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Posso contar um, são muitos...tem um que era de um...são quatro irmãos que quando os contatei já todos tinha para cima dos 50 anos de idade. Todos! Eu soube de um...a que me contactou, que era uma senhora...lá dos EUA, esteve cá na ilha, não conseguiu encontrar...vinha à procura das suas raízes, não conseguiu encontrar nada...apenas a casa onde tinha nascido...Depois fui contactado por ela, quando me falaram no nome, lembrei-me logo do Bairro do Joaquim Alves e Estrada 25 de Abril. Fui falar com um senhor, que mora na Estrada 25 de Abril...Falei com ele, onde ele me disse “ A Fulana tem ali mais um...” Fui ao Bairro do Joaquim Alves e então encontrei essa senhora, que conhecia a origem dessa família e disse: “Ah tem um... Foi tudo dado para a América e tem um no Faial”, o que ficou com a mãe...pronto...e eu contatei com ele. Lá descobri depois a outra...e um irmão em Oregon, e através do Senhor do Faial comecei a falar... e fui reunindo eles todos e a pô-los em conversa uns com os outros...eu sei que eles encontraram-se todos, mas eu, depois de eu os pôr em contato ...marcaram passagens, para se encontrarem todos juntos...fizeram lá uma semana ou duas de férias...e não sei quê... conheceram-se já com 54,53,52, encontraram-se todos pela primeira vez...isto foi arrepiante...irmão que nunca se tinham visto à frente, com 50 e tal anos de idade, não é com 5 anos nem com 10 nem com 15...é fazer uma vida inteira e depois conhecerem o seu irmão, a sua irmã pela primeira vez na vida...Isso são coisas que...pronto...para quem faz aquela história toda, a pesquisa toda, do início até ao fim, depois arrepiante...é arrepiante.

Há muitas outras histórias, mas essa...é uma delas...e outras mais tristes e outras mais...com fim melhor, outras com fins mais tristes, outras com fins felizes...é assim.

Houve uma senhora que deu o filho e a filha, de Angra. Ela deu a filha, pronto...a filha foi levada para os EUA, viveu lá numa cidade, que eu agora não me recordo do nome. O filho foi para um outro lado qualquer, e a senhora depois emigrou, posteriormente. E ela viveu a vida toda, como da Praia para S. Sebastião, perto do filho, a 11 Km do filho, sem nunca o ver, desde pequenino, e o filho já tem 50 e tal anos. E ela viveu sempre ali ao lado...

O relacionamento...depois conheceram-se...não é o melhor...nem a irmã...Aquilo depois é complicado. As pessoas...há uns que aceitam, outros não aceitam muito bem...pois...é meio complicado, às vezes...Às vezes é a vontade...eu vejo que eles tem muita vontade de encontrar...mas depois aquilo...têm muito rancor...Há muito rancor por entro, e também muita desconfiança, fazem mil e duzentas perguntas...é perguntas por todo o lado e...precisam saber...eu compreendo...Porquê eu? Porque é que me deram a mim. É muito complicado. Há uns que tiveram um futuro muito bom, mas há outros que também não tiveram um futuro assim grande coisa. Então porque é que me deram a mim se eu podia, se calhar, ter um futuro melhor, não sabem a realidade daquilo que havia cá...não sabem se iam ter um futuro melhor ou pior aqui...como tiveram um mau...ficam zangados...e ...é muito complicado.

E há muitos que foram rejeitados agora...pelas mães, pelo pai...uns nem sabem quem é o pai, outros sabem, mas...por exemplo, raparigas e rapazes que foram dados para a adoção ou entregues só com termo de responsabilidade e dados, simplesmente dados, metidos no avião e andaram...hoje em dia...a mãe deu e fez nova vida. Deu quando tinha 19, 20, 21 anos, deu, depois casou os 23,24, fez nova vida e não falou ao marido que tinha tido aqueles filhos...

Tem uma senhora na Serra de Santiago tem...está a viver no Continente, tem a sua ...duas filhas, tem o seu marido, mas não deve ter contado nada do passado, e não quer conhecer os filhos...biológicos...aqueles antes...não quis conhecer porque...não queria estragar a sua vida ...Isto para as pessoas...é complicado...Isto é muito complicado para os filhos, estes que foram dados...deve ser um sensação de rejeição, uma coisa “monstra”...saber que eles não querem...pronto.

9- Em que ano acha que aconteceram estes casos? Ou que houve o maior fluxo de adoções?

Acho que em 70 foram muitos, na década de 70...Eu ajudei muitos em 60/70, acho que um grande número deles. Cinquentas e tais, também apanhei um bom bocado deles. O de S. Jorge acho que foi 50 e tal, daqui da Praia...Mas eu acho que a maioria é entre 60 e 70...ainda se apanha de 80...também (risos). Legalmente adotados são muito poucos. Daqueles que eu encontrei, legalmente adotado, são poucos...

10- Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos X

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros X Quais? Filhos de Pais incógnitos, muita mãe solteira, então dão os filhos para não os criarem sozinhas.

11- Acha que era benéfico para a família? E para a criança?

Acho que não era benéfico para quem dava, ou seja muitas, por aquilo que eu...pela minha experiência acho que também, as mães das grávidas, as avós dos pequenos, muitas vezes obrigavam as mães a dar as crianças, não aceitaram...A maioria era...ficava grávida com 18, 19 anos e ...pronto estavam ali sozinhas. Era tudo famílias pobres, eles com um bebé à porta, não tinham marido, engravidaram de A, B ou C, não sabiam de quem era, depois...toca a dar o rapaz, depois benéfico não era...

Mas se calhar para a criança...80% foi melhor...para eles, para os que foram dados para adoção...ou dados sem ser para adoção, foi melhor para eles, tiveram um futuro melhor, certamente, do que teriam cá...no meu pensar.

12- Como é que os “americanos” contactavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

É assim, aqui na ilha Terceira, nos arredores da Base, Santa Rita e Santa Cruz...pronto, era fácilimo...e depois acho que também havia um ponto de contato, que se falava! (risos). Eu acho que havia um intermediário também, acho eu...pelo menos eu ouvia, enquanto adolescente e já com 19, 20 anos, eu ouvia falar nisso...numa Senhora de Santa Rita que ajudava...a encaminhar os meninos com as famílias para fora... Agora se era legal ou não? Eu não posso afirmar. (risos)

13 - Considera estes processos de adoção legítimos?

Alguns foram legitimados, outros tenho a absoluta certeza que não foram.

Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Muitos não houve registos. Muitos há e muitos não. Muitos continuam registados no nome dos pais biológicos. Se continuam registados com os pais biológicos e não aparece alínea nem observação nenhuma a falar no pai Americano ou no pai que o levou, ou seja, o pai adotivo...é porque não foi legitimado...

Há casos que estão registados já no nome do pai, saíram daqui com o nome do pai adotivo...Foi registado no nome de fulano tal... e tem outros que simplesmente desapareceram do mapa.

14-Nos casos que conhece sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica?

Sim, houve X Houve um...eu acho que falaram, não sei se tinha 4, 5 ou 6 anos de idade, voltaram a contactar a família...só a contactar, ou uma fotografia, depois nunca mais. Mas às vezes acontece, é muito raro, é uma raridade. Mas às vezes acontece, eles mantêm os laços, até uma certa idade, 4,5 anos de idade e depois cortam.

Não houve

Não sei

15-Mas, e agora em adultos, tem havido essa procura?

Agora sim! É assim, eles querem...quando sabem que são adotados...eu acho que os americanos não escondem, a maioria não esconde que foram adotados. Mas tem muitos que escondem os dados, ou os elementos para que eles não possam procurar. Tem muitos que não sabem nada...sabem que foram adotados, mas não sabem dados nenhuns, sabem uma coisa muito vaga aqui ou ali, a mãe ou o pai não facilitou. E tem muitos que até certidões de nascimento...aí é muito mais fácil. Depois é só procurar...esses assim são casos fáceis.

16- Como foram esses reencontros?

Pois...são reencontros muito chorosos (risos). Há reencontros...daquilo que eu presenciei...

Teve um, que eu presenciei pessoalmente, fui ao aeroporto esperar a rapariga com a família toda. Tinha oito irmãos cá, foi tudo para o aeroporto...Foi gritar que foi feio lá...depois quando ela chegou a casa...os irmãos é que foram ao aeroporto...a mãe acho que não foi...Foram os irmos e um cunhado...pronto, eu apresentei-os, olha isto é teu irmão...de mãe. Tinha sete ou oito de mãe e tinha um que era mesmo de sangue, do pai e da mãe. Depois viemos aqui à Estrada 25 de Abril, viemos conhecer a mãe, depois...claro, foi abraços e tudo. Depois tinha um irmão, que até me assustei e a minha mulher que também estava comigo até se assustou, ele começou a gritar numa altura!... (risos)

Essa rapariga fui eu que contatei com ela. Ela pôs lá um anúncio num Site qualquer e eu depois é que contatei com ela, se ela já tinha encontrado a mãe, se não. Ela disse que não. Ela até ficou desconfiada... e coisa...depois encontrei, fui andando, andando e até que pronto...hoje somos amigos e encontrei aquela gente e está feito (risos).

Pessoalmente foi aquele...os outros foram-se encontrando uns com os outros. Uns mesmos nos EUA, o outro que foi do Faial encontrar-se com elas lá fora. Muitos encontraram-se só virtualmente, porque ainda não tiveram posses...tem muitas que não têm dinheiro para virem cá. Aquela da S. Jorge tem dois irmãos cá...acho que ela nunca veio.

17-Já ajudou alguma família (ou mais) a reencontrar-se?

Já.

E quanto tempo levou e o que foi preciso?

Teve algumas que demorei...as pessoas ficavam espantadas com a rapidez com que eu conseguia encontrar. Por exemplo, haviam pessoas que andavam à procura dos seus irmãos...sabiam que tinham irmãos e estavam à procura deles...sabiam que tinham sido separados e estavam à procura há 7... 10 anos, 15 anos, 20 anos e não tinham encontrado... e às vezes eu encontrava em 3, 4 dias, eu conseguia encontrar... uma pessoa pesquisa nos registos (conservatória) através daí ... internet também ajuda muito, pensando-se que não, mas também ajuda muito, mesmo o facebook, encontra-se... A Conservatória também, no sentido de obter informação, não certidões, mas qualquer pessoa pode obter. Eu chego lá com um nome de uma pessoa, se souber mais algum dado dela, na Conservatória dizem-me, é filha de fulano e sicrano, pronto, não é segredo.

Ajudei muitas. Umas levei uma semana, outros 3 dias, 2 semanas, outras 3 semanas, 1 mês...

Pode, então, sintetizar os recursos a que recorre, para obtenção destas informações?

Recursos: internet, Conservatória e bater telefone e bater porta (risos)

18-Qual o caso que mais o marcou?

Eles marcaram-me todos...só que são tantos...é assim, sou muito desorganizado em...devia ter organizado e te tudo certinho para fulano e sicrano, mas...eu...ajudo, passo a bola, já estão encontrados, já estão reunidos e vamos a outro e aquele...não sai do mapa porque fica a amizade, mas acaba por...é que são tantas histórias parecidas que entram todas...engatam umas nas outras, que eu para contar uma história específica é meio complicado, mas ... Todos me marcaram.

19 -Qual o mais antigo (temporalmente) de que tem conhecimento? E o mais recente?

O mais antigo foi 50 e tal e dos mais recentes... 77, 74...81, não tenho certeza... Mas 75, 77... tem pessoas de 28, 29 anos, 30 anos, ainda tem! Tem de 80's...sei que tem de 80's...tem uma rapariga da Fonte Bastardo. Tem uma que eu fui procurado por um namorado, nem sequer foi por ela, foi pelo namorado, depois ela não quis saber...o namorado deve ter-lhe contado e ela não quis conhecer nada...Essas raparigas também são novas...Também “há-de” ter alguns de 70, 75...Ela teve 5 filhos, tudo do seu homem (diferentes) ...

Eu ajudei já de vários lugares...até de S. Miguel...Eles tem uma vontade “medonha”, pois às vezes fico revoltado...é...tem uma vontade medonha de conhecer e depois ficam “brabos” uns com os outros e lá... fico chateado também...não gosto...tanto trabalho que dá...depois vão.se zangar, ficam chateados, não sei quê... eu acho que querem saber respostas, porquê eu...depois não há ligação...depois é uma complicação...

20-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Para mim...da Terceira...só da terceira, deve ter sido mais de 100...se for a contar com a ilha de S. Jorge e S. Miguel...deve dar uma “tarraçada” (muitos) deles...não faço ideia quantos, mas uma centena, duas...garantidamente...se não foi mais!...

21 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Ah... Tem algo que queira partilhar dessa sua experiência, que possa ser importante para a realização deste estudo?

Tem sido uma experiência gratificante, faço-o por gosto... as pessoas ficam admiradas, hoje em dia...foi o caso duma rapariga, que ajudei, que não tem nada a ver com a Base das Lajes, perguntou-me: “vai-me ajudar sem pedir dinheiro em troca? Foi a pergunta que ela me fez...Eu disse que nunca aceitei dinheiro de ninguém...já muitas me quiseram dar dinheiro e nunca aceitei...nem quis, nem quero...Isto é gratificante porque

é...eu vejo que estou a fazer um bem...Estou a fechar um capítulo ou a abrir um capítulo da vida duma pessoa e estou a fazer um bem àquela família, àqueles irmãos...Se fosse eu, eu gostava...se nunca tinha tido um irmão e reencontrar um irmão, saber como é que ele era, viver com ele, conviver com ele...Eu acho isso interessante.

Por exemplo, aquela menina da Serra de Santiago e um rapaz que eu ajudei a encontrar, é o tal que a mãe não quis saber deles, já fez uma vida nova e não quis saber deles. E eles hoje (irmãos) são grandes amigos, os dois irmãos. Encontrei os dois. Ela queria saber dos seus laços e depois acabei por encontrar o irmão e ela reencontrou-se com ele. A mãe não quis saber e depois eu achei maneira de encontrar o irmão lá fora. Achei o irmão, dei-lhe o contato e eles contactaram um com o outro e hoje são amigos.

Entrevista 2.

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M ___ F X

Idade: 72 Anos

Profissão³: Doméstica

Naturalidade: Agualva

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Pois a influência foi...que a gente não tinha nada deste mundo...as pessoas não tinham...a gente quando vimos a “trela”, a “trela” muito comprida (para recolher trabalhadores para a Base), dos americanos a “arrodear” no adro, foi uma festa, fomos para o canto da Rua do Saco ver aquela “trela”, aquele camião muito grande ...ninguém via um camião, ou um automóvel senão o do Sr. Joaquim, mais ninguém tinha. Era uma pobreza que mete medo.

E depois...começou a chamar pessoal para a Base, para irem construir a pista e essas coisas todas. Porque aquilo ainda veio uma companhia, depois é que houve uma outra companhia, que o meu pai também foi trabalhar para lá...

Tive o meu pai a trabalhar na base, foi quando a gente, naquele tempo, se viu uma “coisinha” de dinheiro em casa. Mas o que é que se ganhava num mês? Era de quinquena...mas a gente ficamos loucos com meu pai ali a trabalhar. E depois, já se sabe que quando se via um Americano!?

Depois fizeram aquela Navy (HFDF) na Ribeira das Pedras. A minha irmã morava lá... a gente quando ela fazia as suas matanças, no tempo de nova, convidava aquelas primas e aquelas cunhadas, as suas irmãs...às vezes 16,17 raparigas, tudo junto e depois os americanos, a gente via a luz dos americanos, a gente ia para a janela e começava “Ei Joe gama”, “Ei Joe gama”, a chamar por eles. De repente vieram dois deles até à

³ Caso seja reformado, anterior profissão

janela...fechamos a janela com medo... Mas era uma alegria ver aqueles americanos, é como canalha nova (sorrisos).

O meu pai trabalhou na Base e o meu marido...trabalhou, mas não foi na Base Americana, foi na Base Portuguesa, na Força Aérea que ele trabalhou. Trabalhou muitos anos na Base Portuguesa. O meu homem era “*chauffeur*” lá dentro, na Força Aérea. Todos os dias ele ia umas horas recolher o lixo da Base, e ia levar os estudantes à Terra-chã, e depois ia busca-los à tarde. Ele era só “*chauffeur*”, não fazia mais nada, era só “*chauffeur*”.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

Pois dos americanos a melhor recordação que tenho é quando era pequenina (risos) e eles davam uns bilhetinhos na Igreja, as pequenas da catequese é que tinham direito àquele bilhetinho, para a gente ir a um hangar muito grande, buscar uma “meinha” de rede vermelha e com umas pazinhas e um livrinho de pintar, uma caixinha de lápis de cera, e aquilo era uma alegria. Uma vez veio uma bonequinha deste tamanho (apontou para tamanho de um dedo). Eu nunca tinha tido uma boneca na minha vida. Quando eu vi aquela boneca, foi como quem viu Nossa Senhora. Fiquei “louca da vida”, porque a minha boneca, que me criei, era uma pedrinha do quintal, comprida. Embrulhava-a num paninho, e eu com carvão, porque a gente não tinha nada, fiz a boca, os olhos, nariz... e era aquilo a minha boneca. Eu tenho 72 anos, há 72 anos atrás era uma miséria que não tinha “tafulho”.

E tem recordações menos felizes dos americanos?

Não, não tenho. Foram sempre pessoas boas, eles nunca faziam mal a ninguém.

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses? Porquê?

Eles ajudaram, as pessoas que foram trabalhar para lá ficaram logo melhor, melhorou logo a vida. Quem estava a trabalhar na Base é que tinha dinheiro. Os outros que cavavam umas “pesquinhas” de terra e uns repolhinhos que davam num serrado, umas batatinhas...era isso que se comia na nossa cas.

Foram muito importantes, toda a gente vê, ainda hoje... foi pena é ela (Base) estar desvalorizada, a Base foi descendo...

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Pois eu não te sei explicar.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Eu não apanhei na escola, eles quando começaram a ir à escola e já não andava. No meu tempo a gente é que ia à Base buscar, ao Hangar...

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim X Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não X

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Eu só sei foi que aquela tia Maria tinha muitas filhas (enumerou nomes), era uma mão cheia de raparigas e tinha a Isabel. Depois a Isabel...uma das irmãs, parece-me que já ia a casa de americanos, não sei como foi, e depois ela... é que deu a conhecer a irmã aos americanos...Parece-me que foi um casal de americanos que a adotou...e elas estão hoje na América, essas irmãs todas, estão na América através desta Isabel...ela é que fez cartas de chamada para todas...ela ajudou a família toda.

Mas eu lembro-me da tia Maria, era muito cheia de Bronquite, coitadinha, muito magrinha, “engigadinha”, e ela muitas vezes entrava na nossa loja, na parte debaixo da caa, sentava-se nos degraus. Depois dizia “estou aqui a descansar para ver se chego lá acima”...Era lá em cima, no mato! Misericórdia! Aí pobreza! Ela coitadinha cheia de Bronquite, mas arrastava-se... a morrer!

9– Em que ano, mais ou menos, aconteceu este caso?

Isto “há-de” ser para os anos 50, 60. Ela foi já para aí com uns 3 ou 4 anos. Foi pequena, mas não sei...parece-me que esta era a mais moça das irmãs.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos X

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a criança?

Pois foi então melhor para os pequenos. Não tem nenhuma cá que vivesse melhor que ela. Foi ela que mandou buscar todos, para os fazer felizes.

E para a família?

Pois aquilo no tempo havia de ter custado à mãe. A uma mãe custa sempre dar um filho. A pobrezinha com certeza que “há-de” ter custado...mas se não tinha solução...coitadinha...inquietava-se para eles comerem...

12-Que idade tinha a criança quando foi levada? 3 Ou 4 anos

13-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Pois não sei.

14-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Ah, pois eu não sei. Sei que aquela foi através da irmã...

15-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Não sei...

16 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Eles podem ter registado lá na América, a fingir que era deles, mas daqui não havia registos de “banda” nenhuma. Não era como agora, que se for para ir adotar um pequeno, eles estão muito tempo à espera.

17-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve X Não houve ___ Não sei ___

18-E sabe como foi?

Pois aquilo...eles embarcaram para a América e levaram a pequena consigo. Depois lá, aquilo “hã-de” ter registado como sua filha. Eles lá na América não sabiam se era filha legítima, se era emprestada, se era dada, se como era...

Acontece que criaram a rapariga, ela tornou-se grande...com tudo legal, Americana, e fez cartas de chamada às irmãs...

Isto então porque sempre soube quem eram as suas irmãs? E onde encontrá-las?

Sempre...eles aqui souberam, e elas haviam de escrever, porque nalgum tempo, não havia telefones, nem telemóveis, eram as cartas e era uma senhora que as escrevia para toda a gente...

19-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Não sei, só conheço essa.

20– Têm mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Pois esta Senhora penou muito, o marido também era muito bêbado, era bêbado que era uma coisa muito séria ela com aqueles filhos todos...com aquela pobreza, como te digo...a casa dela era como a nossa de terra amassada...teve de ser.

Entrevista 3

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M ___ F X

Idade: 32 anos

Profissão⁴: Desempregada/ Empregada Limpeza Naturalidade: Fonte Bastardo

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Nenhuma!

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”? E as piores?

Nenhuma!

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses?

Sim **E Porquê?** Para o desenvolvimento da ilha, para o emprego. Acho que sim.

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Ajudaram bastante. Ajudaram ao nível da alimentação, ajudaram em brinquedos, roupas...

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Não tenho memória disso.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/ levado uma criança portuguesa? Sim X Não _____

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim X Não _____

⁴ Caso seja reformado, anterior profissão

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

No meu caso, tenho dois, o primeiro ainda não era nascida...

O meu pai foi para o Ultramar...e a minha mãe, infelizmente, arranjou um amante...e engravidou... e ela com a vergonha...com a vergonha de... e também para não perder o marido...escondeu a gravidez e ...e na Fonte Bastardo, há lá duas senhoras que ajudavam nestes casos. E elas é que tinham conhecimento com os americanos e ... a minha mãe pediu ajuda a elas e... pronto... a minha mãe ainda estava grávida quando estas duas senhoras arranjaram o casal, que não podia ter filhos, para adotarem o bebé que minha mãe esperava e... e este casal ajudou muito a minha mãe, enquanto ela esteve grávida...ou seja, esteve sempre perto da minha mãe, também com medo do dia que a minha mãe tivesse o bebé e ...pronto. No dia que a minha mãe teve a criança, ela foi acabar de ter e entregar nas mãos dos americanos. **E Houve alguma contrapartida? Os americanos deram algo em troca do bebé?** Não. Estas duas senhoras da Fonte Bastardo que ajudavam... ajudavam essas pessoas, pronto, no caso da minha mãe, e houve muitas delas, a única...como posso dizer...elas ajudavam numa única condição: a pessoa dava a criança, não vendia, não recebia nada em troca. É a condição que essas duas senhoras davam a uma mãe.

No caso da minha segunda irmã, a minha mãe já estava separada de meu pai, esta minha irmã tem 31 anos. Eu sou a mais nova do casal...pronto...e a minha mãe, lá arranjou outro amante. Ela já estava separada, o homem é que era casado...e ...lá está, ela engravidou. Com a vergonha de ser um homem casado, ela deu. Lá foi pedir ajuda. O meu irmão mais velho e a minha irmã mais velha, os meus dois irmãos mais velhos, sabem disso, é que viram. Eu, evidentemente, que não. **Pois só tinha um ano?** Exatamente. A minha avó também...porque a minha mãe vivia com a minha avó, pois o meu pai deixou a minha mãe. A minha mãe estava grávida e mim. E a minha avó sabia, os meus tios...pronto. E, provavelmente, mais alguém, mais antigo da Fonte Bastardo, chegado a minha avó, provavelmente sabiam, não sei...e pronto. E ela deu por esta razão.

9– Em que ano (mais ou menos) aconteceu este caso?

Em 1973.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza _____

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros X **Quais?** Desonra da família, vergonha das outras pessoas.

11- Acha que foi benéfico para as suas irmãs?

Foi melhor. Eu não posso dizer que fui mal criada. É mentira. Fui muito bem-criada. A gente sempre fomos pobres...mas fui muito bem-criada, nunca me faltou comida, alimentação, amor, carinho...não. Nunca me faltou nada. Estudei só até ao 9º ano, não fui mais além porque fiquei grávida, foi pela minha cabeça, não foi pela minha mãe. Não, nunca me faltou nada.

Mas foi melhor para elas, pois elas hoje conseguiram ser alguém na vida. Eu sei que elas estão muito bem...além desta que foi dada por último, não quer contato com a família, ignora qualquer informação. Falo com o ex-marido dela. Foi o Paulo que ajudou, entrou em contato comigo, contou a história e eu entrei logo em contato com ela, mas ela não quer nenhum tipo de relacionamento. E eu compreendo. Mas foi o melhor para elas.

Eu não consigo compreender a minha mãe. Deu uma filha porque tinha vergonha e porque tinha medo de perder um homem. Homens há muitos, filhos podemos ter 1000, mas aquele é único. Isto é a minha opinião. Quem sou eu para criticar seja lá quem for. Mas a gente quando descobrimos isso, a nossa relação...mas os meus irmãos todos...isto é uma coisa que nunca atiro à cara da minha mãe, mas...evidentemente que entre pais e filhos há sempre uma discussão, mas eu sou incapaz...aquilo que tenho para dizer a minha mãe digo, mas sou incapaz de a ofender. Já os meus irmãos, os mais velhos não, atiram isso à cara dela.

Tanto a minha mãe, como outras mulheres, quando fizeram o que fizeram, ou seja, ela casada, meteu-se com outro homem: “Isto é uma vergonha, não vou fazer”. Isto é o meu pensamento. Olha “eu não me vou meter com aquele homem porque é casado e isto é uma vergonha se for descoberto”.

E para a sua família? Acha que foi melhor?

Não, não!

12-No caso do seu familiar, qual era o grau de parentesco?

Irmão X

Primo _____

Sobrinho _____

Outro? Qual? _____

13-Que idade tinha a criança quando foi levada? Recém- nascida

14-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Não sei

15-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Não sei, foi tudo através das Senhoras da Fonte Bastardo

16-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Na Fonte Bastardo recorriam a estas senhoras, não sei mais...

17 - Considera estes processos de adoção legítimos? No caso das suas irmãs, acha que recorreu-se às autoridades e houve registos?

Não faço a mínima ideia, no caso das minhas irmãs. Elas foram logo registadas, mantém o mesmo nome (inglês) ... Aliás, eu nem sei se houve processo de adoção. Na minha opinião...eu acho que não houve este processo, porque...elas foram logo registadas...mesmo como filhas deles (americanos), ou seja, ignoraram esta parte e toda a gente pensou que eles é que tinham tido estes filhos...**Então acha que as registaram como suas filhas biológicas?** Sim... eu acho que nem sequer havia estes processos. Até se calhar havia, mas também acredito que na maior parte dos casos não havia este processo de adoção. Eu tenho quase a certeza. No caso das minhas irmãs, foram registadas como filhas dos americanos.

18-No caso do seu familiar, voltou a ter algum contato com ele? Sim X Não _____

19-Se sim, quando e como? Ele regressou à ilha, alguma vez?

Essa minha irmã já descobriu a gente, passado uns anos. E a minha mãe já a conheceu. Ela não veio cá. A minha mãe é que foi lá, eu devia ter uns 13 anos, quando esta minha irmã...porque os pais adotivos desta minha irmã tinham sempre contato com as senhoras da Fonte Bastardo. No entanto, foram falar com a minha mãe...e não sei quê...e começamos a falar. A minha mãe não fala inglês, ela não fala português, eu e a minha irmã, a gente estudava, erámos as mais novas, é que falávamos com ela, escrevia cartas, etc...

O meu irmão mais velho, que sabia da gravidez da minha mãe, na altura estava na América... e depois entraram em contato, e ela foi ter com meu irmão. A minha mãe acabou por ir à América e conheceu. Ela é a cara chapada da minha mãe, a única filha que ela tem parecida com ela. De resto somos todos parecidos com o meu pai. Aquela é toda, toda, não sei...

O meu irmão mais velho, a minha irmã e a minha mãe são os únicos que a conhecem...foi uma alegria muito grande. Digo que sim, porque a gente quando falava com ela por telefone era...não sei explicar...sei lá...era uma alegria imensa. A gente via que era...eu consigo perceber que era intenso, e que era muito bom. E a minha mãe, quando foi lá diz que chocou...foi muito chocante...mas a minha mãe diz que ela não se... que ela não sentia mágoa.

Mas a outra sente...

20-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Milhares. Eu tenho uma tia minha, ela deu mais de 10...ela deu mais de 10 e depois era assim. Ela era amante dum médico...e ele é que fazia os abortos a ela, e ele é que tratava de tudo...vê-se muitos casos de senhores doutores...daqui da ilha e como eles não queriam ser descobertos...a minha tia era a empregada...ou faziam abortos ou se chegava ao fim, arranjavam uns americanos para dar.

Eu não consigo compreender. Nem como mãe, nem como mulher, porque é assim... eu fui empregada muitos anos, mas é assim...só deixava fazer aquilo que eu queria...que eu queria, ou seja, a minha tia como é que conseguiu. É que não foi 1 nem 2, foram várias vezes. E ela é mãe de 22! Vivos!

A minha mãe é uma pessoa muito má...a minha mãe é uma pessoa...eu tenho uma boa relação com ela... mas a minha mãe é uma pessoa muito má. Daí, às vezes, ela

esquece um bocadinho o passado dela e discute com o meu irmão, porque fez isso ou aquilo... e daí, o meu irmão...Mas quem é a mãe para falar assim. A mãe cometeu o maior crime de todos...Eu julgo a minha mãe! Eu não consigo compreender. Como é que ela tinha tanto amor para uns e como é para essas duas... ela não tinha e deu porque tinha vergonha? Vem outra para esquecer essa?

21 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Tenho uma coisa para acrescentar. Eu acredito que ainda haja tráfico de crianças...elas a acabarem de nascer, aqui na ilha Terceira! Elas a acabarem de nascer e são entregues aos americanos, em troca de meia dúzia de roupas... Sei disso, e quase que posso confirmar. Trabalhei em casa de americanos e de portugueses, durante vários anos... muitos anos, e trabalhei na zona de santa Rita...do Bairro da Lata, nas Amoreiras, que e onde eles tem lá as casas, que são as chamadas “150 casas”, e onde eu vi e ouvi muita coisa... E tenho, praticamente, a certeza que existe. Que ainda hoje existe.

Entrevista 4

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M X F ___

Idade: 45 Anos

Profissão⁵: Pescador

Naturalidade: Santa Cruz

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Comigo tem pouca. Tenho um irmão que teve obras na Base...**Mas e o senhor, tem alguma ligação à Base?** Não, não...

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

Tenho algumas. Tem um amigo meu que era Americano. **E tem recordações menos boas dos americanos?** Não, não tenho nenhuma...

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses?

Sim, acho que sim. **E porquê?** Para mim os americanos foram sem bons...

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Acho que sim, do que conheço, acho que sim...

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas? Tem alguma dessas idas a escola?

⁵ Caso seja reformado, anterior profissão

A recordação que tenho dos americanos...é assim...quando eram essas coisas, eles iam para a Base...eu também ia para a Base muitas vezes...e eles (americanos) deixavam lá chocolates e rebuçados.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim X Não _____

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim X Não _____

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Isto foi em 80 ou 81, foi um irmão meu. A minha morreu, e os meus irmãos foram para o orfanato, e eu fiquei com meu pai...e teve um americano que queria adotar um irmão meu.

Meu pai não queria, mas a família juntou-se toda e ele foi para a América. E ainda está lá, hoje. Os meus pais já morreram, e ele está na América.

Ele ia para o orfanato ou ia para os americanos.

O meu pai não queria dar, a minha mãe tinha morrido. Eu tinha 5, ele tinha 8 anos quando foi, eu sou o mais novo. E lá o meu pai foi...e ele foi... e ficou bem. **E o seu pai recebeu alguma coisa em troca deste menino?** Não, não recebeu nada, foi para bem dele. **E como foi este irmão e não outro? Foi seu pai que decidiu qual, ou foram os americanos?** Foi o acima de mim. Ele ia para o orfanato. **Mas os outros irmãos já estavam no orfanato?** Não, foi tudo na mesma altura.

Eu não sei como aquilo aconteceu bem. Tinha uma tia minha que queria dar um outro irmão, mas o meu pai não deixou.

9– Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Como já lhe disse, foi depois do abalo...80, 81.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza _____

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) X

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ **Quais?** _____

11- Acha que era benéfico para a família?

Acho que sim, porque ficamos contentes por ele estar bem. A gente eramos 6 irmãos! Pois, o meu pai só ficou comigo. A minha irmã, a mais nova de todos, ficou em casa da minha tia. Eu fiquei em casa da minha avó. E os meus irmãos foram para o orfanato.

E para a criança?

Pois ele está bem

12-No caso do seu familiar, qual era o grau de parentesco?

Irmão X

Primo _____

Sobrinho _____

Outro? _____ **Qual?** _____

13-Que idade tinha a criança quando foi levada? _____ Tinha entre 8 e 10 anos.

14-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Ele esteve aqui mais 2 ou 3 meses, e depois foi logo para a América

15-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Ah isto não sei, eu era pequenino

16-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Eu não sei, acho que teve alguém que lhe disse (ao pai), ou mesmo da minha própria família. **Mas o seu pai é que procurou os americanos ou foram os americanos que procuraram o seu pai?** Não, não, os americanos é que foram procurar o meu pai.

17 – Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Não sei, era muito pequeno

18-No caso do seu familiar, voltou a ter algum contato com ele? Sim X Não

19-Se sim, quando e como? Ele regressou à ilha, alguma vez?

Já, ele manteve o contato com a família. Ele esteve cá já há uns anos. Quem ainda mantém o contato com ele é o meu irmão mais velho.

Ele veio cá só uma vez. Veio cá sozinho e depois nunca mais veio cá. E nunca mais tivemos contato com ele. Só o meu irmão que está lá fora, é o mais velho. Mas este já foi já era casado.

20-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Pois eu conheço alguns. Da altura que conheço foram uns 6 ou 7 e estão todos bem.

21 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

O meu irmão ficou bem. E eu conheço alguns que ficaram bem. Já pensei que se tivesse sido eu...

Entrevista 5

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M ___ X ___ F ___

Idade: 63 anos

Profissão⁶: Motorista de pesados Naturalidade: Ribeira Seca, Calheta, S. Jorge

1- Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Eu, pessoalmente, não. Mas eu tinha uma tia, irmã do meu pai, que trabalhava em casa do comandante da Base e, por sua vez, é que teve conhecimento com esse major, que acabou por levar a minha irmã.

2- Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”? E as piores?

Não tenho. Eu não estava a residir cá. Eu estava a vir do Ultramar, portanto, naquela fase que a minha irmã veio bebé, para casa da minha tia, irmã do meu pai, que por sua vez, trabalhava no americanos, eu era pequeno, isto foi talvez, o que eu poderia ter? Ela veio, talvez com um ano, ela veio bebezita.

Eu lembro-me dela a andar lá em casa de minha avó, embrulhadinha num cobertor.

Quando vim para a Terceira, propriamente, foi depois de vir da tropa, do Ultramar. O conhecimento dos americanos foi a partir daí é que comecei a conhecer, mais detalhadamente, a Base das Lajes, mas... sem qualquer recordação.

3- Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses?

Isto há muito que se lhe diga. Do ponto de vista de necessidades, estou a falar em postos de trabalho, estou a falar na convivência, no bem material, o bem financeiro, que faz parte da confiança familiar... digamos mais abundantemente, quem não tem, não pode

⁶ Caso seja reformado, anterior profissão

dar...que é assim mesmo. Trabalhamos, a esse nível, a Base, a importância que possa ter, são os postos de trabalho. E esses postos possibilitaram melhorar a qualidade de vida. Portanto, quanto a mim, não há mais importância. Porque, para já, daquilo que eu conheço...

4- E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Olha, eu não tenho conhecimento disso. Só talvez afilhados ou amigos de padrinhos, porque, do que me recordo a nível geral, os americanos nunca ajudaram ninguém...

5- Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Eu não apanhei nada disso. Não residia cá. Na altura vivia em S. Jorge.

6- Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim X Não

7- Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim X Não

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

O meu pai, muito ligeiramente, falava de alguns casos parecido com o dele, mas com autorização dos pais ou das pessoas que davam as crianças.

O meu pai, única e simplesmente, jurava, que as lágrimas corriam, que ainda estava para saber, quando deu por ela, minha irmã, ela já estava na América, e nunca mais ninguém soube.

Meu pai falava num capelão, o capelão da Base...e tinha-se encontrado com esse capelão e então dizia assim: oh senhor eu estou tão satisfeito, porque a minha filha está em casa de gente católica. E ele disse (capelão): oh senhor, o meu pai contava isso muitas vezes... oh senhor não se salvam os católicos todos, nem se vai perder todos os protestantes... Esse capelão é que tinha muito conhecimento na Base, e através dele...

convivia muito com a minha tia, e os próprios americanos, e esse Major. Meu pai jurava e chorava e dizia que nunca tinha assinado, nem dado autorização a ninguém... Agora, houve, e eu ainda vou...embora tenha razões para poder acusar, houve troca de dinheiro. Alguém recebeu dinheiro! Da minha irmã, para ela ir para a América. Alguém recebeu dinheiro, e não deve ter sido pouco...Mas não posso ir por aqui, porque não posso provar...Mas houve dinheiro!

O meu pai dizia muitas vezes, “ela foi, eu estou tanto arrependido de ter deixado a minha irmã a ter levado”, a minha tia, veio para a Terceira, porque, para já, minha tia olhava por ela, uma vez que trabalhava na Base, em casa do comandante, tinha a possibilidade de a ver todos os dias. E chegando à conclusão, que nunca mais a vimos. Agora! Se sei se minha tia diz a verdade, isto também não sei. Alguém tem culpa no cartório, para que estas coisas tenham acontecido. Houve aqui um truque, digamos, um truque as coisas foram aldrabadas. Serviram-se da inocência, estou a falar do meu pai, talvez da minha tia, também, não sei, por aí já não faço afirmações. Do meu pai posso fazer. Eu vi as lágrimas a correr pela cara e dizia muitas vezes, já depois de a gente crescer “ se eu soubesse que isto ia acontecer ela não tinha saído de S. Jorge para fora, nem que ela tivesse sido criada como vocês foram. Mas eu olhei mais para ela como era do sexo feminino, uma menina, embora, era filha da mesma maneira que os outros”. Mas ele não tinha meios. A minha tia começou a ver isso... disse-me que olhava por ela...que o major não tinha filhos e que gostava dela como se fosse sua filha... eu perguntava a meu pai: mas nunca falaram em levá-la para a América? Ele dizia sempre que não...

Ela veio para a Terceira para casa da minha tia, e depois foi para casa do Major... esse Major, eu não sei bem, se era o Major o próprio comandante da Base, se era amigo do comandante, agora não sei. Há qualquer coisa. Se o Major não era o comandante, era cliente da mesa do comandante. E foi uma maneira de ela andar e nunca mais aparecer...

Tenho a dúvida que a minha tia sabia, ou não sabia...ou... Deve ter havido uma troca, alguém recebeu e não fui eu, e neste caso, nem o meu pai. Isto eu sei, meu pai chorou bastantes lágrimas e ele dizia, que se soubesse que era para ficar sem a sua filha que ela nunca tinha saído de S. Jorge... Isto foi roubar! Mesmo que haja alguma assinatura...

Pode ter sido a minha tia, ela era casada com um, ele era português, mas já tinha estado muitos anos na América, e conhecia muito bem a Base, e falava americano muito bem... O capelão era muito bom...mas, não me lixem... há padres e padres ...houve muita gente ali, histórias mal contadas...e nós temos o direito de pensar...e de avaliar e desconfiar, e de ...reparar. Foi uma ganância, aproveitaram-se das pessoas, com pouca cultura e...fragilizadas pelas necessidades da vida. Agora, falando do meu pai, se foi o caso...com mais filhos, fica viúvo, analfabeto, com poucas alternativas para dar a volta à situação...

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Isto foi nos primeiros anos, finais de 50, princípios de 60.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família?

Olha! Isto foi um desastro para a família! Pronto! Marcou a família toda! O meu irmão, ele dizia muitas vezes, “eu não me importava ela fosse o que fosse...mas que eu a visse. Se pudesse ver a minha irmã”. Isto foi uma tragédia! Para a família toda. Isso não se faz, a ninguém...Não estamos a falar dum negócio numa casa, dum negócio material, estamos a falar de um ser humano, que se vai tirar a um agregado familiar, que teve anos e

anos sem a ver... Graças a ela, depois de crescer, tentou “trinta por uma linha”, nunca conseguiu. Depois encontrou o Paulo...e foi rápido. Mas foi por ela...

E para a criança? Para a sua irmã?

Ela disse-me, que esse Major acho que foi bom para ela. Ela viajou, ela foi à Alemanha, ela foi para todo o sítio. Eles vieram correr as ilhas dos Açores, todas menos uma, S. Jorge. Para ela isso foi um reparo, uma marca, que ela vinha a fazer. Passaram lá de barco... passaram por S. Jorge, e não foram a S. Jorge. Ela perguntou ao Major, “porque é que não vamos àquela ilha, é a única que falta das 9. Ah! Aquela não importa”, e lá arranjaram umas desculpas... Talvez isso foi uma base de desconfiança. Eles esconderam. Assim que eles morreram, é que ela conseguiu arranjar alguns papéis, e através deles é que foi buscar o nome de pai e mãe, e não sei quê... não sei como ela arranjou estes papéis, ela tinha estudo, eles quando faleceram ela já devia ter os seus 18 anos...

Mas vamos lá a ver! Isto é assim, vendo a coisa por partes. Não foi bom para ela. Agora que ela tem filhos, netos...prontos... mas ter família não dependia de ela ir para a América ou qualquer sítio... nesse aspeto, agora está bem. Mas por outro lado, também foi um desastre para ela. Pois ela estar a viver, a saber que, desconfiando de algumas coisas, outras sabendo, mas sem acesso a elas, e sabendo que estava a ser manipulada, controlada...

Agora ela está bem. Ela sabia que era adotada, mas eles nunca lhe mostraram papéis, só depois de eles morrerem é que ela teve acesso aos papéis. Ela sabia que era adotada. Ela sabia que era de Nacionalidade Portuguesa, das ilhas. Ela sabia!

Mas nem tudo foi bom para ela.

Do ponto de vista de estudar, cá não tinha o estudo que tem, era como eu. O pobre não tinha possibilidades de estudar... Ela lá conseguiu talvez estudar, coisa que cá não ia conseguir. Ela já disse, que preferia não ter o estudo que tem, e não ter passado pelo que passou.

12-No caso do seu familiar, qual era o grau de parentesco?

Irmão X

Primo _____

Sobrinho _____

Outro? _____ Qual? _____

13-Que idade tinha a criança quando foi levada? Era bebé, menos de 1 anos, meses.

14-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Ela esteve cá pouco, ela seguiu logo para a América.

15-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Eu sei que ela veio por intermédio da minha tia. Agora, se a minha tia foi o transporte para a levar para casa do Major, isto não sei. Eu tenho muita dúvida. Quando perguntávamos “E a minha irmã, tia?”... “pois a tua irmã... o que nós sabemos ela deve estar bem”. Mas como é que minha tia havia de saber? A tia tem notícias dela? A tia sabe se ela está bem? E ela respondia “mas por aquilo que sei”...então sabe do paradeiro dela? E ela dizia sempre “não sei”.

Levávamos a vida toda a pensar nessa irmã, sabendo que fomos enganados, não é? Mas por quem? A tia, o capelão, por um Comandante, por um Major...eu não sei como é possível. O meu pai não sabendo assinar, ou assinou alguma coisa sem saber o que estava a assinar, enganado.

O meu pai acho que veio à Terceira, mas já não apanhou a minha irmã...

A minha tia devia ter conhecimento disso, ela trabalhava lá, frequentava, ia lá...a minha tia é que a foi buscar a S. Jorge, foi o transporte dos americanos. A minha tia...aquilo era tudo na Base.

O Major se não era o Comandante, era amigo do Comandante e frequentava a casa do Comandante. A minha tia não ouvia as conversas, não havia de saber? Mesmo depois de irem para a América não havia maneira de saber? A minha tia nunca mais soube nada deste major, uma vez que trabalhava todos os dias em casa do comandante? As paredes

também ouvem...Acabamos por tirar conclusões. Houve minha tia, houve capelão, houve dinheiro, não vou conseguir provar, mas houve dinheiro envolvido.

Ele próprio dizia, por muito ruim que fosse, nunca mais havia de dar uma filha minha, sabendo que a estava a dar como quem dava um “pedaço de pão”.

A minha tia, o capelão...como intermédio. O capelão mais tarde interessou-se em conhecer o meu pai, está a perceber? Até ali não havia interesse para ninguém se conhecer. E eles (americanos) usaram os meios que tinham para fazer de intermediário para chegar ao meu pai e minha irmã.

16-Por seu turno, como os “americanos” contactavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Não era por dó nem piedade, era por interesse. Servindo-se do poder e com o dinheiro financiavam intermediárias para conseguirem o que queriam.

Se chegassem ao pé do meu pai: “Olha, toma lá a nota...dá cá a tua filha. O meu pai dizia: “Não, a minha filha não é um objeto para eu vender”. E isso eu posso garantir, porque vi-o muitas vezes a chorar, sempre que falava nisso. Se soubesse que era para ir para a América e nunca mais a ver, ela não tinha saído de S. Jorge para fora.

E como o caso do meu pai, houve outros.

Eles não foram buscar diretamente as crianças. Eles arranjaram alguém.

Digamos que há um espertalhão que se aproveitou...sabes que os “zês-ninguém”, da fraqueza e fragilidade das pessoas. Tem um pequeno e se eu chegar lá, e como já tem muitos para sustentar, não tem nada para comer ou para vestir, naquele tempo era assim! Se eu chegar lá e disser queres dar um futuro melhor ao teu filho, há um casal de americanos que não tem filhos e querem um pequeno para adotar. Naquele tempo a América era a América!...pronto... eles pensavam, pois se a gente não pode dar a eles? Então acabam por dar. Pronto, já arranjei maneira de ganhar dinheiro. E o negócio está feito. Houve casos dados, há outros roubados, enganados... Isto é tirar um direito à família, de viverem juntos.

17-Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Eu considero isto um roubo, estamos a falar de tirar uma criança ao pai, aos irmãos. E tirar o direito a ele, o direito à família. Foi um roubo para ela, para nós...Foi uma burla. Isto é crime. E agora o que podemos fazer.

Eu não sei. Isto é muito complicado. Eu sei que a minha irmã lá fora tem um nome americano...Deram nome a ela. Possivelmente, ela tem que ter...devem ter sido legalizados.

18-No caso do seu familiar voltou a ter algum contato com ele? Sim X Não ___

19-Se sim, quando e como? Ele regressou à ilha, alguma vez?

Ela não conseguiu cá vir. Só consegue fazer vida e juntar dinheiro, o Português que vai para a América. Os que foram levados ou nasceram na América não conseguem juntar fortuna, querem viver o dia-a-dia. O que eu sei é que ela não conseguiu vir cá porque não tinha dinheiro. Também teve problemas de saúde, que não ajudou.

Ela tem-se manifestado, mas...ela tem tido problemas familiares, de saúde, financeiros. Ela manifesta o desejo em vir...já me disse várias vezes que não se esqueceu da visita, até chegou a marcar a data para vir...mas não deu. Uma coisa que posso dizer, se ela não vier cá, dificilmente será eu a ir.

Encontramo-nos através do Paulo Ormonde. O nosso anjo...pela bondade dele e pela felicidade que ele nos dá...para os que estão cá e os que estão lá.

O dia que ele...estava no facebook, embora inexperiente naquilo, estava a começar. Estava sozinho, de repente, nem eu era amigo do Paulo Ormonde no facebook, nem sequer o conhecia pessoalmente, quando ele me descobriu... Recebo uma mensagem, o senhor não me conhece, como eu também não o conheço pessoalmente, mas isto é assim... portanto os dados que eu tenho, o senhor mora nesta rua assim, assim, filho de e de, já falecida, senhor tem um irmã chamada tal. Tudo isto, se o senhor me confirmar isto, pode-me ligar para este número, se tiver dificuldades com o computador, em escrever no computador... e se o senhor me quiser adicionar como amigo, para mim será um prazer... E eu...mas o que é que se passa com isso... Eu não sabia que ele era polícia, nada!... Pronto, era uma pessoa ...mas ele estava a dizer-me coisas que mexeu logo comigo. O senhor tem uma irmã que se chama tal e tal e os dados todos. O senhor confirmando isso, não se importa, ou escrevendo para mim ou então telefona para mim que meu número é tal e tal...Eu disse, bom! Mas eu fiquei assim, um pouco bloqueado. Chamei pela minha mulher, estava nervoso, isto é assim e assim, este senhor manda essa mensagem, e ele disse-me isso. “Olha! Não sei se já resolveste bem o que vais fazer...mas, como tens

dificuldades em escrever no computador, tens o número de telefone, telefona para o homem. Pois é o que já tinha pensado fazer”. Peguei no telefone e liguei.

Senhor, olha então o senhor confirma-me aquilo que escrevi do seu pai, dos seus irmãos e da sua irmã, tal...A sua irmã não está cá. Eu disse que não, a minha irmã, pelo que nós pensamos e desconfiamos, ela foi para casa de um Major, possivelmente, terá ido para a América. Eu não sei... E até pode já estar morta, ou via, eu não sei do que é feito dela...

E ele disse “Não senhor, nada disso, a sua irmã está viva, e ela sabe que vocês existem, e ela...neste momento estou a falar com ela”... Fiquei, mas como era possível! Eu não sabia, eu não valorizava a capacidade que a internet tinha. Ele estava a falar comigo ao telefone e a falar com ela naquele momento. “Neste momento estou a falar com ela, e ela já sabe que eu já encontrei o senhor”...Eu fiquei, fiquei ali bloqueado, um bocadinho. Senhor! Ele assustou-se porque eu fiquei sem fala. “Olha eu peço desculpa, mas eu estou um bocado nervoso”... Agora consigo falar nisso sem chorar. Mas às vezes ainda choca.

Depois ele explicou-me como aconteceu e disse-me que ela ia entrar em contato comigo, o nome dela é esse, e lá me deu o nome dela e ela vai entrar em contato. E foi assim. Isto foi uma felicidade para mim e para o meu irmão, também. O meu pai já não teve, já tinha falecido.

E quando é que isto aconteceu?

Isto foi talvez há uns 4 anos.

20-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Olha! Um valor numérico não é fácil de dizer, mas olha...muitos! Talvez alguns dados, porque nem todas as pessoas são iguais... também admito que do pai ou da mãe...Foram dadas algumas por viuvez, às vezes a capacidade de cada um... Outras não foram dadas... o meu pai não foi o caso único, com certeza, por isso...

Eles (americanos) infiltravam-se nas zonas mais carenciadas, caso de S. Jorge...Em S. Jorge muitas casas, apostavam onde havia mais ignorância, onde as pessoas eram mais pobres...

21 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

É sempre útil e agradável falar com alguém que está envolvido e tenha uma compreensão da realidade das coisas, do que as pessoas sofrem, do que as pessoas passam e são vítimas, em benefício de outras. Também é muito bom falarmos com pessoas que tem consciência.

Na altura, os que tinham responsabilidade e nunca interferiram. Posso também falar dos Historiadores, qual o seu papel? Ninguém fala nesse assunto.

Entrevista 6

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M X F

Idade: 53 anos

Profissão⁷: Pintor de Construção Civil

Naturalidade: Santa Cruz

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Eu trabalhei na Base, meu pai trabalhou na Base, toda a sua vida, a minha irmã trabalha na Base. Todos já andamos pela Base. E a gente fomos criados na Base, tanto que fomos todos trabalhar para lá.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”? E as piores?

Tenho poucas. Eu tive um problema na Base e depois deixei de ir trabalhar para os americanos. Eu vivi com os americanos desde pequenino, vivi na 25 de Abril, isso era tudo americanos e... a minha mãe também arrendou a parte de baixo da minha casa para uns americanos. Comecei a viver com americanos desde pequenino...estava habituado aos americanos. Isto, daqui da Rotunda da Cruz até lá acima, eram tudo americanos, de um lado e do outro... Chegava a altura do Halloween e a gente pedia o “trica-trica” em casa dos americanos. Batíamos à porta, crianças, pedia-se o “trica-trica”... eles davam... isto agora já se acabou.

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses? Porquê?

Numa parte foram, ajudaram muitas famílias. Muita família viveu graças aos americanos e eles é que foram, eles é que deram o sustento a muita família e ...pronto...

⁷ Caso seja reformado, anterior profissão

todos temos influência dos americanos. Eles é que deram... e mexeram um bocadinho com a terra.

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Fizeram... teve até americanos que perfilharam filhos, compraram crianças, levaram crianças, trataram de crianças...

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Aí lembro-me, é do meu tempo de escola, as idas dos americanos à escola. Apanhei as “caixinhas”. Elas traziam dentro umas bolachas, umas borrachinhas, umas piornas que a gente brincava e era um lápis, lápis de cera, era o que vinha naquelas caixas. Naquele dia era uma alegria! A gente chegava: Hoje é dia de “caixinhas”, ficava tudo ali...com aquela ansiedade, à espera deles chegarem...com as “caixinhas”. Era uma alegria, naquele tempo, em 69. Davam aqui na escola. As escolas também eram poucas. Os americanos entravam nas salas, entregavam às professoras, depois a professora chamava e dava uma a cada um. **E eles estavam presentes quando os meninos recebiam as “caixinhas”?** Sim, ficavam. Eles viam a alegria que a gente ficava. O Americano é Americano.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim X Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não X

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Aqui em cima, na 25 de Abril, tinha uma Senhora, ela teve 3 ou 4 filhos. Dois, ela deu e dois ela vendeu...

Depois tem outro caso, que é duma senhora que mora aqui perto da gente. Que se juntou com um companheiro e ela estava grávida doutra pessoa. O companheiro disse a ela que se ela...ficava com ela se ela vende-se o filho para ele comprar um carro. E ela vendeu o filho ao Americano...para comprar um carro! E ele ficou com ela e vivem os dois juntos ainda hoje.

Depois há estes casos que a gente ia ouvindo...uns foram perfilhados, outros foram vendidos, outros foram dados...isso foi o que fui apanhando, também em criança...Eu era pequenino na altura...

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Isto começou cedo. Naquela altura 70,71,72... Isto é do meu tempo. Há pessoas mais antigas que sabem outras coisas. Isso é o que eu passei e eu ouvi... o que aconteceu no meu tempo. Nasci em 63, pois andava na escola, um dizia aquele vai para a América com um Americano, o outro não sei quê... a gente era tudo criança, não sabia quase nada. **Mas este era um assunto de escola, entre crianças?** Sim, sim!

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos X

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família?

Eles ficavam bem. Então se ele vendia o filho e ficava com o dinheiro...ficava feliz (risos). **E para a criança?** Para os pequenos é que a gente não sabe. Se calhar hoje, para eles é bom...E se calhar estão a viver e não sabem quem é o pai nem a mãe. Porque às vezes, a pessoa que leva um filho ou compra um filho...Podia dizer teu pai é isso e tua mãe e aquilo... E às vezes eles não tem nada disso. E eles só conhecem aquelas pessoas... e é pai e mãe.

12-Que idade tinha a criança quando foi levada? Dois tinham 10 anos, agora os outros...ou com 2,3 ou 4 anos...tudo mais pequeno.

13-E acha que foram logo para os EUA ou ficaram ainda na ilha? Foram logo todos para a América.

Aquilo podem ter ficado uma semana ou coisa. Mas os americanos quando perfilhavam ou compravam, era logo para andar... o máximo que ficava cá, era uma semana, era logo para embarcar... Quando iam buscar, era para pouco tempo...pois às vezes havia pessoas que se arrependiam...pois para não haver problemas, o que o Americano fazia, era...pegava e andava...no máximo estava cá 2 ou 3 dias, ou uma semana. Começava logo a arrumar as coisas para andar, e as crianças junto.

14-Pode explicar como foi o processo de “adoção”?

Não sei.

E como contatavam com os “americanos”?

Por vezes as próprias famílias é que contatavam com os americanos. Isso foi tudo, também, através das pessoas que trabalhavam para eles...as empregadas das casas.

15-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Pois, como disse, eles às vezes (americanos) e elas davam informações... porque todo o Americano, na altura, que tinha filhos, tinha empregada... elas faziam o dia todo. Eles eram militares, tinham de ir para o serviço e ... coisa... e depois foi tudo através das empregadas... As empregadas é que davam as informações mais certas.

16 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Foi, foi tudo legal. Acho que eles fizeram tudo legal. Mesmo para entrarem para a América, tinha que ser como filhos deles... Já eram como filhos. Por isso é que eles faziam o processo todo cá... Estavam cá uma semana ou duas e embarcavam. Eles eram iguais aos filhos.

17-Nos casos que conhece sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve ___ Não houve ___ Não sei X

18-Consegue imaginar, dizer quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Ei! Isso é que eu não sei... Do que me lembro...isso foi uma dezena ou duas, tudo daqui “derroda” (perto), do que eu me lembro... uma dezena ou duas, isso é de certeza... E então quando apareceu a Canada do Joaquim Alves, o Bairro, então foi uma desgraça. Foram muitos daqui debaixo, mais que do Bairro da Lata ou da Serra de Santiago.

19 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Não senhora, não.

Entrevista 7

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M X F

Idade: 62 Anos

Profissão⁸: Professor

Naturalidade: Aigualva

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Direta, direta, muito direta, não. Eu não trabalhei lá, mas frequentava, como muita gente da Terceira, frequentava a Base das Lajes, fui sócio dum clube Americano, o NCO.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

Lembro-me bem, quando foi despachada, favoravelmente, a minha pretensão para ser sócio do NCO, senti uma alegria enorme, como que o meu estatuto... subiu. O NCO, na altura, era seletivo na admissão de ...sócios. Era seletivo. O NCO, era um clube com uma vida bastante interessante. Tinha bares, restaurantes, tinha refeições temáticas, muitas vezes. Tinha festas, praticamente, todos os fins-de-semana...As festas muitas vezes, para não dizer, quase sempre, eram animadas por grupos musicais vindos da América...Grupos musicais e artistas vindos, expressamente, da América. Grupos de rock, cantores, um ou outro grupo de jazz. Mas...era muito bom, era interessante ir-se ao NCO e participar na vida que eles davam ao clube, e que facultavam aos sócios.

Mas a minha relação com os americanos, começou muito antes disso ...Sou da Aigualva. Na Aigualva havia um posto de transmissões, Americano, o NSGA, onde havia americanos em permanência, em serviço. Passavam pelo meio da freguesia, quando iam para esse posto de comunicações, e... a gente identificava-os facilmente pelos carros. Era uma altura, na Terceira, estou a falar de anos 60, não havia muitos automóveis, nada que se pareça com aquilo que se assiste hoje. Os carros americanos estacavam-se de todos os outros, pela dimensão. O tempo das famosas “banheiras”, como eram conhecidos...carros

⁸ Caso seja reformado, anterior profissão

enormes, espetaculares e que para nós só podia ser de gente de muito, muito, muito rica... Havia um hábito, que hoje não nos orgulha nada (risos), que era, nós pedirmos...alguma coisa aos americanos... Eles passavam e a gente, rapazes quase todos, e raparigas mesmo, ponham-se à beira da estrada, quando viam um carro americano, e diziam: “Ei Joe Gama!, Ei Joe Gama!”, o que seria uma corruptela do “Ei! Joe give me a gum” (risos) ...e eles, muitas vezes, atiravam pastilhas elásticas e a gente atirava-se de voo para cima delas... E o mais rápido e mais forte é que ficava...é que apanhava a “gama”.

Também relatei-me com os americanos desde...os meus anos mais...anos mais verdes, infância e primeira adolescência, através do campo de golf. Havia um campo de golf, havia e há! Ainda! O campo de golf, que eu depois vim a saber ter sido feito em 1954, por iniciativa dos americanos, em terrenos cedidos pela Junta Geral de Angra, e... ia-se ao campo de golf, só se viam americanos, só se viam americanos e,... o bar do Clube era fornecido pelos armazéns americanos, a comida era americana...o primeiro contato com hambúrgueres e batatas fritas, *fresh fries*, e com cachorros quentes, *hot dogs*, foi feito lá em cima (golf), e um produto, por exemplo, que hoje é tão banal, como é o *ketchup*, a gente, a população da Terceira, da Agualva e penso que da ilha toda, teve contato, teve o primeiro contato com ele, através dos americanos da Base das Lajes e dos clubes americanos. Tanto dos clubes da Base como do Clube do campo de golf...E até, arriscar-me-ia a dizer que eram produtos completamente desconhecidos no resto da região... completamente desconhecidos. A gente teve acesso a eles muito antes.

Também sei que, os meninos e meninas da Praia, e freguesias mais vizinhas, tiveram acesso à televisão, viam televisão antes da generalidade do país. A Terceira, a Base tinha uma estação de televisão, que se não estou em erro, foi emitida em 1956 e a RTP só em 1957 é que iniciou as suas emissões...

Outra boa recordação que eu tenho, já de uma forma indireta...é através dos trabalhadores...que trabalhavam na Base, na Base Americana...e que muitas vezes traziam para casa uns bombons que a gente não conhecia. O meu pai, por exemplo, era amigo dum senhor, que...era pasteleiro na Base...e de vez em quando, ele trazia para casa, julgo que tinha sobrado, ele trazia, e chegava a dar a meu pai...uns doces divinais: *Donuts*, nunca tinha visto, nem ouvido falar em *Donuts*, mas...tínhamos uns *Donuts* de vez em quando (risos).

Os chocolates americanos era, também...faziam as delícias de toda a gente! Miúdos e graúdos. E é curioso que os...todos os portugueses...que vendiam, quem tinha comércio português, tinha forma de se abastecer de produtos americanos. Por exemplo, nas touradas à corda...todos, antes de se venderem 3 Mosqueteiros, *Snickers* e outros, nos supermercados portugueses, no tempo que só se vendiam na Base... os Homens dos Cestos, já vendiam...os 3 Mosqueteiros, *Snickers* ...Um chocolate que há dias vi, e comprei! Só para evocar esses tempos: *BabyRuth*.

E recordações menos positivas?

Não tenho, não tenho assim grande...bom, também é preciso ter-se em conta que eu não tinha assim um contato muito estreito, muito direto com os americanos. Os americanos passavam na Agualva, a caminho da NAVY. Não paravam na Agualva, não frequentavam os estabelecimentos na Agualva, não iam a cafés, nem botequins, nem bare na Agualva. Passavam, portanto, o contato era um contato fugaz... Quando a gente pedia as “gamas”, eles atiravam uma “gama” ou outra...

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses?

Sim e não. **Porquê?** Claro que os americanos deram-nos uma perspetiva diferente do mundo. As ilhas estavam muito fechadas sobre si... O horizonte da ilha, era a costa de cada ilha... e a gente, através dos americanos, sabia que havia muito mais mundo, e um mundo desenvolvido, um mundo rico, para além das nossas ilhas.

Tivemos acesso a bens de consumo...a...muitos deles úteis, importantes. Produtos alimentares que outros não conheciam, e a gente teve acesso a eles mais cedo... produtos com muita qualidade, muitos deles...

Do ponto de vista cultural, começamos a ter acesso... através de revistas trazidas da Base, a acontecimentos a nível internacional, planetário. Por exemplo, através da Base, que eu li, pela primeira vez...que eu vi a Revista Times, a Newsweek, a... a Life, que hoje já não existe. Lembro-me de estar na segunda classe...e de ter visto, através da Life, fotografias do assassinato do presidente Kennedy, que a professora levou para a escola, estava a ver e a comentar com outra professora. Mas, eu consegui, e outro, esticar-me e também ver. Lembro-me da cena do funeral do presidente, lembro-me, muito bem, do menino do presidente, o John, ele no cemitério de Arlington, no funeral do pai, era um

menino com 4 ou 5 anos, não tinha mais que isso, com uma posse de Estado, já... com um sobretudo e a mão no peito...

Portanto, a Base abriu horizontes. A Base...até certo ponto, favoreceu a cultura, lembro-me de estar no meu, no 7º ano do liceu, e termos estado a fazer uma récita, não no 6º ano, uma récita, em que haviam números musicais ensaiados por uma coreografa e bailarina inglesa, que estava na ilha, porque estava casada com um militar americano.

Não terá sido bom, não foi com certeza, na medida em que inibiu...muito, a iniciativa privada dos...terceirenses. Ela não é famosa! (risos). Mas ficou inibida com a presença Americana. Para quê abrir estabelecimentos para vender isto ou aquilo e aquele outro, se eles estavam na Base e se toda a gente, de uma forma ou de outra, tinha acesso a eles! Não havia ninguém que não tivesse um amigo, um vizinho, um conhecido, a trabalhar na Base, e trazia...portanto, sobre esta aspeto...a presença dos americanos, contribuía para “anestesiá-los”, ainda mais, a fraca capacidade de iniciativa privada e de empreendedorismo, como hoje se diz... dos terceirenses.

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Que eu saiba, além das “caixinhas”, mais nada. Mas atenção, moro na Agualva...se calhar tinham uma atitude mais interventiva...em relação a meninos e meninas de Bairros desfavorecidos, que ficavam mais perto da Base, na cintura da Base... Estou a pensar em Santa Rita, estou a pensar no Bairro da Lata, estou a pensar nas Amoreiras. Mas...não sei, acredito que talvez tenham tido alguma intervenção mais visível. Aliás, tinha um programa social, que tentava estabelecer laços com a população civil da ilha, e...vá lá, provido as pessoas do ponto de vista cultural e social, que era o “*People to People*”, de pessoa para pessoa. Sei, ouvi falar, de cursos de inglês dados no âmbito do do “*People to People*” e de outras iniciativas.

Também...lembro-me, na escola Primária...na cantina, mas só para os meninos mais desfavorecidos, servia-se um lanche, que era constituído por ¼ de pão, uma sandes de ¼ de pão recheado de queijo *Cheddar*, de queijo Americano, aquele queijo amarelo...como é que ele vinha para Agualva, não sei. Mas, sei que vinha para Agualva, vinha em latas, enlatado, entregue a um comerciante da Agualva, pessoa idosa já, respeitada e ele é que era o fiel depositário desse queijo, não sei porquê, qual a explicação, para ser ele a tomar conta do queijo (risos) ...Eu sei, lembro-me bem de estar na escola

primária, e de às vezes, a auxiliar que tinha a seu cargo a cantina...e essas refeições, do ¼ de pão e do copo de leite, de me pedir a mim, e a outros colegas, para irmos buscar o queijo à mercearia do senhor, do tal queijo, que não era comercializado no mercado português. E...eu via com muitos bons olhos, eu aderiu de muito bom grado a esses pedidos, porque...quando a gente chegava lá acima, tínhamos direito a uma fatia ou duas...e era um queijo diferente, precioso para a gente...era o queijo amarelo.

Acredito que eles tenham sido mais interventivos a nível das instituições.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Esta é uma experiência marcante, também...da minha geração com os americanos, aconteceu na minha escola primária. Na altura do Natal, os americanos passavam pelas escolas todas e deixavam as famosas, “caixinhas”. As “caixinhas” eram umas caixas em cartão, com...lembro-me bem, que diziam “American Red Cross”. Era uma iniciativa da Cruz Vermelha Americana. Lembro-me, também, que tinham as cores da bandeira Americana...eram azuis, brancas e vermelhas, eram as três cores que lá se viam, e então, tinham prendas muito simples... diziam que tinham sido dadas pelos meninos americanos para os meninos dos países pobres. Essas prendas eram blocos de notas com folhas de cores variadas, caixas de lápis de cor, geralmente de cera, outros lápis...”piorrinhas”, uma espécie de pião cujo movimento era... fornecido pelos dedos, um certo jeito dos dedos para pôr a “piorrinha” a rodar, e uma coisa preciosa para os rapazes, os berlindes! Todos os rapazes tinham berlindes que vinham.

A vinda dos americanos as escolas, uma vez por ano, entregar as “caixinhas”, era...se calhar, o acontecimento mais importante do ano letivo. Para as crianças era o acontecimento mais importante. Era ansiosamente esperado...e, extremamente apreciado.

É a melhor recordação dos americanos. E vá lá, de todos os meninos terceirenses, que andaram na escola, na década de 50, 60...tem a mesma recordação! E se falar com eles, todos são unânimes. Era o dia maior da escola, o dia que os americanos apareciam para distribuir as “caixinhas”.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/ levado uma criança portuguesa? Sim _____ Não X

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim _____ Não X

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Na Agualva ouvi falar vagamente de um caso. Mas eram questões que me passavam ao lado. Mas ouvi falar vagamente dum caso, agora, soube mais tarde, que era uma prática, não muito rara, de pais que... dos arredores da Base das Lajes... freguesias, a vila da Praia...

Estive a falar com um senhor, aqui da Agualva, sobre este assunto. E ele tinha conhecimento dum caso, qui em S. Brás. Foram dois filhos. E ele, a ideia que tem, esse senhor, que me deu a informação, que a família não tinha propriamente necessidades materiais. Ouço falar na Praia, e lá tenho uma experiência muito maior, e um conhecimento muito maior desta problemática. E cheguei a ouvir falar, explicitamente, de meninos vendidos! Meninos e meninas vendidos! Já agora, e penso que vem a propósito, penso que aconteceram cenas, casos... disseram-me que mais que um, mas a pessoa que me informou, disse que um caso de um casal de Militares americanos, que entregaram um menino, na Praia, um menino com deficiência, filho deles, a uma senhora, que tomava conta dele, portanto, a ama do menino, paga para tal, e...às tantas, os pais foram embora para a América, e deixaram esse menino atrás. Ele acabou por ser criado cá, por essa senhora, que era pobre, tinha dificuldades, mas criou...constou-me que esse menino morreu já rapaz...crescido.

9– Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Década de 60, 70.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família? E para a criança?

Não sei, como lhe disse, passou-me ao lado...

12-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contactavam com os “americanos”?

Não sei

13-Por seu turno, como os “americanos” contactavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Não sei. Provavelmente haveria algum elo de ligação...mas não sei.

14 - Considera estes processos de adoção legítimos?

Talvez fossem.

15-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos aorte-americanos?

Muitas, certamente.

16 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Houve de facto episódios que me marcaram, por exemplo, eu estava no 5º ano do Liceu, e o 5º ano do Liceu de Angra, tinha um orfeão, e...era tradição, pelo Natal, o orfeão do *High School* Americano, ir cantar ao Liceu de Angra. Ia fazer uma atuação no Liceu de Angra, e...ponham à disposição do Liceu de Angra, um autocarro, que nos levava à Base, a atuar na Base. Para nós foi, uma coisa do outro mundo, porque a Base era um mundo...fechado. A ideia que nós tínhamos é que era um mundo, muito próspero...rico. Mas fechado à generalidade da ilha. E nesse dia, nós irmos à Base cantar... e cantar no clube de oficiais americanos, e...ah! Ainda dentro do Clube de Oficiais no Salão Nobre do Clube, que era a que eles chamavam a *Lisbon Room*, a sala de Lisboa, foi acontecimento marcante. De resto, contato com americanos... gente da minha idade, foi através dos escuteiros.

No tempo, em que havia um grande colónia Americano na Base, constou-me que chegaram a ser mais de 6000 de americanos... com militares e dependentes. Tinha movimento que justificava Hospital próprio, eles tinham estabelecimentos de ensino próprios, desde...o pré-escolar até o secundário. Eles tinha *High School!*... E tinha também, um agrupamento de escuteiros. E como eu sou escuteiro, desde criança, desde os

9 anos, encontramos várias vezes em eventos de ilha e mesmo regionais, convivemos com escuteiros americanos.

Encontramo-nos no quarto Jamboree Açoriano e de termos convivido de forma mais direta com americanos, porque eles...o subcampo deles era em frente ao campo da minha patrulha, e a gente havia sido treinados para o pioneirismo, cozinhar a lenha...usar os recursos da natureza, ficam vamos intrigados porque eles não tinham essa prática! Passavam o dia com Hambúrgueres e cachorros quentes. Pela primeira vez, vi os *Marshmallows* na ponta de pauzinhos...e aqueciam no lume da fogueira.

Essa é a ideia que eu tenho, claro que todos nós tínhamos uma outra ideia da América, através da experiência dos americanos. A emigração nos anos 60 foi massiva. Não havia, não há família nenhuma, Açoriana, que não tenha familiares, mais ou menos próximos, nos EUA, e claro, essas...o reflexo dessa vida da América, chegava cá...chegavam as fotografias...apareciam sempre à mesa, com muitas garrafas de bebida, muita coca-cola, em cima da mesa... as fotografias ao lado do carro, que eu depois acabei por saber que muitos deles, acabaram por comprar carro por absoluta necessidade. Aliás iam tirar a carta, contrariados, cheios de medo, mas a vida Americana obrigava-os a ter carro para ir em e virem do trabalho. Nos primeiros tempos, os familiares davam boleia, mas tinham empregos diferentes, não podiam estar a levá-los e depois a ir para o seu emprego.

Portanto, os primeiros carros que os nossos emigrantes compraram, e junto dos quais tiravam as fotografias, que impressionava muito cá, tinham sido comprados muito a contragosto, e as licenças, como eles diziam, a carta de condução, tirada também a muito contragosto (risos).

Entrevista 8

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M F X

Idade 53 Anos

Profissão⁹: Escriturária

Naturalidade: Praia da Vitória

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Por acaso tiveram muita, por acaso a minha mãe trabalhou para eles, eu tenho uma irmã casada com um Americano (da Base) e eu trabalhei na Base, na escola Americana, trabalhei fora e trabalhei 9 anos na universidade de adultos. A minha filha também trabalha na Base e o meu ex-marido também trabalhou.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

Eles para mim foram sempre bons. Eu sempre convivi com americanos e sempre tive boas recordações.

E as piores? Tem alguma menos boa?

Nada pela negativa. Estou triste agora, com o que se está a acontecer, mas de resto, acho que o que está a acontecer nem tem bem a ver com os americanos, isso é uma política que anda aí...não tem nada a ver com esses que vem para aí destacados...

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses?

Ah! Muito importantes. **E porquê?** Olha porque desenvolveu muito, porque se não fossem os americanos, a nossa ilha não era o que é. A nossa ilha era igual às outras mais pequenas. Não tinha desenvolvido nada.

⁹ Caso seja reformado, anterior profissão

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Foram muito importantes. Eles quando era pelos Natais e dias lembrados iam às escolas levar umas caixas com coisas lá dentro, tinha sempre um lápis, uma caneta, um caderno, eles sempre ajudaram. Por exemplo, no *Halloween*, a gente ia, eles davam. Agora, já não há nada como era dantes. A gente ia ao “trica-trica”. Era em outubro e o Natal em dezembro, e aqueles rebuçados, aqueles bombons, aquelas coisas todas, que a gente apanhava, no meu caso, a minha mãe dividia e depois era guardado para pôr na mesa de Natal. E eu tive sempre, desde que me criei, sempre tive coisas dos americanos, minha mãe sempre trabalhou na Base.

Para mim, eles sempre foram...prontos, bons! Eles ajudavam sempre as crianças que estavam no lar, quando chegava o Natal, eles punham uma árvore com o nome de crianças, para se tirar e levar uma prenda a essas crianças. Os portugueses também tiravam.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

No Natal, nunca mais me heí-de esquecer... levavam as caixinhas, eles iam vestidos de Pai Natal, levavam sempre uns bombons...e, eu já tenho 53 anos.

Quando eles entravam, era uma alegria...não estávamos habituados a ter brinquedos...Eu por acaso tive sorte, porque a minha mãe trabalhava na Base, e trazia, eles davam-lhe muito. Mas haviam crianças, que aquilo para elas, era muito...Era como quem via Nosso Senhor...

Era uma caixinha de papelão, quadradas e tinha lá dentro um lápis, uma caneta, um caderno, uns bombons e um brinquedo...Se era uma pequena...as caixinhas eram diferentes, tinha para rapazes e para raparigas, não eram iguais. Eles mesmo é que entregavam, não eram as professoras. Rico tempo.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

A minha irmã era casada com um americano. Eles adotaram 3 crianças, duas irmãs, que estavam no lar, e uma bebé. Esta bebé tinha 5 dias quando foi para casa da minha irmã.

Ela foi a casa duma amiga e encontrou esta pequena lá. A amiga estava a tratar da menina e ela perguntou se era da família dela. A amiga disse que era duma sobrinha que não podia, e foi nessa altura que a minha irmã ficou... porque ela sempre quis um bebé, as outras meninas, uma tinha 5 e a outra 10 anos.

Veio para casa falar com meu cunhado e então, depois foram falar com a mãe da pequena. No princípio ela estava sem querer, tanto que foram buscar a pequena a casa dessa tia... depois resolveu a dar porque não tinha condições... ela tinha mais filhos, mas não tinha condições.

A minha irmã ia lá a casa (casa da mãe biológica), mostrar a menina. As meninas sabem que são adotadas, a minha irmã nunca escondeu nada.

A minha irmã ajudou a mãe da bebé, por exemplo ia às compras, comprava e ia levar a elas, não que ela pedisse...

Há também um capitão da Base que adotou 5 ou 6...há coisa de pouco tempo estiveram em casa da minha irmã, pois adotaram mais ou menos na mesma altura...adotaram e não perderam o contato, tinham passado pelo mesmo.

A minha irmã acabou por ir para América e levar a pequena consigo. Pronto, ela tem o seu nome português, mas a minha irmã chama-a com o nome Americano. Mas no seu cartão, na sua cédula pessoal, tem o nome português, o verdadeiro. Mas está adotada com tudo legal, qualquer uma delas.

Há um outro caso em que a mãe (avó da criança), já tinha tomado conta de um (neto) e não queria tomar conta de outro.

A mãe, a filha tinha uma miúda, e a mãe tomava conta dessa miúda. Ela andava para aí e ficou grávida. A mãe (avó da criança) disse que não tomava conta de outro bebé, e depois não...ela quando saiu do Hospital, já estava lá o casal para levar o bebé, porque uma empregada da americana é que andou em contato com a mãe da outra, é que fez o contato.

Atualmente, esta, que conheço, disse-me que vai procurar a filha, porque o contrato não foi ela ficar com a pequena, pois ela adotou, fez a papelada, fez tudo, mas ela deixar a mãe ver a pequena. Mas ela foi-se embora para a América. Ela soube onde ela estava, em que Estado. Essa senhora está na América agora e diz que vai procurar a sua filha.

Eu sei que receberam dinheiro. A mãe da menina não recebeu, mas a avó e a entregada receberam... Ela agora esta a procurar e é um gosto que ela tem...

Há também um outro caso, duma mãe que teve vários filhos. Teve umas gémeas, deu-as e quando essas gémeas fizeram os seus 22 anos, quiseram vir conhecer a sua mãe. A mãe depois, nunca mais prestou, dali a uns tempos faleceu. Ela nunca mais tinha visto as filhas e elas apareceram ao fim de 22 anos! Pronto, este caso, ela já tinha vários filhos, não eram todos do mesmo pai, então ela decidiu que era melhor... Ela deu a um casal de americanos.

Outro caso que sei também, a mãe trabalhava para uma Americana, ela morreu de parto, e a Americana é que ficou com a pequena.

A minha mãe, quando meu pai morreu, minha irmã tinha 6 meses, uma Americana, que era madrinha da minha irmã, queria a levar, a minha mãe é que não deixou, ela disse que não.

Muita gente fazia isso, porque eles pagavam. Tem uma rapariga que tem 3 filhos de patrões, mas ela não os entregou, ficou com eles. Ela era empregada deles. Muitos eram mesmo filhos dos americanos.

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

1984, a minha sobrinha... outros nos anos 70, 70 e tal.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego X

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família?

Eu acho que sim, porque se eles não tinham e iam ficar mais para aí a penar...

E para a criança?

Eu acho que para as crianças foi o melhor. Eles estão belíssimos. Dos casos que falei, eles estão todos bem.

12-No caso do seu familiar, qual era o grau de parentesco?

Irmão _____

Primo _____

Sobrinho X

Outro? _____ Qual? _____

13-Que idade tinha a criança quando foi levada? 5 Dias a pequenina, as outras foram recém-nascidas.

14-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Ficaram pouco tempo.

15-Pode explicar como foi o processo de “adoção”?

Eles tinham mesmo de registrar os meninos, eles não podiam entrar num avião militar e fugir, tinham mesmo de registrar. Era tudo legal, a Base não autorizava doutra maneira... Só se não fossem militares...Mas teve de ser tudo legal...Pode ter acontecido um caso! Mas muito poucos. Podem acontecer, terem ido na TAP e dizer que iam de férias e terem ficado, agora de avião militar, nunca, pois é muito restrito.

Como contataram com os “americanos”?

Através das pessoas que trabalhavam na Base, muitas vezes por dinheiro.

16-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Era mais as empregadas a falarem umas com as outras. Eles não iam procurar sem saber onde... Através de pessoas que sabiam... havia sempre alguém ali no meio.

17 - Considera estes processos de adoção legítimos?

Sim.

18-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve X Não houve ___ Não sei ___

19-E como é que foi esse contato?

Foram contatos muito frios, por parte da mãe biológica.

20-No caso do seu familiar, voltou a ter algum contato com ele? Sim X Não ___

21-Quando e como isso aconteceu? Ele regressou à ilha, alguma vez?

A minha irmã teve cá há pouco tempo, veio com a neta (filha da menina levada) e foi lá mostrá-la...para ela... e disse... era a sua avó.

Ela sabia quem era a mãe, mas antes de vir cá, descobriu bem o nome dela e descobrimo-la pelo Facebook. Elas falam pelo Facebook.

Elas não tem muito interesse em vir procurar, porque dizem que mãe é a minha irmã.

22- Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Não faço ideia, mas muitos, muitos mesmo.

23 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Acho que já disse tudo

Entrevista 9

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M ___ F X

Idade: _____ 62 Anos _____

Profissão¹⁰: Assistente Operacional

Naturalidade: Lajes

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Já trabalhei bastante para eles e foi uma coisa que me fez bastante falta. Aprendi a falar inglês com os miúdos e foi uma coisa que me fez bastante falta. Gostava muito. Trabalhei em casas a tomar conta de crianças. Criei muito filho de Americano, hoje são Homens. Penso muito neles, como devem estar...enormes nunca mais soube deles. É uma pena porque depois apegamo-nos a eles.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

O ter criado muita criança Americana. Ter aprendido a falar em inglês com eles...Excelentes pessoas, as crianças e os pais... Tinha casas, trabalhei em casas que era como se estivesse na minha própria casa.

Olha, trabalhei numa casa, para um casal que não tinha filhos, depois vieram a ter uma filha. Ele era civil ela é que era militar. Moravam em frente a mim, e eu trabalhava lá aos sábados. Ela foi um mês tirar um curso e eu continuei a ir lá ao sábado, receberam uma ordem para mudar de casa. E eu é que fiz a mudança para mudarem com o marido, arrumei as coisas todas nos armários, nos roupeiros...

Ela quando chegou de férias, ela não tinha maneira de engravidar, foram de férias. Ela engravidou lá fora. A primeira casa que eles pararam foi na minha para dizer que estava grávida. Mas, pronto, foram-se embora, e eu nunca mais os vi. Às vezes, eu penso,

¹⁰ Caso seja reformado, anterior profissão

será que eles ainda são vivos... não sei nada dessa gente. Deixou uma boa recordação, eu gostei... E aprendi inglês, devo a eles.

Eu também fui criada com as coisas de lá de dentro, porque tinha um senhor que trabalhava lá dentro... Eu lembro-me perfeitamente que fui criada a comer manteiga Americana, ainda hoje em dia me lembro, dos ovos, o queijo...e aquelas roupas, cheiravam tão bem...A minha mãe ela sempre trabalhou para as portuguesas, a minha tia é que trabalhava nas americanas. Eu hoje em dia tenho tanta pena porque ainda no outro dia vi na televisão, e eu disse “Tal pena, porque é que eu deixei estragar”, uma Barbi, já usada que a minha tia me deu naquela altura. Deve ter sido bem das primeiras, porque eles há dias estavam a dizer na televisão que a Barbi, acho que é um ano mais velha que eu! Pois a minha Barbi deve ter sido das primeiras, que pena, acabou por se estragar...

O “trica -trica” também era uma coisa muito boa. Foi outra coisa, embora eu não me lembro de ir muito. A minha mãe era uma pessoa que trabalhava todo o dia, chegava a casa, mas a gente ia...

Outra coisa que me lembro bem, as primeiras 150 (casas) a serem feitas, tinha ali um recinto muito grande, ponde eles faziam aquelas coisas com cavalos. E quando era o 4 de julho, eles faziam uma festa muito grande, mas aquilo havia muitas barraquinhas com jogos, com coisas, não tem nada a ver com o que vemos hoje. E depois toda a gente que morava ali de roda, ia para ali.

Era um dia de festa, dançavam com aquelas músicas *country*, lá à moda deles Foi uma coisa que também me marcou bem, o 4 de julho. Era uma festa muito grande.

O dia da entrada geral era outra coisa! Comer um chocolate, um hambúrguer, havia de tudo. Entravas no Posto 1 para dentro e era até lá fora. Tinha sempre lugares com facilidades que eles davam naquele dia...

Tenho boas recordações, tenho sim senhora, não posso dizer que não.

E as piores? Ou menos boas?

Não. Dei-me sempre bem com os americanos.

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses? Se sim, porquê?

Ah sim! Não só para nossa ilha. Os americanos deram vida a essas ilhas. A todas, duma maneira ou doutra. As ilhas, principalmente, as mais pequenas, aqui de roda, beneficiaram porque é assim, os americanos deram vida a isso. Deram muito emprego. Fazíamos ou roupa ou outra coisa para os americanos, de uma maneira ou doutra.

Eu fui à Graciosa, as coisas eram da Base. As coisas da Base chegaram às ilhas todas, principalmente, às mais pequenas aqui de roda.

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Sim, eu lembro-me...Haviam americanos que iam pela escola, um grupo deles, lembro-me de irem levar lanche e outras coisas. O nosso lanche hoje é leite, e nalgum tempo era um pãozinho de leite, agora nem isso. Os americanos davam queijo, fiambre...

Com os meus 5 ou 6 anos... Na antiga messe de trânsito, que atualmente era o Snack-bar e o Caça e Pesca, aquilo era totalmente diferente, era uma messe onde o pessoal comia. Então quando era pelo Natal, eles davam um almoço às crianças mais carenciadas. Eu lembro-me perfeitamente de ir. E o que era o almoço? Era o peru, era o prato deles do peru. E tinha, nunca me vou esquecer... (choro). Rico tempo aquele! E tinha um Americano no meio daquela sala, uma sala enorme, onde os homens iam almoçar, muito bem enfeitada, e tinha um Americano que tocava trompete (muita emoção) ... Não tem explicação! Tinha valor. Hoje em dia nada tem valor...ninguém dá valor nada... Eu ainda ouço o trompete, apaixonei-me por aquele som, aquele instrumento. Era muito miúda, mas fui sempre vivendo com aquele som, não me lembro qual a música que ele tocava, mas ainda hoje é o meu instrumento preferido...e vai ser sempre o trompete até ao fim da minha vida, aquilo marcou-me! Hoje em dia já não se aprecia, a gente ficava ali tudo caladinho.

A minha mãe esperava por mim, ela era muito ciosa de mim e das minhas irmãs, e eu não conseguia comer nada, tal era a alegria que tinha, não consegui comer nada, vinha com o meu pratinho. A minha mãe estava no lado de fora há minha espera, como as outras mães. Os outros comiam, mas eu estava tão contente com aquilo que queria trazer para casa para dividir com a família toda, que estava em casa, era a minha avó, a minha mãe e o

meu pai. A minha irmã era pequenina, bebé... isto foi tudo coisas que me marcou, por isso é verdade, foi aos americanos que se deveu essas coisas todas.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

É uma boa recordação do tempo de escola, não é do teu tempo, claro que não é, mas para quem é do meu tempo... Quando era perto do Natal, o carro das caixinhas. Umas caixinhas, que até parece que hoje em dia, ainda sentimos o cheiro das caixinhas.

Aquelas caixinhas, comparado com o que temos hoje em dia, não tem valor nenhum. Se dessem aquela caixinha ao meu neto, por exemplo, ele dizia “Ah tão lindinha” e...podia até brincar com aquilo naquele dia e depois esquece. Mas para a gente, aquilo era guardado religiosamente, cada um tinha a sua caixinha, a caixinha havia de ser deste tamanho (demonstrou o tamanho da caixa), uma caixinha assim estreitinha. E o que é que trazia lá dentro? Era um lápis, ou dois, uma piorrinha, a borracha... Mas aquilo tinha um cheiro! Ainda hoje sinto aquele cheiro.

Ia um carro muito grande, com aqueles caixotes e tinha...lembro-me que vinha um militar e depois aqueles homens que trabalhavam lá dentro, não sei... iam à sala com aquela caixa e tinha uma para cada um. Aquilo era uma alegria...Eles próprios na presença do professor, entregavam-nos as caixinhas...

Era um dia de festa, eu acho que eles deviam avisar na escola, tal dia vai ser as caixinhas. Ficava tudo em silêncio, ali há espera daquelas caixinhas. Eram dois ou três homens, cada um com as suas caixas, pousavam aquilo em cima da mesa, já não me lembro bem onde era, sei é que eles entravam na sala, e depois iam dando a cada um. Raparigas para um lado, rapazes para o outro. Eu não me lembro então, é se era, devia ser, aqueles dois ou três e o militar.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Isto é uma coisa que atormentou a minha vida, mas sobretudo a do meu marido. Era uma família de seis filhos...e aquele casal separou-se, eu não conheci, o meu marido tinha seis anos, era pequeno, eles moravam na Aqualva. E aquele casal separou-se, a minha sogra foi-se embora e deixou a criançada atrás. O meu sogro depois foi levar os pequenos. Entretanto, ela foi morar para Santa Rita, começou a trabalhar nos americanos, depois uma dizia “Aí se desses, era melhor para ti”; Aí não sei quê... e ela resolve e foi dar como quem dá um cachorro, que depois para encontra-los inquietei-me. Cheguei a falar com o meu cunhado e o meu marido com o seu irmão.

Tinha vezes que dava com o meu marido a chorar e dizia-lhe “Oh homem”, antes de os encontrar, eu nunca os vi pessoalmente, mas falei com dois deles. Houve um que nunca consegui encontrar, e tem uma em Angra que foi dada a um casal Português. Esta foi adotada e teve o nome dos pais e tudo. Agora os outros, foi como quem dá um cachorro, porque eu... Dava com ele a chorar e perguntava, “porque é que estás assim?” “Ah às vezes lembro-me que se fosse hoje em dia”...Mas, o meu marido tinha seis anos, o irmão tinha cinco e depois era uma escadinha. Ele dizia, “se calhar o meu irmão está contra mim, porque eu fui culpado deles irem”, “Oh homem” tu com seis anos, o que é que podias fazer?”.

Ele ia muitas vezes a casa do Americano roubar o irmão...Eles ainda ficaram uns tempos a viver na Base...ou naquelas casas em Santa Rita... e ele ia muitas vezes roubar o irmão...ele viveu sempre com isso.

Depois teve uma vez, chegou um rapaz da América, que foi adotado por uns americanos. Quando me disseram, fui ver quem era, disseram a ele, experimenta a ver se é teu irmão... Ele não teve coragem, eu é que fui. Não era! Aquilo para ele era um sofrimento.

Agora, houve uma vez... Isto foi há muitos anos, o meu sogro...Mas um dia chegamos lá e ele disse ao meu marido “Eu tenho a impressão que esta semana vi a tua irmã...”; “Como é que meu pai viu a minha irmã?” “Era tal e qual ela, e quando ela era pequena, partiu um pé e ficou sempre com defeito...E aquilo era ela. E ela viu-me e mandou-me parar, saíram do carro e tiraram-me fotografias no burro... e para mim, aquela

rapariga era a tua irmã...e com o defeito no pé e tudo...era uma mulher feita, com um pequeno e ela pediu-me para tirar as fotografias”...

Foi outra desorientação! Outra vez...Isso antes de encontrar os outros dois irmãos, mas dela nunca consegui saber nada...

O meu marido sofreu muito, muito...marcou muito a sua vida e ele achava que o irmão nunca tinha procurado por ele, e dizia assim “ Tal e qual como eu não procurei, não consegui, eu acho que ele nem se mexe a procurar, porque ele deve estar contra mim” “ Eh homem, ele tinha 5 anos e tu tinhas 6, o que é que podias fazer”...

Eles viviam em Santa Rita e os americanos moravam por ali e...pronto, ele dizia tantas vezes “eu ia buscar o meu irmão e a gente escondia-se na mata, e aqui e acolá”. Ele levava pancadaria da mãe! Ele era, também, para ser adotado só que ele fugia, como ele já tinha 6 anos, pegava e fugia, não ia para casa senão à noite ...já tinha 6 anos, os 6 anos eram muito diferentes dos de hoje em dia...

Só eu sei o que eu andei, pois eu é que estava a sentir na pele... e pronto, depois de encontrarmos, o meu marido ficou mais descansado. Era é uma casa de 5 ou 6 filhos e de uma hora para a outra vira tudo...para nunca mais os ver...nunca mais...cá ficou ele, que não foi adotado, ficou com a mãe. Ficou sozinho com a mãe...Ele ainda esteve no orfanato, que foi outra coisa que o marcou muito...teve uma vida muito marcada.

Há 17 ou 18 anos, procurei-os, comecei pela Vila Nova, minha sogra não sabia os nomes direito. Ao meu sogro era impossível falar nisso. **O seu sogro teve conhecimento, deu o seu consentimento, para que a sua sogra entregasse os filhos?** Deu! Ele foi “beneficiado”, tipo uma troca. Talvez quando ela falou com ele que ia dar e não sei quê, ele exigiu aos americanos. Ela dizia-me isso. Ela depois de estar separada do meu sogro, ela engravidou e ainda deu mais um aos americanos. Mas esse o meu marido nunca soube.

Soube também um outro caso, quando trabalhei no Bairro, conheci uma senhora que tinha dois filhos, engravidou e a menina nem chegou a sair do hospital, foi direita para casa da Americana.

Eu trabalhei para uns americanos, a tomar conta duma menina branca...que foi adotada por um casal de cor, ela era linda! Eu olhava para ela e pensava como é que uma mãe tem coragem. Foi para lá com 3 meses, mas gostava que tivesses visto como eles

prepararam o quarto para receber a menina. Eles chegaram-me a dizer, que quando ela tivesse idade para perceber que iam dizer, quando ela tivesse idade iam explicar...e vinham-lhe mostrar a terra. Ainda hoje estou à espera. Nunca perdi a esperança de um dia eles me aparecerem à porta.

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Foi em 1956

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família?

Não. Eu não consigo perceber como é que uma mãe...Eu não consigo perceber... eu custa-me a desfazer de roupa velha, como é que se dá uma criança, eu não consigo perceber... não me entra na cabeça. Não sei se ficavam com dinheiro, se era por isso...não sei.

E para a criança?

Eu acho que para eles foi bom...Eu acho...Eles tiveram uma vida muito marcada, no bom sentido e no mau sentido. Foi bom para eles. Foi muito bom para eles, pois não sei o que teria sido deles...pronto, o meu marido fez a sua vida, mas teve uma infância muito diferente da dos seus irmãos.

12-No caso do seu familiar, qual era o grau de parentesco?

Irmão _____

Primo _____

Sobrinho _____

Outro? X **Qual?** Cunhado

13-Que idade tinha a criança quando foi levada? Tinham 5, 3, 4 e 2 anos

14-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Ainda ficaram cá alguns tempos.

15-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Facilmente, eles andavam aí. A gente quase que vivia na casa deles e eles na nossa, porque eram tantos americanos...a Cruz e mesmo as Lajes, aquelas casas, eram todas para os americanos. Aquilo foi tudo feito para os americanos. Estava tudo cheio de americanos. Era muito fácil bater para pedir...era fácil...muito fácil.

16-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

É como te estava a dizer, haviam tantos americanos, era fácil...bastava o português bater à porta a pedir uma esmola. Olha uma vez a minha filha era pequena, íamos a casa duma tia do meu marido que vivia no Bairro da Lata...e ela era muito despachada para a andar (filha). Íamos pelo caminho, e ela ia a andar sozinha. Houve uma Americana que mandou a gente parar...íamos a pé, que não tínhamos carro, e eu sem perceber nada, mas depois apareceu alguém que falava bem inglês. Então o que era? Queria a minha filha! A pessoa que estava a traduzir, quando ele disse o que era, o meu marido agarrou logo nela ao colo, ele já tinha sido tanto magoado com os irmãos...Tás a ver? Era fácil...Isto não foi

há muito tempo, ela tem 40 anos, ela tinha para aí uns 4 ou 5 anos...Para veres a facilidade que havia...Era muito fácil.

17 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Olha, no caso dos meus cunhados, não foram adotados legalmente. Se chegares ao Tribunal da Praia, não há lá nada. Já procurei isso, há 16 ou 17 anos e não tinha nada...Tem os registos de nascimento, continuam a ser filhos de portugueses, isso está lá e na Igreja da Vila Nova. Só isso.

Não há qualquer registo de adoção?

Não. Devem ter feito! Lá fora, tem que ter sido legalizado por causa de terem assistência médica e essas coisas todas. Legalizados cá, não foram. Não há nada no Tribunal da Praia.

Então considera esses processos de adoção legais?

Não, claro que não!

18-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve Não houve Não sei

19-No caso do seu familiar, voltou a ter algum contato com ele? Sim Não

20-Quando e como? Ele regressou à ilha, alguma vez?

Com aquele sofrimento todo, pensei, eu vou procurar essa gente. Vou tentar procurar, fui para o Tribunal da Praia, minha sogra nem sabia bem os nomes deles. Depois fui à igreja da Vila Nova, através dos dados da igreja da Vila Nova, para os nomes virem certinhos. Aí o que eu andei e não queria que o meu marido soubesse o que eu andava a fazer...

Fui com os nomes para o Tribunal – Oh senhora nós não temos nada disso aqui, procuraram e nada.

Depois um dia fui ao Posto 1, a minha filha falou com uma rapariga que trabalhava no Comando Americano e ela disse “Ei mulher, tu se me arranjares esses nomes direitos, eu consigo ajudar-te”.

Lá no tribunal da Praia também me disseram para ir à Biblioteca Pública a Angra. Esses pequenos não foram para fora sem nada! Devem ter feito qualquer coisa. Essa gente precisava de documentos para sair com esses pequenos. E assim foi. Quando cheguei à Biblioteca Pública, a senhora que estava lá, foi incansável. Eu disse qual era o meu problema, dei os nomes. A senhora ao fim duns dias telefonou-me: “Já encontrei”. Eu ainda tenho esses papéis para aí guardados. A senhora deu-me o nome dos americanos que os tinham levado, foi tudo feito clandestinamente, o Tribunal não teve nada a ver com isso. Foi nessa altura, que a rapariga do Comando Americano, arranjou-me montes de nomes iguais os americanos que tinham levado os meus cunhados, arranjou-me aqueles nomes, haviam muitos nomes iguais. E agora?

Fui procurar uma amiga que sabe muito bem falar inglês, toca a telefonar para aqueles nomes todos, experimentamos, até que encontramos!...Aquilo era uma lista enorme de americanos, ela ligava para este: Ah tu é que adotaste uma criança assim-assim, ah não, não fui eu...aquilo não foi só num dia.

Até que tivemos sorte e encontramos os americanos e depois deram o número do meu cunhado. Ele ficou muito contente. A minha amiga falou com o meu cunhado, ele disse logo que sim, ficou muito contente, mandou logo uma fotografia... E agora para dizer ao meu marido? E agora? Disse-lhe “olha tenho uma coisa para te dizer”; e ele “o que é?” “ Encontrei o teu irmão...” (choro) ...Ele chorou tanto, tanto... “e o teu outro irmão...só não encontro a tua irmã”. A irmã, nunca mais soubemos nada dela, nunca encontramos, não conseguimos mesmo... Aí o que ele chorou, naquele dia. “Trata de ligar para os meus irmãos, eu tenho de falar com eles”.

Ainda levamos ali uns dias, ou ele telefonava ou a gente telefonava a ele... Mas ele não percebia nada de português e o meu não percebia nada de inglês...mas era só ouvir a voz um do outro. Depois perguntei-lhe, “mas tu lembras-te de alguma coisa”...ele disse “Não! O que me lembro é sopa e café, é a única coisa que me lembro”.

E com o outro, também falei com ele...vinha cá. Vinha cá...até hoje estamos à espera. O meu marido já morreu há 10 anos e nunca mais soubemos nada deles. A rapariga nunca encontrei.

E eles falaram com os pais?

Não nem me perguntaram por eles. A minha sogra a primeira coisa que me perguntou foi se eles tinham perguntado por ela. Eu disse “Não senhora”. Eles não perguntaram nem pela mãe nem pelo pai. Nada! Lembro-me bem, um dia à tarde, o meu

marido tinha saído. O meu telefone tocou. Atendo o telefone e começa um Americano a falar. Ok. O que vale é que eu desenrasco-me. Eu sou o irmão... é aí que mora fulano tal? É, e tu quem és? Eu sou o fulano assim-assim...Eu disse, olha, ele queria falar com o meu marido, olha, ele não está, mas eu vou chamá-lo onde ele estiver, e daqui a bocadinho ele está em casa, voltas a ligar, e dei o tempo que era...eu fui busca-lo! Ah que alegria. Mas ele não entendia o que o irmão dizia.

O irmão depois à hora marcada, telefonou. Foi na altura que me disse que vinha cá. Foi uma loucura! O meu marido pintou logo o quarto, porque o irmão vinha cá. E no final, nunca veio, mas pronto.

Eles nunca vieram. Parece-me que a irmã veio, porque o meu sogro disse que tinha a certeza que era ela, mas pronto... não se manifestou.

Teve um homem que trabalhava na Base, disse que tinha visto a irmã...Mas foi só isso, nunca a vimos.

21-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Centenas...Daqui da nossa ilha. Das outras nem sei se foi algum. Mas da nossa ilha foram...só dos meus cunhados foram 3...4, um não se conta, o outro foi muito clandestino, foi nascer e andar. Talvez nem tenha vindo para casa, nem nada. O meu marido nunca sonhou que tinha mais aquela irmã.

22 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

A minha sogra trabalhava em casa duns americanos, que eram amigos dos americanos que tinham adotado a filha dela. E a minha sogra contava isso tanta vez, que era uma coisa que eu dizia, não percebo, como e que consegues.

Ela sentiu bater à porta, ela diz que estava na cozinha e que sentiu bater à porta. A Americana abriu a porta e ficou a falar e dali a bocadinho ela sentiu puxar pela saía, a menina a pedir água. Quando ela se virou e viu que era a filha, e a filha viu que era a mãe... foi um pandemónio. A menina começou a gritar, já não queria deixar a mãe. A Americana teve de pegar na menina e teve de se ir embora.

Eu dizia a ela, como é que consegues? Como é que consegues fazer uma coisa destas?

Ela chorava e dizia “eu criei-os na pior idade, tive o trabalho todo com eles”... A minha sogra trabalhou muito tempo para os americanos.

Entrevista 10

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M ___ F X

Idade: 55 Anos

Profissão¹¹ Doméstica

Naturalidade: Aqualva

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Muito. O meu pai sempre trabalho na Base e o que ganhou sustentou a gente. Influenciou-nos a nível económico, os americanos eram muito bons com as crianças, temos boas recordações dos americanos da Base das Lajes. A minha infância foi... sempre vi os americanos na freguesia, quando iam para a *Navy*. A minha infância foi muito boa porque como o meu pai trabalhava na Base. Muitas das minhas amigas, que os seus pais não trabalhavam na Base, gostavam muito de ir lá para casa, pois tínhamos os chocolates, os bons sumos. E eu levava umas amigas lá a casa e dava-lhes chocolates, e elas gostavam muito e queriam ir sempre para a minha casa.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

As minhas melhores recordações dos americanos... Lembro-me quando eles iam para a *Navy*, quando nos apanhavam a caminho da escola, eles abriam os vidros do “*Bus*” e atiravam gamas”. Assim que víamos os carros dos americanos a passar, já sabíamos que eles iam atirar “gamas”, bombons, e a gente começava a chamar por eles “eh Jo gama”, e eles atiravam sempre montes de bombons, reбуçados e isso para a gente era uma alegria, porque eramos crianças e não tínhamos...tantas coisas como eles tinham, eles tinham coisas boas, que tive a sorte de ter por causa do meu pai, como já disse, de trabalhar lá dentro...

¹¹ Caso seja reformado, anterior profissão

O dia do piquenique, onde iam muitos americanos e os trabalhadores da secção do meu pai, faziam concursos, gincanas...davam brinquedos, bonequinhas...pronto.

São boas recordações que tenho dos americanos. Eles eram muito bons para as crianças da nossa ilha, principalmente das freguesias em redor, Agualva, Vila Nova, Lajes. Falo da Agualva, que foi onde me criei, e eles passavam lá para ir trabalhar, e eles conheciam muitas pessoas ali da zona da Agualva porque tinham lá os seus postos de trabalho.

E as piores?

Não tenho.

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses? E porquê?

Muito importante para a nossa ilha, principalmente para a economia da ilha. As pessoas que lá trabalhavam viviam muito bem. Quem trabalhava na Basse era gente rica. Vinha pessoas de outras ilhas viver para a Terceira, para irem trabalhar para a Base. Muitas, muitas pessoas. Uns tiveram mais sorte que outros, mas quem trabalhava na Base, podia-se considerar uma pessoa rica... Enquanto as ilhas, e a ilha Terceira, são abrangidas pela lavoura. Portanto, quem tinha um salário, como é o caso do meu pai, eramos considerados pessoas ricas.

Há um episódio, na escola, que só davam ajudas de leite em pó, aos filhos dos que não trabalhavam na Base. Quem tinha emprego na Base, era rico, logo perdia o direito, porque eram ricos, porque tinham bons ordenados. Portanto, o leite em pó, não era para todas as crianças na escola, era só para os necessitados.

A Base das Lajes foi muito importante, principalmente, por causa dos empregos e bons ordenados que deu, para o desenvolvimento da ilha.

Eles iam jogar golf, o golf pertencia praticamente só aos americanos. Só quem jogava golf eram os americanos. E os moços que saíam da 4ª classe iam trabalhar para o golf, apanhar as bolas, como é o caso do meu irmão...saiu da escola com a 4ª classe. O que é que ele fazia? Andava atrás das bolinhas, aguentava os sacos dos americanos, era *Caddy*, e eles davam boas gorjetas. Tinha dias que o meu irmão chegava a casa com 3 ou 4 dólares, o que na altura era muito dinheiro! Chegou a ganhar mais! Eles faziam cerca de 2 Km da Agualva para o golf e chegavam à noite todos contentes, porque tinham ganhado os seus dólares. Aprenderam a falar muito bem inglês...Todos os que trabalharam no golf,

praticamente, todos tiveram bons empregos na Base. Os americanos gostavam muito deles, davam tacos...só queriam aqueles moços quando jogavam...já os conheciam. Muitos acabaram a trabalhar na Base, sabendo um bom inglês que aprenderam no golf. Aquilo foi uma boa escola de inglês, o golf, para muitos terceirenses.

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Aí já é mais complicado. Ajudar às crianças da ilha eles queriam contrapartidas... (risos) queriam as crianças (risos). Mas ajudaram muito as mães que trabalhavam lá dentro...a dar roupas, acho que até davam mantimentos, comidas...havia muita abundância, não era como cá fora. Hoje já temos muita abundância, mas antigamente...não havia essa abundância. Mas acredito que eles ajudaram muitas pessoas que trabalharam lá dentro, que tinham filhos. Eles ajudaram... É assim, os americanos de antigamente, nada tem a ver com os americanos de hoje. Antigamente, eles ajudavam muito os trabalhadores, hoje eles estão mais... até há quem diga que eles estão mais “discretos”, os trabalhadores roubavam muito lá dentro! Roubavam, era uma maneira de dizer (risos), traziam algumas coisinhas porque havia muita, muita necessidade. Então traziam algumas coisas. E os americanos, alguns viam, sabiam e fechavam os olhos, porque sabiam que havia muita necessidade.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Era muito bonito! E para nós, havia muita ansiedade, quando chegava àquela altura, ficávamos a contar os dias para eles irem à escola. Ficávamos sem dormir de noite, a contar...eles iam lá levar as prendas que nos davam. Estas eram, então, umas caixinhas com brinquedos, uns bombons dentro. É uma recordação que tenho, muito boa e muito bonita.

Por vezes ficávamos tristes porque a nossa caixinha não tinha aquilo que esperávamos e haviam caixinhas melhores que outras! Mas era muito bonito, aquela alegria que a gente sentia, porque estava perto de chegar a altura das caixinhas. Quando eles participavam à escola que iam, naquela noite a gente não dormia, com a alegria. Vínhamos para casa todos a cantar com as nossas caixinhas, vínhamos todos muito felizes.

As crianças ficavam muito felizes com os livros de colorir do Mickey Mouse, do Pato Donald, os lápis de cera...as piorrinhas, que eu adorava. Ainda hoje, adorava encontrar estas piorrinhas. Hoje não há nada disso... gostava, tenho saudades disso. A

gente gostava muito de brincar com as piorrinhas. Vinha berlindes, saquinhas com berlindes...vinha muita coisa. E aquilo, para a gente, crianças que não tinham nada...pronto, no meu caso, eu ainda tinha algumas coisas, porque era a tal coisa, o meu pai trabalhava na Base. Mas tinha pessoas que na noite de Natal, não tinham nada. Mas as caixinhas eram muito importantes para a gente, pois muitas crianças só tinham aquilo pelo Natal.

E quem é que vos entregava as caixinhas? Eram as professoras?

Não, eram mesmo os americanos, eles viam a alegria que sentíamos quando recebíamos as caixinhas.

Era como quando passavam no caminho a atiravam as “gamas”, eles viam a alegria, a felicidade que tínhamos com aquilo. Quanto mais a gente dizia “Eh Jo gama”, mais eles atiravam... E a gente nem sabia o que estava a dizer (risos), simplesmente, dizíamos aquilo.

Eles viam a nossa alegria. E durante vários anos, eles iam levar as caixinhas...

O primeiro ano que apanhei caixinhas, foi aí em 68, porque já estava na escola nova, no 1º ano eu não tive, foi só na 2ª Classe.

Nesse dia a gente não dormia com a alegria, por causa das caixinhas. Tudo bem vestido e bem penteado, para ir buscar a sua caixinha. E até acho, se não estiver errada, que não havia escola o resto do dia (risos). A gente não fazia mais nada, a gente queria era brincar com as caixinhas. Acho que naquele dia não havia mais escola.

Não há palavras para descrever aquela alegria, e a sensação? E durante dias, a gente até cheirava os lápis de cera, e quando se partia um! A gente até gritava (risos). Se a gente fazia muita força, se eu partia um a minha irmã ou ela a mim, pronto, estava a briga feita. Era uma coisa que não há palavras, porque não havia nada.

Haviam os lápis de cera, os lápis de pau, de cor, meia dúzia! Vinha também um apara-lápis, uma borracha e lápis com borrachas, que era uma coisa que não tínhamos, pois eu sou do tempo da pedra.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim X Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não X

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

É assim, eu lembro-me de dizerem que compravam crianças! Lembro-me que...como havia muita pobreza...também acredito que muitas mães fizeram por necessidade, como a senhora que conheço...É assim, eu nunca vi nada, mas era o que se comentava na altura. Comentava-se que... teve uma senhora que comentou que deu uma criança porque tinha necessidade e não podia dar a ela, à criança, aquilo que tem de se dar. E aí deu ao Americano, para o filho ter um futuro melhor.

Mas ouvia muito que os americanos compravam crianças...prontos, adotavam crianças. Lembro-me de ouvir falar nisso.

O caso que ouvi falar, mais concreto, de ouvir falar. Esta senhora foi sempre mãe solteira, sempre viveu com um senhor, que só ia lá de vez enquanto, nunca a assumiu. Ela teve vários filhos deste homem. Mas como ela era muito pobre, e os filhos andavam todos a pedir de porta em porta, e ela, pelo que me consta e pelo que ouvi na altura, ela tinha dado um filho a um Americano, porque queria uma vida melhor para o pequeno, porque não lhe podia dar. Já tinha vários filhos e era mais um para pedir esmola de porta em porta. Então ela optou por dar.

Anos mais tarde, eu ouvi ela dizer que ainda pensava nele... pensava nele. Sabia que fez bem. Eu era amiga da filha dela e lembro-me da mãe estar grávida e depois não se soube o que aconteceu à criança, e mais tarde veio-se a saber que ela deu a um Americano. Estou a ver isso, é uma imagem que tenho daquela altura... e de anos mais tarde, ela dizer que nunca se tinha esquecido daquele filho...

E sabe se houve alguma contrapartida? Alguma recompensa pela entrega da criança?

Troca eu não sei se houve. Nada me garante que recebeu algo em troca, mas também não acredito que os americanos tenham ficado com o pequeno sem dar nada em troca, a ver a pobreza que ia ali naquela casa. Não sei se ela é que vendeu diretamente, se...se foi por intermédio de alguém, porque também não a estou a ver a conhecer americanos, isto deve ter tido um intermediário.....Acho que não conhecia, mas não sei. Também não acredito que tenha vendido, porque na altura dizia-se é que ela tinha vendido o pequeno aos americanos... Os americanos eram muito bons pagadores! Nisso tenho quase a certeza, pela experiência que tenho dos americanos, na altura, devem ter pago. Porque ela deu por necessidade! Eu não acredito que tenha sido de graça. Acredito que foi uma ajuda financeira, nunca foi para enriquecer, porque ela continuou pobre, continuaram

os filhos a pedir de porta em porta, principalmente a pequena, lembro-me muito bem dela, era praticamente da minha idade. Ela andava com uma saquinha a pedir de porta em porta.

Ela sofreu tanta humilhação. Por isso acho que ela fez o que fez, nem foi pelo dinheiro que ganhou, se é que ganhou alguma coisa, foi pela necessidade.

Acho que depois desse filho, ela não teve mais filhos, mas teve sempre o mesmo homem, que nunca assumiu nem nunca contribuiu para o sustento dos filhos.

Eu conheço um outro caso, que prontos... duma que foi dada para adoção. Eu nunca cheguei a conhecer essa pequena. Anos mais tarde é que vim a conhecer, porque ela entrou em contato com a família e acabou por ajudar muito à família.

Quando ela quis conhecer a família, veio aos Açores e quando voltou para os EUA, a maneira que ela compensou a família, foi ajudando. O que ajudou muito foi, lá está, se ela não tivesse sido dada, eram todos uns desgraçados, e ela ajudou, eles ainda foram muitos anos uns desgraçados. Ela ajudou a levar as suas irmãs e, principalmente, as sobrinhas. Portanto, está hoje, a família toda, toda na América, não tem ninguém daquela gente na ilha Terceira...Todas!

Esta irmã salvou-as a todas, duma vida muito desgraçada. Este foi um caso com final feliz! (risos) E quem o fez, foi a pequena dada aos americanos, fez da pobreza da família, uma riqueza. Ficaram todos bem de vida.

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Talvez 70, por volta dos 70, finais de 60, 70.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) X

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros X Quais? Maldade. Fizeram filhos para vender aos americanos.

11- Acha que era benéfico para a família?

Acho que não. Eu acho até...mãe que é mãe e faz uma coisa destas, não devia ser mais mãe. Ao fim ao cabo, a família que dava, ficava na mesma, nem melhor nem pior.

E para a criança?

Olha para a criança, se calhar, foi o melhor que fizeram, acho eu... porque uma família que tem coragem para fazer isso, não é pessoa para tomar conta dum filho. Uma mãe que dá um filho para adoção, ou dá por uma grande necessidade, ou para dar um futuro melhor...Mas não devia ser mais mãe. Quando se dá o primeiro, dá-se o segundo e o terceiro...

Para as crianças deve ter sido melhor, principalmente, os que foram para os americanos, tiveram de certeza futuros melhores...Aliás, porque também aconteceu daqueles que foram com os americanos, de ajudarem mais tarde as irmãs que ficaram cá. Acabou por ajudar a família toda, levou os seus irmãos todos, que estavam a viver na miséria...e dar vidas melhores aos seus irmãos.

12-Que idade tinha a criança quando foi levada? Uma foi recém-nascida, acabada de nascer, a outra, parece-me que já era maiorzita, não era recém-nascida, mas era bebé.

13-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Não sei.

14-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Talvez através das pessoas que trabalhavam lá dentro. Pois elas não tinham ninguém que trabalhasse lá dentro. Talvez por alguém que conhece o caso delas e que trabalhasse lá. Mas isso já não te sei explicar.

15-Por seu turno, como os “americanos” contactavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Pois isto foi através de pessoas que trabalhavam lá dentro e que tinham interesse, porque haviam muitas pessoas que eram domésticas nas casas dos americanos. Aí eles haviam de perguntar se elas conheciam...E aí acredito que...através disso. Havia muitas portuguesas que trabalhavam para os americanos e através daí é que eles perguntavam se conheciam alguém que quisesse dar crianças para adoção.

16 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Legais, legais, eu não acredito que tenham sido. Pode ter um ou outro que até possa ter sido legal...não vou pôr isso em causa, mas foram poucos. E depois os americanos tinham muita facilidade em tirá-los da ilha para fora, pois tinham os aviões militares...não havia o rigor como há hoje! Eles passavam aquelas comissões aqui, quando chegavam lá fora, ate podiam dizer que eram seus filhos, porque tinham cá estado 3,4 anos. Portanto, não acredito que muitos foram e não foram legais, principalmente aqueles que fizeram mesmo negócio, não foram!

17-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve X Não houve Não sei

18-E sabe como foi?

Lembro-me de ela regressar e de dizerem na altura: “Ah, isto é a filha que fulana deu aos americanos”. Lembro-me bem disso. Não sei se a mãe era viva na altura, não sei se ela quando viu a família, como viviam cá, o que ela fez foi ajudar.

19-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Muitos, muitos mesmo.

20 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Não sei, os americanos ajudaram muita gente e se adotaram ou levaram crianças, foi para bem delas, foi melhor para eles, portanto, acho que nunca fizeram nada ilegal, quem fez foi o pai das crianças, não se dá um filho...

Entrevista 11

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M X F

Idade: 56 Anos

Profissão¹² Cabo GNR

Naturalidade: Fonte Bastardo

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Sim, teve bastante influência, porque construí uma casa em 1985, e ainda antes de ir morar para esta casa, já tinha americanos a viver na casa. Já tinha americanos a viver na casa. Tive americanos, consecutivamente, até o ano passado, durante esses anos todos tive americanos.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

Dos americanos só tenho boas recordações, claro que há sempre um ou outro, mas isso é como em todo o lado. Mas em geral, tenho uma boa ideia dos americanos. Bons pagadores, pessoas sem dar muita chatice, mas também aquilo era um regime militar, eles não podiam sair muito daquele regime.

Na Fonte Bastardo, quando era miúdo, viviam lá americanos à volta da nossa casa, brincávamos com eles.

E menos boas?

Não, assim de repente...não...no geral tenho boas recordações.

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses?

Disso não tenho dúvida nenhuma.

E porquê?

A nível económico, para o nosso comércio, foi uma alavanca importantíssima, para o desenvolvimento do Concelho.

¹² Caso seja reformado, anterior profissão

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Eu tenho uma história engraçada, tinha para aí uns 6 ou 7 anos e ia com o meu pai, a pé pela Fonte Bastardo acima, e nisto, dirigiu-se um carro a nós... Até fugi (risos). O Americano abriu a porta...e deu-nos chocolates e “candinhos” americanos (risos), nunca mais me esqueci... Daquelas coisas que nunca me esqueço.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Também me lembro muito bem, eles passavam ali pelas escolas, pelo Natal, e entregavam os lápis de cera, os lápis...as caixinhas! As piorras, as borrachas... a gente dava dentadas (risos), porque aquilo cheirava! (risos).

Não havia nada...Era uma Alegria...aquelas borrachas, aquele cheiro.

Iam os militares fardados! O dia das caixinhas dos americanos, aquilo era um dia! Nunca mais me esqueço.

E as crianças eram avisadas do dia da visita dos americanos? Ou era surpresa?

Lembro-me perfeitamente que dependia da professora, haviam professores que avisavam e outros não. Mas recordo-me muito bem, que de facto a surpresa, era maravilhoso! O ser avisado, havia um *stress*, uma ansiedade, um desassossego (risos), e as professoras não conseguiam dar aulas. Ou eramos avisados ali muito próximo ou não eramos avisados. Mas, agora, depois destes anos todos, acho que era mais saboroso não avisar (risos).

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Na Fonte Bastardo, nos anos 70, 80, havia uma família, que de facto tinha muitas dificuldades económicas e que também, se calhar, não tinha muito carinho, não é? E então, os americanos levaram algumas crianças dessa família.

Lembro-me bem, na minha infância na Fonte Bastardo, não de ouvir falar, mas de casos concretos.

Lembro-me que os americanos aproximavam-se das famílias, davam tudo e mais alguma coisa, quer às crianças, quer aos pais...depois as crianças, dizia-se e confirmava-se, que tinham ido com os americanos.

Normalmente, corria o boato que a criança tinha sido adotada, mas no fundo, depois acabava-se por saber, que não era bem assim, e que tinha havido contrapartidas financeiras. Mas claro, não se pode confirmar...ouvia-se falar!

Isto acontecia em vários sítios, e sítios mas degradados da nossa ilha.

Não acredito que a intenção fosse para o bem deles. Vendo hoje, à distância, era a ideia que eles davam, mas acho que era mais pela troca, pela parte financeira. Pois como sabe, os anos 60, 70, de facto as famílias das freguesias... viva-se com alguma dificuldade, e aparecer um americanos em casa, com poder de compra, a dar calças de ganga a família, todo o tipo de alimentação, açúcar, queijo, pão de forma, e claro, isso eram coisas que as famílias, essas famílias, acabavam... possivelmente, não tinham amor aos filhos! Se não, não faziam uma coisa destas. Isto é uma coisa, que hoje arrepia.

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceram estes casos?

Isto aconteceu muito nos anos de 70, fins de 60, mas em 70 houve muitos casos.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros X Quais? Troca financeira

11- Acha que era benéfico para a família?

Pois a família ficava bem ali, durante alguns tempos, mas como famílias que não acredito que mais dia, menos dia, não acabasse por ter remorsos. Porque o ser humano é sempre um ser humano.

E para a criança?

Sim, para as crianças...os pais não tinham de facto possibilidades. Eu nunca mais soube nada do rasto destas crianças. Alguns eram da minha idade, andaram na escola comigo, não! Nasceram naqueles anos próximo do meu, mas nunca mais tive feedback destas pessoas que foram para a América, para saber se foram bem ou não. Mas tudo indica que para eles, se calhar, tiveram a possibilidade de estudar e outras possibilidades que não teriam na família de origem.

12-Que idade tinha a criança quando foi levada? Não eram bebês. Uns eram mas outros já não tão bebês.

13-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha?

Normalmente, os americanos, pela ideia que tenho, eles levavam-nos ali para a Base e depois visitavam a família durante algum tempo. Mas isso, normalmente, acontecia muito próximo de saírem daqui da Base. Até se dizia que... para não haver arrependimentos.

14-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Através das pessoas que trabalhavam lá dentro. A ideia que tenho eram os familiares das famílias carenciadas, vizinhos que comunicavam com os americanos e os americanos acabavam por visitar essas famílias. Havia um intermediário.

15-Por seu turno, como os “americanos” contactavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Eu acho que era mais, claro... como os americanos a trabalharem com os portugueses, ali dentro da Base, eram os próprios portugueses que trabalhavam com eles que davam esse tipo de informação. Os americanos é que procuravam

Havia uma senhora na Fonte Bastardo, e essa senhora, ainda hoje, era comerciante na altura e não sei se, talvez na altura fosse por boa intenção, mas depois passando os anos e conhecendo-a, acho que não era bem assim. Acho que não era para fazer bem às pessoas, mas para jeito, não sei se com trocas financeiras ou não, porque é uma pessoa que sempre viveu bem, mas

Dizia-se que ela conhecia os americanos através dos funcionários da Base, que também eram clientes da mercearia. Então contava-se que essa senhora, as famílias pobres, naquele tempo, comprava-se fiado nas mercearias, então o senhor da mercearia era uma figura importante e com muita influência nas próprias famílias.

Havia uma outra pessoa que fazia parceria com ela, mas essa era a mais falada na freguesia, os americanos dirigiam-se à mercearia, não se dirigiam a casa das pessoas, iam era à mercearia. Como sabe as pessoas não falavam inglês, embora essa senhora também não falasse inglês, mas tinha o funcionário dos americanos que falava inglês, e então era na mercearia que se fazia o negócio (risos). Não acredito que esta senhora ficado nenhum para si, mas isso... mas também com a intenção dar jeito às famílias, houve ali qualquer interesse que nunca cheguei a saber, nem a perceber bem. Os americanos tinha a ver era com os funcionários da Base, os funcionários falavam com a senhora e esta por sua vez falava com as famílias.

Se os americanos davam alguma compensação a esta senhora...isso não sei. Agora que não faltava nada em casa de produtos americanos, isto era uma realidade que toda a gente sabia. Se ela pagava os produtos ou não... (risos).

16 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Não, isso de maneira nenhuma. Se calhar na altura não havia lei específica para isso, mas de qualquer maneira, com lei ou sem lei, eles não tinham nada de legítimos. Isso tenho a certeza absoluta.

17-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve X Não houve ___ Não sei ____

18- Sabe como foi?

Isso é como já lhe disse, não tenho a certeza, embora parece-me que um caso ou outro, lembro-me duns filhos que passaram por aí e procuraram a família. Conheço um caso, mas não sei em concreto. Lembro-me de se falar nisso.

O conhecimento que tenho, principalmente os bebés, os americanos ocultavam ou não diziam da família para que não houvesse tendência para voltarem, ou procurarem a família. Também se falava muito nisso.

19-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Na altura, a gente não contabilizava isso. Mas depois, mais tarde, em conversa com outras pessoas, foram muitos. Mas só conhecia a realidade da freguesia, não conhecia fora da freguesia.

20- Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Não... Eu espero é que, isto hoje são homens com 50 e tal anos, 60, e se calhar, alguns mais novos, e espero que estejam bem. Mas não acredito... os bebés acredito que não devam ter perguntado pelos pais, porque foram sempre criados e se não lhes foi dito que tinham sido adotados ou desviados, como queiram chamar. Agora os mais velhinhos, que também foram alguns, não acredito que não tenham perguntado...

Agora, gostava de saber é se lhes foi dita a verdade ou não. Embora, hoje, sejam adultos, se calhar já pais e avós...Desconheço essa realidade.

Entrevista 12

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M F

Idade: 57 Anos

Profissão¹³ GNR

Naturalidade: Fonte Bastardo

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Para mim nunca foi boa nem má. A minha família nunca trabalhou na Base. Meu pai nunca trabalhou na Base, ele trabalhava no campo, nas vinhas. Nada! Eu tinha tios que trabalhavam na Base e os meus primos viviam melhor que a gente, mil vezes, eles traziam de lá tudo!

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

É o tempo da escola, do tempo das caixinhas, para mim é isso. Para quem trabalhou na Base...

E as piores?

Não tenho nada.

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses?

Os americanos foram uma mina para essa ilha, senão a gente era como as outras ilhas. Naquela altura vinha gente das outras ilhas. Ia para lá (Base) gente da ilha toda.

Muito, muito importante. **E porque acha que foi importante? O que é que acha que os americanos fizeram pela nossa ilha?** Pois, o que a nossa ilha tem hoje aí foi os americanos. Os americanos fizeram bem aos Açores, mas não foi só à Terceira... veio toda a gente para aí, das ilhas todas. Tem gente a trabalhar na Base de todos os Açores.

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

¹³ Caso seja reformado, anterior profissão

Sim, sim... **Como ajudavam?** Pois até os pais dessas crianças iam lá à cantina buscar comida, eles davam muito, restos e tudo, roupas...Haviam muitas mulheres que trabalhavam para os americanos, a tomar conta das crianças. Vinha tanta gente trabalhar para casa dos americanos.

Os americanos, quanto a mim, não me fizeram bem a mim, mas para quem trabalhava na Base, foi uma mina.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Eram as caixinhas! Os lápis de cor, o aparador...aquilo era dividido para os rapazes umas coisa e para as raparigas outras, para as raparigas iam as bonecas...Acho que foi em 65. Era um dia de festa! Agora, não sei quando terminou, 70, 71. Aquilo terminou.

Ia um funcionário da base e dava as caixinhas à gente, iam naquele *Bus*, na altura. Aquilo às vezes, ficavam caixinhas dum dia para o outro na escola. Havia escola de manhã e de tarde, e se iam de tarde, ficava para o outro dia para os da escola de manhã. E havia um rapaz, já grande, ele ia lá, ele partia janelas, para roubar as caixinhas. Aquilo era um desgosto, depois.

Eles mandavam aquelas piorrinhas! As piorrinhas de andar. As bonecas, uns lápis de cor...era tantas coisas, aparadores, lápis de pau, daqueles amarelos com borracha e tudo... Naquele tempo, a gente ia para a escola levava... havia já os filhos dos que trabalhavam na Base, levavam as aguarelas que o pai trazia da Base, e a gente levava um saquinho de plástico com os livros, eles tinham as suas mochilas boas. Era uma diferença muito grande, para quem trabalhava lá dentro. Eles eram diferentes da gente.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/ levado uma criança portuguesa? Sim X Não _____

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim X Não _____

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Pois eu não sei, como eu digo, a gente não frequentava a casa deles. Era gente muito pobre, com muitos filhos e tinham filhos para penar.

Ela nascia os bebés e dava, não criava, o homem fazia uns negócios que dava só para umas “meias bolas”... não dava para mais. Era uma miséria, muitos metiam-se nos copos e pronto...

Eles davam por causa da miséria, não tinham nada, era uma tristeza. Na altura, eu ouvia dizer que os americanos davam dinheiro, mas eu não sei, eu era um rapaz. Era por causa da miséria, mas os maridos não prestavam, queriam era dinheiro para beber... Quem é que dá um filho? Eu não dava! Eu não dava de maneira nenhuma!

Havia muita gente pobre naquela altura, sempre houve, mas aqueles que davam eram pobres de espírito, porque haviam pobres que criavam 6 ou 7 filhos, e não davam. Quem é que dava filhos? Era essa gente que morava nessa zona de Santa Rita e Bairro da Lata. Minha tia não era daí, mas o homem que morava com ela era de Santa Rita. Ouvíamos muito falar é das pessoas daí. A Santa Rita vinha parar tudo, das ilhas todas, montavam a barraca...

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Isso foi nos anos 60, 70.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família?

Acho que não, essa gente deu os pequenos, mas não resolveram a vida eles. Viveram sempre na miséria e morreram na miséria.

E para a criança?

Pois não sei, eu não posso afirmar isso, porque eu não sei como é que eles estão lá fora. A sorte não é para todos. A gente não sabe se essa gente está bem aí para fora... Há

gente que ficou cá e também ficou bem...Há famílias pobres que deram a volta à vida...mas eu não sei...

12-No caso do seu familiar, qual era o grau de parentesco?

Irmão _____

Primo X

Sobrinho _____

Outro? _____ Qual? _____

13-Que idade tinha a criança quando foi levada? Falavam em meses

14-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? A modos que aquilo era 2 ou 3 semanas e andavam,

15-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Foi por intermédio de alguém

16-Por seu turno, como os “americanos” contactavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Eu não sei, havia de haver um intermediário no meio disso tudo. Mas também havia de ganhar com certeza. Através dessas mulheres que trabalhavam nas casas dos americanos...essas é que haviam de saber quem na freguesia, com dificuldades e que desse.

17 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Acho que não. É porque um filho não se vende!

18-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve _____ Não houve _____ Não sei X

19-No caso do seu familiar, voltou a ter algum contato com ele? Sim _____ Não X

20-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Não faço ideia, mas dezenas, de certeza. Só da minha tia são uns quantos.

21- Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Não, isto foi tudo pela miséria...não tinham condições.

Entrevista 13

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M ___ F X

Idade: 68 anos

Profissão¹⁴: Doméstica Naturalidade: Fonte Bastardo

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Meu pai que trabalhou na Base e trazia muitas coisas da Base. Era muito diferente, era um tempo de abundância. Na nossa vida teve muita influência, porque a gente nessa casa tinha de tudo, por causa dos americanos. Aí o queijo amarelo, o Nescafé...era tudo. Tinha um Americano que trabalhava lá e quando era pelas nossas festas, ele veio cá trazer, ele é que veio no seu carro, trouxe muitas coisas para as festas.

Os americanos davam muitas coisas, eles eram amigos de dar...davam! Eles davam muito, ajudava muito, era só meu pai a trabalhar e 7 filhos para se criar! Nisso fomos muito ajudados.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”? E as piores?

A gente ia sempre à festa do Comissário. Eles davam uma festa aos filhos dos trabalhadores...era o piquenique. Aí a gente consolava-se, era o dia da gente ir à Base, e eles davam comidas e rebuçados...tudo o que a gente quisesse...íamos todos de roupa nova (risos).

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses?

Acho *very* importante (risos). Muito importante, então!

E em que acha que foram importantes? O que fez a diferença?

Os empregos, porque agora é que já não tem esses empregos, mas antigamente, lembro-me da trela muito grande que vinha buscar os trabalhadores, lembro-me que vinha

¹⁴ Caso seja reformado, anterior profissão

aquela trela muito grande por aí a cima, a distribuir os trabalhadores por aí, gente que não sabia ler nem escrever, e tudo trabalho ali, bons empregos e com bons ordenados! Antigamente, que ordenados é que havia? Se não fossem os americanos, a gente era como as outras ilhas.

E também são a razão de termos uma boa pista, eles sempre é que fizeram a manutenção daquela pista.

Mesmo com isto tudo, eles ainda estão a ajudar muito. Até os que vieram agora da Base, vieram bem, eu não vi ninguém a chorar para sair.

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Bem, no princípio, ajudavam muito- eu lembro-me de vir um carro azul, buscar um senhor e estes americanos traziam roupas e coisas e davam...aqui ajudaram.

Ainda, pelo Natal, hoje em dia, eles fazem tipo uma comunidade lá, e vão levar ao orfanato e ao lar, e estes lugares assim.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Quando eramos pequenos eram as caixinhas...naquele tempo ninguém tinha nada! Então começaram a trazer aquelas caixinhas...vinham trazer às escolas. Vinha um carro grande azul e dentro vinha as caixinhas, e então eles entravam e entregavam as caixinhas. Havia uns que tinham mais sorte que outros (risos), não era tudo igual, mas cada um tinha as suas coisas dentro. Umas vinham mais cheias, outras menos, mas aquilo era uma alegria naquele dia! A gente até ia mais bem vestidinhos para a escola (risos), a professora mesmo dizia que a gente fosse todos de sapatinhos e bem arranjadinhos para a escola, para receber a nossa caixinha.

Credo! Aquilo era um dia, uma alegria!

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim X Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não X

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Lembro-me de ouvir falar de americanos virem buscar, ajudados por um senhor, ele era de S. Miguel e vinha a casa do senhor Padre. Esse homem andou aí à procura de crianças para dar. O Padre não gostava nada disso... ele ficava doido. Ele dizia muita vez “este cá não presta para nada”. E tinha aí uma senhora que também ajudava e fazia estas coisas... Já não me lembro muito bem. Penso que foi uma destas pequenas que mora aqui dentro... e umas outras dumas famílias. Desta família foram muitos... elas deram.

Este homem que vinha a casa do Padre e esta mulher é que procuravam. O pior era o homem, ele devia ganhar dinheiro, não acredito que a mulher ganhasse dinheiro, esta era mais para as obras de caridade... Agora sei, que o tal homem vinha ter com esta senhora, e estou como o Padre dizia, ele não vinha fazer isso de graça. Lembro-me bem deste homem, porque a gente ia muito a casa do Padre e ele vinha cá acima conversar com esta senhora (risos). Uma vez disse a esta senhora “Coitadinhos, também” e ela respondeu “Oh mulher, é o melhor para esses pequenos”... Para uns foi uma sorte, mas no meio destes pode ter ido algum sem quererem...

Essa senhora sei de certeza absoluta que ajudou... essa eu sei. O outro senhor, trabalhava na Base, ele tinha ido para a América pequenino, e era militar americanos, depois ele vinha a casa do Padre, que era primo, e é que começou essas manobras.

Há aqui uma pequena, que foi dada, eu cheguei a ler uma carta que ela mandou ao irmão, ao fim de muitos anos, porque a pequena foi dada... não sei se foi o mesmo intermediário, não sei. Mas foi daquelas pequenas, daquele tempo, também foi dada. Depois essa pequena, não sei como nem como não, arranjou a direção e escreveu para o irmão. A senhora não sabia ler e veio aqui para saber aquilo o que era. Eu disse a ela que era uma carta duma pequena que está na América, porque eu já nem me lembrava! E ela disse-me “Aí a senhora não me diga que isto é da minha neta”... eu disse-lhe que talvez fosse, ela diz aqui que é irmã do seu neto... Nunca mais soube nada, também nunca mais me disse nada.

A minha prima, que vive lá fora, na América, chegou a ver uma destas pequenas lá fora.

Eu lembro-me dum pequeno, ele era meio tolo (risos), chegou a casa da minha tia e disse “Minha mãe teve um menino, mas ela deu aos americanos”.

Aqui deram muitos, houve uma família aqui, que foram muitos e depois tinha aquele homem que entrou aqui e sabia que tinha aqui, a outra que se consola a fazer obras de caridade, e é o que fizeram... e é que foram muitas crianças daqui.

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Sessentas e tais, nos cinquenta também já havia alguns.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) X

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família?

(risos) o que eu posso dizer. Eles lá sabiam de si. Talvez fosse bom para os pequenos, talvez fosse bom para os pais, naquele tempo... aquela família que lhe falei, era cada ano um rapaz! Teve uma delas que teve 22 filhos. Eles davam muitas coisas à família, roupa, comida e dinheiro! (risos) O dinheiro não sei, mas sei que vinham trazer muitas coisas às pessoas.

E para a criança?

Para alguns há de ter sido bom e para outros...

12-Que idade tinha a criança quando foi levada? Tudo muito pequenino. Os grandes já toda a gente achava falta, os pequeninos...mesmo eles queriam era pequeninos.

13-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Eu penso, pelas conversas que a gente ouvia daquele homem, eu penso que era quando estavam perto de se irem embora é que queriam as crianças.

Eles quase sempre queriam aqueles pequenos quando já estavam muito perto de se ir embora. Quando eles estavam a acabar as comissões é que... eles diziam que era por causa das famílias, para depois não começarem a ver e a fazer... eles davam esses pequenos era quando estavam muito perto de se ir embora.

14-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Pois foi como lhe disse foi por intermédio daqueles senhores, como os americanos contavam também as famílias falavam era com eles.

15-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Era através daquele senhor e depois ele vinha ter com a tal senhora. Este é que era o intermediário! Isto na Fonte Bastardo! As outras freguesias haviam de ter os seus. Aqui quem andou com isso foi o tal senhor que vinha falar com a senhora, e ela e que sabia onde é que estavam essas famílias. Ela sabia as famílias certas. Ela sabia tudo. Não sei, então, se ela recebeu. Eu penso que ela não era pessoa para receber dinheiro, mas para ficar grande por ter ajudado tantas crianças... Agora o homem era por causa do dinheiro.

16 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Claro que não, nenhum deles, de certeza absoluta. Havia de haver falsidade nas papeladas... e com os aviões militares, eles pegavam e andavam. Havia uma altura, qualquer pessoa que logo que tivesse alguém ou desse qualquer coisa, um jeitinho, embarcavam, não havia problema...Muitos foram nesses aviões...nos aviões militares.

17-Nos casos que conhece sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve X Não houve Não sei

18-E sabe como foi?

Só me lembro daquela pequena que lhe falei, sei que entrou em contato através de carta...Agora os outros não sei.

19-Consegue fazer uma previsão/estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Aqui na nossa freguesia foram muitos.

20– Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Aquilo na altura era uma coisa muito calada...olha diz que deu um pequeno, diz que deu... uma aqui perto dizem que deu um pequeno, até foi uma pequena, mas isto eram coisas pouco faladas. E também a gente era novas, ainda era menos falado. A gente pouco falava, e então eles faziam tudo muito em segredo, escondiam muita coisa. Mas muitos aqui da freguesia foram!

Acredito que os americanos dessem coisas a ela, mas não acredito dinheiro. Ela não fez isso por dinheiro. Eram pessoas que tinham bastante e não precisavam de nada. Pensava que estava a fazer uma grande coisa... agora o outro homem foi por dinheiro...

Era dar porque iam para a América! Iam para a América...como assim a gente já tem outros, este vai para a América, vai ter as suas coisas, ainda pode ajudar a gente... Eles pensavam muito nisso...

A maior parte saiu daqui tanto bebezinho que não... Agora aquela pequena quando foi, já era grandinha, a minha filha ainda se lembra desta pequena a brincar aqui.

Agora, só esta pequena é que me lembro da avó vir aqui com a carta, de resto não sei se sabem alguma coisa, se sabem sequer que foram daqui...esta escreveu ao irmão, que gostava de lhe mandar uma fotografia e essas coisas.

Mas a que falou com a minha prima lá fora na América, essa sabia que tinha ido daqui e quem era o pai e a mãe....Essa pequena sabia. Esta deve ter ido já com uma idadezinha, porque ela sabia, já tinha descrição para saber quem era o pai e a mãe... De resto não sei...

Entrevista 14

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M X F ___

Idade: _____ 65 Anos _____

Profissão¹⁵ Agriculto

Naturalidade: _____ Cabo da Praia _____

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Os americanos, eu conheci desde a idade de 6, 7 anos. Eles passavam no meu caminho. Eles gostavam muito de caçar e eu moro numa zona que tem uma extensão de terreno propício à caça da codorniz, e nessa altura eu via os americanos a parar os carros para eram à caça e a gente às vezes até ia para um serrado vê-los matar as codornizes e eles davam umas moedas americanas.

Depois conheci uns americanos num lugar conhecido como o “*Beach*” na Praia da Vitória, era um snack-bar daquele tempo e também, depois de nascer a Riviera, eu havia de ter uns 15 anos, para aí. Quando nasceu a Riviera, os americanos... os americanos frequentavam muito essa praia de areia, iam aos banhos na Riviera. E então aí a gente misturava-se com alguns americanos, e eles às vezes ofereciam uma coca-cola às crianças, a gente á jogar à bola e era assim...

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”?

Tenho! Boas recordações dos americanos. Sou procurador há 30 anos numa casa, e tenho a casa arrendada aos americanos e já passaram vários americanos, militares e sempre pessoas compreensivas, pessoas sérias... não são muito exigentes. Eram pessoas muito boas, e pronto... Dialoguei sempre bem com eles. De vez enquanto ofereciam-me coisas, pelo Natal era um peru, quando se iam embora levavam-me sempre uma lembrança.

Quando eu estava na escola, tínhamos as caixinhas, eram bem-vindas. A gente estava à espera do carro que as trazia. Eles davam no programa “*People to People*”, isto quer dizer do “Povo para o Povo”, eles davam borrachas para usarmos na escola, porque havia

¹⁵ Caso seja reformado, anterior profissão

rapazes pobres que não podiam, davam lápis, papel brinquedos, pastas de dentes e coisas de higiene, pronto. Cada um tinha a sua caixinha, não eram iguais. Eram coisas que eles lá distribuía.

E as piores?

Nunca vi os americanos a fazer coisas negativas.

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses? Se sim, porquê?

Muito, muito! Os americanos, quando começaram a ir embora, começamos logo a ressentir. Esta parte aqui da Praia ressentiu-se. Nos arrendamentos, agora só a portugueses.

Os americanos só fizeram bem a esta terra, tinham o programa “*People to People*”.

Os Arrendamentos de casas, também fizeram bem a muita gente. E tinham também, nesse programa “*People to People*”, um *Bus* à disposição de agricultores, para fazerem cursos e até, chegaram a oferecer animais para os serviços de Intendência de pecuária, para o melhoramento animal através do cruzamento de raças.

E os ordenados deles, foram sempre um pouco mais acima do que os portugueses pagavam por um carpinteiro, um pedreiro ou uma outra profissão qualquer.

Os americanos só fizeram bem a esta terra, até agora, e ainda estão a fazer!

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Olha neste aspeto, ajudaram de várias formas e as pessoas também se aproveitaram. Mas, eles ajudaram de várias formas.

Nos americanos começaram logo por trabalhar muitas mulheres nas casas deles. Elas iam nas camionetas da carreira, que elas não tinham carros seus, e aí ganharam muito para ajudar as famílias.

E quanto às crianças, elas não só traziam o dinheiro como, eles gostam de ajudar, sentiam-se...e ainda davam objetos e géneros alimentares, para a alimentação dos filhos.

Também me lembro de distribuírem, foi a primeira vez que vi leite de caixa, vindo da América e as barras de queijo amarelo, que distribuíram nas escolas, para os meninos pobres.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

A gente sabia que eles já tinham estado noutra escola, aquilo andava de boca em boca. Olha a gente já recebeu as caixinhas no Porto Martins (freguesia vizinha) ... a nossa professora é que dava a informação... Ela dava autorização para eles irem, certo dia, para estarmos todos para receber as nossas caixinhas, com as lembranças. Eram muito bem recebidas.

Eu vivia da agricultura, não tínhamos muita abundância de dinheiro, se a gente recebia lápis e papéis que precisávamos para a escola, já era uma grande ajuda, incluindo também os brinquedos.

Eu até me lembro duma vez, que dentro da minha caixinha, vinha um automóvel de ferro. Aquilo durou na nossa casa, muitos tempos, até passou a relíquia (risos). Mas nunca o pus fora, que me lembrava que era desse tempo, como os aparadores e as borrachas.

O dia das caixinhas, a gente dava pulos no pátio a ver quando é que a camioneta chegava. E aquela gente, eram militares fardados, eles sorriam para a gente e as caixas eram levadas para a sala. Eles começavam a dar as caixinhas, mas depois a professora também distribuía. Eles ficavam lá um bocado e depois pronto... Era uma alegria!

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/levado uma criança portuguesa? Sim X Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não X

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Lembro-me dum caso que se passou no Cabo da Praia, aí por 80, 80 e poucos... ou antes, década de 70, mas aponto para 80.

Não havia nada. E havia famílias muito pobres, que os homens nem tinham onde trabalhar e eram de condição baixa.

Havia um casal de condição muito baixa e tiveram muitos filhos, e depois sentiam-se sobrecarregados com aqueles filhos... Esse casal, não muito pela parte do homem, ele tinha sentido de pai, mas a mulher...tinha demências e favoreceu... a segundos e terceiros, deu uma filha...havia uma facilidade...Isso era uma coisa clandestina, em que não se dizia

grande coisas às autoridades...Isto era uma coisa clandestina e essas meninas foram para a América, as filhas deste casal.

Eles viviam numa das casas do areal, antes de se fazer o porto. Esse casal deu duas raparigas nessa altura, como lhe disse, tenho quase a certeza que foi na década de 80, ali no princípio.

Eram muito pobres, viviam numa casa muito pobre, isolada do resto da freguesia, e tinham muitos filhos. Iam pedir, lembro-me de pedirem em casa da minha avó. Não haviam ajudas do Governo para nada. Era muita pobreza.

Eu penso que os americanos terão gratificado a família, mas não há de ter sido muito. Aquilo parece-me que foi tudo muito rápido, a mulher que se dizia que interveio, chegou a ser vista em casa dessa família, antes e penso que ainda depois.

Ela é que arranjou os americanos para dar as pequenas, e eu penso que o Presidente da Junta de Freguesia da altura tinha conhecimento da situação...acho que ele teve conhecimento disso.

Comentava-se muito, dizia-se que a mãe, sozinha, não podia ter feito isso. Tinha que ter sido ajudada.

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Foi nos anos 80.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos _____

Falta de oportunidades (futuro) _____

Desapego _____

Nível de vida dos norte-americanos _____

Outros _____ Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família?

O pai, quando ele ia à Casa do Povo, beber um ou dois copos de vinho, ele dizia, quando estava com os copos, ele falava como um pai. Eu penso que ele não terá aceitado

muito bem. Ele dizia que nunca devia ter acontecido, que as tinha criado como criou as outras.

O pai parece-me que nunca aceitou bem. Ele ficava furioso, porque ele sabia que tinha havido uma pessoa que tinha intervenção nisso.

Havia uma pessoa que tinha a principal intervenção nisso e no sentido de melhorar aquela situação de miséria. Mas bem vistas as coisas, não sei as razões, a moral desta situação.

A mulher com a sua demência, levada pelas conversas de que as pequenas iam ficar melhor. O homem, que pelo que vi, ele nunca tinha aceitado dar as pequenas.

E para a criança?

Olha o que eu penso, e há muita gente que pensa, que as pequenas foram dadas por bem, porque ele não tinha maneira de sustentar aquelas meninas, e de vez enquanto, vinha mais um filho e outro. Muita gente acha, que moralmente, essas pequenas, depois de crescerem ficavam num lugar melhor, com melhor condição de vida...

Mas eu não sei, cada caso é um caso.

12-Que idade tinha a criança quando foi levada?

Pequenos para os 2 anos. Não eram bebés, para 2 ou 3 anos. Acho que foram as duas juntas. Eram seguidas, uma dum ano outra do outro ano. E foram as duas na mesma negociada.

13-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha?

Ouvia-se dizer que tinham ido logo para a América.

14-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

Eu já ouvi de pessoas que venderam, viviam com dificuldades...e teve outros que fizeram isso, porque quiseram...Era pelo bem deles... Muitos pensaram assim.

15-Por seu turno, como os “americanos” contactavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Os americanos encontravam essas famílias facilmente, pois como lhe disse, eles moravam na areia. Os americanos devem ter passado por lá, devem ter visto a miséria, os

pequeninos como cachorrinhos fugitivos pelo portão fora, assustadinhos, devem ter visto as roupinhas e o estilo de vida... Se o pai ou a mãe apareceu...com a ajuda das empregadas das casas dos americanos...

Essa mulher que interveio, nunca trabalhou na Base, mas as vizinhas trabalhavam. Ela aproveitava-se era destas pessoas que trabalhavam na Base. E os americanos, também quando queriam um pequeno, falavam com elas e juntavam-se essas vontades e a ver o que conseguiam. E nesse caso foi assim.

Os americanos não iam a uma casa que soubessem que eles não davam, eles sabiam onde iam! Eles usavam as pessoas certas, as tais empregadas que trabalhavam para eles, não de ter perguntado, que era uma coisa muito normal, e depois elas falando com vizinhas e vendo aquela pobreza, iam lá...

16- Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Eu não tenho a certeza, mas passado uns anos, acho que ouvi, houve quem disse que vieram cá procurar uns nomes em arquivo, não sei se para legalizar lá fora, mas não houve autoridade nenhuma que impedisse isso. Foi tudo voluntário, ou através de algumas pessoas.

Chegou a haver, a pedirem informação de nomes de pais, mas foi tudo passados alguns anos, mas para legalizar lá fora! Cá não se legalizou nada. Foi só pegar e andar.

17-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve ___ Não houve ___ Não sei ___X___

Essas crianças eu nunca mais ouvi de elas terem voltado cá. Dessas duas nunca mais tive conhecimento de aparecerem cá.

Já ouvi pessoas que foram aí para fora pequeninos e estarem, nestes últimos anos, a pesquisarem para cá e a procurarem pessoas para lhes darem informações daqui para lá. Agora de estas raparigas terem vindo cá...não.

18-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Aí eu não sei, muitos, muitos aqui para os nossos lados, para os lados da Praia. Para os lados de lá, não (Concelho de Angra).

19– Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Eu parece-me que estes pequenos eram das zonas onde haviam trabalhadores na Base: Lajes, Santa Rita, o Concelho da Praia, se calhar Vila nova já menos, Quatro Ribeiras menos ainda... Essas crianças foram foi destas zonas, nos arredores da Base. Mais Praia, Lajes, Santa Rita, foi nesse raio.

Entrevista 15

Da Assistência à Adoção: a Sociedade Perante a Infância Abandonada

(Séculos XIX a XX)

Sexo: M ___ F X

Idade: 65 Anos

Profissão¹⁶ Comerciante

Naturalidade: Fonte Bastardo

1-Qual a influência dos norte-americanos / “americanos” na sua vida? Tem alguma ligação direta à Base das Lajes?

Não, nada. O meu pai era lavrador, eu nunca tive ligação à Base e aos americanos.

2-Quais as melhores recordações que tem dos “americanos”? E as piores?

A melhor recordação que tenho dos americanos é quando estava na escola e recebia aquela caixinha dos americanos. Depois disso, nunca fui pessoa de ter convivência com os americanos.

3-Acha que os “americanos” foram importantes para a ilha Terceira e para os terceirenses? Se sim, porquê?

Foi um desenvolvimento para a nossa ilha. Aquilo era uma coisa, eles tinham aquela Base. Aquilo era um desenvolvimento, a gente gostava de ir à Base ver aquelas coisas. Naquela altura não havia aqui aquelas coisas. Hoje em dia, os americanos já não são, a pessoa já nem se apercebe que eles estão ali. Graças a Deus.

Mas foi um desenvolvimento para a nossa ilha, um desenvolvimento muito grande para a ilha. Naquela altura foi um grande avanço para a ilha Terceira. E mesmo agora, essas saídas da Base, todas as pessoas foram beneficiadas, trouxeram o seu dinheiro para casa. Os americanos cumpriram sempre a sua parte.

Vinha pessoas das outras ilhas para se empregar na Base. Foi uma coisa muito boa. E tiveram sorte, houve pessoas que ficaram muito bem. Ainda bem.

Os americanos mesmo com estes despedimentos, não ficaram a dever nada aos terceirenses. As pessoas vieram bem para casa.

¹⁶ Caso seja reformado, anterior profissão

4-E para as crianças? O que faziam os “americanos” pelas crianças pobres da ilha?

Olha, nas escola eles davam aqueles queijos amarelos, para a gente ter o nosso lanche com aquele queijo. Naquela altura não havia daquele queijo amarelo. E a gente gostava daquilo.

E houve muita criança que deixou de passar fome por isso, ajudaram muitas famílias.

Os americanos sempre olharam pelos terceirenses, que são mais pobres do que eles. E eles tentaram fazer sempre o seu lugar. É o que eu penso.

Eles tentavam ajudar em tudo! O que eles podiam dar. E mesmo estas casas tinham pessoas que arrendavam casas aos americanos, eles deixavam sempre coisas atrás e davam sempre coisas. Sim, eu penso que os americanos ajudaram muito a Terceira.

5-Como eram as visitas de Natal dos “americanos” às escolas portuguesas?

Ah! Quando a gente via aquelas caixinhas. Os americanos chegavam com aqueles carros azuis grandes, eu tenho ideia, e deixavam aqueles caixotes. Depois as senhoras professoras davam-nos aquelas caixinhas, aquilo era uma alegria tão grande! Era uma das coisas boas. Os americanos tem coisas boas, muito boas. Tem algumas que não, porque são humanos como a gente.

As caixinhas tinham lápis, borrachas. Eu penso que o que tinha era para a escola mesmo... Tinha umas piorrinhas, para a gente brincar, uns brinquedos pequeninos. Mas eram tudo coisas lindas! Não sei se uns sabonetes pequeninos, também, e aquilo deixava um perfume! Consolava.

6-Lembra-se de algum caso em que os “americanos” tenham adotado/ levado uma criança portuguesa? Sim X Não

7-Teve algum familiar seu que tivesse sido adotado? Sim Não X

8 – Pode descrever o caso ou casos que conhece?

Tinha um Padre, aqui na Fonte Bastardo que tinha uns amigos que eram americanos, e foi a partir desses americanos que eu disse ao Senhor Padre que havia uma criança que estava com dificuldades, que precisava ser adotada. E ele falou com esse casal. E foi esse casal que adotou essas crianças. Portanto, correu tudo legal. A senhora entregou

a criança para a adoção porque não tinha possibilidades de a tratar, e esta criança está na América.

Tem vários que estão também na América, adotados com ordem dos pais, mas foi por...assim por pessoas. Eu não tinha conhecimento, eu por mim, não tinha conhecimento com americanos. Foi o Padre, é que, o Padre aqui da Fonte Bastardo é que arranjou aquelas pessoas.

Sempre que me procuram, eu tento dar atenção, porque a pessoa quando procura é porque precisa, e o meu dever é de ajudar a resolver o problema. Não dá para aqui, dá para aqui, sempre nas coisas justas. Uma das coisas para mim, que devemos fazer, é fazer as coisas, sempre aquilo que deve ser feito, com justiça e respeitando tudo e todos.

Há este caso e há um outro caso também. Foram duas mães que deram crianças para a América, aqui da minha freguesia. Essa foi o Padre... e depois a outra tinha duas filhas que não podia criar, e deu-as também a esses americanos, foram as duas juntinhas.

E tinha uma terceira mãe...que nunca quis dar as filhas. Então já era para outra Americana.

Portanto, um dizia ao outro. Os americanos gostavam muito de adotar crianças! Mas a gente não sabia, porque também é uma responsabilidade!

E esta terceira tinha duas meninas que...abandonou-as à fome, meteu-as num lar em Angra, e os americanos queriam as meninas e ela nunca quis dar as filhas. Meteu-as em S. Miguel num lar...Foi um horror! Mas eu fui, depois quando fui a S. Miguel, fui a esse lar vê-las. Elas conheceram-me! Podiam estar tão bem, na América!...Mas a mãe nunca quis.

Foram 3 quadros que...de adoção... 2 foram consumados e 1 não foi. **Destes 2 que foram consumados, consegue-me explicar como aconteceram?** As mães falaram comigo. **As mães é que procuraram a Senhora, a pedir ajuda?** Sim, sim. As mães precisavam de ajuda. Se soubesse de alguém que quisesse, eu cá não posso e tal... As mães é que me procuraram, eu nunca procurei ninguém! Não, não! As pessoas vinham pedir ajuda...E uma pessoa está é para ajudar. Foi isso que aconteceu.

Depois falei com o Sr. Padre disse oh Sr. Padre, passa-se isso assim e assim.

Tem um Americano, esse Americano vinha mesmo a casa do Sr. Padre. Ele ia a casa dele. Ele era Português, casado com uma Americana. Eram pessoas sérias e tudo. É uma responsabilidade! Acaba por ser uma responsabilidade. Mas de qualquer maneira, a primeira coisa ele era Padre; em segundo lugar, eu sabia que aquele Americano

frequentava a casa do Padre com aquela Americana, não tinham filhos e gostariam de ter, pessoas boas. Penso que, mas é claro, a gente faz o nosso melhor, mas é uma responsabilidade. Tem de se saber a quem é que se dá uma criança e como é que se dá. Há muita desgraça, também. Eles tinham coração sincero. Eu cheguei a conhecer, quando a mulher...porque eu depois fui buscar a criança a casa da mãe...eu tive muito dó da mãe, não é? E...a mãe é que entregou a criança à Americana. A Americana tinha uma alegria! E a outra tinha uma tristeza... isto dói tanto...ouvir isso.

Eu nunca imponho nada a ninguém! A decisão é sempre da mãe, a mãe deve ser sempre respeitada, e o nosso melhor é o que é justo. Sempre que me lembro disso, penso: Senhor será que foi bom, o que eu fiz? Porque a pessoa não tem certeza 100%...mas na casa dos pais não tinha 100%.

Ninguém pode julgar ninguém. A pessoa quando sofre e é julgada é muito complicado. Aquela mãe fez uma renúncia a si própria, pelo bem da menina, e a menina, acho que está muito bem... É uma coisa que a pessoa fica contente.

As outras duas, que a mãe não quis dar para a adoção, para os americanos. Essa Americana nunca mais prestou! Essa senhora ficou doente. E esta Americana, o senhor que veio, disse que ela tinha uma alegria com aquelas meninas...e depois a mãe cismou que não as dava e ...Eu disse: “Olha ela não as quer dar, e eu não posso obrigar”.

As pequenas ainda tiveram algum tempo com a Americana e depois, eu disse ao Sr. Dr. Juiz...o Sr. Já viu a pessoa de bom ir para mau, é complicado, agora de mau para bom, que foi o que aconteceu, deram as meninas para adoção. Elas tiveram a viver em casa da Americana, não sei se foi 1 ano, e depois tirá-las dali...aí eu ia morrendo...tirá-las dali para as ir pôr num lar em S. Miguel! Para castigar a mãe! O Juiz entendeu, para castigar a mãe...ele não castigou a mãe, as meninas é que foram castigadas! Para a vida inteira...e ela também, de má, não sei lá porquê, cismou que não dava. Eu a falar com ela, ainda disse “Oh mulher, pensa bem, pois elas não te vão ser entregues, elas vão para um lar em S. Miguel!” E ela, mas não vão para a América, e nunca mais as vejo. E ela nunca mais as vê, nem em S. Miguel, nem na América, ela não se importa com elas. Mas a decisão é tua, não queres, não queres... E depois lá foi para Tribunal, que os americanos meteram em Tribunal, mas ela cismou a dizer que não e nunca pude fazer, tentei por todos os meios...A Americana adoeceu gravemente, nunca mais ficou boa, tinha um amor às meninas...São pessoas de coração bom.

Essas mães deram esses pequenos porque não os podiam criar. As pessoas condenam mas eu até acho que é uma coisa boa que elas fizeram! Renunciar ao amor dos filhos para bem dos próprios filhos. Não é qualquer mãe que faz uma coisa destas! São mães de amor grande. Depois dizem como é que ela teve coragem.

Eles chegaram a ir visitar a mãe, com a menina, um gesto bonito. Os outros foram para a América...

Os americanos recompensaram as famílias, talvez vendo a miséria em que viviam, ajudaram a própria família?

Isso não tenho conhecimento, eu acho que não. Nenhuma das famílias teve nada da América. Até não era coisa que não fizessem, mandar qualquer coisa. Mas não. Nenhuma das mães teve nada. Não, que eu tenha conhecimento. Não.

9- Em que ano (mais ou menos) aconteceu ou aconteceram estes casos?

Ah isso agora é que não, não me lembro. Não te quero dizer uma coisa que não é...não faço ideia.

10 - Na sua opinião, porque motivos as famílias entregavam crianças aos “americanos”?

Pobreza X

Elevado número de filhos

Falta de oportunidades (futuro)

Desapego

Nível de vida dos norte-americanos

Outros Quais? _____

11- Acha que era benéfico para a família?

Pois, com certeza, ficavam sem os encargos. Uma mãe que tem vários filhos e não pode sustentá-los, dando 1 ou 2, e depois sabendo que eles estão bem! Compensa!

E para a criança?

De qualquer das maneiras, a adaptação custa sempre...a todos...um bocadinho. Mas uma criança que saí, custa...Tive um que foi, ali 2 ou 3 dias depois de nascer...bebé. Esses não conheceram senão os americanos, não sofreram. Agora maiorzinhos!

12-Que idade tinha a criança quando foi levada? Essa foi com 3 ou 4 dias. As outras não faço ideia, mas já eram maiorzinhos, já não eram bebês.

13-Foi logo para os EUA ou ficou ainda na ilha? Tiveram algum tempo aqui na Base e depois é que foram com os pais para a América.

14-Pode explicar como foi o processo de “adoção”? Como contataram com os “americanos”?

As que eu tenho conhecimento, foi através do Sr. Padre, é que conhecia esse Americano e foi por aí que se descobriu mais duas famílias e se fez a adoção. É claro, que teve de ser feito aqui no Tribunal da Praia.

Os casos que tive conhecimento, foi através do Sr. Padre, agora os outros eu não sei, se houve muitas crianças adotadas, eu nem sei sequer.

Então foi uma adoção legal?

Ah, sim! Tanto é que essas duas, o juiz pediu e ela (mãe) cismou que não dava... Esse dia deu-me foi para chorar, que horror!

15-Por seu turno, como os “americanos” contatavam as famílias locais? Como procuravam crianças para “adoção”?

Pois eu não sei, só conheci estes casos, e era através do Sr. Padre.

16 - Considera estes processos de adoção legítimos? Nos casos que conhece, recorreu-se às autoridades e houve registos?

Nessa altura, estava a mãe das crianças, estava por exemplo, o Padre, a servir de testemunha, eu também fui, e os americanos. Aquilo ficava tudo escrito no Tribunal. Era tudo como deve ser. Tudo processos legais.

Os casos que passaram por mim foram todos legais, e nunca ouvi nada de acontecer, nada de ilegal.

17-Nos casos que conhece, sabe se voltou a haver algum contato entre a criança e a família biológica? Sim, houve ___ Não houve ___ Não sei ___X___

Eu parece-me que há uma ligação qualquer duma menina, dessas crianças que foram para a América, que quer saber quem é a sua mãe, e é dessas que foram adotadas

com conhecimento do Padre. Ela anda à procura na internet, a senhora disse-me que parece-se que é a filha eu anda à procura dela. Uma coisa bonita!

Não tenho a certeza, mas já ouvi que andava uma pequena, pelo computador, há alguma dessas pequenas a tentar saber da família, descobrir a família. Não sei qual é. Mas não sei mais que isso.

E sabe se vieram cá?

Não, não.

18-Qual o caso que mais o marcou?

A adoção não é uma coisa que se goste muito de recordar. Eu fiquei foi triste com a separação daquelas mães. Foi uma ajuda que dói. Qualquer uma delas é que me procurou, Deus me livre, mas custa ver que elas sofrem a fazer... Mas é de admirar e louvar quem faz uma coisa destas, não condenar. A pessoa que se vê apertado para dar um filho e depois ainda é condenada pela sociedade, é complicado.

Eu também conhecia o casal! Eles vinham a casa do Padre, muitas vezes! Eu lembro-me que quando a menina saiu, a mãe, coitada, ficou a chorar. A Americana ia toda feli com aquele bebé. O carro era um luxo, como nunca vi na minha vida, a alcoba...aí que coisa de linda! Eu disse à mãe...são lágrimas com muito valor, vê o luxo deste carro. Ela coitadinha veio cá fora... Mas sofreu, mas que luxo ia a bebé. Um casal que faz uma coisa destas é porque tem muito amor por aquela criança...Que futuro! A mãe não podia...A decisão foi da sua mãe, eu simplesmente ajudei naquilo que me foi pedido, mais nada!

Qual o mais antigo (temporalmente) de que tem conhecimento? E o mais recente?

Pois estes casos foram todos mais ou menos na mesma altura.

19-Consegue fazer uma previsão / estimativa de quantas crianças terão sido levadas pelos norte-americanos?

Ah, não faço ideia. Aqui na Fonte Bastardo, pelo menos foram 3. Foram 2, que foram juntas, e 1 recém-nascida. São os casos que tenho conhecimento. Agora se foram muitos ou poucos, fora da Fonte Bastardo, eu não tenho conhecimento.

20 – Tem mais alguma informação que ache importante revelar para o estudo que estou a desenvolver?

Isso foi uma coisa boa para as crianças. Isso são pais de louvar e não condená-los.

Eu confiei no Padre, ele é que conhecia. Ele era Padre. Eu dizia “Oh Sr. Padre, por amor de Deus, vê bem...”ele dizia-me “Eh mulher, estás tola, ou o que é?” É uma responsabilidade.

Esse rapaz era muito amigo com o Sr. Padre. Elas foram para pessoas boas. E mesmo a Americana, que levou a menina mais pequenina, via-se que era uma senhora boa. Os americanos são pessoas boas...

Muito obrigada pela colaboração.